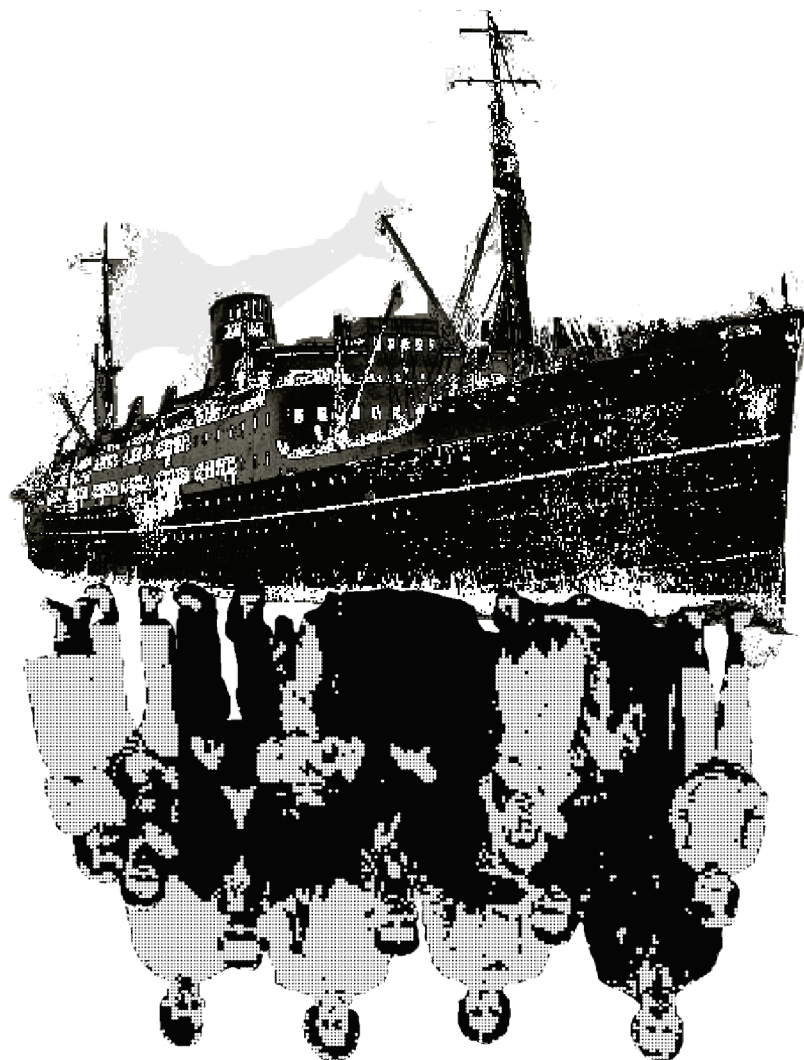


GILSON APARECIDO BOSCHIERO



**GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO: OS SUÁBIOS DO DANÚBIO,
SEGREGAÇÃO E COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO
CENTRO-SUL DO PARANÁ**

GUARAPUAVA/PR, 2014.

GILSON APARECIDO BOSCHIERO

**GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO: OS SUÁBIOS DO DANÚBIO,
SEGREGAÇÃO E COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO
CENTRO-SUL DO PARANÁ**

GUARAPUAVA/PR, 2014.

GILSON APARECIDO BOSCHIERO

**GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO: OS SUÁBIOS DO DANÚBIO,
SEGREGAÇÃO E COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO
CENTRO-SUL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Márcia da Silva

Linha de Pesquisa: Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos

GUARAPUAVA/PR, 2014.

TERMO DE APROVAÇÃO

GILSON APARECIDO BOSCHIERO

GRUPOS DE PODER E TERRITÓRIO: OS SUÁBIOS DO DANÚBIO, SEGREGAÇÃO E COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Dissertação aprovada em 11 de abril de 2014 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de concentração Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Profª. Dra. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Unioeste – Marechal C. Rondon

Profª. Dra. Sandra Lúcia Videira Góis
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

Gilson Aparecido Boschiero

Guarapuava, 11 de abril de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a vocês que sempre me fizeram acreditar na realização dos meus sonhos: meus pais José e Helena, que sempre me apoiaram nas horas difíceis e compartilharam comigo as alegrias.

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.”
(Charles Chaplin)*

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, da perseverança e da reflexão. À minha família e aos meus amigos que nos últimos 24 meses se fizeram presentes em minha vida mesmo quando eu não estava. A pesquisa de mestrado é instigante, desafiadora e solitária, mas nesse caminho encontrei também novos amigos e muita solidariedade. Por isso, não poderia deixar de lembrar, aqui, todos que participaram, de alguma forma, desse processo, incentivando-me ou mesmo estendendo-me as mãos nos momentos mais difíceis. E foram muitas as dificuldades encontradas e superadas.

Depois desses longos meses de esforço e dedicação temo esquecer de alguém neste momento. Por isso, desde já, meu MUITO OBRIGADO a todos. Em especial a você minha orientadora, Márcia da Silva, que acreditou no sonho de um jornalista e não mediu esforços desde o dia em que fizemos a primeira reunião, para me ajudar com as leituras que faria para enfrentar o processo seletivo, 16 anos depois de formado em Comunicação Social. Eu precisava aprender Geografia e bem rápido. Foram quatro anos em menos de um. Após a aprovação foram mais dois anos como professora e orientadora. Quantas conversas, troca de e-mails, mensagens, momentos divertidos, outros nem tanto, mas todos certamente nos fizeram mais experientes na vida.

À professora Karla Brumes pela amizade e confiança que me incentivaram em momentos cruciais dessa caminhada.

A todos os professores e funcionários do PPGG da Unicentro, em especial ao nosso secretário, Alceu Harmatiuk, que em nenhum momento mediu esforços para me ajudar com documentos ou informações. Obrigado pela amizade e consideração de sempre.

À mestrande, colega e amiga de todas as horas, Lara Weissbock, pela demonstração de amizade, lealdade e determinação. Exemplo de caráter e de companheirismo. Muito obrigado.

A minha amiga, irmã, dádiva de Deus em minha vida, Juliana Zattoni, que desde o primeiro momento esteve ao meu lado, me entendendo e apoiando. Muito obrigado pelo carinho, pela amizade e por fazer parte de minha vida neste momento tão especial.

Ao amigo Luciano Abílio que esteve sempre por perto me ajudando com pesquisas e levantamentos bibliográficos, me ajudando na elaboração de gráficos e tabelas e com a formatação desse trabalho.

Aos companheiros Belmiro Marcos Beloni e Robson Ferreira de Paula (pelos mapas) pela amizade, companhia e conversas que me ajudaram a desviar das pedras pelo percurso.

À amiga Daiana Lopes, companheira de trabalho na RPCTV que inúmeras vezes me aconselhou e sempre teve uma palavra de conforto. Obrigado por compreender os momentos de maior estresse e por me ajudar com as traduções em inglês.

À RPC TV, empresa em que trabalho e que permitiu que eu cumprisse os créditos das disciplinas, ausentando-me do horário de trabalho durante um ano. Ao jornalista Marçal Dias Jordan que como meu chefe imediato foi compreensivo e apoiador dos meus compromissos.

Não poderia deixar de me lembrar de pessoas tão queridas como as amigas Sabine Bückamnn Holdorf, Regina Harmatiuka e Luciana De Queiroga Bren que em muito me ajudaram na marcação das entrevistas.

Ao Klaus Pettinger que prontamente marcou entrevista com o presidente da Cooperativa Agrária e sempre me auxiliou com informações necessárias referentes ao agronegócio.

À Ana Lígia Sena, assessora da prefeitura de Guarapuava, por intermediar a marcação da entrevista com o prefeito Cesar Silvestri Filho.

A todos os entrevistados, sem exceção, pelo carinho e disponibilidade com que me receberam para as entrevistas, muitas delas longas, mas sempre esclarecedoras e ricas de informações.

A todos Meu MUITO OBRIGADO.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	x
LISTA DE TABELAS, FOTOS, GRÁFICOS, MAPAS E FIGURAS	xi
RESUMO.....	xvii
ABSTRACT	xviii
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: CONTEXTOS POSSÍVEIS SOBRE OS SUÁBIOS DO DANÚBIO.....	23
1.1. Abordagem conceitual sobre território e a representatividade social dos suábios do Danúbio para Guarapuava e Região	24
1.2. A metamorfose do território e as novas territorialidades	41

CAPÍTULO 2

GUARAPUAVA: O TERRITÓRIO ‘ESCOLHIDO’ PELOS SUÁBIOS DO DANÚBIO?	51
2.1. Política imigratória no Brasil: conjunturas nacional e paranaense.....	51
2.2. Suábios do Danúbio: em busca de uma nova pátria.....	53
2.3. A chegada dos Suábios do Danúbio ao Brasil: Porque a escolha de Guarapuava?	67
2.3.1. O potencial econômico de Guarapuava e os incentivos governamentais que atraíram os suábios do Danúbio	78

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO E O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA: CONJUNTURAS ECONÔMICA, HISTÓRICA E POLÍTICA	84
3.1. Questões sociais e o potencial econômico da Cooperativa Agrária	84
3.2. Desenvolvimento Regional: o discurso e a realidade	103
3.3. O agronegócio no distrito de Entre Rios.....	125

CAPÍTULO 4

OS SUÁBIOS DO DANÚBIO: SEGREGAÇÃO E COOPERAÇÃO - PERCEPÇÕES ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE	140
4.1. Suábios do Danúbio: discurso, tradição e conservadorismo na relação com o desenvolvimento local e regional	140
4.2. Grupos de poder: o fortalecimento dos suábios do Danúbio a partir da tradição e da identidade	146
4.3. Suábios do Danúbio: consolidação e segregação de um grupo hegemônico...	158
4.4. Suábios do Danúbio: Cooperação econômica de quem e para quem?.....	163
4.5. Desenvolvimento local e o fortalecimento da economia regional	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS	197
Anexo A	198
Anexo B.....	200
Anexo C	203
Anexo D	206

LISTA DE SIGLAS

ACENDER	Associação Central para Desenvolvimento de Entre Rios
CAIs	Complexos Agroindustriais de Guarapuava
CACICOPAR	Central das Associações Com. e Ind. do Centro-Oeste/PR
CEAR	Coop. Escola dos Alunos do Col. Agrícola Arlindo Ribeiro
COAMIG	Cooperativa Agropec. Mista de Guarapuava Ltda
COOPERALIANÇA	Coop. Agroind. Aliança de Carnes Nobres Vale do Jordão
COTRAG	Coop. dos Transportes Autônomos de Guarapuava Ltda
CRPL	Cooperativa Regional de Produtores de Leite
FCSB	Fundação Cultural Suábio-Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenv. Econômico e Social
IPDM	Índice IparDES de Desempenho Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
SICREDI	Cooperativa de Crédito Terceiro Planalto
UNIMED	Cooperativa de Trabalho Médico de Guarapuava

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Guarapuava: Diversidade de Atividades da Cooperativa Agrária.....	64
Tabela 2 – Guarapuava: Domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, valor do rendimento nominal médio mensal, total e com rendimento domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal domiciliar.....	85
Tabela 3 – Guarapuava: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal – Universo.	89
Tabela 4 – Guarapuava: Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola – 2012.	94
Tabela 5 – Guarapuava: Posição da Cooperativa Agrária entre as 1000 maiores e melhores empresas do Brasil – 2012.....	97
Tabela 6 – Guarapuava: Índices Econômicos Cooperativa Agrária em 2011 e 2012.	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Guarapuava: Domicílios sem rendimento nos distritos de Guarapuava (domicílios).....	86
Gráfico 2 – Guarapuava: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal (percentual).	90
Gráfico 3 – Classificação de cooperativas paranaenses entre as 1000 maiores empresas do Brasil em 2011 e 2012.....	93
Gráfico 4 – Classificação das cooperativas paranaenses entre as 50 maiores da região Sul do Brasil em 2012.....	94
Gráfico 5 - Guarapuava: Área colhida da produção agrícola – 2012 (hectares).	95
Gráfico 6 – Maiores em área colhida da produção agrícola – 2012 (hectares).	96
Gráfico 7 – Guarapuava: Índices Econômicos Cooperativa Agrária em 2011/2012.	98
Gráfico 8 – Guarapuava: Produto Interno Bruto por setores econômicos (em milhões de reais).	100
Gráfico 9 – Guarapuava: população ocupada segundo as atividades econômicas (2010).	102
Gráfico 10 – Guarapuava: Escolaridade da população – 2010.....	103
Gráfico 11 – Guarapuava: Produção de Malte entre 2009 e 2012.....	126
Gráfico 12 – Guarapuava: Moagem de Trigo entre 2009 e 2012.	127
Gráfico 13 – Guarapuava: Produção da Fábrica de Ração entre 2009 e 2012.	127
Gráfico 14 – Guarapuava: Produção de soja em 2012 e estimativa para 2013.	128
Gráfico 15 – Guarapuava: Produção de milho em 2012 e estimativa para 2013.	129
Gráfico 16 – Guarapuava: Faturamento da Cooperativa Agrária em 2011 e 2012.	129

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Configuração Política da Europa Pós-Primeira Guerra Mundial e localização do Império Austro-Húngaro.	61
Mapa 2 – Configuração Política da Europa após a 2ª Guerra Mundial (blocos capitalistas, socialistas e territórios da URSS).	61
Mapa 3 – Localização dos estados de Goiás e Paraná.	67
Mapa 4 - Localização dos municípios de Curitiba, Clevelândia, Goioxim, Guarapuava, Pinhão e Ponta Grossa.	68
Mapa 5 – Localização do estado do Paraná, do município de Guarapuava e do distrito de Entre Rios formado pelas 5 colônias.	71
Mapa 6 – Localização do município de Guarapuava/PR e de Curitiba.	75
Mapa 7 – Localização do município de Guarapuava/PR e dos 5 distritos com a distância de cada um tendo como referência o centro de Guarapuava.	87
Mapa 8 – Rastatt na Alemanha e a capital Berlim.	149

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Guarapuava, Entre Rios/PR. Centro Cultural Mathias Leh (Colônia Vitória).	59
Foto 2 – Guarapuava, Entre Rios/PR. Residência com arquitetura europeia na Colônia Vitória.....	131
Foto 3 – Guarapuava, Entre Rios/PR. Residência de alto padrão na Colônia Vitória.	132
Foto 4 – Guarapuava, Entre Rios/PR. Casa na Vila dos Brasileiros na Colônia Vitória. .	133
Foto 5 – Guarapuava, Entre Rios/PR. Rua na Vila dos Brasileiros, na Colônia Vitória. .	133
Foto 6 – Entrevista com Hans Jürgen Pütsch, prefeito de Rastatt, cidade coirmã de Guarapuava na Alemanha, com tradução de Norbert Geier – Diretor secretário da Cooperativa Agrária. Guarapuava, distrito de Entre Rios.	150
Foto 7 – Comitativa alemã é recepcionada pelo prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, pelo presidente da Cooperativa Agrária Jorge Karl e pelo ex-prefeito de Guarapuava (1988), Nivaldo Passos Krüger.	152

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distrito de Entre Rios: Planta com distribuição das terras e divisão das 5 colônias: Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Cachoeira e Socorro (1952/53).	73
--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Guarapuava: Imagem de satélite da colônia Vitória. Em destaque, a Vila dos Brasileiros.....	114
---	-----

RESUMO

Este trabalho busca compreender como os suábios do Danúbio, imigrantes do leste europeu (Iugoslávia, Hungria e Romênia) se constituem como grupo de poder político-econômico e a contribuição destes para o desenvolvimento da região de Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná. Os suábios do Danúbio foram expulsos do sudeste da Europa para viver em campos de refugiados na Áustria após a Segunda Guerra Mundial. Em decorrência, 500 famílias inscreveram-se em um projeto que visava a criação de uma cooperativa agrícola no Brasil a partir de incentivos governamentais. Com a chegada ao Brasil fundaram a Cooperativa Agrária em 1951. Em termos de procedimentos metodológicos o trabalho foi elaborado a partir da investigação qualitativa obtida pela coleta de dados documentais sobre a cooperativa, a vida cultural e político-econômica dos imigrantes, dados secundários de órgãos institucionais e entrevistas. Como resultados podemos afirmar que a instalação do grupo contribuiu/cooperou economicamente para o município, mas não de forma homogênea, com a implantação de novas técnicas agrícolas e com a criação de postos de trabalho. Por outro lado, o assentamento dos suábios resultou em um processo de segregação territorial e na intensa valorização da tradição e cultura germânicas.

Palavras-chave: Território, grupos de poder, cooperação, segregação, desenvolvimento local/regional.

ABSTRACT

The proposal of this research was to comprehend how the Danube Swabians, immigrants from Eastern Europe (Yugoslavia, Hungary and Romania) are constituted as a political and economic power group and the contribution of this group to the development of the region of Guarapuava, in south-central Paraná, Brazil. The Danube Swabians were expelled from southeastern Europe to live in refugee camps in Austria after the Second World War. As a result, 500 families enrolled in a project that aimed to create an agricultural cooperative in Brazil with governmental incentives. After their arrival in Brazil, they founded *Cooperativa Agrária* in 1951. In terms of methodological procedures, the investigation was based on qualitative research obtained by collecting documentary data about the cooperative, the cultural, political and economic life of the immigrants, institutions secondary data and interviews. As a result, we found that the installation of that group contributed/cooperated economically with the county, but not homogeneously, with the implementation of new farming techniques and the jobs creation. In the other hand, the settlement of the Swabians resulted in a process of territorial segregation and in an intense self-appreciation of Germanic traditions and culture.

Keywords: Territory, power groups, cooperation, segregation, local / regional development.

INTRODUÇÃO

A investigação de como e porque os suábios do Danúbio se constituem como grupo de poder político-econômico localmente e a contribuição/cooperação dos mesmos para o desenvolvimento de Guarapuava e região, por meio da dinâmica econômica por eles implementada, a existência da auto-segregação (ou se são segregados) e a influência que a concentração fundiária ou a “posse da terra” podem ter no desenvolvimento do município, devem ser considerados objetivos desta pesquisa.

O discurso ou a realidade do vigor econômico observado em Entre Rios é resultado de uma multiplicidade de combinações histórico-geográficas, e por isso é preciso conhecer e analisar as diversas escalas, pois elas servem de fundamentação teórica e prática para compreender o espaço social.

A imagem de que Entre Rios representa um exemplo para a região centro-sul do Paraná, bem como para todo o estado, fundamenta-se em dois aspectos: o sucesso econômico representado pela produção agrícola, em especial de grãos (e a agregadora desse processo, a Cooperativa Agrária) e o esforço dos imigrantes em superar as dificuldades, o que demonstraria a tendência em cooperar, com a sociedade local e regional.

A inserção dos suábios na sociedade guarapuavana e paranaense pode ser percebida, de um lado, pela sua integração e, de outro, pela manutenção de sua identidade étnica, a partir de diversas simbologias. Este é um dos aspectos que nos instigou a realização da pesquisa, a segregação opcional, do grupo, a partir de alguns aspectos apresentados ao longo deste texto. Neste sentido, a elaboração de discursos que homogeneízam as famílias suábias e reforça elementos identitários devem ser avaliados no conjunto dos objetivos propostos.

O presente trabalho norteou-se inicialmente na discussão teórica sobre território, territorialidades, grupos de poder e desenvolvimento já que, no nosso entendimento, esses conceitos ajudam a explicar as características de ocupação dos suábios do Danúbio no distrito de Entre Rios. Para tal, trazemos as diferentes abordagens por Raffestin (1993), Santos (2001; 2006), Haesbaert (1997; 2004; 2007), Souza (1995; 2000), Saquet (2004; 2007), Sposito (1995;2004), Soja (1993) e Sack (1986), dentre outros estudiosos. Esses autores fazem uma análise do território atrelando ao espaço a atividade do homem por meio de relações de poder, onde o território seria um meio para o exercício do poder, que pode ser exercido por pessoas ou grupos.

Haesbaert¹ (2004), por exemplo, aborda as várias formas expressas pelas territorialidades que, segundo o autor, podem ser política, econômica e cultural. Saquet (2004;2007) mantém essa conjuntura defendida por Haesbaert e utiliza Raffestin² (1993) ao trazer um elemento a mais para o conceito de território, que é a manifestação e o exercício do poder, presente nas relações sociais.

Do mesmo modo, Souza³ (2000) acredita que o território é um espaço definido e marcado pelas relações de poder e, portanto, é também um instrumento de exercício de poder, com dominantes e dominados, um espaço com caráter essencialmente político, onde as relações de poder definem o território. Raffestin (1993) traz para o conceito de território o caráter político, diferenciando-o de espaço, onde o primeiro se apoia no segundo, mas não pode ser confundido com ele.

Desta forma, de acordo com o autor, não é possível falar de território sem levarmos em consideração as ações de poder (ou de poderes) que nele incidem. E aí existem várias formas de se expressar o poder, que pode ser de um governante ou de um grupo estabelecido, a manutenção da língua, o exercício de uma crença religiosa, a defesa de uma posição política e a exploração dos recursos naturais. Mais que isso, para Raffestin (1993), o poder está presente em todo o tipo de relação social.

Percebe-se que a Cooperativa Agrária ao ser instalada no distrito de Entre Rios apropriou-se economicamente e culturalmente desse território, mudou a posse e o uso da terra, com culturas de cereais em campos onde anteriormente existiam mato e gado. Um modo diferente de viver e agir que criou novas territorialidades. É o que acontece com suábios e não-suábios em Entre Rios. A vinda desses imigrantes provocou um isolamento por parte dos dois grupos, destes e dos guarapuavanos, diferenças que depois de seis décadas ainda persistem, mas em menor intensidade. A organização dos suábios também alterou a economia local no que diz respeito principalmente ao setor do agronegócio e à arrecadação de impostos pelo município.

Em termos de procedimentos metodológicos utilizamos de pesquisa em jornais, entrevistas, coleta e análise de dados secundários e a literatura sobre o tema. Assim, em

¹ HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização** - Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

² RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

³ SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. A. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

relação à análise de jornais, fizemos escolhas aleatórias de reportagens⁴ que trataram de temas que incluem Guarapuava, o distrito de Entre Rios, o desenvolvimento econômico na região e investimentos, a cultura, o agronegócio, o tradicionalismo e o poder político. Como o tema requeria tratarmos de desenvolvimento local/regional, nos utilizamos também reportagens pautadas em investimentos no município e no setor agropecuário. Pela inexistência de outro periódico jornalístico impresso diariamente, além do Jornal Diário de Guarapuava, optamos pelo site Rede Sul de Notícias⁵.

Fizemos, na sequência, confrontamento das entrevistas com os dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e outros. No último balanço divulgado pela Cooperativa Agrária, a instituição fechou o ano de 2012 com faturamento na ordem de R\$ 2,101 bilhões, com o fornecimento de insumos, venda de produtos *in natura* e também industrializados. Atualmente, a Cooperativa Agrária concentra seus negócios em *commodities* agrícolas com as culturas do milho, da soja, do trigo e da cevada. Desde o início da década de 1950 até os dias atuais os incentivos governamentais estaduais e federais foram e continuam sendo decisivos para o fortalecimento e a expansão dos negócios da Cooperativa Agrária, com financiamentos advindos de recursos públicos.

Para o detalhamento do exposto, o conteúdo desta dissertação está dividido em quatro capítulos. O **Capítulo 1** traz uma discussão dos conceitos fundamentais para o entendimento e estudo do objeto desta pesquisa que são os suábios do Danúbio, como território, territorialidades, Estado e grupos de poder. Além disso apresentamos as características desse grupo que expressam patriotismo e religiosidade e, ao mesmo tempo, um modo de vida diferente do encontrado nos campos nativos de Guarapuava, os quais impõem desafios de relacionamento e aceitação.

No **Capítulo 2** fizemos um relato histórico e socioeconômico de Guarapuava e região, contextualizando desde a saída desses imigrantes suábios da Europa até a escolha do Paraná e do município de Guarapuava onde se fixaram com a instalação do distrito de Entre Rios e a fundação da Cooperativa Agrária. Um processo que se deu com incentivos

⁴ Diário de Guarapuava: reportagens do período de outubro de 2012 a junho de 2013; Site Rede Sul de Notícias: reportagens do período de maio de 2011 a junho de 2013.

⁵ Essa pesquisa utilizou dados e informações dos seguintes periódicos e publicações: Jornal Tribuna Regional, Jornal Diário de Guarapuava, Jornal Folha do Oeste, Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, Revista Géographies et Cultures, Revista de História Regional, Revista Exame, Revista Novos Estudos 80, Revista Dinheiro Rural, Revista Estudos Avançados, Site Rede Sul de Notícias, Site do deputado Bernardo Carli, Site da Prefeitura de Guarapuava, Site da Cooperativa Agrária, Site da Colônia de Entre Rios, Site da Agro Amazônia.

governamentais do estado do Paraná e também do governo federal. Ainda abordamos o conceito de desenvolvimento regional.

Índices econômicos e sociais e a distribuição de renda no município de Guarapuava, de Entre Rios e dos outros distritos, renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram abordados no **Capítulo 3**, quando esses dados são analisados e comparados com a análise dos discursos das entrevistas, bem como com as diversas informações da Cooperativa Agrária. Estas envolvem faturamento, produção agrícola, investimentos e expansão da empresa, além de dados secundários como IBGE e IPARDES. Também fizemos uma análise sobre a contribuição do agronegócio para o desenvolvimento regional.

E, no **Capítulo 4**, apresentamos discursos e realidade a partir das entrevistas com pessoas ligadas à administração, à economia e à política de Guarapuava, com dirigentes da cooperativa e descendentes dos suábios. Além disso, comparamos essas falas com as reportagens jornalísticas pautadas em temas sobre a Cooperativa Agrária, sobre o agronegócio, o desenvolvimento local e regional, os grupos de poder e a influência das famílias tradicionais na economia e no desenvolvimento de Guarapuava, a influência da cultura e do modo de vida desses imigrantes e as consequências da concentração fundiária. E, por fim, analisamos os discursos referentes a segregação vivida e/ou gerada pelos suábios do Danúbio a partir das entrevistas com descendentes e não-suábios, e também a cooperação do grupo para o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO 1

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: CONTEXTOS POSSÍVEIS SOBRE OS SUÁBIOS DO DANÚBIO

O que se propõe neste capítulo é fazer uma discussão a respeito de conceitos fundamentais para o entendimento de processos que envolvem os suábios do Danúbio, imigrantes europeus que se instalaram em Guarapuava no Paraná, a partir de 1951. Em 2013 o município completou 194 anos⁶.

Para melhor compreendermos qual a relação que este grupo tem com o território e a sua representatividade social⁷ com o município de Guarapuava e também com a mesorregião Centro-Sul do Paraná, nos utilizamos de alguns conceitos que dão fundamento à abordagem, como os de território, territorialidade, Estado, governo e grupos de poder.

A discussão sobre o novo território formado e apropriado por este grupo traz características culturais que expressam patriotismo e a religiosidade e, ao mesmo tempo, um modo de vida diferente do encontrado nos campos nativos de Guarapuava. Este grupo, mesmo distante de suas terras, esforçou-se em manter as tradições, a língua e a religião e, pela necessidade de sobrevivência, formou uma nova sociedade, apropriando-se do espaço que se transformou em uma nova territorialidade.

A apropriação, então, se dá em meio às relações de trabalho e poder e modificam o uso do solo. A diferença cultural entre os imigrantes e os moradores locais impõe desafios

⁶ Em 2010 houve uma tentativa da administração, que tinha como prefeito Luiz Fernando Ribas Carli, de alterar a data de comemoração do aniversário do município de Guarapuava do dia 9 de dezembro de 1819, para 17 de junho de 1810, data em que a Real Expedição de Conquista do Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal chegou à região. Nesta data houve a construção do Fortim Atalaia que abrigou as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. A prefeitura lançou o *slogan* “Guarapuava 200 anos”. Na atual administração, as informações encontradas no site da prefeitura desconsideram a data como sendo a da fundação do município, reconhecendo que o mesmo surgiu oficialmente com a assinatura do Formal de Instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em 9 de dezembro de 1819. Desta forma, Guarapuava não completa 204 anos em 2014, mas 195 anos. Para saber mais: site da Prefeitura de Guarapuava. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/turista/historia>>.

⁷ As representações sociais ou a representatividade social envolvem diversos elementos: ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes e opiniões, que na maioria das vezes organizados, expressam uma espécie de saber sobre um estado de realidade. Durkheim foi o primeiro a identificar tais objetos, como produções mentais sociais, em um estudo da “ideação coletiva”. No Brasil e a partir dele, Moscovici (1978) renovou a análise, caracterizando a representatividade social pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações, e pelo desenvolvimento da ciência e da mobilidade social. Assim, a representatividade social de um objeto passaria pela interação de fenômenos sociais, resultado de processos no cotidiano do mundo moderno. Para saber mais: MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

de relacionamento e aceitação, mas não enfraquece o poder do grupo, mas sim fortalece a união dos mesmos neste novo território. A cultura é uma importante ferramenta de dominação do espaço conquistado.

Ao mesmo tempo em que transforma este território, o grupo também sofre alterações em razão das adaptações decorrentes deste processo. Por outro lado, esse território não é inerte e sua utilização acaba sendo definida pelo uso de equipamentos e técnicas agrícolas. A ocupação suábica transformou o espaço geográfico criando um novo território, aquele formado pelas cinco colônias interligadas, ou seja, o distrito de Entre Rios.

Da mesma forma que o território, a territorialidade tem um papel importante na constituição dos grupos sociais porque pode ajudar a entender melhor as características de ocupação, como é o caso dos suábios do Danúbio, em que houve um esforço para ocupar e controlar o novo território a partir de suas referências históricas e culturais.

A partir de abordagens teóricas dos autores já citados na introdução acerca do território, de territorialidades, de poder e de Estado buscamos discutir e apontar neste capítulo, características que revelem à ocupação dos suábios no distrito de Entre Rios, uma vez que a discussão aborda o território, sendo este o meio utilizado para o exercício do poder. Também diferenciamos os conceitos de espaço e de território, e relatos do contato social entre os diferentes grupos nos primeiros anos de convivência.

1.1. Abordagem conceitual sobre território e a representatividade social dos suábios do Danúbio para Guarapuava e Região

Para tratarmos do conceito de território optamos pela abordagem feita pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel⁸ que teve um importante papel no processo de sistematização da Geografia Moderna, com a criação da Antropogeografia, que trouxe pioneiramente análises a respeito de estudos geográficos que trataram de problemas envolvendo os seres humanos.

A visão integradora e sistêmica da Terra demonstra que sua concepção parte de um vínculo entre o espaço natural e o homem, diferente da Ecologia Geral e da Geografia Humana daquela época, que restringiam seus estudos e obras sobre a fauna e a flora e sobre o ambiente das pessoas, respectivamente. Apesar dessas diferenças, Ratzel defendeu a

⁸ RATZEL, Friedrich (1844 - 1904) foi um geógrafo e etnólogo alemão, nascido em Karlsruhe e criador da antropogeografia ou Geografia Humana. Seus estudos sobre o tema das relações entre espaço e poder deram origem à Geografia Política.

integração das ciências e criticou as que se dedicaram ao homem e ignoraram o meio ambiente, como a teoria sociológica, que exclui de seus debates a importância do território.

Se há algo contra algumas teorias sociais, é o desprezo absoluto pelo ambiente físico; e em toda a sociologia moderna o território encontra uma escassa consideração, que conduz parte do sistema e da teoria sociológica a conceber o homem como desvinculado da Terra (RATZEL, 1914 *apud* CARVALHO, 1998, p. 74).

Muitas das atribuições a Ratzel vinculam suas obras a uma Geografia empírica, baseada na observação e na descrição, determinista e positivista, como eram as características epistemológicas que marcaram as ciências no final do século XIX. Mas com o uso deturpado de suas teorias no decorrer do século XX, sua obra foi associada ao expansionismo nazista alemão.

A teoria ratzeliana via o ser humano pelo ponto de vista biológico (não social) e isso aponta que o homem não poderia estar fora das relações de causa e efeito que determinam as condições de vida no meio ambiente. Assim, pelo Determinismo Geográfico⁹ o homem seria produto do meio, onde as condições naturais determinavam a vida em sociedade.

Ratzel sofreu grande influência de Charles Darwin¹⁰ que defendeu que a evolução estava fundamentada na luta entre diferentes espécies, apontando que aquelas que possuíssem as características de melhor adaptação ao meio sobreviveriam. Esse conceito naturalista foi absorvido por Ratzel nos estudos de vida em sociedade, onde os seres humanos, raças e etnias mais aptos dominariam os povos considerados inferiores.

Deste modo, podemos perceber pela própria história que estes estudos sustentaram a dominação dos povos europeus, que se colocaram como civilização mais evoluída e desenvolvida, com a missão de dominar os povos inferiores e impor sobre eles a sua cultura e o seu modo de vida. Foi daí que surgiram ideias que acabaram influenciando aquilo que

⁹ O conceito de Determinismo Geográfico surgiu depois da guerra Franco-prussiana, que deu origem ao Estado alemão após 1871. O conceito de Ratzel aborda as influências que o meio ambiente (condições naturais) exercia sobre o homem. Ele defendia que o meio natural por si só definiria os aspectos fisiológicos e psicológicos do homem. Desta forma, o homem era resultado também dessa interação feita com a natureza.

¹⁰ Charles Darwin foi um naturalista inglês nascido em 1809 e responsável pela publicação da Teoria da Evolução. Em 1838 Darwin deu forma a uma teoria sobre a evolução dos seres vivos, incluindo a ideia de “seleção natural”, segundo a qual só sobreviviam os indivíduos de uma mesma espécie que sofriam mutações para se adaptar às mudanças da natureza, que eram incorporadas pelas gerações seguintes, possibilitando a continuidade de sua existência e sua evolução, incluindo os seres humanos. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=1145>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

mais tarde ficou conhecido como Nazismo (BERTONHA, 2009). Ratzel teve muitos seguidores, entre eles, Ellem Semple, Elsworth Huntington que defendiam, por exemplo, que o clima e o relevo explicavam questões relacionadas a religião e ao desenvolvimento, e Kjelen, Mackinder e Haushofen que usaram a Geografia Política ratzeliana como base para criar a Geopolítica (MORAES, 1990).

Como nem sempre se usou a fonte original para estudos, publicações de artigos e livros, mas referências secundárias geradas por esses seguidores, Ratzel acabou ficando mais conhecido pelos estudos realizados por eles. O que não podemos desconsiderar é que estes seguidores agregaram novos conceitos e características aos trabalhos que não fazem parte das obras originais de Ratzel. Martins (1993, p. 6) afirma que “os clichês imputados ao geógrafo revelam, mas também velam”.

O que mais se criticou/critica em sua obra e em relação aos autores que seguiram suas concepções foi o Determinismo exagerado, que deu importância apenas ao meio físico para explicar o comportamento da sociedade da época sem levar em consideração, por exemplo, a tecnologia e a própria reprodução da natureza. O meio era o responsável para determinar como seria a vida na superfície terrestre.

Por outro lado, o Possibilismo de La Blache foi no sentido contrário ao Determinismo, mas também não contribuiu para explicar a originalidade do homem, e a liberdade que ele tinha para criar e fazer as coisas.

O entendimento que La Blache tinha, naquela época, sobre a Geografia Política a partir da obra de Ratzel é bem diferente da conhecida nos dias atuais.

A geografia política constitui, em sentido estrito, um desenvolvimento especial da geografia humana. (...) nas aplicações da geografia ao homem, trata-se sempre do homem por sociedades ou por grupos, de modo que se pode crer autorizado a dar ao nome de geografia política um sentido mais amplo, e estendê-lo ao conjunto da geografia humana (VIDAL DE LA BLACHE, 1898, p. 98).

Na citação acima percebemos uma desvalorização da Geografia Humana que foi o centro dos estudos de Ratzel, com a Geografia Política. A crítica da Escola Possibilista, representada por La Blache à Escola Determinista de Ratzel, está fundamentada na não fragmentação da Geografia Política, seja pelas ciências físicas e biológicas ou por outras denominações de escala, como é o caso do Estado.

Assim, apesar das críticas feitas às obras de Ratzel, optamos pela utilização de suas obras clássicas que, ao abordar o homem e o meio ambiente promoveu um debate

interdisciplinar (História, Etnologia e Geografia) que tinha como objetivo compreender a distribuição do homem na Terra (MORAES, 1990).

O território, discutido na Geografia por Ratzel desde o início do século XX, tem vinculação com o *boden* (solo) e o patriotismo, que encontrava sua identidade no Estado-Nação. Para ele, as relações que se formam entre a sociedade e o território (solo) são determinadas pela necessidade do homem de se alimentar e habitar.

Ao citar Ratzel, Souza (2000, p. 86) afirma que território seria “sempre sinônimo de território de um Estado, e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais”. Devido a sua formação naturalista, Ratzel desenvolve o conceito de território a partir do habitat, termo muito utilizado na Biologia para delimitar as áreas de domínio de uma determinada espécie ou grupo. Essa concepção tem relação com o momento histórico em que este viveu, já que é contemporâneo da consolidação das relações capitalistas na Alemanha.

Moraes (1990, p. 23), ao tratar da argumentação de Ratzel, observa dois conceitos fundamentais que surgem com ele na Geografia: o território (um conceito da Zoologia) e o espaço (um conceito da Física) vital, posto para Ratzel o território ser “uma porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. A propriedade qualifica o território. (...) é a posse que atribui identidade”. Já o espaço vital “manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis” (MORAES, 1990, p. 23). Assim, o espaço vital seria, segundo Ratzel, uma parte da superfície terrestre apropriada e necessária para a reprodução e manutenção de uma comunidade.

A propriedade e a luta para defender este espaço são naturais, fazem parte da história, uma vez que o progresso em diversas áreas e com acesso mais amplo aumenta o contato entre os povos. Desse contato, podem surgir boas relações comerciais ou, no outro extremo, conflitos e guerras. Nesta perspectiva de luta pelo território/espaço vital, Ratzel afirma que os povos mais fracos seriam dominados, assimilados ou extintos pelos povos que estivessem em um patamar superior de civilização e de cultura.

Esses povos com melhor organização social teriam por si só um patrimônio cultural acumulado, ingrediente que vai ao encontro da concepção para o surgimento do Estado em Ratzel, colocado como “fundamental para o processo civilizatório” (MORAES, 1990, p. 25). Ainda segundo Moraes (1990, p. 25): “Quando a sociedade se organiza para defender o seu território, ela se transforma em Estado. Seu aparecimento, por outro lado, resulta num aumento da coesão social do grupo”.

No texto Geografia do Homem – Antropogeografia (1990), Ratzel aborda a evolução de diferentes conceitos relativos a influência que as condições naturais têm sobre o homem. Ao examinar o homem, esteja ele representado na família, em uma tribo ou no Estado, “é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou grupo em questão, também uma porção do território” (MORAES, 1990, p. 74). Ou seja, no pensamento ratzeliano não é possível conceber esses organismos sociais separadamente do território.

Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura (MORAES, 1990, p.74).

A ligação com o solo e a defesa desse espaço estão diretamente ligadas às necessidades vitais do ser humano e, por consequência, com a sobrevivência e a manutenção da espécie, isto é, alimentação e moradia. Quando o território de onde provêm os alimentos e a moradia estiver ameaçado por forças externas ou pelo esgotamento de tais condições, essas manifestações sociais também estarão ameaçadas neste espaço. Para Ratzel, “a escolha do local e a amplitude do território do qual são trazidos alimentos sempre estiveram subordinadas às exigências da alimentação” (MORAES, 1990, p. 75).

Desse modo, segundo a linha de raciocínio ratzeliana, quanto mais forte for o vínculo imposto pela moradia e pela alimentação a uma sociedade, mais forte será a necessidade desta em manter a propriedade desse território. Este pode suprir as necessidades de subsistência e que se ligam ainda mais fortemente aos moradores pelas condições de sustento e de abrigo.

Da mesma forma que as condições naturais moldam os modos de vida, o homem não está em uma posição estática, inerte ao mundo natural, mas sim interfere, altera, transforma e explora esses recursos naturais. Nem tudo está pronto na forma *in natura*. Quanto maior for sua técnica, melhor poderá ser o resultado no manejo dos recursos naturais, bem como quanto mais desenvolvido tecnicamente, menor seriam as dificuldades impostas pelas condições ambientais a serem enfrentadas pelo mesmo. O desenvolvimento que se aprimora, segundo Ratzel, a partir da circulação desses conhecimentos, é o que se atinge com a evolução humana.

Ao atingir esse desenvolvimento, o homem não permanece confinado a um espaço ou região, mas pelas próprias relações comerciais, busca a interação, apesar de mantidas as diferenças regionais (territoriais), de acordo com Ratzel. Embora contenha um sentimento

de união e unificação em busca de um interesse comum, o pensamento ratzeliano demonstra que o Estado é resultado do desenvolvimento das sociedades humanas, sem a exclusão da diferenciação espacial, que é o território de um determinado povo.

Sobre o Estado, Ratzel o compara a um organismo com vida, que tem alma e que encontra no território um dos principais elementos para sua formação e concepção. Para Ratzel não existe Estado sem território, e esse território não se limita as condições de trabalho que mantém uma sociedade em um determinado espaço, mas promove uma divisão espacial do trabalho e, conseqüentemente, diferencia as regiões.

A partir das diferenças entre regiões, Ratzel formula uma definição geográfica do Estado. O Estado Moderno possui diversas funções que anteriormente não existiam pela própria evolução das sociedades que conquistaram territórios e produziram novas demandas de organização (nacional e internacional) e sobrevivência.

O modelo de Estado Moderno contemporâneo é detentor do aparelho administrativo e tem a função de promover a prestação de serviços públicos. Esse aparelho conta ainda com o monopólio da violência física legítima, assegurado pelas leis dentro dos seus domínios territoriais. Também é inerente ao Estado o aparato político, com jurisdição suprema sobre um determinado território, o qual tem como principal função a promoção do bem comum do povo nele estabelecido. O Estado tem um governo que pode ser escolhido ou imposto, e que é transitório, institucional, já que o Estado é permanente, e elemento fundamental do poder.

Nessa linha de pensamento, em Moraes (1990, p. 150): “Os Estados são criados pela comunhão da autoridade dominante e dos interesses comuns. Mas o primeiro lugar cabe à autoridade dominante”, que por vezes deixa de atender aos interesses públicos já que o Estado é um emaranhado de relações de poder, sejam elas políticas, militares ou econômicas, e essas últimas têm em grupos estabelecidos seus principais representantes.

Assim, o território é o campo para o exercício e manutenção do poder, um espaço definido por relações e constituído por diferentes grupos e interesses. As relações de poder impõem regras, normas, limites de ação e controle e coloca o Estado como o centro do exercício do poder.

Ainda segundo Moraes (1990, p. 177), Ratzel afirma que as dimensões de um Estado crescem de acordo com o desenvolvimento cultural de determinada população no decorrer do tempo. A cultura seria a ferramenta necessária ao Estado para dominar e consolidar essa espacialidade territorial conquistada. “A cultura cria progressivamente as bases e os meios para a coesão dos membros de uma população, e amplia continuamente o círculo daqueles que se reúnem pelo reconhecimento de sua homogeneidade”.

A partir daí conclui que a cultura ajuda a promover a expansão territorial do Estado. Importa lembrar que a discussão realizada por Ratzel a respeito do Imperialismo territorial está vinculada ao período em que o poder hegemônico dos países/Estados-Nação era proporcional a quantidade de terras que eles possuíam.

Não podemos esquecer que os fundamentos de Ratzel se deram em um conturbado contexto histórico na Alemanha do século XIX, quando o país ainda estava fundamentado em estruturas feudais e, por isso, se encontrava atrasado das relações capitalistas. O poder estava descentralizado em várias unidades confederadas, com disputa de poder local como o exemplo da hegemonia entre a Prússia e a Áustria.

A Alemanha vivencia no século XIX o processo de unificação como Estado e assume a posição de potência mundial tendo, portanto, maior capacidade de crescimento, expansão e dominação. Isso ocorreu após a vitória da Prússia sobre a Áustria, na Guerra Austro-Prussiana, e posteriormente sobre a França que era contrária a integração dos Estados do sul e a unificação e a formação do novo país.

Esse ideal nacionalista alemão se espalha pela Europa e o novo Estado Alemão torna-se uma organização militarizada da sociedade e do Estado, fazendo surgir tardiamente uma nova unidade do capitalismo, mas diferente da encontrada na França, Holanda, Inglaterra e Portugal, que ainda detinham impérios coloniais.

A Alemanha necessitava expandir suas fronteiras em busca do desenvolvimento territorial. E é na Geografia de Ratzel que o país busca respostas para avançar nesta nova realidade histórica e política. Enquanto para o capitalismo inglês e francês a Geografia tinha como papel manter e viabilizar a expansão das colônias, para o capitalismo alemão a Geografia deveria dar respostas a estas novas questões, ou seja, a unidade alemã.

Desse modo, para Ratzel, “o tamanho de um Estado também se torna um dos parâmetros do seu nível cultural” (MORAES, 1990, p. 178). Além da cultura e da religião, outros fatores não podem ser desprezados nesta discussão segundo o raciocínio ratzeliano. Anteriores à política, as ideias capitalistas de expansão e conquista de novos territórios e o comércio têm um forte poder de influência na dimensão do Estado e extrapolam as fronteiras nacionais. “Andando por caminhos parecidos, ideias e mercadorias, missionários e negociantes frequentemente se encontram juntos. Ambos aproximam os povos, criam similaridades entre eles, e com isso preparam o solo para o avanço político e a unificação” (MORAES, 1990, p. 180).

Ao falar em fronteiras nacionais, Ratzel afirma que estas “são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação do seu crescimento, e participam de todas as

transformações do organismo do Estado” (MORAES, 1990, p. 184) o que, segundo ele, pode ser percebido no formato dos países e na distribuição de suas populações.

Outra característica de expansão geográfica do Estado está na escolha por áreas que expressem valor político e econômico. Assim, os “bons espaços” seriam selecionados para sua expansão e desenvolvimento, restando aos mais pobres, “os espaços ruins”, entre eles a delimitação de regiões com limites naturalmente definidos, como rios e montanhas. Segundo Ratzel, a posse de terras conquistadas concedeu ao Estado um maior poder político, principalmente durante os períodos de guerras.

Percebemos que além de auxiliar o governo alemão na expansão e conquista de novos territórios após a unificação, Ratzel trouxe ainda importantes contribuições para o desenvolvimento da Antropogeografia e para o conceito de território, ao fazer análises sobre as relações dos seres humanos com o meio em que viviam. Neste sentido, auxiliou no desenvolvimento da sociedade alemã daquela época, bem como criou as bases mais importantes para os estudos até de outros ramos das Ciências Biológicas, como a Ecologia, que devido ao progresso tecnológico também precisou ampliar seus estudos para melhor compreender o meio ambiente, dinamicamente modificado.

Para além dos textos clássicos de Ratzel organizados por Moraes (1990) na discussão sobre o território, apresentamos outras abordagens a respeito desse conceito na tentativa de analisá-lo como fundamento teórico aos objetivos aqui propostos.

Para isso nos utilizamos de leituras que demonstram as múltiplas dimensões ou concepções existentes sobre este conceito a partir de autores como Raffestin (1993), Santos (2001;2006), Haesbaert (1997;2004;2007), Souza (1995;2000), Saquet (2004;2007), Sposito (1995;2004), Soja (1993) e Sack (1986) que, no nosso entendimento, ajudam a explicar as características de ocupação dos Suábios no distrito de Entre Rios. Isso porque os autores fazem uma análise do território vinculando ao espaço a atividade do homem por meio de relações de poder. Neste aspecto, o território seria uma espécie de meio para o exercício do poder que pode ser praticado por pessoas ou grupos.

O poder pode ser estatal, do governo, pode aparecer nas ações das autoridades políticas estaduais e regionais, bem como pode ser observado em uma pessoa, um grupo ou em vários grupos. Mesmo dentro de um grupo podemos falar em vários poderes disputando territórios e interesses opostos, como no caso dos suábios do Danúbio, o que nos faz acreditar que um território está em constante disputa por diversos grupos de poder.

A palavra território deriva do latim *territorium*, que é um derivado de terra e que nos conceitos de agrimensura tem o significado de pedaço de terra apropriada (Haesbaert, 1997).

Haesbaert (2007) define território com recortes políticos, econômicos e culturais, o que se dá por meio da existência do homem que nasce com o território e do território que nasce com a civilização. Para Haesbaert (2007), essa apropriação se dá quando ao tomar consciência do espaço que o cerca o homem se apropria desse espaço, demarcando-o, delimitando, construindo assim o seu território.

Haesbaert (2004) aponta a existência de pelo menos sete definições de território dadas para a Geografia. O autor agrupa essas concepções em quatro, sendo a *política*:

(...) a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado (HAESBAERT, 2004, p. 40).

O território visto subjetivamente também pode ser *cultural* ou *simbólico-cultural*, quando:

(...) prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Haesbaert (2004) ainda aborda o território por um viés *econômico*. Nesta definição, é visto como:

(...) a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004, p. 40).

E, por fim, a interpretação *natural* ou *naturalista*:

(...) mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Segundo Haesbaert (2004, p. 92) pode-se ter a noção que território “privilegia sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico; aparece contextualizada

historicamente; e define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional”. Assim, numa linha marxista mais ortodoxa, de acordo com o autor, o território seria determinado pelas relações econômicas ou de produção (HAESBAERT, 2004, p. 93). No “mundo” globalizado, a construção do território resultaria da interação entre as dimensões políticas e econômicas, com a cultura e os símbolos partilhados por um grupo social.

O território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo. (...) Pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais. (...) ou pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade (HAESBAERT, 2007, p. 43-44).

Para Haesbaert (2007), existem diversos tipos de territórios, com dimensões e conteúdo específicos.

As conotações que a territorialidade adquire são distintas dependendo da escala, se enfocada ao nível local, cotidiano, ao nível regional ou ao nível nacional e supranacional. Igualmente, existem diversas concepções de território de acordo com sua maior ou menor permeabilidade: temos, desta forma, desde territórios mais simples, exclusivos / excludentes, até territórios totalmente híbridos, que admitem a existência concomitante de várias territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 43-44).

De qualquer forma, ainda para o autor, o território está diretamente ligado ao poder, mas não apenas ao poder político dos governantes, mas ao poder exercido por meio de dominação e também aquele exercido por meio da apropriação.

De acordo com Sposito (2004, p.17) existem concepções diferentes a respeito de território e a presença do poder, da política e da economia. Sposito (1995) compreende que além dessas forças verticalizadas sobre o espaço delimitado, o território está muito além da superficialidade da terra.

Um território torna-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos e econômicos. Ele compreende recursos minerais (...) é suporte da infraestrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam. (...) é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando enfocada em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, etc (SPOSITO, 1995, p. 112).

Saquet (2007) acompanha Haesbaert (2007) na definição de território, atribuindo a este uma abordagem simbólico-cultural, histórica e multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N) ao afirmar que:

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras (SAQUET, 2007, p. 58).

Ao abordar essa relação (E-P-C-N), Saquet (2007) não abandona a dimensão natural durante a apropriação do espaço por meio das relações de poder.

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza (SAQUET, 2007, p.172).

Para Saquet (2007), obter o conceito de território a partir desta ampla abordagem é possível porque as relações fazem parte da vida cotidiana, podendo formar uma rede de informações ou mesmo um campo de forças entre poderes. Assim, para Saquet (2004, p. 140): “Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações”.

Assim, território para Saquet (2004) é a união de forças, de relações e das produções articuladas com os aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço, enquanto para Sposito (1995) o conceito de território inclui ainda os recursos naturais, o comércio, a indústria, a agricultura, ou seja, suas relações de produção. Em Haesbaert (2007), a definição de território está associada ao poder, mas não apenas ao poder político, mas ao poder de dominação, de apropriação. Ambos, no entanto e de alguma forma, concebem o território similarmente.

Sack (1986) afirma que o conceito de território e/ou territorialidade com uma conotação de domínio e de controle de pessoas ou de recursos, com a delimitação de uma área. Ele defende a ideia de que o espaço geográfico pode ser tratado como território quando suas áreas limítrofes forem usadas para influenciar, impedir ou facilitar o acesso das pessoas. Deste modo, o território seria território quando este fosse instrumento de controle de acesso aos seus limites. Dentro desta concepção de acessibilidade, Sack (1986) afirma também que

os territórios possuem diferentes níveis de permeabilidade, e que a maioria deles é fixa, mas alguns territórios podem mover-se.

O que o autor explica é que o que hoje pode ser um território, amanhã pode não ser mais. Tal afirmação coloca em evidência que a manutenção de um espaço com qualidade de território precisa de constante ação e reforço de sua delimitação, sem as quais ele deixa de ter sua função de controle territorial. Sack (1986) é cauteloso ao abordar os conceitos de território com o processo de desenvolvimento já que, segundo ele, as dimensões política, econômica e cultural possuem um importante papel para controlar atividades e indivíduos, mesmo estando uma autoridade fora desse território.

Assim, para Sack (1986), o território estaria mais vinculado ao domínio, com maior ênfase nas relações de poder, enquanto Haesbaert (2007) prossegue a partir daí não só da estrutura política de domínio e controle, mas incorpora, ainda, os aspectos simbólicos e de identidade de quem a constitui.

As ruas da cidade moderna, são construídas para bicicletas, carros, caminhões e ônibus e não para pedestres. As auto-estradas são projetadas para o tráfego de veículos movidos a motores com combustão interna. Para a maior parte, as pessoas e suas atividades não podem encontrar local no espaço sem formas de controle sobre a área - sem a Territorialidade. O desafio é mostrar como e porque é este o caso. Infelizmente, os analistas espaciais não têm explorado, sistematicamente, a Territorialidade para descobrir se há uma lógica no controle territorial, da mesma forma que tem havido uma exploração na questão se há uma lógica para a organização espacial não-territorial e interação (SACK, 1986, p. 30-31).

Sack (1986) enfatiza que desse modo as discussões de muitos analistas espaciais sublinham a distância o que resulta em uma lógica meramente geográfica “baseada nas propriedades métricas do espaço”. Ficaria de fora dessa abordagem, para Sack (1986, p. 31), “a possibilidade de que a lógica geográfica pode ser estendida até mesmo pela lógica mais complexa envolvida nos usos territoriais do espaço”, já que diferente deste pensamento, a lógica territorial “é mais complexa do que a lógica da distância, porque a Territorialidade está incorporada nas relações sociais” sendo, portanto, socialmente construída.

Se partirmos do conceito de Sack (1986), por se tratar de uma estratégia humana que não é neutra e, portanto, possui objetivos definidos, a territorialidade tem como princípio estabelecer e determinar como deve ser a interação dos indivíduos com este cenário espacial e, deste modo, expressa uma forma de poder. Se território é para Sack (1986) o resultado dessas interações, a territorialidade seria um atributo do homem que não só utiliza a terra, mas organiza esse lugar, significando ainda a territorialidade não apenas a manutenção de

uma ordem desejada, mas como uma forma para manter e criar estes territórios através do poder.

A interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as idéias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultados da influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária do poder (SACK, 1986, p. 31-32)

Na relação com nosso objeto de pesquisa temos, vinculada a Sack (1986), uma territorialidade humana definida no distrito de Entre Rios: os imigrantes suábios que se fixaram nos campos limpos, demarcaram aquele espaço ao introduzirem um novo olhar para as questões relativas ao cultivo da terra, que ao longo dos anos se tornou modelo para quem almeja alta produtividade.

Não podemos esquecer que tal modelo poderia ter sido implementado por outro grupo de imigrantes durante a colonização. Qualquer grupo que chega em um determinado território busca a identificação com o local, inserindo seu modo de vida, seus costumes e suas marcas no território. Este processo histórico busca, mesmo que de forma subliminar, o controle deste território, seja pela cultura, pela produção no campo, economia ou política.

Se a territorialidade é intrínseca a esse processo construtivo da sociedade não há como, de acordo com Sack (1986), separarmos a sociedade do local ao qual ela pertence. Assim, a territorialidade seria uma estratégia humana para controlar uma área cotidianamente, bem como expressa o poder social de um grupo (SACK, 1986). “A territorialidade é uma forma de interação espacial, que influencia outras interações espaciais e requer ações não-territoriais para sustentá-la” (SACK, 1986, p. 18).

Se um local pode ser num determinado momento um território, e em outro tempo não mais, é preciso entender que essa volatilidade já demonstra uma diferença entre os termos. Sack (1986) explica que “diferentemente de outros locais comuns, os territórios requerem esforço constante para estabelecer e mantê-lo. Eles são resultados de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações” (SACK, 1986, p. 21).

Da mesma forma, Soja (1993, p. 183) afirma que a territorialidade reúne soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição. “Refere-se a produção e a reprodução de recintos espaciais que apenas não concentram a interação (o que é um traço de todos os locais), mas também intensificam e impõem sua delimitação”, estando a territorialidade presente em todos os lugares. Assim, é na apropriação pelo homem e a partir das relações de poder que surge o território, sendo este ou as territorialidades ferramentas para o exercício

desse poder. Quem manda e em quem manda? Como essa ação influencia ou transforma este espaço em território? Temos como exemplo de grupos de poder, os políticos, o empresariado, os latifundiários, os proprietários dos meios de comunicação entre outros.

Se partirmos do conceito de Poulantzas (2000, p. 149) temos que “a capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesse) de outras classes: o poder é, assim, estritamente relacional”, e está atrelado às relações sociais que se dão em um território num determinado tempo e espaço e é marcado por diferenças e conflitos.

Para Souza (2000) a palavra território faz lembrar o termo “território nacional” e, conseqüentemente, em Estado, que é quem tem o poder de gestão do território nacional. Território para o autor é um campo de forças, uma espécie de teia de relações sociais que se projetam no espaço definido por relações de poder.

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2000, p. 81).

Torna-se o território um instrumento de exercício de poder, um espaço com caráter essencialmente político, onde as relações de poder definem o território, mas podem ser também econômicas e culturais. De acordo ainda com Souza (2000), o processo de ocupação de um território produz identidade sociocultural com o espaço concreto, seja ela baseada na natureza, na arquitetura ou na paisagem. Um grupo social só pode ser entendido enquanto estiver vinculado ao seu território e, dentro desta perspectiva, os limites territoriais também são questionados.

Os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta -, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território (SOUZA, 2000, p. 84).

Raffestin (1993) é um dos responsáveis por reintroduzir¹¹ a discussão sobre as relações de poder na Geografia e, ao tratar da produção do território afirma que o mesmo é resultado das relações de poder.

Um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

E é na definição e entendimento desta palavra, o poder, que o autor dedica o terceiro capítulo da primeira parte de sua obra “Por uma Geografia do Poder”. Raffestin (1993) parte de uma diferenciação entre Poder e poder. Marcado com letra maiúscula a palavra expressaria um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado” (RAFFESTIN, 1993, p. 51). Este Poder enquanto um nome próprio, é mais fácil de ser visto e identificado e é colocado sempre também como o mais perigoso.

Já quando trata do poder como um nome comum, marcado com letra minúscula, Raffestin (1993) afirma que este é sim o pior e mais perigoso, uma vez que esse poder não tem formas oficiais e visíveis como o que representa os aparelhos de controle da população e dos recursos, o Estado.

A Geografia Política Clássica teve como precursor o alemão Friedrich Ratzel em 1897, com a obra “Geografia Política”, na qual a força do Estado estava ligada ao espaço físico, às relações sociais estabelecidas entre o Estado e a sociedade e ao espírito de um determinado povo em relação a outro.

A partir das grandes transformações vivenciadas pela humanidade, como o desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação e das duas Guerras Mundiais do século XX, a Geografia Política passou por um processo de estagnação e só na década de 1970 é que começou a ser renovada.

¹¹ Nas análises científicas sobre o território, Raffestin é um dos nomes mais importantes por destacar que um dos elementos que constituem o território é o conceito de poder. Ele faz uma crítica a Geografia Política Clássica, principalmente no que diz respeito às formulações de Ratzel, que entende serem limitadas sobre o poder, nas quais o Estado era o único centro de poder, “o que não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais” (RAFFESTIN, 1993, p. 17). O representante da Escola Francesa formulou uma nova discussão sobre o território, quebrou o paradigma de Ratzel ao afirmar que o Estado detém o poder superior, mas que existem outros poderes no entorno. Para Raffestin, as concepções da Geografia Política Clássica de Ratzel, baseadas nas teorias de Estado, território e Espaço Vital, limitaram a análise geográfica e, com isso, reintroduz a Geografia Política com a obra “Geografia do Poder”, publicada originalmente em 1980, a partir de algumas discussões sobre território nas décadas de 1950 e 1970.

As teorias da Geografia elaboradas nos séculos XIX e XX só começaram a ser reformuladas a partir da década de 1970, com os debates sobre novas concepções de território e territorialidade, que surgiram com as transformações ocorridas na sociedade. As novas análises feitas por Raffestin mostram que é no espaço marcado pelas relações de trabalho que o território se forma. O caráter político do território o diferencia de espaço, onde o primeiro se apoia no segundo, mas não pode ser com ele confundido, já que no território as relações envolvidas se dão num campo de poder, “portanto o poder se enraizaria no trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 56). É “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 2).

Desta forma, Raffestin (1993) avança na discussão ao defender que não é possível falar de território sem levarmos em consideração o poder (ou os poderes) que nele incidem, de um governante ou de um grupo estabelecido. Estas ações estão na manutenção da língua, no exercício de uma crença religiosa, na defesa de uma posição política e na exploração dos recursos naturais, ou seja, o poder está presente em todo o tipo de relação social.

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc”. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para Raffestin (1993) o poder está presente em todo lugar e se manifesta durante uma relação social, de força presente entre dois pontos de conflito, de resistência. A essas forças presentes em diversos pontos Raffestin (1993) chama de campo de poder, que nada mais é que o campo de forças e lutas, onde encontramos capitais valorizados e objetos de disputa social.

Também podemos afirmar que o campo de poder é o espaço de relações de força entre os agentes providos de diferentes tipos de capital que buscam dominar o outro campo social, desprovido de tais bens materiais ou simbólicos. Deste modo é essencial a compreensão de que o território é formado por ações e poderes manifestados por pessoas ou grupos. De acordo com Raffestin (1993) em um sistema social podemos encontrar inúmeros campos de poder, o que pode ser explicado pela multiplicidade de relações possíveis. Apesar dessa riqueza de possibilidades, nem todas as relações se concretizam na prática.

Neste contexto o território não é uma referência apenas do Poder estatal, como afirma Ratzel, mas de muitos outros poderes que se manifestam em diferentes escalas. Baseado no pensamento de Michel Foucault, Raffestin (1993, p. 53) afirma:

(...) o poder não se adquire, é exercido a partir de inumeráveis pontos; as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; e “onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Raffestin (1993) desmembra esse poder em outros dois temas, a energia e a informação e sua combinação resultaria no que ele chama de poder. Ainda de acordo com Raffestin (1993) se a força de trabalho do homem fosse livre, a relação de forças não seria tão diferente das organizações. Ao se apropriar do trabalho, para o autor, verifica-se a separação do que é energia e do que é informação. Raffestin (1993, p. 57) denomina este processo de fissura social, que impede “o homem de dispor de uma ou de outra ao mesmo tempo, o que conseqüentemente, significa privá-lo de sua capacidade primitiva de transformação”.

Para Raffestin (1993, p. 57) essa privação pode ser visualizada com maior nitidez na ação das organizações que passam a controlar tanto a energia quanto a informação e, portanto, manipulá-los para obter o resultado que mais convém. “A distinção drástica entre trabalho manual e trabalho intelectual não é nada mais que a expressão mais visível, mais corrente”.

A relação apresentada pelo autor (1993, p. 58) entre trabalho e poder parte do pressuposto de que reaver o poder de transformação é mergulhar em um universo de conflitos. Assim, “a possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada”. Daí o porquê Raffestin (1993) associa primeiramente o poder à população.

De acordo com o que aborda Raffestin (1993, p. 58) está na população toda a capacidade de transformação, sendo o território, neste cenário, o palco dessas ações e onde ocorrem as relações. Assim, sem a população, o território “se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia”.

O território, formado por determinada população seria, então, um espaço político de disputa de forças e conseqüente formação de um campo do poder e do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Seria, ainda, o resultado desse entrave de forças presentes no campo do poder, alimentado unilateralmente pela diferença

de acesso à informação. Dessa forma a informação ou a falta dela poderia facilitar o surgimento de novas territorialidades, a destruição delas ou sua reconstrução. Ao se apropriar de um espaço, concretamente ou abstratamente, Raffestin (1993) afirma que o ator social o territorializa, o que significa dizer que neste espaço foi projetado um trabalho de energia ou de informação.

Percebe-se, portanto que em Raffestin, a territorialidade surge a partir das relações do homem com a natureza e é modificada pelas relações de poder como veremos a seguir, além de outras abordagens sobre a territorialidade.

1.2. A metamorfose do território e as novas territorialidades

Da mesma forma que discorrer sobre o território, analisar os diversos significados de territorialidade nos ajuda a entender melhor a constituição dos grupos sociais e suas características de ocupação, como os suábios do Danúbio, em Guarapuava, em que houve um esforço coletivo para ocupar e controlar o novo território a partir de suas referências históricas e culturais.

O conceito de territorialidade traz com maior nitidez traços de identidades, ideologias, costumes criados e/ou mantidos pelo grupo, sem contar os vínculos afetivos e a própria história de ocupação.

Saquet (2011, p. 77) afirma que é preciso entender o território e o tempo para compreendermos as territorialidades e as temporalidades, processos que ocorrem simultaneamente nas dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais. Para o autor a territorialidade possui quatro níveis interconectados: o das relações sociais que incluem identidades, redes, desigualdades e conflitos; como apropriação do espaço geográfico, seja essa apropriação concreta ou simbólica; como intencionalidade, ligada ao comportamento, e por fim como prática nas relações humanas (poder) e com o meio natural (técnicas, instrumentos e máquinas) e imaterial (conhecimento e ideologia).

Saquet (2004) também cita a territorialidade como uma espécie de agente revelador da complexidade social, com relações de dominação de pessoas ou de grupos em um determinado espaço geográfico, bem como lembra que a territorialidade se dá em todos os lugares, do trabalho ao lazer, do ambiente da escola à família.

Ao definir territorialidade, Saquet (2004, p. 140) faz uma observação. “Como estas relações são processuais, o conceito de tempo é fundamental para se compreender a constituição do território e de territorialidades e, especialmente, as desigualdades”. É o

Tempo Histórico, ou seja, o processo histórico com movimento constante, onde o velho não é abandonado, mas reaproveitado ou superado. Outro tempo que deve ser levado em consideração na abordagem das territorialidades é o tempo que Saquet chama de Tempo da Simultaneidade, ou seja, movimentos ou fenômenos sociais parecidos que surgem ao mesmo tempo em locais diferentes e com ritmos desiguais.

Sobre essas temporalidades, Saquet (2011) afirma que elas podem ter:

Ritmos lentos e mais rápidos, desigualdades econômicas, diferentes objetivações cotidianas e, ao mesmo tempo, distintas percepções dos processos e fenômenos, ou seja, leituras que fazemos dos ritmos da natureza e da sociedade (SAQUET, 2011, p. 79).

O resultado de um território pode ser entendido como territorialidade de um grupo, como apresentado por Elias e Scotson (2000), isto é, do comportamento de um grupo social dentro de um determinado espaço ou território e, portanto, a territorialidade pode ser tratada como um atributo dos seres humanos. Mesmo se concentrando na definição do território a partir de um instrumento de poder, que por si só produz identidade, Sack (1986) não ignora os traços culturais inerentes a este espaço.

Para ele não só questões políticas e econômicas são geradoras de mudanças territoriais, mas também a cultura e a relação das pessoas com um determinado lugar. A territorialidade é, segundo Sack (1986, p. 105), “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Souza (2000) utiliza o termo territorialismo ao invés de territorialidade, uma vez que, segundo ele, “já existem expressões e conceitos em número suficiente que apontam para o tipo de relação material ou cognitiva homem/meio, natureza/sociedade” (SOUZA, 2000, p. 98). A territorialidade no singular seria para Souza (2000, p. 99) um termo abstrato, “aquilo que faz de qualquer território um território”. Já no plural torna-se uma espécie de adjetivação para o território ou uma classificação da mediação entre o homem e esse espaço.

Já para Raffestin (1993, p. 158) a territorialidade é histórica e concretiza-se nas relações entre sociedade e natureza e “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Então, o homem que produz alterações no espaço vivido também é modificado pelos produtos territoriais a partir das relações de poder. Raffestin afirma,

também, que a territorialidade está presente nas escalas espaciais e sociais, e seria a “face vivida” da “face agida” do poder (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Quando Raffestin afirma que a territorialidade deve ser definida a partir do espaço humano vivido, da ação do social e das relações de poder, nos parece importante citar que tal conjuntura se dá num determinado intervalo de tempo. As ações humanas não acontecem de uma hora para a outra, do dia para a noite, mas são formatadas, construídas e consolidadas em um determinado contexto sócio-histórico e espaço-temporal. A territorialidade tem, ainda, para Raffestin, o significado concreto das relações de poder, demonstrando uma organização/mobilização política em busca de autonomia.

Para Santos e Silveira (2001) a territorialidade é sinônimo de pertencer a algo que também nos pertence.

Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19).

Ao discorrer sobre “O retorno do território”, Santos (2002, p. 15) afirma que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Ou seja, não podemos tratar do termo território como algo inerte, que não passa por mudanças ao longo do tempo histórico e da ocupação dos povos.

O território pode estar demarcado politicamente e acumular as marcas da vivência humana sobre ele, as territorialidades. Há, ainda, outras formas de abordar essas transformações ocorridas no território, quais sejam, àquelas vinculadas as novas territorialidades, decorrentes da metamorfose do território.

O processo de desterritorialização é uma delas, posto ser “o movimento pelo qual se abandona o território, ‘é a operação da linha de fuga’, e a reterritorialização é o movimento de construção do território”.

Para Haesbaert (2004), a desterritorialização nunca acontece isoladamente, sozinha, sempre está seguida de uma reterritorialização. O processo de desterritorialização pode ter

abordagens econômica, política ou cultural ou todas juntas. Haesbaert (2004) afirma também que no mundo contemporâneo o homem sempre está vivendo uma multiterritorialidade.

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

A multiterritorialidade possui implicações políticas importantes, de acordo com Haesbaert (2004), a partir da intervenção na realidade concreta ou como estratégia do poder. E sobre a multiterritorialidade o autor chama a atenção para as diferenças entre uma multiterritorialidade potencial, que tem a possibilidade de ser construída ou acionada, e a multiterritorialidade efetiva, já realizada.

As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2004, p. 360).

Por esse motivo, para Raffestin (1993, p. 144), o “espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Neste sentido Raffestin (1993) já pré-define a condição desse espaço, que existe anteriormente a qualquer ação humana, quando o território se transforma ou é o espaço modificado, mas não é o espaço natural-primitivo. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Raffestin (1993, p. 159) chama a atenção para as modificações decorrentes dessa interação das relações sociais com a natureza. “Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também”. É por isso que a informação, colocada no lugar do potencial natural do espaço geográfico promove a circulação de mercadorias, de pessoas, de ideias.

Para Santos (2006, p. 222), “a mobilidade se tornou regra, tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização, que é frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização”.

De acordo com Santos (2006), se anteriormente o que reunia as diferentes porções de um território era a energia advinda de processos naturais, ao longo da história “é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território” (SANTOS, 2006, p. 109).

Quando trata das áreas de produção semelhantes no campo ou na cidade, Santos (2006) coloca o território sob um domínio de regras formuladas ou reformuladas localmente. “Neste caso, as informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder” (SANTOS, 2006, p. 109).

Santos (2001, p. 96-97) afirma que o território é “o chão e mais a população, isto é, uma identidade (...) é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Para Santos (2001), o território não é simplesmente o palco das ações sociais, mas tem um papel ativo, sendo as técnicas que definem como esse território vai ser usado.

Assim, ao tratarmos de território discorreremos sobre a apropriação dele por parte de um grupo, como os suábios do Danúbio que se estabeleceram em Guarapuava a partir de 1951, data da instalação da Colônia de Entre Rios. De acordo com Stein (2011), as terras escolhidas pelos imigrantes pertenciam a propriedades particulares que tinham como principal utilização a criação de animais, além de culturas de subsistência.

Essas propriedades foram desapropriadas pelo governo do Paraná de acordo com o decreto nº 1.229 de 18 de maio de 1951 (STEIN, 2011, p. 61). Em contrapartida, o governo estadual se comprometeu “entre outras coisas, em ceder terras no norte do Paraná para o cultivo do café, produto de destaque nas exportações do Estado daquele período” (STEIN, 2011, p. 62).

A partir dessa reocupação, as áreas passaram a ser apropriadas e cultivadas com lavouras de trigo que ganharam mecanização necessária naquele momento para melhorar a produção do cereal. Desta forma, a ocupação transformou aquele espaço geográfico criando um novo território no município, formado por cinco colônias interligadas e com infraestrutura para atender aos imigrantes.

Quando analisamos que a colonização do distrito de Entre Rios se deu de forma organizada com a partilha de glebas entre as famílias, sem que isso tenha agradado a todos,

é bem verdade, podemos dizer que se iniciou aí um processo de demarcação de territórios, com ações políticas, econômicas e sociais. Ações, portanto, carregadas de poder que alteraram a posse e o uso da terra com as ações promovidas pelos sujeitos que estão assentados neste espaço. O território, neste contexto, deve ser tratado com todas as complexidades produzidas pelas relações sociais submersas num campo de forças imposto pela produção capitalista. No que diz respeito aos limites de um território, Souza (2000, p. 85) afirma:

Uma outra forma, mais crítica de abordar e definir território, sendo este um campo de forças, de relações sociais que definem um outro limite: “a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders).

A partir dessa afirmação de Souza (2000), que utiliza a abordagem cultural de um grupo para diferenciar um território, podemos dizer que os suábios do Danúbio se inserem neste contexto ao percebermos que a forte identidade cultural e a própria barreira imposta pelo idioma, foram fatores que isolaram o grupo dos moradores nativos. A distância entre o distrito sede de Guarapuava e o distrito de Entre Rios, que é de aproximadamente 15 quilômetros, e as condições das estradas também reforçaram, num primeiro momento, esse pretenso isolamento.

Em Stein (2011) é possível constatar essas diferentes abordagens culturais, quando o autor faz referência ao conteúdo de uma peça de teatro apresentada por ocasião das comemorações dos primeiros 10 anos de instalação da Colônia de Entre Rios. Segundo Stein (2011), em 1964, Abeck (1964) apresentou uma peça teatral de sua autoria, “O raiar do oitavo dia”, que apesar de ser uma obra de ficção, era baseada na primeira década de existência da colônia. Nos três atos, o autor não trata das tristezas e desesperanças vividas pelos pioneiros suábios, mas descreve o lugar com poucos habitantes e com condições de vida de extrema pobreza, tendo como principais atividades a caça e a coleta, como no trecho a seguir:

E assim veio o século 20 da era cristã. Em muitos países as populações haviam crescido demasiadamente e o espaço tornara-se insuficiente. Correntes migratórias demandavam as regiões de baixo índice demográfico. Um dia chegaram, também, a esta região guarapuavana. Chegaram em apreciável número, ruidosos, com todos os seus pertencentes, com máquinas e motores. – Quem pode dormir com o roncar dos motores? – A própria terra teve que acordar. Raiava também aqui, o alvorecer do novo dia, do oitavo dia da criação. Corria o ano de 1951 (ABECK, 1964, p. 8, *apud* STEIN, 2011, p. 122).

Em outros momentos da encenação, a chegada dos imigrantes é vista como ameaça para a comunidade local. Ao mesmo tempo a peça traz em seu roteiro um discurso que coloca os antigos moradores como pessoas ignorantes, e que não acreditam que naqueles campos onde até então só se criou porcos e gado e se extraiu madeira e erva-mate, os imigrantes conseguiriam produzir trigo.

Como a peça foi escrita após dez anos de criação da Colônia pressupõe-se que a finalidade do discurso foi demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos suábios e, ao mesmo tempo, a importância e o valor destes com os resultados já obtidos depois de uma década. O primeiro contato entre os dois grupos, os habitantes locais e os imigrantes, também é narrado a partir de certa aversão dos imigrantes para com os nativos locais.

No primeiro contato entre os dois grupos ocorre uma manifestação de aversão por parte dos imigrantes aos receptivos caboclos. O estranhamento é justificado pela aparência dos nativos: sujos e com roupas esfarrapadas, características que estabelecem uma diferença e impedem o contato social mais íntimo (STEIN, 2011, p. 128).

Esse discurso é carregado de significado e coloca os moradores nativos em uma posição inferior aos suábios. O texto apresenta com detalhes os aspectos ligados à aparência dos nativos, referentes a cor e raça. Essa abordagem revela o olhar do autor sobre esse povo recém-chegado ao Brasil, suas tradições, crenças e seu modo de viver, portanto, sua cultura. Surge neste ambiente um campo de forças, onde um grupo se sobrepõe ao outro estabelecendo novos limites (SOUZA, 2000).

Com base nessa narrativa percebemos, como já apontou Souza (2000), que as relações sociais definiram limites territoriais e conferiram poderes aos novos moradores. Com isso promoveu a diferença entre “nós”, o grupo formado pela comunidade (*insiders*) e os estranhos, os (*outsiders*), que são aqueles vindos de fora.

Essa relação pode ser associada aos estudos de Elias e Scotson (2000)¹² no fim dos anos 1950, em uma pequena comunidade no Sul da Inglaterra, que recebeu o nome fictício de Winston Parva.

Os autores, em pesquisa, observaram por aproximadamente três anos o comportamento dos moradores dessa comunidade. Em “Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, os autores definiram as categorias estabelecidos e *outsiders* para diferenciar grupos que ocupavam posições de

¹² ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

prestígio e poder (*established*) e que se definiam como uma “boa sociedade” a partir de laços sociais tradicionais. Neste contexto referiam-se aos habitantes nascidos naquele local, que chegaram antes dos demais. No mesmo espaço, mas divididos em dois territórios, os moradores não se diferenciavam pelo tipo de trabalho, religião, educação, nacionalidade, classe social, cor ou raça, mas pelo tempo em que residiam na comunidade. Era isso que os tornavam diferentes.

Por outro lado, os *outsiders* são citados como os moradores que chegaram ao local algum tempo depois. Apesar da aparente assimilação, os novos são tratados como imigrantes e estrangeiros ao lugar e, com isso, são estigmatizados. Atributos como violência, menor grau de instrução, remuneração baixa e desintegração estariam estreitamente ligados a estes.

A analogia que fazemos é a de que a relação de poder apenas se inverteu no caso dos suábios do Danúbio. A superioridade, carregada de símbolos e de significados estava com os considerados *outsiders* e não com os moradores nativos, mas, da mesma forma, a definição entre as duas categorias se dá pela relação de negação entre os dois grupos. A relação de poder entre os dois extremos por si só revela a existência de dois territórios.

Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder, das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos *outsiders* pode fazer-se prevalecer. O desprezo absoluto e a estigmatização unilateral e irremediável dos *outsiders*, tal como a estigmatização dos intocáveis pelas castas superiores da Índia, ou a dos escravos africanos ou seus descendentes na América, apontam para um equilíbrio de poder muito instável. Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23-24).

Como afirmam Elias e Scotson (2000, p. 20): “(...) os indivíduos ‘superiores’ podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes - julgando-se humanamente inferiores”. E essa inferioridade pode se dar pelas diferenças de raça, etnia, língua e aparência, como se percebe no trecho a seguir:

As chamadas “relações sociais”, em outras palavras, simplesmente constituem relações de estabelecidos-*outsiders* de um tipo peculiar. O fato de os membros dos dois grupos diferirem em sua aparência física ou de os membros de um grupo falarem com um sotaque e uma fluência diferentes a língua em que ambos se expressam serve apenas como um sinal de reforço, que torna membros de grupo estigmatizado mais fáceis de reconhecer em sua condição (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 32).

Essas diferenças não só delimitam territórios, mas são também ferramentas de organização social, econômica e política do grupo estabelecido que, como demonstrado, pode ter ligação com o local em que nasceu e mora. Para além disso, como é o caso dos suábios do Danúbio, pode se sobrepor perante os nativos pelas condições culturais já observadas. Park (1967), ao tratar do comportamento humano no meio urbano faz referências às colônias de imigrantes, observando o isolamento e a organização.

Agora bem estabelecidas em qualquer cidade grande, as populações estrangeiras vivem num isolamento que é diferente do da população de East London, embora em alguns aspectos seja mais completo. A diferença é que cada uma dessas pequenas colônias tem uma organização social e política própria mais ou menos independente, e é o centro de uma propaganda nacionalista mais ou menos vigorosa (PARK, 1967, p. 54).

O estudo feito na Inglaterra demonstra a delimitação de um território, gerenciado por um poder dominante: o dos antigos moradores. Não existe uma demarcação física aparente na comunidade que separe os ‘bons’ dos ‘maus’. Falar em territórios e não em espaço é “evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela” (CLAVAL, 1999, p. 11). Essas comunidades se fecham em microterritórios, e só deixam esses locais para trabalhar.

Elas criam colônias, ou aceitam sem muito sofrimento ser fechadas em guetos, na medida em que estes lhes garantam sua identidade. O ideal, para muitos, não é se reunir para recriar uma grande unidade territorial, mas transformar o gueto em pequeno território Inviolável (CLAVAL, 1999, p. 17).

Claval (1999, p. 7) afirma que “os geógrafos são levados a falar de território na medida em que se voltam para os problemas de geografia política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado”. Isso se explica por vários fatores, entre os quais o desajuste entre a distribuição das populações e os limites do Estado, a dificuldade que alguns países passaram a ter para garantir a própria segurança, utilizando-se das fronteiras naturais para demarcar o espaço físico, o que facilitaria a defesa e os limites desse território nacional. “O território, nestas concepções, resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo” (CLAVAL, 1999, p. 7-8).

O pensamento de Souza (2000) se assemelha com o de Raffestin (1993) quando afirmam que o espaço é anterior ao território, porém, Souza aponta que este comete um equívoco ao “coisificar” o território, quando incorpora, ao mesmo, o espaço social.

É inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente (SOUZA, 2000, p. 96).

De acordo com Saquet (2011), Raffestin faz uma diferença entre território e o espaço de uma forma importante, ou seja, ela se dá “a partir da territorialidade cotidiana, ou seja, do conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem” (SAQUET, 2011, p. 22).

Ao analisarmos o conceito de território a partir de diferentes autores constatamos que este está relacionado com interesses diversos, sejam políticos, econômicos, de segurança nacional ou de um grupo de poder. O território transforma-se dando origens a territorialidades no mundo moderno e globalizado. Ao expormos essa conjuntura podemos perceber uma disputa pelo poder polarizada por indivíduos ou grupos que representem uma comunidade. O poder pode ser representado pelo Estado ou pelas instituições estabelecidas e ligadas a ele, como a família, a polícia, a igreja e a política, formando uma rede de interesses.

Além da propriedade da terra, a maioria dos estudos pesquisados atrela o fator econômico das empresas à territorialidade à vida social, as relações humanas, passando pelo uso do território, pelas relações sociais e também pelo exercício do poder e do controle. Desta forma, também a chegada dos suábios do Danúbio a Guarapuava modificou o território, criou territorialidades ou acionou uma multiterritorialidade potencial através das relações sociais e econômicas, com o novo modelo de ocupação e uso do solo, como veremos no capítulo 2.

CAPÍTULO 2

GUARAPUAVA: O TERRITÓRIO ‘ESCOLHIDO’ PELOS SUÁBIOS DO DANÚBIO?

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre o contexto histórico, social e econômico de Guarapuava e da região centro-sul do Paraná antes da chegada dos imigrantes suábios ao município, a partir da apresentação dos incentivos governamentais que facilitaram a vinda desses imigrantes, considerados apátridas em função da perda de direitos civis na Iugoslávia. Além disso, introduzimos uma discussão a respeito do desenvolvimento que a chegada dos mesmos proporcionou ou não para o município e também para o Centro-sul do Paraná.

2.1. Política imigratória no Brasil: conjunturas nacional e paranaense

Ao tratarmos da política imigratória no Brasil se faz importante lembrar que, no começo do século XIX, a motivação para vinda de imigrantes ao país era a ocupação “com os vazios demográficos” (BALHANA, 1996, p. 41). A autora afirma:

A mudança nos rumos da política imigratória manifesta-se motivada pela preocupação com os vazios demográficos. No Brasil, é significativo o decreto de 25 de novembro de 1808, baixado pelo príncipe Regente, tornando possível a propriedade da terra aos estrangeiros (BALHANA, 1996, p. 41).

Em 1840, a estratégia relativa a imigração sofre mudanças, pois a partir de então não era mais a ocupação territorial o objetivo para atrair imigrantes ao país, como mostra Balhana (1996, p. 43).

O preenchimento de vazios demográficos deixou de ser a função principal da imigração, e o fornecimento de mão-de-obra para a agricultura, sobretudo para o cultivo do café em expansão, passou a constituir a sua finalidade primordial.

De acordo com Levy (1974), entre 1885 e 1930 mais de 3,8 milhões de imigrantes estrangeiros chegaram ao país, 60% desses foram para São Paulo. Expõe Levy (1974, p. 51) que:

Sem dúvida, a principal e mais imediata pressão sobre a política imigratória do País, era a que derivava dos interesses dos fazendeiros e, particularmente, dos cafeicultores. (...) foram esses interesses que levaram ao arrefecimento da política oficial de Colonização do governo geral, através de núcleos de europeus aos quais se facilitavam ao acesso à terra e outras formas de assistência.

Assim, a chegada em grande quantidade de imigrantes ao Brasil supriu uma necessidade interna do país de substituir a mão-de-obra escrava na lavoura, principalmente nas fazendas de café, como ocorreu em São Paulo. O processo de migração teve nos italianos um forte componente no final do século XIX (ALVIM, 1986).

Segundo a autora, os cafeicultores estabeleceram um contrato que atrelava o colono às terras, cobrando-os até mesmo por suas despesas com traslado e hospedagem às fazendas. Alvim (1986) afirma que foram os mais pobres que participaram desse processo migratório e, por isso, demorariam muitos anos para pagar as contas com os fazendeiros e só então conseguiriam comprar a própria terra. Ao embarcarem para o Brasil, os imigrantes não tinham mais a intensão de retornar, e acabaram vendendo bens e pequenas propriedades. Isso “lhes dava uma ilusão de independência” (ALVIM, 1986, p. 31), sentimento que no Brasil não se repetiu, devido os contratos impostos.

No Paraná, diferente de outras regiões do Brasil, onde a imigração tinha como destino suprir a mão-de-obra em grandes lavouras de culturas de exportação como o café, por exemplo, “o problema migratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento” (BALHANA, 1996, p. 46).

Antes da segunda metade do século XX, já houve o estabelecimento de colônias agrícolas no Paraná, cujo sistema era diferente do processo de imigração para áreas de cultivo de café. No caso específico dos suábios do Danúbio, mesmo com esses conhecimentos os imigrantes encontraram dificuldades na adaptação e na lavoura.

Apesar do que representa hoje a Cooperativa Agrária e o distrito de Entre Rios, que possui uma área de 95.000 hectares e população de 10.441 habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em cinco colônias: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Samambaia e Socorro, a história mostra que nessas seis décadas a cooperativa passou por vários momentos de ruptura e de mudança na direção. Outras vezes, apenas reforçou o caminho traçado e escolhido. Muitas famílias não se adaptaram nas novas terras e foram embora para outras cidades, estados ou retornaram para a Europa. Em grande parte o que desmotivou os suábios, segundo Kohlhepp (1991) foi o parcelamento das propriedades em 1953. Esse procedimento levou em conta o número de pessoas capazes de trabalhar nas famílias que formavam a comunidade.

Tal divisão desconsiderou o relevo e a qualidade do solo e fez surgir desde o início uma estrutura diferente, privilegiando algumas famílias com áreas mais produtivas e com melhor possibilidade de cultivo. Arrendamentos feitos em áreas naturais dos fazendeiros próximos à Colônia para o cultivo do arroz tiveram como resultados boas colheitas. Isso fez aumentar ainda mais a concentração de renda e de terras de algumas famílias (KOHLHEPP, 1991).

Em 1965 as diferenças sociais e econômicas entre os latifundiários e os proprietários minoritários culminaram em uma crise que ameaçava a unidade da Colônia enquanto grupo. Elfes cita que até 1971, 1.776 pessoas abandonaram a colônia e algumas famílias retornaram à Europa, enquanto outras decidiram se instalar na capital do estado e também em São Paulo (ELFES, 1971).

A partir da segunda metade da década de 1965, o novo presidente da Cooperativa Agrária Mathias Leh, que ficou à frente da presidência da Cooperativa Agrária por quase três décadas e até hoje é lembrado como um homem que era preocupado com a comunidade, com a manutenção da cultura suábica e com o bem estar dos cooperados, implementa uma reorganização fundiária para a aquisição de terras fora da Colônia. Nesse período de reformulação da estrutura da Colônia, a Cooperativa se ofereceu para comprar pequenas propriedades em Entre Rios. Em contrapartida, a Cooperativa oferecia a esses proprietários, extensas áreas fora do município e que poderiam ser quitadas a longo prazo (ELFES, 1971).

A decisão de comprar essas pequenas áreas expressa com clareza a vontade de manter a unidade e a coesão das terras do grupo. Ao mesmo tempo, resolve a crise instalada pelas diferenças sociais e econômicas geradas nos primeiros anos da Cooperativa. No total, 165 membros da cooperativa participaram dessa reforma fundiária. Em Elfes (1971) essa “reforma agrária suábica” foi pacífica e considerada exemplar pelas autoridades brasileiras.

Na década de 1980 o número de famílias de imigrantes que se dedicava a agropecuária estabilizou-se em cerca de 220, sendo que o desenvolvimento de Entre Rios foi marcado por vários períodos econômicos. Desde a mudança na forma de organização das terras, como nas formas de uso do solo, com diferentes culturas.

2.2. Suábios do Danúbio: em busca de uma nova pátria

Apesar de viverem em constantes mudanças desde os séculos XVII e XVIII, esperava-se que a adaptação dos suábios seria fácil, mas o processo que compreende a

dinâmica de chegada e adaptação, nas últimas seis décadas, dos imigrantes suábios do Danúbio a Guarapuava não foi simples devido às complexidades histórica e cultural. De acordo com a Pousada Vollweiter, os suábios do Danúbio são oriundos das guerras austro-húngaras e turcas ocorridas entre 1683 e 1718¹³. Há mais de 280 anos a Europa enfrentava um período conturbado por guerras. Os turcos chegaram à Viena, capital da Áustria, após terem conquistado países que ficavam em seu caminho (AGRÁRIA, 2014). Segundo Sochaczewski (2012), no século XVII o Império Turco-Otomano foi uma das principais potências políticas do mundo.

(...) Englobava o que atualmente chamamos de Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental, do século XVI até o final da Primeira Guerra Mundial. Somente o Marrocos, o Irã e partes da Península Arábica mantiveram-se aparte do Império Otomano. Mais do que uma entidade oriental, tinha um papel no jogo das potências na Europa e no Mediterrâneo (SOCHACZEWSKI, 2012, p. 48).

Fruto da expansão dos árabes, o Império Turco-Otomano¹⁴ formou uma cultura militarista, seguindo o ideal da religião muçulmana, de ampliar cada vez mais o número de fiéis e ao mesmo tempo combater a influência das outras religiões, como relata Sochaczewski (2012). Uma das mais importantes conquistas desse império foi contra os bizantinos, de maioria cristã ortodoxa.

Tratando-se de um Império islâmico a identidade estatal estava enraizada numa mistura de conceitos que incluíam a sociedade muçulmana universal (a *umma*), a autoridade político-religiosa unificada na forma do califado e a distinção primordial entre terras islâmicas (*dar alislam*) e terras da guerra ou infiéis (*dar al-harb*, *dar al-kufr*) (SOCHACZEWSKI, 2012, p. 49).

De acordo com a Cooperativa Agrária (2014), os turcos-otomanos também ameaçaram a soberania do Império Austro-Húngaro. Os reis da Áustria-Hungria também eram imperadores da Alemanha, e em um esforço conjunto com outros povos europeus, após 35 anos¹⁵ de lutas conseguiram derrotar os turcos¹⁶.

¹³ Pousada Vollweiter. Disponível em: <<http://turismoentreriosgp.webnode.com.pt/historia-regional/historia-local/historia-dos-suabios-na-europa/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

¹⁴ Centro Cultural Brasil-Turquia. Disponível em: <<http://www.brasilturquia.com.br/historia-da-turquia-ate-1923-242.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

¹⁵ Pousada Vollweiter. Disponível em: <<http://turismoentreriosgp.webnode.com.pt/historia-regional/historia-local/historia-dos-suabios-na-europa/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

¹⁶ O Império Turco-Otomano não resistiu às pressões capitalistas que se colocavam e foi derrotado durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Em 1923 deixou de existir com a proclamação da República da Turquia, a que foi reduzido seu antigo território.

Assim, na percepção de Elfes (1971, p. 15-16) em 1720, suábios¹⁷ e não suábios partiram da cidade de Ulm, na Suábia (região do estado Baden Württemberg, sul da atual Alemanha), e depois de quase dois meses de viagem pelo rio Danúbio chegaram às planícies férteis (partes da atual Hungria, Romênia e Croácia) (AGRÁRIA, 2014). As terras consideradas produtivas foram repovoadas com colonizações de germânicos (suábios), austríacos e húngaros.

Mas em 1740, de acordo com Elfes (1971, p. 16), a imperatriz Maria Theresa que subiu “ao trono da Hungria, teve como primeira preocupação a de povoar as áreas de seu império por meio de colonos alemães”. Nesta época o número de alemães na Hungria era em torno de 400 mil (ELFES, 1971), e a língua oficial no Império Húngaro tornou-se o alemão. Em 1790 já eram cerca de 150 novas aldeias alemãs. Segundo Elfes (1971) o objetivo era proteger as novas províncias de ataques da Turquia e da Rússia. Em 1849, o governo austríaco sugeriu que “o Reino Alemão orientasse toda a sua imigração para a Hungria” (ELFES, 1971, p. 16).

Os colonos alemães defendiam o cristianismo, a realeza húngara e o império austríaco; fundaram a mineração e dominaram firmemente o comércio até meados do século passado, (século XIX – **grifo nosso**) (...) Essa tão importante migração alemã para o sudeste, ao longo do Danúbio até, finalmente, suas áreas de embocadura, perdurou com variada intensidade até meados do século XIX (ELFES, 1971, p. 17).

O autor (1971, p. 17) afirma, também, que foi devido a desunião interna do Reino Alemão “e os anseios de independência dos príncipes alemães (...) que não permitiram que amadurecessem os sucessos obtidos pelo trabalho camponês no leste e sudeste”, que desestruturaram os projetos de germanização da colonização implementada pela imperatriz Maria Theresa, tendo como resultado a perda dessas áreas para a cultura alemã e consequentemente, “os suábios acabaram perdendo sua pátria conquistada em 250 anos de árduo trabalho (ELFES, 1971, p. 18).

O fortalecimento da cultura nacionalista de eslavos e húngaros aos poucos reprimiu “a influência cultural e política alemã” (ELFES, 1971, p. 18). No fim do século XIX, de acordo com Elfes (1971),

Inicia-se a emigração dos suábios, levando-os, apenas em parte, de volta à Alemanha e preponderantemente para os Estados Unidos da América do Norte (...)

¹⁷ Associação Amigos da Vila Suévia, Itu/SP. Disponível em: <<http://www.soavisu.com.br/sobre-a-suabia>>. Acesso em: 16 out 2013.

deste modo os suábios do Danúbio perdiam lentamente seus privilégios e viram-se obrigados a lutar pela unidade de sua cultura e suas formas sociais de tradição camponesa” (ELFES, 1971, p. 18).

Assim, após a I Guerra Mundial, o território foi dividido entre a Romênia, a Iugoslávia e a Hungria e os suábios do Danúbio tornaram-se estrangeiros na própria pátria (AGRÁRIA, 2014). Segundo Elfes (1971, p. 20), “as principais vítimas dessas paixões políticas exacerbadas foram os alemães na Iugoslávia. Em 1931, o seu número havia sido calculado (recenseamento oficial) em 500.000, que contrariam extraoficialmente com 600.00 pessoas”.

Em 1943, com a ascensão do movimento comunista Partisan, que se opunha a dominação alemã, começa na Iugoslávia um processo de limpeza étnica da população alemã e, como afirma Friedrich (2005), jovens suábios integraram o exército alemão compulsoriamente ou por saberem o idioma e acenderam a rivalidade entre os povos nativos.

As atrocidades cometidas pela ganância Alemã sob o comando de Hitler, e sendo eles descendentes dos alemães, fizeram dos suábios da Iugoslávia as primeiras vítimas do ódio comunista dessa guerra. Calcula-se que 200.000 mil suábios morreram, na sua maioria mulheres, velhos e crianças (FRIEDRICH, 2005, p. 44).

Com a entrada das tropas russas, a maioria da população suábica acabou abandonando a pátria adotiva e os que ficaram foram mais tarde expulsos em agosto de 1945, sendo conforme Elfes (1971, p. 20) “permitido levar o que pudessem carregar, nos ombros”.

Descendentes de alemães e suábios foram expulsos de suas terras, abandonando suas casas, fazendas e equipamentos. “Com o avanço das tropas comunistas na II Guerra Mundial, eles tiveram que fugir. Foram expulsos e muitos morreram durante e após a guerra” (AGRÁRIA, 2014).

Uma multidão de desalojados, entre eles os suábios (ELFES, 1971), refugiaram-se na Áustria, que ofereceu asilo e onde permaneceram por sete anos em condições precárias, como afirma Gärtner (2009).

Não havia trabalho nem mantimentos suficientes. Foi então que o governo suíço, de longa tradição humanitária, começou a agir. Terminada a guerra os refugiados poderiam finalmente prosseguir a sua migração para outros países da Europa ou para além-mar (GÄRTNER, 2009, p. 1.077).

Gärtner (2009) explica que muitos suábios permaneceram na Áustria, mas como a reintegração foi dificultada pela falta de qualificação profissional, “a solução inicial

encontrada era a emigração para os Estados Unidos e para a Argentina, especialmente para os agricultores” (GÄRTNER, 2009, p. 1.077).

Como sabemos, os suábios do Danúbio são oriundos da Áustria, Iugoslávia, Hungria, etc. e, portanto, tiveram a mesma origem e costumes, mas em Entre Rios esses costumes da pátria natal parece-nos não serem externados, havendo apenas o discurso de que “somos de origem germânica”, o que pode ser explicado pelo processo de germanização.

Seria esse o motivo, como já citado, de conseguir reconhecimento e valorização? Onde estão a cultura, a tradição, os costumes do país de origem desses imigrantes? Ser chamado de alemão ou de descendente de alemães tem uma representação social mais forte? Se sim, em que sentido? Independente da região em que se fixaram ao chegar ao Brasil, esses imigrantes (Donauschwaben) viveram um processo de diáspora, pois muitos fugiram, alguns permaneceram na Europa e outros receberam ajuda para encontrar uma nova pátria, como foi o caso do grupo de 2.500 suábios que chegou ao Brasil e se instalou em Guarapuava a partir de 1951.

Nesse processo de adaptação estão presentes os traços históricos desse grupo e também as características culturais, entre elas a da manutenção da língua, da religiosidade e dos costumes. A busca por uma memória comum está presente nos discursos do grupo, segundo Stein (2011, p. 32). De acordo com o autor, essa identidade cultural não surge somente a partir de relações entre grupos distintos, mas de discursos que reforçam e homogeneizam as narrativas do passado relativas à história desse grupo, e que dão identidade aos suábios do Danúbio.

Assim, Stein (2011) afirma que:

Tais narrativas, geralmente, apresentam discursos que descrevem o passado desse grupo na Europa e a sua vinda para o Brasil. Nelas há, principalmente, a tentativa de apagar as diferenças entre os membros do grupo, unindo-os por meio de uma memória comum (STEIN, 2011, p. 32).

Como o objetivo aqui apresentado é o de compreender como os suábios se constituem como grupo político-econômico no município de Guarapuava, isso implica em saber se esse grupo coopera para o desenvolvimento local e regional no centro-sul do Paraná ou se, aparentemente segregados, utilizam-se desse fato para manter a própria unidade econômica e cultural. Grígolo (2013)¹⁸ foi categórico ao afirmar não ter dúvidas de que o

¹⁸ Entrevista com Valdir Grígolo, concedida a Gilson Boschiero, em sua Loja no centro de Guarapuava, às 9 horas da manhã do dia 21/05/2013. O senhor Valdir Grígolo foi presidente da Associação Comercial e

modelo de negócio montado pelos suábios ajudou no desenvolvimento da região de Guarapuava.

Apesar de ter feito uma cooperativa fechada na ideologia, dentro da cultura deles, ela ficou pequena em número de associados, mas se agigantou pelo desenvolvimento e pela forma com a qual foi conduzida. Hoje a Cooperativa Agrária é a maior empresa do município. Todo o desenvolvimento econômico do município passa pela Cooperativa Agrária. (...) Então nós vemos sim que ela contribuiu muito e hoje eu arrisco dizer que o potencial econômico de quase 50% do município é gerado na colônia de Entre Rios. (...) Então está muito claro e evidente, só não vê quem não quer, que a colônia suábia contribui e muito para o município (GRÍGOLO, 2013).

Por outro lado, Grígolo (2013) afirma que esse desenvolvimento não foi uniforme quando olhamos para a região e municípios vizinhos de Guarapuava e faz uma ressalva quanto ao desenvolvimento regional, ao citar a pobreza no entorno de Guarapuava. Para ele, a riqueza gerada no distrito de Entre Rios poderia chegar com mais força à região, promovendo o desenvolvimento socioeconômico de outros municípios, o que não acontece por diversos fatores, como a falta de uma política voltada ao desenvolvimento regional.

A gente vê a dificuldade que esses municípios pequenos têm. E isso vai ter que se refletir a partir de Guarapuava para que haja o desenvolvimento. Têm muitas coisas que os nossos políticos têm que enxergar. É preciso sair um pouquinho no entorno do município para que a gente possa dizer: somos vizinhos de vizinhos ricos. Considerando no sentido figurado, somos uma mansão no meio da favela. E isso é Guarapuava (GRÍGOLO, 2013).

Os imigrantes suábios trouxeram benefícios, como afirma Grígolo (2013), com técnicas mais avançadas no cultivo da terra, com a organização do trabalho e com a cultura, mas estiveram primeiramente voltados ao bem-estar do grupo que aqui se estabeleceu. Desde a instalação percebeu-se que os suábios estiveram preocupados com a construção da identidade cultural do grupo, instrumento fundamental que mais tarde vai ajudar no fortalecimento da identidade desses imigrantes enquanto grupo étnico. Ou seja: essa junção étnica e cultural que é encontrada entre os suábios do Danúbio se traduz no modo como eles vivem e se relacionam. Um jeito diferente e peculiar de viver (GRÍGOLO, 2013).

Um exemplo da preocupação com a preservação dos costumes e da cultura é o Centro Cultural Mathias Leh (que pode ser observado na Foto 1), construído em Entre Rios

Industrial de Guarapuava por dois mandatos e atualmente é presidente da Central das Associações Comerciais e Industriais do Centro-Oeste do Paraná (Cacicopar).

na década de 1970 e que contempla uma grande quantidade de objetos, roupas, fotos e utensílios domésticos utilizados por eles na Europa e na chegada a Guarapuava.



Foto 1 – Guarapuava, Entre Rios/PR. Centro Cultural Mathias Leh (Colônia Vitória).
Acervo: Gilson Boschiero (09/12/2012).

Para um ensino diferenciado como a manutenção da língua alemã também foi construído o colégio Imperatriz Dona Leopoldina, gerido pela Cooperativa Agrária, e que se destaca ainda pelo incentivo a grupos de danças folclóricas e de publicações de livros.

Na década de 1980 o fortalecimento da cultura dos suábios se materializou com a criação do Jornal de Entre Rios e de uma emissora de rádio, o que deixa claro que a identidade cultural é tratada pelos suábios como um patrimônio a ser mantido, divulgado e ampliado. Essa relação com a história vivida na Europa passa por adaptações, mas se mantém. Ao falarmos em adaptações estamos afirmando que no Brasil o território é outro e os habitantes locais em nada ou pouco têm em comum com os imigrantes recém-chegados. Um discurso de superioridade foi estabelecido, muitas vezes por outros canais, como pela própria mídia local, do que por eles próprios.

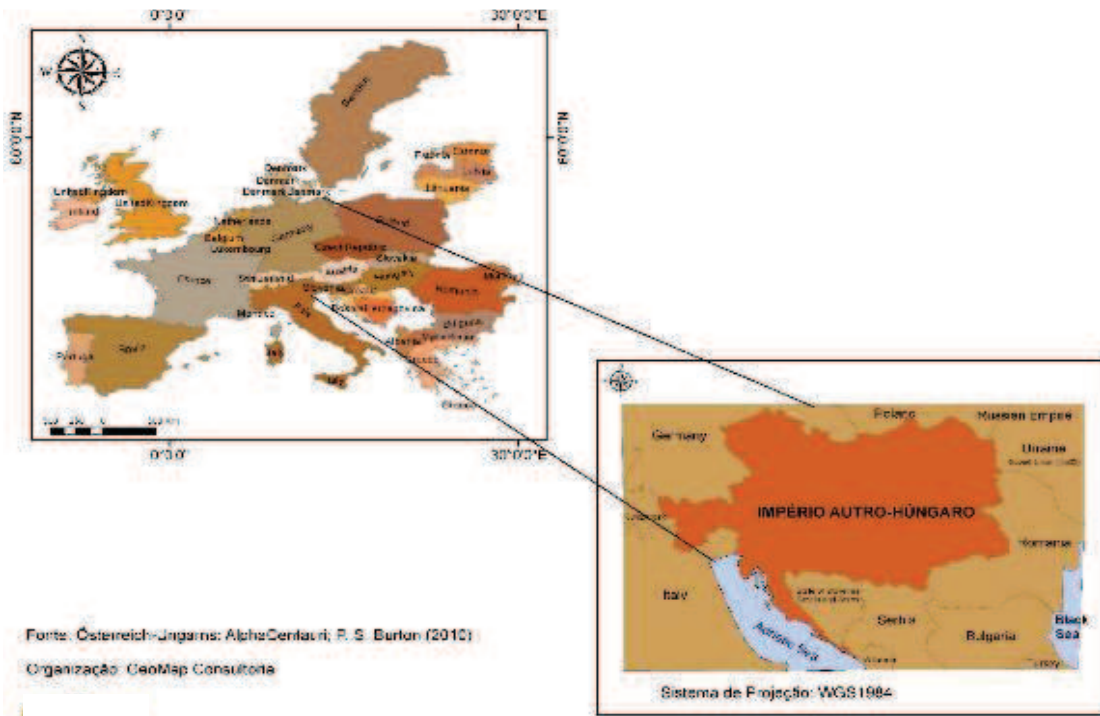
Como já abordamos no capítulo 1 a identidade cultural em solo brasileiro se fortalece na medida em que o imigrante começa a conhecer os moradores e, em consequência, o próprio território a que começam a pertencer. Relações de trabalho e sociais

atreladas a um novo espaço começam a delinear um novo território ou a formar novas territorialidades.

A identidade cultural aqui colocada é uma característica que o grupo tem interesse em manter. É nesse contexto que afirmamos que não podemos tratar da cultura, dos costumes e do modo de vida dos suábios sem associar a uma discussão sobre o território e o poder do grupo para conduzir a colonização conforme os próprios desejos. Esse poder se dá no cotidiano das relações sociais. Como afirma Raffestin (1993, p. 53), o “poder, portanto, nasce por ocasião da relação”.

Os suábios do Danúbio¹⁹ ou Donauschwaben são os imigrantes oriundos da antiga Iugoslávia, Hungria e Romênia, que depois da Segunda Guerra Mundial saíram obrigados do sudeste da Europa (Balcãs) para viver por sete anos em abrigos de refugiados na Áustria, onde trabalhavam como empregados em propriedades agrícolas. Os mapas 3 e 4 mostram a localização do Império Austro-Húngaro na Europa e Configuração Política da Europa Pós-Primeira Guerra Mundial.

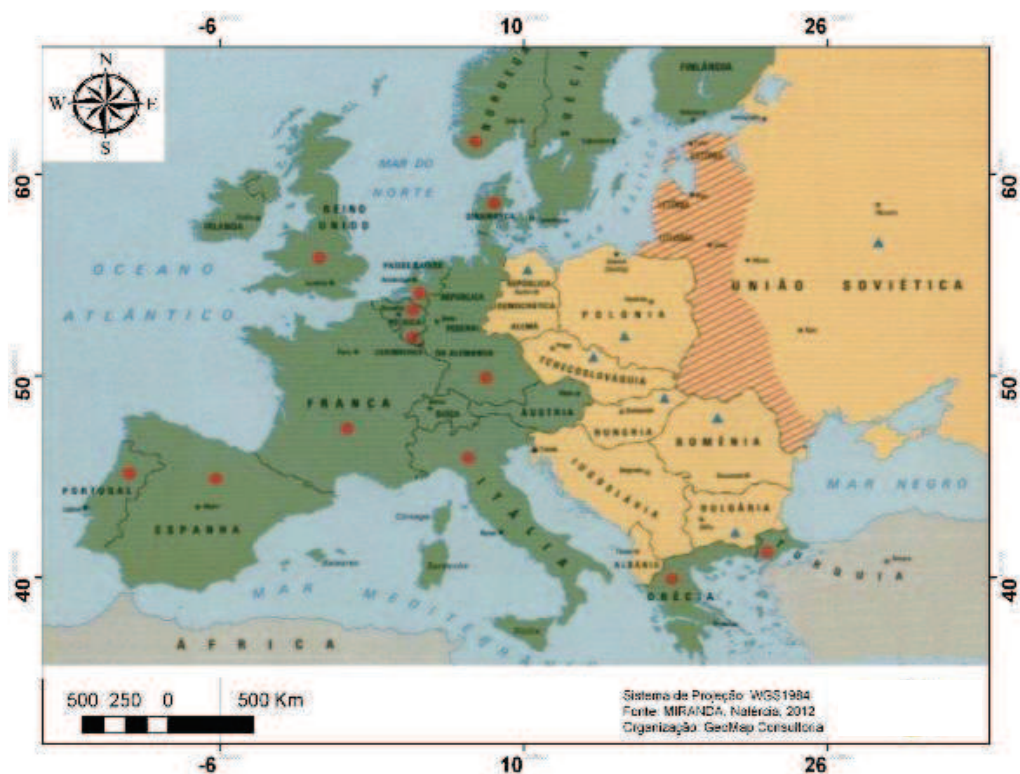
¹⁹ Os suábios do Danúbio são, de maneira geral, povos de etnia e cultura germânicas que têm sua origem principal no sudoeste e no oeste do território que hoje corresponde à Alemanha. É importante notar que a denominação “suábio” se refere diretamente aos germânicos que habitavam a “Suábia”, uma região que atualmente está inserida no estado alemão de Baden-Württemberg (sudoeste da Alemanha). Já a denominação “suábio do Danúbio” abrange todos os povos germânicos (não só os originários da Suábia) que, principalmente no século 18, imigraram de áreas do sudoeste e do oeste do então Reino Alemão (Deutsches Reich) para o sudeste da Europa (hoje Croácia, Sérvia, Romênia e Hungria, entre outros locais) – a região havia sido reconquistada em guerras contra os otomanos. Os “suábios do Danúbio” se fixaram em dezenas e dezenas de povoados, de maior ou menor porte, em locais como “Turquia Suábia”, Batschka, Banat, Sirmia, Slavônia e Sathmar. Ali praticaram a agricultura e mantiveram seus dialetos e suas tradições. Aquelas regiões pertenceram ao Império Austro-Húngaro (1867 a 1918). Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, o Império Austro-Húngaro se dissolveu e as regiões habitadas pelos suábios do Danúbio, antes sob um mesmo governo, se viram divididas agora pelas fronteiras de vários países, como Hungria, Romênia e Iugoslávia (hoje Croácia e Sérvia). Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Disponível em: <<http://www.suabios.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.



Mapa 1 – Configuração Política da Europa Pós-Primeira Guerra Mundial e localização do Império Austro-Húngaro.

Elaborado: GeoMap.

Org.: Gilson Boschiero.



Mapa 2 – Configuração Política da Europa após a 2ª Guerra Mundial (blocos capitalistas, socialistas e territórios da URSS).

Elaborado: GeoMap.

Org.: Gilson Boschiero.

Como muitos suábios eram agricultores, a instituição humanitária “Ajuda Suíça para a Europa” (Schweizer Europa-Hilfe) idealizou um projeto de cooperativa agrícola em outro país, como alternativa de vida para esse grupo que estava na Áustria. “500 famílias, 2.446 pessoas, se inscreveu na iniciativa, que visava a criação de uma cooperativa agrícola no Brasil”.²⁰ Stein (2011) cita, ainda, a ajuda da Organização das Nações Unidas neste processo de diáspora²¹ vivido pelos suábios.

Em Guarapuava o trabalho inicial foi marcado pela troca do arado pela agropecuária mecanizada e por muitos desafios, pois nos primeiros anos o cultivo de trigo não deu bons resultados, fazendo com que os mesmos se voltassem a produção de arroz, que deu retorno econômico em especial no ano de 1955. Como já visto, essa mudança de cultivo se fundamentou no arrendamento de campos naturais em fazendas da região. Na segunda metade da década de 1960, com menor oferta dessas áreas que também passaram a ser disputadas por agricultores japoneses para o cultivo da batata, o arroz foi substituído por soja (KOHLHEPP, 1991).

A modernização da agricultura brasileira esteve entre as prioridades dos governos militares (1964-1985), que naquele momento tinham por meta equilibrar a balança comercial brasileira, com a redução da importação de trigo. Os incentivos governamentais iam desde o estabelecimento de um preço mínimo que seria pago pelo governo às facilidades de crédito e pagamento dos insumos. Kohlhepp (1991) aponta que a consolidação de Entre Rios se deu no fim da década de 1960, quando a cooperativa passou a vender insumos agrícolas e máquinas, auxiliada com a redução de impostos, uma política governamental que pretendia aumentar a mecanização no cultivo do trigo, e como resultado, ampliar a produção no Brasil.

Entre 1966 e 1972 Entre Rios tornou-se um dos maiores produtores de trigo do país e, neste último ano, o *boom* do cereal ficou conhecido como “milagre do trigo”. No Paraná o cultivo sofreu uma interrupção por causa de fatores climáticos, com fortes geadas que causaram grandes prejuízos. Em 1973, segundo Kohlhepp (1991) o trigo foi substituído pelo cultivo de soja, que neste momento tinha bons preços e tornou-se a principal cultura de verão desenvolvida em Entre Rios até meados da década de 1980.

Quanto às culturas de inverno, a partir da década de 1970 a cevada passou a ser a mais cultivada, pois encontrava boas condições climáticas para se desenvolver sem a ameaça

²⁰ Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Guarapuava/Paraná. Disponível em: <<http://www.suabios.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

²¹ Diáspora: Dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

eminente, como acontecia com o trigo. Aliada às boas condições para o cultivo, a Cooperativa Agrária, a partir da produção dos cooperados, via na cultura do trigo a possibilidade de suprir a demanda gerada pela indústria cervejeira brasileira, que importava quase todo malte para o fabrico. A produção de malte e de cevada, de acordo com Kohlhepp (1991), também recebeu incentivos governamentais. Em 1981 a Agrária coloca em operação a Agromalte S.A²², unidade de maltagem na própria região produtora que, a esta altura, tinha se tornado a maior produtora de cevada do Brasil e dispunha de técnica e infraestrutura necessárias para processar o malte.

Como houve uma limitação das áreas de produção e prejuízos causados por fungos no cultivo da cevada, e devido a própria rotatividade da cultura, nem sempre a unidade de maltagem teve matéria-prima local (KOHLHEPP, 1991). A alternativa, então, era a de comprar o produto de outras regiões do sul do país. Com isso, a unidade em Entre Rios estava abastecida do produto, que posteriormente seria utilizado na indústria de cerveja.

Assim, os 60 anos de existência de Entre Rios foram marcados por momentos de ruptura, de mudança e de forma de organização (KOHLHEPP, 1991), com a cooperativa passando por períodos de crise que quase levaram a insolvência. Com dificuldades financeiras, a direção da cooperativa precisou rever os caminhos traçados pela empresa e se reorganizar internamente (SILVESTRI FILHO, 2013).

Essas mudanças tiveram influência também nas atividades no campo, que passaram a contar cada vez mais com o controle tecnológico da produção e ainda com uma nova forma de aumentar suas propriedades, ampliando para a região a compra de grandes extensões de terra. Com moinho próprio de trigo, a Cooperativa Agrária incluiu-se nas grandes indústrias de alimentos do Paraná.

Incorporou, em 2002, a Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais (Coopersul), indústria de óleo e farelo de soja, aumentando sua produção e patrimônio. Mantém, ainda, a Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA), que realiza pesquisas e desenvolvimento tecnológico em conjunto com empresas brasileiras e transnacionais no setor (SILVA, 2007, p. 94-95).

Atualmente, as unidades de negócios da Cooperativa Agrária compreendem a Agrária Malte, Agrária Farinhas, Agrária Sementes, Agrária Nutrição Animal e Agrária Óleo e Farelo.

²² Desde 1989 a unidade de maltagem encontra-se somente em mãos da cooperativa suábio-danubiana e é considerada a segunda maior da América do Sul.

Na Tabela 1 podemos visualizar melhor a diversidade de atividades desenvolvidas pela cooperativa em 2014.

Atividades
• Recebimento, beneficiamento, padronização, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas: soja, milho, cevada, trigo e aveia.
• Produção de rações.
• Produção de farinhas de trigo.
• Transformação de cevada cervejeira em malte.
• Transformação de soja em farelo e óleo degomado.
• Produção e fornecimento de sementes certificadas de trigo, aveia, cevada, soja e triticales.
• Comercialização de suínos.
• Fornecimento aos cooperados de corretivos, fertilizantes, combustíveis e lubrificantes, defensivos e rações.
• Assistência técnica agrônômica.
• Assistência de crédito e repasse.
• Pesquisas agrônômicas, cuja tecnologia é repassada aos cooperados, por meio da Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária – FAPA.
• Um Laboratório Central, acreditado pelo Inmetro na ISO/IEC 17025
• Desenvolvimento de matriz energética florestal, para transformação, distribuição e consumo da biomassa da madeira nos processos produtivos.
• Serviços na área social, educacional, cultural e ambiental.

Tabela 1 – Guarapuava: Diversidade de Atividades da Cooperativa Agrária.

Fonte: AGRÁRIA (2014).

Org.: Gilson Boschiero.

Na Tabela 1 percebemos uma grande variedade de produtos e serviços desenvolvidos pela Cooperativa Agrária depois de seis décadas de sua fundação, “aos cooperados, aos clientes da Agrária e à comunidade do distrito de Entre Rios” (AGRÁRIA, 2014). Alguns desses serviços e produtos merecem destaque, de acordo com a Cooperativa Agrária, como a Pesquisa Agrônômica e Assistência Técnica, através da FAPA – Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária fundada em 1994 e que possui área de 220 hectares e mais de 37.000 parcelas destinados ao estabelecimento de experimentos, lavouras comerciais e multiplicação de sementes de novas variedades (AGRÁRIA, 2014).

É um polo regional de difusão de tecnologia, pois é tida como referência para os técnicos e agricultores da região. A tecnologia desenvolvida pela FAPA é difundida nos dias de campo, em benefício de seus cooperados, proporcionando aumento de produtividade safra a safra (AGRÁRIA, 2014).

Destaque também para o WinterShow, maior evento relativo a cereais de inverno do Brasil, que tem como objetivo trazer exposições técnicas e de negócios, englobando toda a cadeia produtiva das culturas de inverno e da pesquisa aos produtos finais (AGRÁRIA, 2014). No capítulo 3 apresentamos números relativos às safras e culturas desenvolvidas pela cooperativa, assim como dados referentes às unidades fabris e de faturamento. Antes, porém, demonstramos como é a estrutura da Cooperativa Agrária e suas áreas de atuação.

Para atender as safras de verão e inverno, a cooperativa dispõe de silos e secadores para armazenar 850.000 toneladas de grãos e, além das instalações da Colônia Vitória, foram construídas mais duas centrais de recebimento e armazenamento em Pinhão e Guarapuava, esta última interligada a linha férrea (AGRÁRIA, 2014).

De acordo com o Perfil da Cooperativa Agrária (2014), desde o começo das atividades houve um esforço para implantar indústrias de transformação. “Hoje as indústrias da Agrária garantem mercado para a produção agrícola dos cooperados, aumentam o valor dos produtos pela transformação em bens de consumo direto, geram empregos e impostos” (AGRÁRIA, 2012).

A Agrária Malte - Maltaria da cooperativa que entrou em operação na década de 1980, foi ampliada em 2009, elevando a capacidade de produção em 60%, passando das 140 mil para 220 mil toneladas/ano. Conforme informações da própria Cooperativa Agrária, a unidade é responsável pela produção de aproximadamente “22% do malte consumido no Brasil (...) onde são produzidos anualmente 220 mil toneladas de malte”. E para manter a posição no mercado de matérias-primas para cervejas, whiskies e alimentos, “a capacidade de produção da maltaria é ampliada constantemente” (AGRÁRIA, 2014).

Para 2014, esses números devem aumentar, com a ampliação da terceira torre de malteação, que acrescentará anualmente mais 120 mil toneladas de malte. A Agrária Malte é a segunda maior maltaria da América do Sul e está entre as 20 maiores do mundo, de acordo com dados de janeiro de 2014, informados pela Cooperativa Agrária.

Outro setor de destaque é a atividade da Agrária Nutrição Animal, desde 2007 passou a utilizar apenas ingredientes de origem vegetal na fabricação de rações.

Beneficia subprodutos de cereais das outras unidades industriais, principalmente o milho, para a fabricação de diversos tipos de rações animais. Anualmente são fornecidas 184 mil toneladas de rações, sobretudo para os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (AGRÁRIA, 2014).

O moinho de trigo, pioneiro, também foi ampliado e modernizado e hoje produz cerca de 150 mil toneladas de farinha de trigo ao ano. Em 2007, segundo a Agrária (2014), foi “o primeiro Moinho de Trigo e sexta unidade industrial do ramo de alimentos, no Brasil, a ser recomendada para Certificação Internacional na Gestão de Segurança de Alimentos - ISO 22000”.

A Agrária Farinhas produz desde farinhas para uso doméstico, como também a linha industrial para panificação, além de farinhas integrais de diversos cereais e do trigo, que passaram a ser produzidos em 2010. A Indústria de Óleo atua como unidade esmagadora de soja e tem como principais produtos o óleo degomado e o farelo de soja, sendo a capacidade anual de 501 mil toneladas. Em 2013 a unidade registou recorde de esmagamento, ultrapassando 510 mil toneladas. Com a preocupação em atender não somente o mercado nacional, mas o internacional, a Agrária Óleo e Farelo foi certificada em 2013 na ISO 22.000 e na GMP+, certificação internacional que atende especialmente as demandas dos clientes da União Europeia (AGRÁRIA, 2014).

Um exemplo de parcerias com o capital internacional é a Ireks do Brasil, criada em 2004 com a empresa alemã IREKS GmbH com a finalidade de produzir pré-misturas de bolos e pães para panificação e confeitaria no mercado nacional.

Há cerca de dois anos uma reestruturação interna ocorrida na cooperativa possibilitou que o setor de sementes, que integrava o de suprimentos, se transformasse em uma nova unidade de negócios, com produção de sementes certificadas de soja, trigo, cevada, aveia e triticale. 100% das sementes utilizadas pelos cooperados no plantio são da unidade Sementes Agrária.

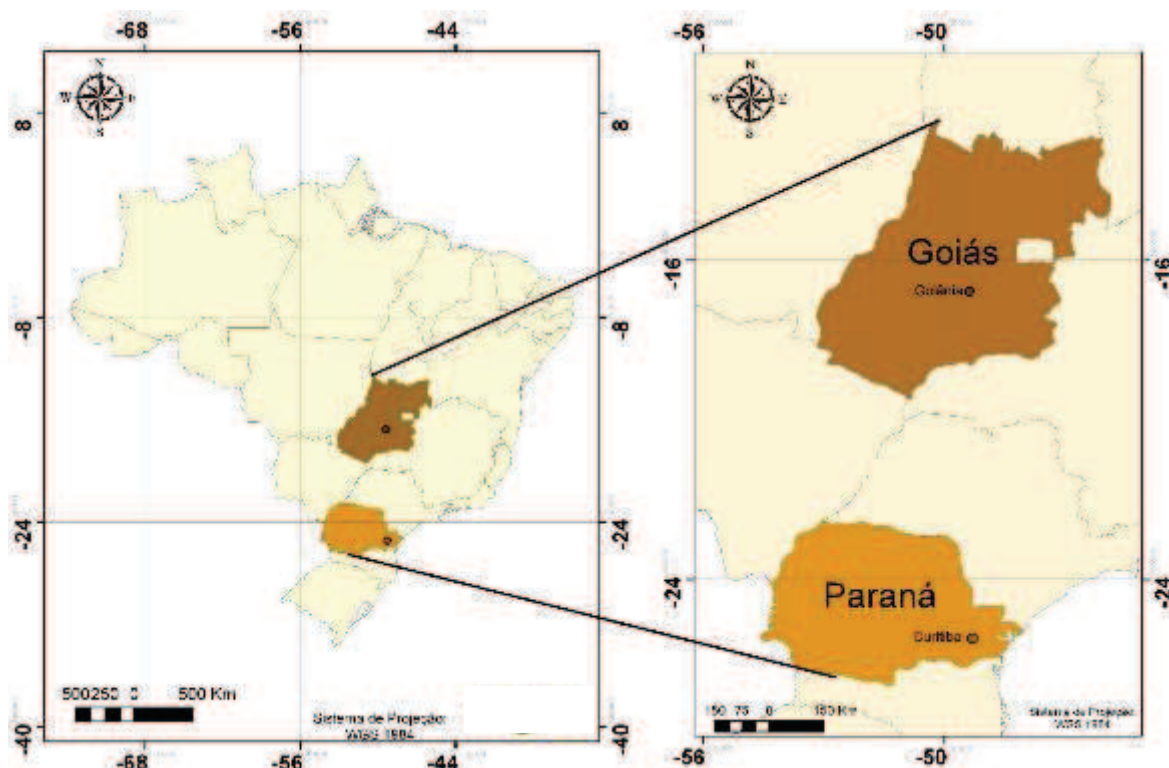
A cooperativa Agrária ainda possui projeto de reflorestamento de 4.500 hectares, que fornece lenha como combustível para as indústrias da cooperativa e “beneficia o meio ambiente e oferece áreas de proteção à flora e fauna nativas” (AGRÁRIA, 2014) e a Suínos Agrária, que produz “material genético e proteína animal, em 6 granjas com 900 matrizes para reprodução. Os principais clientes são empresas de genética e frigoríficos”.

A partir de 2014, a unidade de negócios da cooperativa contará também com a Agrária Grits e Flakes, beneficiadora de milho, sendo os entrepostos situados em Entre Rios, Guarapuava e Pinhão, no centro-oeste do Paraná (AGRÁRIA, 2014).

Percebe-se, portanto, que a história vivida pelo suábios desde a chegada até os dias atuais foi marcada por momentos de dificuldades, mas também por crescimento econômico permitido pela ajuda dos governo brasileiros e alemão, como veremos com mais detalhes a seguir.

2.3. A chegada dos suábios do Danúbio ao Brasil: Por que a escolha de Guarapuava?

Na chegada ao Brasil a comissão suábica que representava os imigrantes que viriam a se instalar no país recebeu convites do estado de Goiás e do Paraná, conforme Mapa 5, que mostra os estados que convidaram os imigrantes para a instalação de uma colônia. O primeiro, Goiás, foi recusado devido a distância dos grandes centros consumidores. Outro fator dificultador para a instalação dos suábios no estado de Goiás, apontado por Stein (2011), foi a tradição desse estado em cultivar o arroz, uma cultura que para os imigrantes era considerada de risco, já que sofria grande variação de preços.



Mapa 3 – Localização dos estados de Goiás e Paraná.

Elaborado: GeoMap.

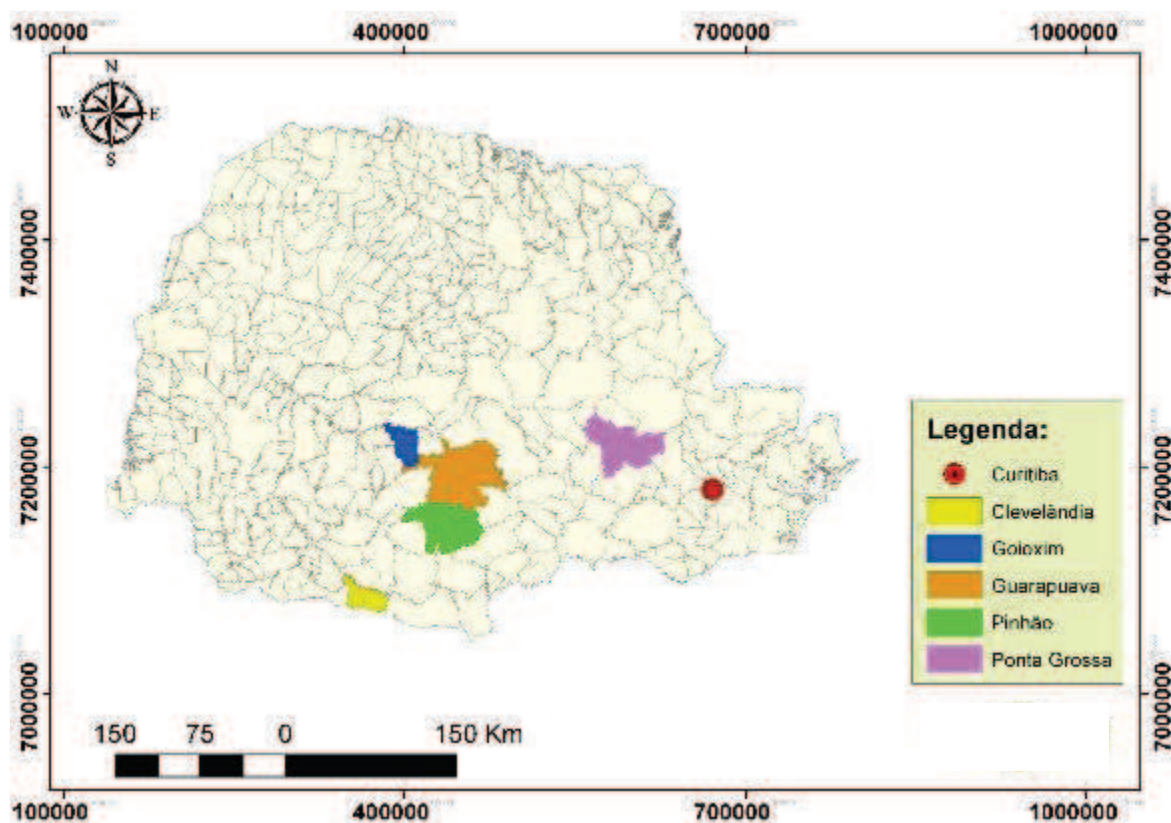
Org.: Gilson Boschiero.

Com estes empecilhos os imigrantes europeus decidiram pelo Paraná, e através do apoio do então Secretário da Agricultura Lacerda Werneck, decidiram permanecer no estado (STEIN, 2011).

No Paraná os suábios receberam algumas propostas do governo para se instarem em municípios do estado, conforme Mapa 6, como Clevelândia, que foi rejeitada por ser distante de linha férrea. A segunda indicação do Secretário da Agricultura foi uma área nos Campos Gerais, em Ponta Grossa. O local também foi recusado por questões ligadas a

profundidade e acidez do solo. “O mesmo ocorreu após exame de uma área em Goioxim, próxima ao município de Guarapuava. Entre os motivos para a não aceitação da área disponibilizada, estava o seu tamanho”, pequena e com topografia que dificultava a mecanização (STEIN, 2011, p. 58).

Só então foi colocada para a apreciação dos imigrantes uma área no município de Pinhão, próxima de Guarapuava, a Fazenda Sobrado que estava à venda. No entanto, ao atravessarem de balsa o Rio Jordão em Guarapuava, “penetraram nos campos de Entre Rios e ficaram deslumbrados com a planície, a extensão dos campos, a vestimenta dos campos nativos. Coletaram vinte amostras de terra – examinaram o pH e decidiram voltar para Curitiba”. Ao conhecerem as planícies que formam os campos de Entre Rios, os imigrantes decidiram que este seria o local escolhido por apresentar as condições que mais se aproximavam do que eles procuravam (WERNECK *in* ELFES, 1971, p. 38)²³.



Mapa 4 - Localização dos municípios de Curitiba, Clevelândia, Goioxim, Guarapuava, Pinhão e Ponta Grossa.

Elaborado: GeoMap.

Org.: Gilson Boschiero.

²³ WERNECK, Lacerda. **Um pouco de história.** In: ELFES, Albert. Op. cit. p. XXXVIII.

De acordo com O Diário Oficial do Estado do Paraná, de 19 de maio de 1951 *apud* Stein, 2011, p. 61, o governo estadual declarava as áreas de interesse dos imigrantes suábios como de utilidade pública. Iniciava-se, assim, a desapropriação dessas terras, com o discurso desenvolvimentista de que estas possibilitavam o plantio do trigo e permitiam a mecanização necessária pelos novos moradores. O decreto trazia ainda, o discurso de desenvolvimento e progresso a partir da produção do cereal e que, com isso, o país deixaria o posto de comprador para assumir o posto de produtor e exportador, sendo o interesse de caráter econômico.

O indicativo, assim, era de que a chegada desses imigrantes traria prosperidade para a região, com a implantação da agricultura, o que poderia ser visto também na melhora das condições de vida dos chamados nativos, que até então trabalhavam nas fazendas desapropriadas pelo governo do estado, que teriam a mão-de-obra utilizada nos trabalhos de campo.

Ou seja, além de aplicarem uma agricultura mais moderna e mecanizada os suábios fomentariam a economia do Paraná, que naquele momento almejava diminuir as importações de trigo, sendo este um dos principais fatores para o incentivo à fixação dos mesmos. Assim, em Stein (2011, p. 62), para aquisição dessas terras de aproximadamente “10 mil hectares de campo e 12 mil hectares de florestas de araucárias e imbuías, foi constituída em 5 de maio de 1951, a Cooperativa Agrária Ltda”²⁴.

Desta forma, a partir de junho do mesmo ano chegaram as primeiras famílias desembarcadas no porto de Santos, sendo 222 pessoas que pegaram um trem até Guarapuava. Ao chegar à cidade, ficaram alojados por cerca de um mês e meio na Escola de Aplicação (atual Colégio Visconde de Guarapuava), tempo necessário até que fossem construídos abrigos no distrito. O último grande contingente de suábios a desembarcar no Brasil com destino a Guarapuava foi em fevereiro de 1952, somando-se 2446 pessoas (STEIN, 2011).

Como já citado, as famílias tinham tradição agrícola, o que ia ao encontro dessa nova política nacional de imigração, tendo em vista que a região de Guarapuava manteve-se por muito tempo vinculada a uma economia decorrente da atividade tropeira e coleta de erva-mate (STEIN, 2011).

Segundo Stein (2011), a chegada desses imigrantes da região central da Europa foi registrada pelos jornais, que os denominaram suíços, germânicos, imigrantes, apátridas, camponeses, agricultores e até de alienígenas, mas muito pouco de alemães.

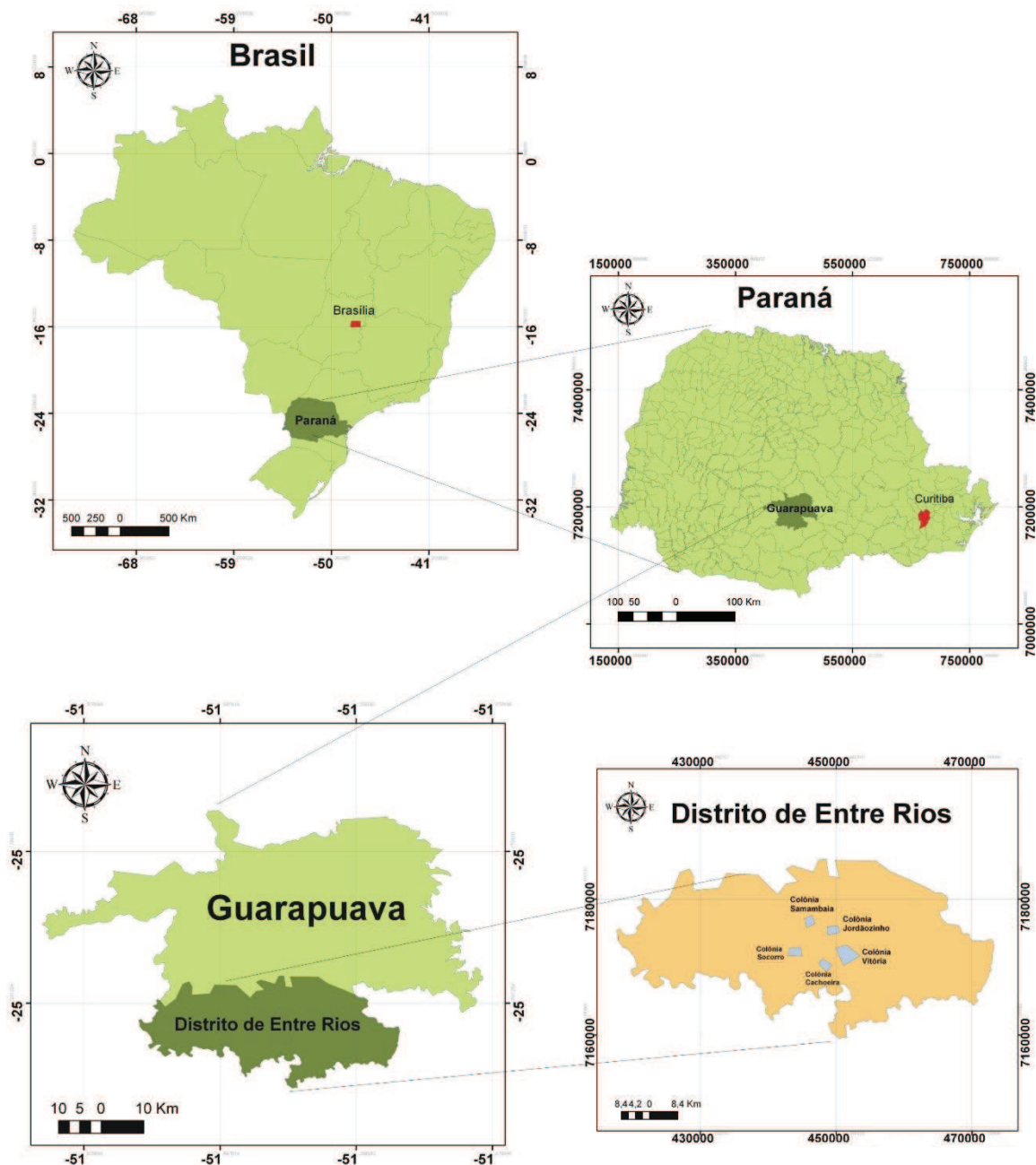
²⁴ Veremos adiante que o processo de desapropriação e reocupação dessas terras não foi tão simples.

Em estudo dedicado à Geografia Econômica, Nunes (2005, p. 84) entende esta como “campo da Geografia que se sustenta primeiramente por apresentar uma característica básica: a precedência do fato/evento econômico na determinação dos processos e relações que produzem as diferentes formas espaciais”.

Tal definição se alinha ao processo de fixação dos suábios do Danúbio que se instalaram no município de Guarapuava. A escolha teve anteriormente o acolhimento de características que pudessem dar respostas econômicas, de um negócio fundamentado na produtividade e no lucro. Outro fator determinante, afirma Stein (2011, p. 83-84), teria sido a existência de “vias de comunicação e projetos para construí-las e ampliá-las, visando ao escoamento e comercialização da produção e também ao recebimento de produtos industrializados”.

Além dos incentivos governamentais e da combinação das características naturais e climáticas de Guarapuava, a implantação da colônia de Entre Rios no município se reforça pelas características da cidade, com a maioria das casas com estrutura de madeira e com muitos terrenos à venda. Segundo funcionários do Museu de Entre Rios, a narrativa em Stein (2011, p. 79) teria sido feita por representantes da Ajuda Suíça à Europa que participaram da escolha do local para o estabelecimento da colônia, sobre a ação da colônia no Brasil, a partir do relatório elaborado em 1951. O relatório cita também estruturas de prefeitura, delegacia de polícia, hotéis, igreja, farmácia, hospital, cinema e escolas. Uma infraestrutura suficiente para os moradores se desenvolverem e reconstruírem suas vidas.

Antes de começarem a construção da estrutura das colônias, conforme Mapa 7, que mostra Guarapuava, o distrito de Entre Rios e as 5 colônias que formam o distrito, cada colônia foi dividida em lotes de $\frac{1}{2}$ hectare para a construção de “uma casa e também para a formação de hortas e pomares” (ELFES, 1971, p. 49). Segundo Wilk e Remlinger (1986, p.35-36) cada vila dispunha ainda de escola, igreja, armazém, cemitério e campo de futebol. O trabalho inicial, na implantação das colônias foi coletivo, ou seja, a abertura de estradas e a construção de casas empregava grande número de mão-de-obra de todos, sendo que o mesmo aconteceu no trabalho no campo.



Mapa 5 – Localização do estado do Paraná, do município de Guarapuava e do distrito de Entre Rios formado pelas 5 colônias.
Fonte: Atlas Geográfico. IBGE 2004.
Elaborado: GeoMap.
Org.: Gilson Boschiero.

Na mesma velocidade em que esse trabalho se desenvolvia os fazendeiros da região, de acordo com Stein (2011), o apresentavam como um fracasso anunciado. Os latifundiários não acreditavam no sucesso da colonização, nem na nova forma de utilização do solo, qual seja, as terras limpas em que os suábios iniciavam a agricultura, especialmente a cultura do trigo, que no início não apresentou os resultados esperados, foram até então utilizadas exclusivamente para a pecuária (STEIN, 2011). Com técnicas, equipamentos, maquinários

e adubos os suábios conseguiram cultivar principalmente o trigo, transformando o pasto pobre e desacreditado pela sociedade campeira em um solo produtivo, como afirma GrígoLO (2013).

Apesar da situação caótica como eles falam que vieram, sobre expulsão de guerras, eles chegaram aqui e pegaram as piores terras na região. Eram terras que os fazendeiros não queriam e foram doadas para eles, desapropriadas. E eles conseguiram transformá-las com o trabalho nas melhores terras do município. É a cultura que eles têm, aprenderam na origem e procuraram investir, transformar aquilo em riqueza (GRÍGOLO, 2013).

O processo de desapropriação não agradou aos fazendeiros da época e a distribuição das terras se deu de maneira conflituosa, já que não levou em consideração o relevo e a qualidade do solo (KOHLHEPP, 1991). A divisão se baseou no tamanho das famílias e, segundo Elfes (1971, p. 50), cada casal recebeu meio hectare para construção da casa, horta e jardim, um hectare para pasto, quatro hectares para a extração de madeira e 15 hectares para o plantio.

Outro detalhe que vale a pena citar é que cada filho com mais de 12 anos recebia também oito hectares para o cultivo da terra e as mulheres com mais de 14 anos recebiam quatro hectares. Na Figura 2 é possível averiguar (ELFES, 1971) como ficou inicialmente a planta de Entre Rios com as cinco colônias e a divisão de terras, conforme o tamanho das famílias de imigrantes suábios. A anexação²⁵ de Entre Rios ao município de Guarapuava ocorre somente em 1962, sendo elevado à categoria de distrito²⁶.

²⁵ Pela lei estadual n.º 4583, de 27-06-1962, é criado o distrito de Entre Rios e anexado ao município de Guarapuava. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 11 distritos: Guarapuava, Candói, Cantagalo, Entre Rios, Goioxim, Guairacá, Guará, Marquinho, Palmeirinha, Pedro Lustoza e Pinhão (IBGE, 2013).

²⁶ As terras nesta área foram doadas a famílias do município pelo Sistema de Sesmarias (lotes de terra entregues a um sesmeiro que tinha como objetivo, tornar a terra produtiva em até cinco anos. A partir de então, este passaria a contribuir com impostos à Coroa). O sistema de distribuição de terras por sesmarias durou até 1822 e pouco satisfaz aos propósitos iniciais, já que não havia como fiscalizar essas longas e distantes extensões de terra. Os latifúndios brasileiros são reflexo desse sistema. Só após a desapropriação dessas fazendas é que foi instalada a Colônia de Entre Rios e mais tarde o distrito de Entre Rios. História Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/sesmarias/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

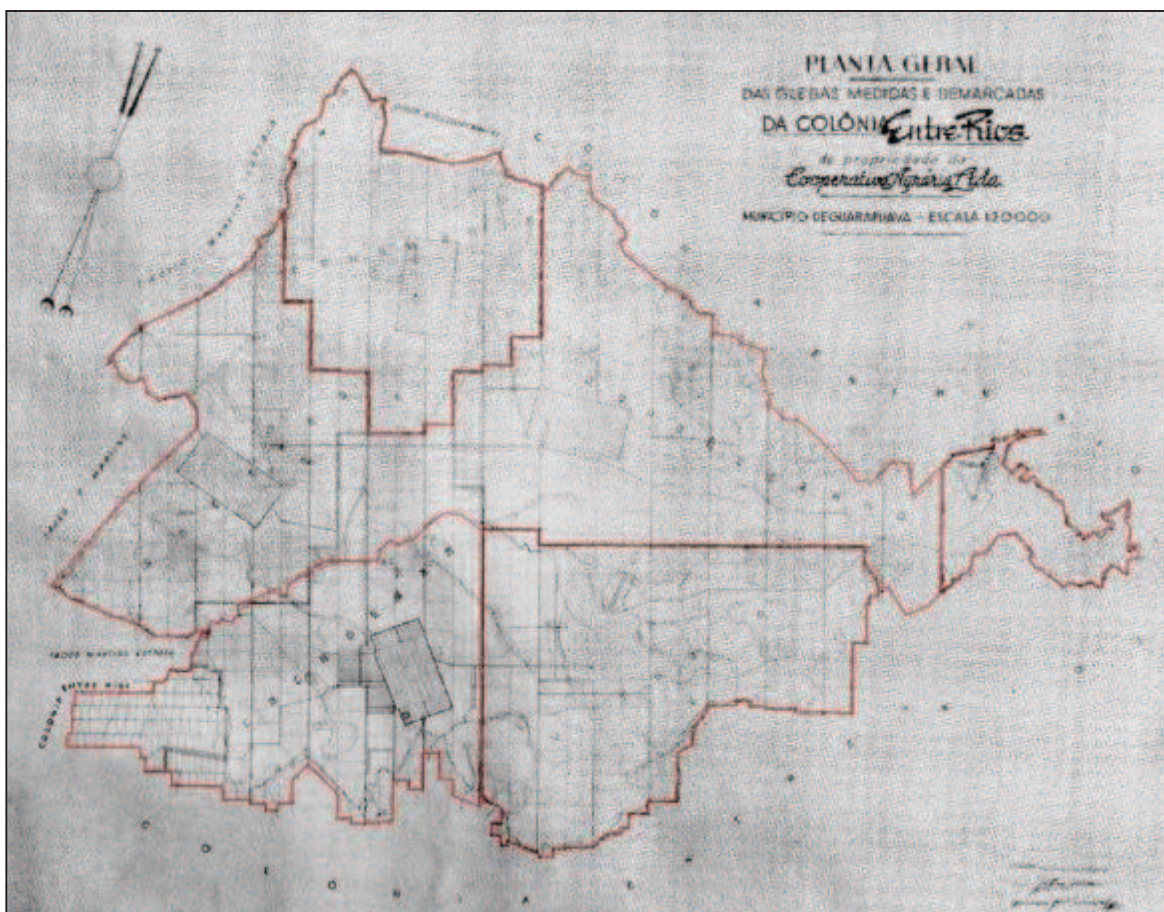


Figura 1 – Distrito de Entre Rios: Planta com distribuição das terras e divisão das 5 colônias: Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Cachoeira e Socorro (1952/53).

Fonte: ELFES, Albert (1971).

Org.: Gilson Boschiero.

Como os solos menos favoráveis não foram compensados por parcelas maiores, as glebas apresentaram, desde o momento da partilha, estruturas diferentes, e isso causou a insatisfação e a insegurança entre os colonos que estavam passando por dificuldades econômicas e de adaptação, e começaram a deixar a colônia. Desta leva 9% dos agricultores ou um terço de todas as famílias abandonaram Entre Rios (KOHLHEPP, 1991).

A reemigração nos primeiros anos da instalação da Colônia foi motivada por diversos fatores, entre eles, a crise econômica enfrentada pelos imigrantes, a diferente divisão de terras, que privilegiou uns em detrimento de outros, as diferentes condições, daí decorrentes, de atingir o desenvolvimento esperado para manter o padrão de vida das famílias (STEIN, 2011).

Além disso, os suábios não se adaptaram ao novo espaço com muita facilidade, como apontam os relatórios feitos em 1952 pelo suíço Walter Gossner²⁷, escolhido como membro de uma comissão que a pedido da “Ajuda Suíça à Europa” passou cinco dias na Colônia para examinar e relatar a situação dos colonos de Entre Rios (STEIN, 2011).

Questões psicológicas e culturais também fizeram parte desse momento que motivou o processo de reemigração. Os suábios trouxeram as experiências vividas na Europa, traumas causados pela guerra e, encontraram uma realidade diferente da que eles conheciam, desde a dificuldade em cultivar o solo até as diferenças de língua e educação (STEIN, 2011). O sociólogo norte-americano e um dos fundadores da Escola de Chicago Robert Park, investigou o comportamento humano nas cidades e observou que as relações humanas tendem a ser impessoais e são definidas por interesses, e que a cidade, possui uma dimensão moral que é influenciada pelos moradores. Park (1967, p. 34) explica que:

(...) o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade, com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesses mais amplos a seu redor.

O processo de colonização não foi tão pacífico quanto pode parecer nos dias atuais. Martins (1992, p. 71) aponta que as terras, até então “doadas” aos imigrantes, foram “tomadas” (grifo nosso) dos fazendeiros aqui residentes, o que caracteriza uma desapropriação nada lucrativa para os antigos. “Lacerda Werneck afirmou que o governo iria começar a expropriar as terras daqueles que não efetuassem a venda destas para a Cooperativa Agrária”. O mesmo percebe-se em Gomes (2009), ao tratar das mudanças no modo de produção e ocupação e uso do solo a partir da década de 1950 em Guarapuava.

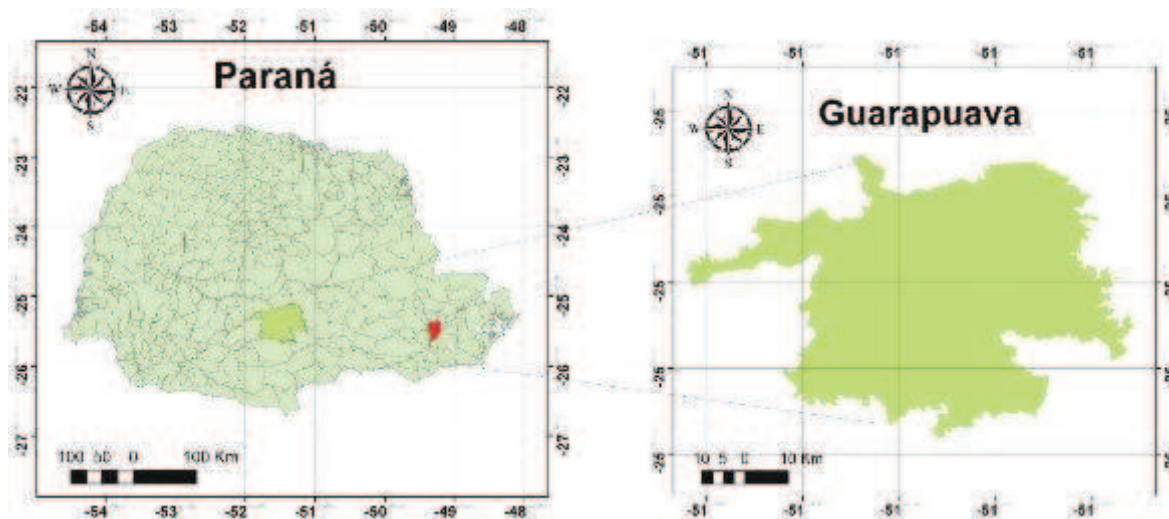
Essas mudanças e objetivos não puderam ocorrer sem tensões, pois os espaços, aparentemente “ociosos”, carentes de “desenvolvimento”, eram ocupados por diferentes sujeitos sociais, que viviam à margem do sistema econômico, mas que dispunham tanto dos espaços cedidos em fazendas de gado, quanto dos florestados, para produzirem o necessário a sua subsistência e reproduzirem suas práticas culturais (GOMES, 2009, p. 159).

²⁷ Walter Gossner permaneceu 5 dias na Colônia para coletar dados da cooperativa e também para levantar informações sobre o processo de colonização. A partir da visita foi feito um relatório de 63 páginas que descrevia desde aspectos da conjuntura natural, do meio ambiente, como também organizacional em Entre Rios. Para saber: STEIN (2011).

Tratava-se da sociedade tradicional guarapuavana, dos fazendeiros luso-portugueses que aqui se encontravam e que mediante uma mudança do modelo de uso e distribuição das propriedades estavam incomodados. As terras eram pouco produtivas, sendo a maioria usada apenas para cultivo de subsistência e para a criação de gado. E era exatamente esse o modelo que se pretendia mudar, tornando os campos de Guarapuava competitivos, com lavouras que pudessem contribuir com a demanda do estado e do Brasil.

Os discursos da imprensa, principalmente a escrita, e dos grupos hegemônicos daquela época demonstravam que haveria vantagens para os trabalhadores nascidos e que moravam em Guarapuava com a chegada dos imigrantes. A partir do novo modelo aprendido de cultivar a terra e com recursos avançados, estes passariam a reproduzir a técnica aprendida.

Segundo o Jornal Folha do Oeste, cerca de 100 famílias que trabalhavam em fazendas desapropriadas pelo estado para o processo de colonização seriam empregadas na cooperativa. E isso, em Stein (2011, p. 78) “melhoraria suas condições de vida. Além disso, a cooperativa aperfeiçoará seus conhecimentos e lhes dará instrução em matéria agrícola”. Percebemos nestes discursos que não foi por acaso que o Brasil e o Paraná foram escolhidos para receber esses imigrantes. O Mapa 8 mostra a localização do município de Guarapuava.



Mapa 6 – Localização do município de Guarapuava/PR e de Curitiba.

Elaborado: GeoMap.

Org.: Gilson Boschiero.

Mesmo encontrando uma nova terra para produzir e uma nova pátria para viver, o sentimento identitário (STEIN, 2011) foi reforçado com discursos internos e principalmente externos ao grupo, esses últimos representados pelos Estados brasileiro e alemão. Estes

ajudaram a reforçar a identidade cultural dessas famílias enquanto grupo, com sentidos de luta e vitória coletivos através de uma narrativa histórica homogênea (STEIN, 2011).

A narrativa histórica mostra que o grupo superou as intempéries, sejam as impostas pelo clima severo pelas condições do solo ou ainda pelas diferenças culturais. Uma história que não privilegia um indivíduo, mas que está preocupada com a construção de uma identidade cultural do grupo. Um instrumento fundamental que mais tarde vai ajudar no fortalecimento da identidade dos imigrantes enquanto grupo étnico (STEIN, 2011).

Outras nuances identificadas e narradas por autores²⁸ que se dedicaram ao estudo dos suábios do Danúbio, em Entre Rios, nos faz acreditar que algumas problemáticas ainda podem ser exploradas. Apesar de relatar vários aspectos positivos da organização do trabalho e da adaptação dos colonos na nova pátria, Walter Gossner descreve dois pontos que considerou negativos durante a visita, sendo o primeiro o fato do isolamento dos imigrantes suábios em relação aos brasileiros. A preocupação fazia sentido, uma vez que a demonstração de superioridade com os habitantes nacionais poderia causar atritos e gerar ressentimentos (GOSSNER, 1951).

Esse aspecto, no entanto, é minimizado depois que o relator conversa com os colonos e percebe a cordialidade presente nas visitas e nos encontros. Para Gossner, através da vida social, da interação promovida durante as práticas religiosas e na escola o isolamento tenderia a passar. Gossner diagnosticou também que questões emocionais apresentadas pelos suábios deveriam ser alvo de preocupação, pois na relação entre eles e os próprios líderes, dirigentes da Colônia, havia desconfiança e cooperação. Ele avaliou ainda a saúde financeira da Cooperativa Agrária, que neste momento foi considerada instável em razão de débitos que colocavam a liquidez em risco, e recomendou ajustes para controlar com mais eficiência o fluxo de caixa. Apesar de apontar algumas falhas, Gossner encerrou o relatório com parecer favorável ao empreendimento (GOSSNER, 1951, *apud* STEIN, 2011).

²⁸ GÄRTNER, Monique. História, memória e identidade: considerações acerca da ocupação da região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951-1971). In: **Congresso Internacional de História**. Maringá/PR. Agosto/2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/70.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2013; LICKEL, A. **A Vila dos Brasileiros no contexto das colônias suábias em Entre Rios, no município de Guarapuava - PR**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2011; TEIXEIRA, J. C. Memórias suábicas: o processo de colonização em Entre Rios-PR. **Revista Percurso** (Online), v. 2, p. 3-24, 2010; FRIEDRICH, Marli. **Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2005; STEIN, Marcos Nestor. **Imigração, dissensos e adaptações: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná**. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/297.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2013.

Merecem destaque os aspectos identificados pelo relator suíço, e reforçados por Abeck (1964) por ocasião da encenação de uma peça nos 10 anos de implantação da Colônia, em relação ao isolamento e a superioridade demonstrados pelos suábios. A apresentação da peça foi bilíngue. Para Raffestin (1993, p. 97-98), uma das ferramentas mais fortes de identidade e de poder imigrante é a língua. “Por essa razão ela ocupa um lugar tão fundamental na cultura e é por si mesma, um recurso que pode dar origem a múltiplos conflitos”.

Moraes Filho (1983) define o termo *estrangeiro* não só se referindo a um viajante, que vai e volta, mas aquele que vem e fica.

Fixou-se em um grupo espacial particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais. Mas sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo (MORAES FILHO, 1983, p. 182).

Szilvassy (1965), contrapôs discursos de fontes oficiais do governo do Paraná e da imprensa. Em relatório fruto de uma viagem de “Pesquisas Sociológicas” feita no Paraná entre 21 de fevereiro e 7 de abril de 1965, Szilvassy realizou diversas entrevistas com os imigrantes. Constam no relatório que alguns fatores foram os responsáveis pela reemigração de algumas famílias suábias assentadas em Entre Rios. Entre eles, a dificuldade que os migrantes tiveram em se adaptar ao local que era distante do centro de Guarapuava e a dificuldade em cultivar a terra, que necessitava de grandes quantidades de adubo químico para que a lavoura atingisse bons resultados na colheita, o que encarecia a atividade.

O bem estar cultural dos imigrantes também é relatado, no qual os imigrantes temiam se igualar ao caboclo, referindo-se ao jeito simples dos empregados das propriedades. Esse receio revela, aparentemente, que esses imigrantes estavam dispostos a manter a cultura herdada, a europeia. Na obra de Coulon (1995), em “A Escola de Chicago: a cidade como lugar da imigração”, ele afirma que o processo de assimilação desejável por parte de nativos e imigrantes, neste caso americanos, deve passar pelo aprendizado cultural do novo, após a busca pela preservação de sua identidade, num primeiro momento.

A assimilação (...) será completa quando o imigrante tiver o mesmo interesse pelo mesmos objetos que o americano de origem; dito de outro modo, na linguagem da etnometodologia, quando ele se tornar membro, ou seja, quando possuir o domínio da linguagem natural do grupo” (COULON, 1995, p. 40).

No relatório de Szilvassy (1965) chama a atenção a afirmação dos próprios suábios, contradizendo os discursos hegemônicos da mídia e autoridades governamentais, de que Guarapuava não seria o melhor lugar para se viver. Neste sentido Stein (2011) afirma que:

Desde a fundação da Colônia e, especialmente, a partir da segunda década de 1960 há elaboração de narrativas sobre o grupo, veiculadas por meio de jornais, revistas e livros. Tais narrativas, geralmente, apresentam discursos que descrevem o passado desse grupo na Europa e a sua vinda para o Brasil. Nelas há, principalmente, a tentativa de apagar as diferenças entre os membros do grupo, unindo-os por meio de uma memória comum (STEIN, 2011, p. 32).

O processo de fixação dos suábios teve reflexos negativos para os moradores de Guarapuava, já que muitas pessoas se deslocaram até o distrito de Entre Rios em busca de uma vida melhor e não encontraram oportunidade de trabalho por parte dos imigrantes (ELFES, 1971). A solidariedade/cooperação ficou em segundo plano frente à sistemática economia da acumulação de capital que valorizava a mão-de-obra especializada, que desta precisa retirar o máximo de resultados.

Os moradores do campo não se dedicavam a agricultura de grande escala, apenas a criação de animais domésticos, de gado para a retirada do leite e de culturas de subsistência. Uma segregação imposta pelas diferenças no ambiente social, que de certa forma reforça a ideia do grupo isolado, de um grupo diferenciado e detentor de poder.

A seguir veremos exemplos concretos de iniciativas governamentais que atraíram os suábios e auxiliaram a instalação desses no município de Guarapuava.

2.3.1. O potencial econômico de Guarapuava e os incentivos governamentais que atraíram os suábios do Danúbio

De acordo com Silva (2007) alguns fatores foram os responsáveis pela mudança no uso produtivo do solo e na economia no município de Guarapuava, dentre eles a ocupação de áreas de campos para o plantio, até então realizado nas áreas de matas; a chegada da ferrovia (1952) e o asfaltamento da BR 277 (1968), que passa a facilitar o escoamento da produção; e o uso mais intenso da madeira²⁹, com a organização de serrarias e de indústrias madeireiras, que ajudaram a diversificar a economia local e regional.

²⁹ Este fato fez com que diversas espécies arbóreas fossem devastadas e outras reduzidas, como é o caso da mata de araucárias.

De acordo com Silva (1997), inicialmente a política nacional de imigração brasileira se voltou para a ocupação de “vazios demográficos”, já que a ocupação efetiva desses territórios contribuía para a defesa e a soberania nacional e para o desenvolvimento do mesmo, além de ser também uma política de “embranquecimento” da população brasileira. Mas por volta de 1950, uma nova ordem redirecionava essa política: “o fornecimento de mão-de-obra para a produção nas grandes propriedades e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência” (SILVA, 1997, p. 20).

Essa demanda pode ser percebida no discurso da imprensa no início da década de 1950, ao fazer referências às condições geográficas de Guarapuava como formação geológica, clima, localização e altitude, valorizando a região. À época, o Jornal Folha do Oeste de Guarapuava publicou algumas reportagens referindo-se a vinda desses colonos refugiados, ao mesmo tempo em que descreveu o território que os aguardava “do outro lado do oceano”, como no trecho a seguir:

As terras, em questão, por sua qualidade e grande fecundidade, são as melhores: - Clima, altitude, extenso tabuleiro de campo e matas, tudo nestes vales, promissoramente oferece margem à exploração do cultivo do decantado ouro branco, que até há bem pouco tempo adquiriríamos os mercados estrangeiro em sua totalidade, na de milhões de toneladas anualmente importadas, com um dispêndio superior a um décimo dos orçamentos nacionais. [...] Guarapuava será um futuro celeiro de trigo, quiçá um dos maiores do sul do Brasil, e a União terá nele, um forte colaborador na melhoria do plano econômico de todo o país (JORNAL FOLHA DO OESTE, 10 de junho de 1951, p. 1, *apud* STEIN, 2011, p. 77).

No trecho citado há um discurso que privilegia o clima subtropical úmido. O município é um dos mais frios do estado e apresenta inverno rigoroso, período do ano em que as temperaturas facilmente atingem graus negativos. A reportagem traz ainda muitos adjetivos quanto às terras aqui encontradas, citadas como “as melhores”. Assim, clima e solo juntos seriam, por si só, indicadores de um futuro promissor.

A formação geológica do Terceiro Planalto, também chamado de Planalto de Guarapuava, onde está localizado o município, segundo os estudos de Maack (2001), se inicia a partir da Serra da Esperança e apresenta forte presença de derrame de rochas eruptivas e depósitos de arenitos. Ou seja, nesta vasta área, a oeste da Serra, que corresponde a 2/3 da superfície do Paraná, “aconteceu o maior derrame de lavas vulcânicas do mundo, conhecido como Derrame de Trapp³⁰, que mais tarde deu origem a famosa terra roxa, que se

³⁰ Nome que se dá a ocorrência de grandes corridas de lavas, normalmente basálticas, sobre áreas continentais. No Brasil e em outras partes do mundo, os derrames basálticos ocorrem em camadas sucessivas, que vão se superpondo umas às outras, sendo o conjunto destes derrames conhecido como trapp basáltico. O nome é

faz presente no norte e oeste do estado”.³¹ Além do clima propício, isso explica, por exemplo, porque a cultura do café se desenvolveu tão bem nestas duas regiões do Paraná. A formação geológica do Terceiro Planalto ocorrida durante a Era Mesozoica (jurássica), há cerca de 130 milhões de anos, deu origem às rochas que se destacam na região. De acordo com Ribas (2010, p. 1), formações que:

Historicamente limitaram a exploração agrícola dos solos e o desenvolvimento econômico da região. Entretanto, há muito a adoção de técnicas de manejo da fertilidade dos solos permitiu o desenvolvimento do setor agropecuário, que se tornou vital para a economia. Atualmente, a região se sobressai na produção de várias espécies. Em 2008, Guarapuava se sagrou como o maior produtor brasileiro de cevada, com 22% da safra nacional (IBGE, 2010). Houve, portanto, uma mudança na fertilidade da camada de 0,0 a 0,2 m dos solos pelo uso de corretivos e fertilizantes.

A pecuária foi a atividade que mais se desenvolveu nas áreas de campo limpo no município entre 1800 e 1940. De acordo com Ribas (2010, p. 7), devido à formação do solo, o gado muitas vezes tinha dificuldades de se alimentar das vegetações “duras, secas e impregnadas de sílica comuns na região, sendo necessária a renovação constante do pasto com queimas, efetuadas desde o início da ocupação até recentemente, por aproximadamente 200 anos, empobrecendo muito os solos da região”.

Para o autor, está claro que os imigrantes que aqui chegaram enfrentaram dificuldades para cultivar a terra, considerada ácida, sendo que o sucesso da atividade agrícola desenvolvida pelos imigrantes só foi atingido com a mecanização e a fertilização do solo. A partir dessa constatação, percebe-se então que a imprensa da época reforçava um discurso estatal, que colocava vantagens para atrair os imigrantes. A BR 277 só foi asfaltada em 1967, mas por estar situada na região central do estado, Guarapuava apresentava uma posição logística estratégica, o que facilitaria o escoamento da produção para os grandes centros urbanos como Curitiba, São Paulo e Santos.

Segundo Park (1967, p. 45), a mobilidade das populações pode ser medida pelas facilidades e dificuldades impostas pelo território. “(...) o negociante, o proprietário de manufaturas, o profissional, o especialista em cada atividade, procuram seus clientes na

originado da palavra sueca trappa, significando degraus, pois estes derrames sucessivos originam, pela erosão, típicas encostas em degraus. O magma basáltico, por ter uma viscosidade menor do que o magma granítico é capaz de cobrir grandes extensões, da ordem de milhões de quilômetros quadrados, com camadas de espessura relativamente uniforme. Disponível em: <<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php/Derrame>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

³¹ Geografia do Paraná. Paraná Blog. Paraná, 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.parana.blog.br/geografia-do-parana/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

medida em que as dificuldades de viagem e comunicação decrescem numa área de território sempre maior”. Se levarmos em consideração que o território pode ser entendido como um conjunto de equipamentos, de instituições, de normas que movem e são movidas pela sociedade, “a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba” (SANTOS, 2001, p. 89).

Outros fatores tiveram influência nessa nova forma de ocupar e usar o espaço: “Os governos federal e estadual buscaram reocupar o território com populações que se voltassem à produção agrícola” (SILVA, 2007, p. 74). O governo estadual incentivou a fundação de colônias agrícolas, uma estratégia de desenvolvimento combinada de elementos do espaço natural, econômico e social, que levou a uma alteração de paradigmas na agropecuária, com a ocupação dos campos limpos, produtos da massiva exploração dos recursos naturais, como o desflorestamento.

Foi no governo de Bento Munhoz da Rocha (1951-1955) que o incentivo a essa nova imigração teve maior contribuição para o Paraná. Neste período do pós-guerra foram criadas no estado três importantes colônias: a de Witmarsum, em Palmeira, composta por um grupo Menonita³² (de origem Frísia, norte da Holanda e da Alemanha), num total de 150 famílias; a colônia de Castrolanda, em Carambeí, formada por cerca de 50 camponeses holandeses que têm na produção de leite e derivados a principal atividade e; a colônia de Entre Rios, composta por imigrantes denominados suábios do Danúbio.

Num contexto mais amplo de dinâmicas regionais, os governos federal e estadual buscaram reocupar algumas regiões do país com populações que se dedicassem à produção agrícola, já que o Brasil buscava a autossuficiência na produção de grãos, em especial o trigo. Assim, a ajuda em forma de financiamento, por parte do governo federal, também foi decisiva na escolha e vinda desses imigrantes para Guarapuava.

Segundo Costa (2012, p. 283), vale lembrar que a partir de 1951, data da instalação da Colônia de Entre Rios e em década coincidente com os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), “estabeleceu-se o planejamento econômico em nosso país, com o Estado exercendo a função de coordenador econômico e mesmo de empresário em diversos setores da economia”.

³² A teologia menonita enfatiza a primazia dos ensinamentos de Jesus como escritos no Novo Testamento. As crenças básicas derivam das tradições anabatistas, uma ala radical da reforma protestante. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_barbosa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

De acordo com Stein (2011), em agosto de 1950 o presidente Getúlio Vargas afirmou que era favorável a vinda dos suábios. O compromisso em ajudar os imigrantes foi decisivo na implantação do projeto no Paraná.

Por decreto de 15 de janeiro de 1951 do então presidente da república Getúlio Vargas foi possibilitado o financiamento da colonização e pauta, através do banco do Brasil, com fundos oriundos de ágios sobre importações especiais da Suíça. Procurava-se combinar o interesse do Brasil na imigração de agricultores qualificados com os interesses comerciais de exportadores e industriais suíços (ELFES, 1971, p. 46).

Com a escolha, o próprio governo paranaense se incumbiu de comunicar à Ajuda Suíça à Europa as vantagens do empreendimento no Paraná, entre elas as de que o estado já tinha experiências com a colonização alemã, se referindo à instalação das colônias holandesa e suíça citadas. Além disso, o governo referia-se a estas como propulsoras tanto do “desenvolvimento da agricultura quanto da indústria”, além do interesse e viabilidade demonstrados pela comissão suábia em implantar a colônia.

Para facilitar a construção da nova colônia, o governo do estado assegurou alguns incentivos iniciais, como a construção da estrada entre Guarapuava e a nova colônia, o transporte dos imigrantes e dos seus pertences do porto de Santos até a área a ser ocupada, medição e loteamento da área sem custos, disponibilização de um médico e de professores brasileiros que conhecessem a língua alemã para fazer a mediação, além do fornecimento de sementes e mudas (STEIN, 2011, p. 59).

Verificamos, assim, que a comunidade apropriou-se de um território marcado pela sociedade campeira, transformando-o em outro território ou simplesmente criando uma nova territorialidade, um espaço marcado pelas relações de poder, de dominação e de apropriação simbólica (HAESBAERT, 2007) e que se transformou em um espaço vital para a sobrevivência e manutenção desse grupo, como visto no capítulo 1.

Mesmo estando no centro geográfico do estado e tendo uma rodovia (BR 277)³³ passando por dentro do perímetro urbano que liga o porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu, ao Paraguai e à Argentina, Guarapuava ainda depende de infraestrutura logística que dificulta e compromete o desenvolvimento do município (BOTELHO, 2013). Adiante buscamos novos parâmetros que indicam porque os suábios do Danúbio permaneceram na região de Guarapuava.

³³ Rodovia Federal pedagiada de extrema importância para as economias paranaense e nacional, mas que ainda tem a maior parte de sua extensão em pista simples.

Neste capítulo abordamos o cenário socioeconômico do Paraná no momento em que os suábios do Danúbio chegaram ao Brasil e ao estado, além de discorrermos sobre quem eram esses imigrantes e porque eles deixaram a Europa. Já em Guarapuava, pudemos analisar também como se deu a organização social do grupo, com a instalação do distrito de Entre Rios e com a criação da Cooperativa Agrária. No capítulo 3 reforçamos as discussões sobre o desenvolvimento regional, utilizando índices econômicos e sociais e comparando-os com os discursos analisados a partir de entrevistas.

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO E O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA: CONJUNTURAS ECONÔMICA, HISTÓRICA E POLÍTICA

O objetivo deste capítulo é o de apresentar elementos que possam demonstrar a efetiva cooperação econômica dos suábios do Danúbio para o município de Guarapuava e região, a partir da análise de dados do IBGE, do IPARDES e informações da Cooperativa Agrária e os discursos decorrentes das entrevistas. O aporte teórico escolhido parte do conceito de desenvolvimento regional, tendo por referências Furtado (2005), Benko (1999), Brandão (2004-2011), Oliveira (2007), Myrdal (1982), Perroux (1967), Boudeville (1973), Marshall (1982), Boisier (1989), Theis (2009), Ribeiro (2008), Amaral Filho (2001), Castoriadis (1987) e Milani (2005) que nos possibilitaram abordar o papel desempenhado por esses imigrantes e suas contribuições para o desenvolvimento local e regional.

3.1. Questões sociais e o potencial econômico da Cooperativa Agrária

Não há como negar que a Cooperativa Agrária desempenha uma importante função econômica para o município de Guarapuava com a geração de postos de trabalho e arrecadação de impostos. Para avaliarmos a intensidade de seus negócios e os reflexos positivos concretos na economia e no desenvolvimento local/regional de Guarapuava, recorreremos a uma análise mais detalhada de dados socioeconômicos sobre o município.

Sabemos que moradores dos distritos do município enfrentaram deficiências de infraestrutura, de moradia e de falta de oportunidade de trabalho, principalmente na administração do prefeito Luiz Fernando Ribas Carli, (1989-1992) e (2005-2012), devido à falta de atenção da administração municipal como afirmado por Sequeira³⁴ (2013). Esta

³⁴ Entrevista com Márcio de Sequeira, ex-presidente da Acender – Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios, concedida a Gilson Boschiero, em sua residência, às 21h30 do dia 17/05/2013. O senhor Márcio de Sequeira é membro fundador da Acender, que teve a primeira reunião de organização em Abril de 2007. Só em 1º de agosto de 2011 é que a associação foi registrada em cartório. Mas desde Abril de 2007, Márcio de Sequeira foi o Presidente da Acender, cargo que ocupou até Março de 2013, quando o mesmo foi nomeado para o cargo de Diretor do departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Guarapuava, deixando a partir

afirmação encontra respaldo em dados socioeconômicos consolidados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010)³⁵, conforme a Tabela 2 que mostra domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, com valor do rendimento nominal médio mensal.

Município e Distrito	Variável					
	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)	Domicílios particulares permanentes com rendimento familiar (Unidades)	Domicílios particulares permanentes com rendimento familiar (Percentual)	Valor do rendimento médio mensal dos domicílios particulares permanentes (Reais)	Valor do rendimento médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar (Reais)
Guarapuava - PR	50.553	100,00	49.479	100,00	2.051,31	2.095,83
Atalaia - Guarapuava - PR	93	100,00	91	100,00	1.552,32	1.586,44
Entre Rios - Guarapuava - PR	3.111	100,00	3.037	100,00	2.429,80	2.489,01
Guairacá - Guarapuava - PR	510	100,00	488	100,00	863,11	902,02
Guará - Guarapuava - PR	1.090	100,00	1.051	100,00	958,36	993,92
Palmeirinha - Guarapuava - PR	1.252	100,00	1.210	100,00	1.072,67	1.109,91

Tabela 2 – Guarapuava: Domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, valor do rendimento nominal médio mensal, total e com rendimento domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal domiciliar.

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Gilson Boschiero.

Se compararmos o valor do rendimento médio mensal dos domicílios particulares permanentes é possível observar que o valor médio mensal de rendimento domiciliar no distrito de Entre Rios é de R\$ 2.429,80, 18,45% superior à média na sede do município de Guarapuava, que tem o valor de R\$ 2.051,31. De acordo com o IBGE (2010), existe uma diferença entre as duas últimas colunas da Tabela 2. O *valor do rendimento mensal médio dos domicílios particulares permanentes* inclui 1.074 domicílios *sem rendimento*, ou seja, nestes domicílios os moradores recebiam somente em forma de benefícios, como doações, por exemplo, não havendo nenhuma remuneração efetiva por trabalhos formal ou informal. Já o *valor do rendimento mensal médio dos domicílios particulares permanentes com*

do mês já citado, o cargo na associação. Entendemos que mesmo ele não sendo o atual presidente, a escolha para entrevista legítima pelo longo período em que permaneceu ativamente na presidência da associação.

³⁵ Os censos demográficos são pesquisas estatísticas cujo levantamento consiste na visita a todos os domicílios de um país e constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população. No Brasil a coleta ocorreu nos 5.565 municípios entre 1º de agosto a 31 de outubro de 2010, com recortes territoriais internos - distritos, bairros e localidades, rurais ou urbanos. Os recenseadores visitaram pouco mais de 67,5 milhões de domicílios, em que ao menos um morador forneceu informações sobre todos os moradores de cada residência.

rendimento domiciliar indica que pelo menos uma pessoa naquele domicílio trabalha e, portanto, tem renda.

A partir desses 1.074 domicílios sem rendimentos (IBGE 2010) elaboramos o Gráfico 1, com a concentração desses domicílios, por distritos, no município de Guarapuava.

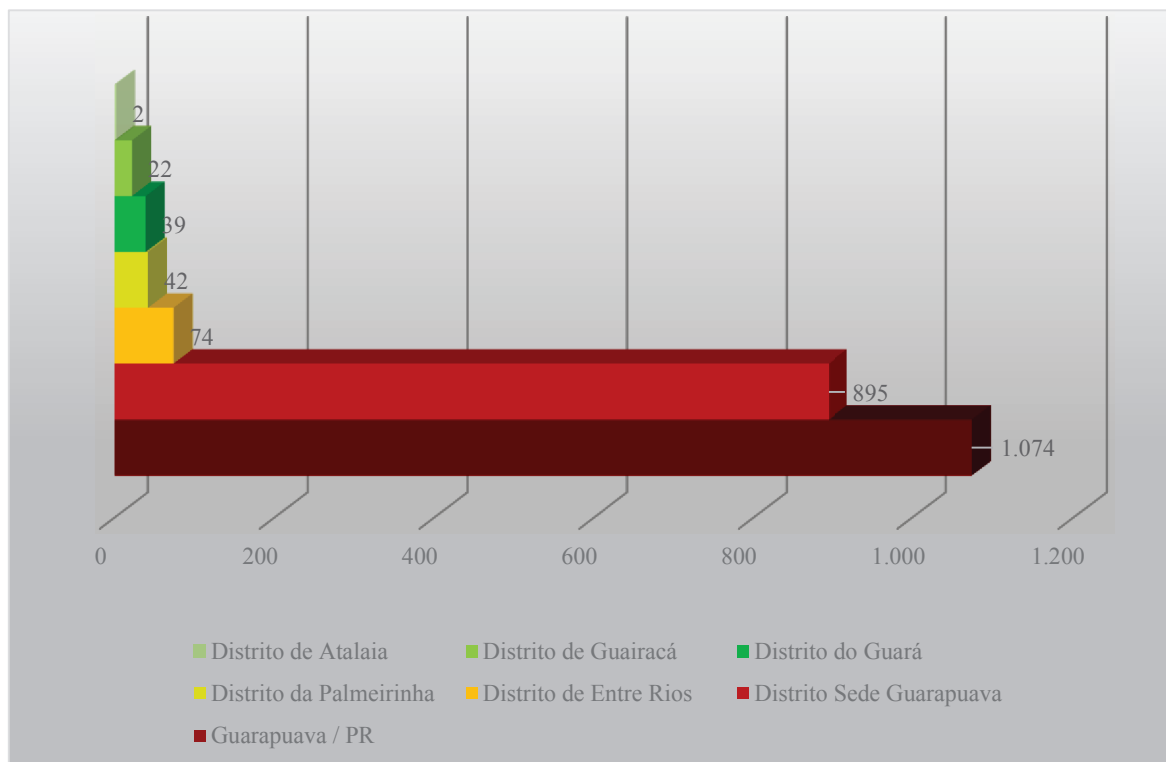


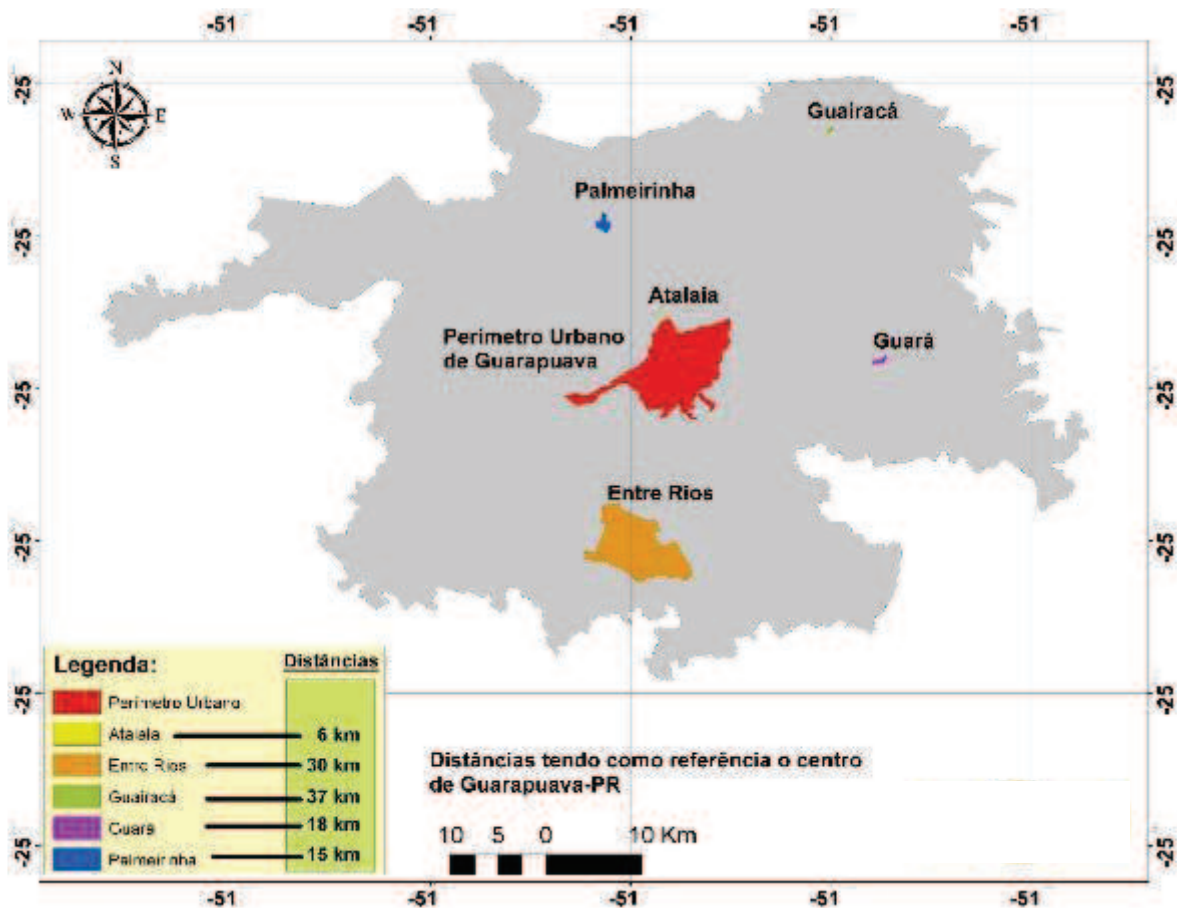
Gráfico 1 – Guarapuava: Domicílios sem rendimento nos distritos de Guarapuava (domicílios).

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Gilson Boschiero.

No Gráfico 1, então, verificamos que o município de Guarapuava possui 1.074 domicílios particulares permanentes sem rendimento. O distrito sede de Guarapuava concentra 895 desses domicílios. Entre Rios aparece em segundo lugar com 74 domicílios sem rendimento, seguido dos distritos da Palmeirinha (42), Guará (39), Guairacá (22) e Atalaia (2), números que demonstram que mesmo no distrito de Entre Rios que sedia a Cooperativa Agrária existe extremos socioeconômicos, decorrente da má distribuição de renda, como também no distrito sede de Guarapuava.

Já se compararmos o valor médio mensal de rendimento domiciliar no distrito de Entre Rios com os outros distritos percebemos que a diferença é maior. No distrito do Guairacá, por exemplo, o valor médio mensal de rendimento domiciliar é de R\$ 863,11, que representa 181,52% a menos do que o valor médio mensal de rendimento domiciliar em Entre Rios. No Mapa 7 temos os 5 distritos com a distância de cada um tendo como referência o centro de Guarapuava.



Mapa 7 – Localização do município de Guarapuava/PR e dos 5 distritos com a distância de cada um tendo como referência o centro de Guarapuava.

Elaborado: GeoMap.

Org.: Gilson Boschiero.

A partir da fonte de rendimentos do IBGE (2010) verificamos que existe uma discrepância no valor do rendimento entre todos os distritos comparados com o distrito de Entre Rios, conforme Tabela 3.

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Ano = 2010		
Município e Distrito	Classes de rendimento nominal mensal	
Guarapuava – PR	Total	141.116
	Até 1/2 salário mínimo	6.940
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28.062
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	32.112
	Mais de 2 a 5 salários mínimos	16.535
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	4.979
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	1.292
	Mais de 20 salários mínimos	402
	Sem rendimento	50.794
	Sem declaração	-
Atalaia - Guarapuava – PR	Total	276
	Até 1/2 salário mínimo	52
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	32
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	73
	Mais de 2 a 5 salários mínimos	17
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	6
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	3
	Mais de 20 salários mínimos	-
	Sem rendimento	93
	Sem declaração	-
Entre Rios - Guarapuava – PR	Total	8.770
	Até 1/2 salário mínimo	622
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.784
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.740
	Mais de 2 a 5 salários mínimos	793
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	254
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	119
	Mais de 20 salários mínimos	74
	Sem rendimento	3.384
	Sem declaração	-
Guairacá - Guarapuava – PR	Total	1.327
	Até 1/2 salário mínimo	104
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	411

	Mais de 1 a 2 salários mínimos	171
	Mais de 2 a 5 salários mínimos	25
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	5
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	4
	Mais de 20 salários mínimos	1
	Sem rendimento	606
	Sem declaração	-
Guará - Guarapuava – PR	Total	3.126
	Até 1/2 salário mínimo	393
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	825
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	487
	Mais de 2 a 5 salários mínimos	91
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	20
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	3
	Mais de 20 salários mínimos	-
	Sem rendimento	1.307
	Sem declaração	-
Palmeirinha - Guarapuava - PR	Total	3.607
	Até 1/2 salário mínimo	317
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	952
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	693
	Mais de 2 a 5 salários mínimos	146
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	18
	Mais de 10 a 20 salários mínimos	2
	Mais de 20 salários mínimos	1
	Sem rendimento	1.478
	Sem declaração	-

Tabela 3 – Guarapuava: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal – Universo.

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Gilson Boschiero.

Com base nos dados da Tabela 3 elaboramos o Gráfico 2, que apresenta o percentual de pessoas nos distritos com as respectivas faixas salariais, levando-se em conta o universo de pessoas com 10 anos ou mais que possuem rendimento mensal.

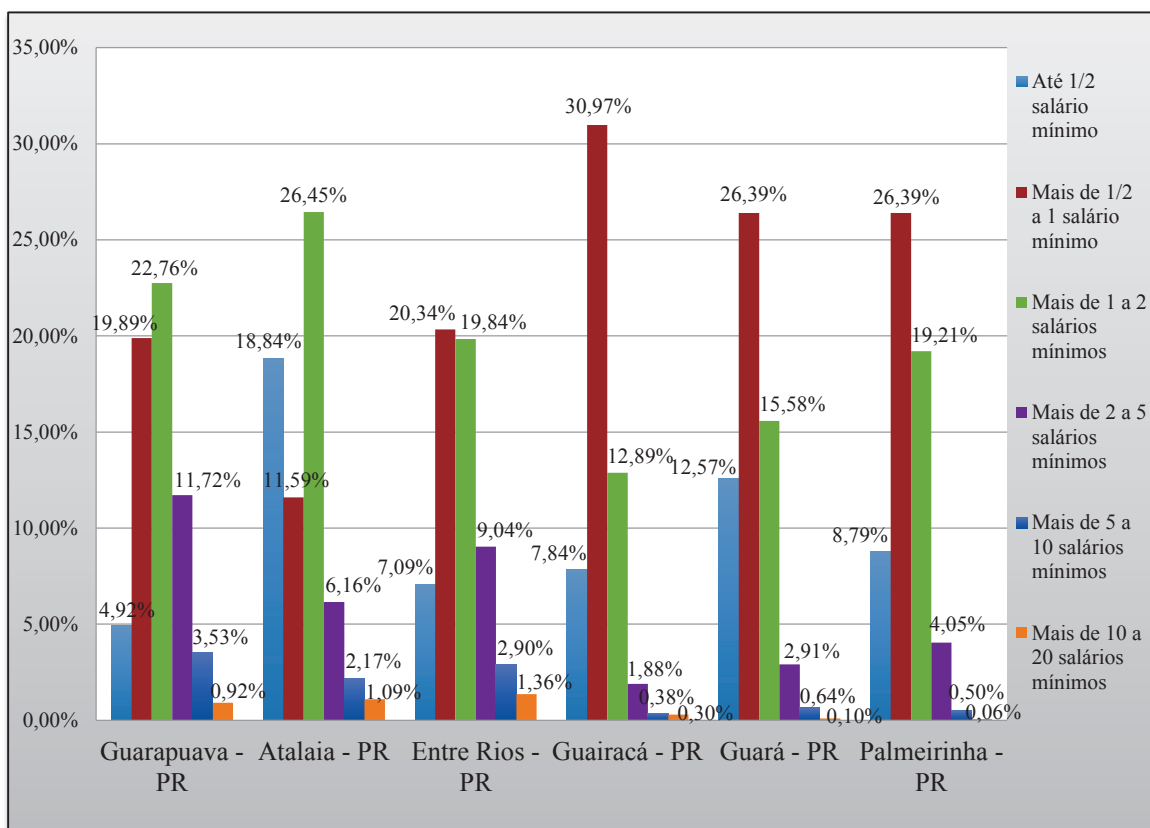


Gráfico 2 – Guarapuava: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal (percentual).

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Gilson Boschiero.

O que observamos no Gráfico 2 é que a partir do menor rendimento mensal, que é de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o distrito de Atalaia é o que apresenta o maior percentual (18,84%, 52 moradores) com esta faixa de renda, enquanto o distrito Sede de Guarapuava apresenta o menor índice percentual (4,92%, 6.940 moradores). Na próxima faixa salarial, que compreende de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, o distrito do Guairacá possui o maior percentual que é de 30,97% (411 moradores) com esse rendimento. Por outro lado o distrito de Atalaia é o que apresenta menor percentual de trabalhadores nesta faixa salarial (11,59%, 32 moradores).

Levando-se agora como base o universo de pessoas com 10 anos ou mais que possui rendimento mensal de 1 a 2 salários mínimos, o distrito de Atalaia novamente aparece com maior percentual (26,45%, 73 moradores), enquanto o menor foi constatado no distrito do Guairacá (12,89%, 171 moradores). Realizamos ainda uma análise considerando a faixa que varia de 2 a 5 salários mínimos. Nela, o distrito Sede de Guarapuava apresenta a maior concentração de pessoas com esse rendimento mensal (11,72%, 16.535 moradores) e o menor índice está no distrito do Guairacá com 1,88% (25 moradores).

Conforme a renda mensal aumenta percebemos que o percentual deixa de se concentrar em um distrito pequeno ou com menor densidade populacional, como é o caso da faixa que engloba de 5 a 10 salários mínimos. O distrito Sede de Guarapuava volta a aparecer com maior percentual dessa faixa salarial (3,53%, 4.979 moradores) e o distrito do Guairacá aparece com 0,38% (5 moradores). A distribuição de renda e o consequente desenvolvimento socioeconômico e cultural é desigual em Guarapuava, mesmo com a presença de algumas empresas importantes economicamente no ramo do agronegócio, como a Cooperativa Agrária, demonstrando que a distribuição de renda passa longe de ser razoavelmente equânime.

O presidente da Cooperativa Agrária, Karl³⁶ (2013) fez uma análise sobre a riqueza gerada pela Cooperativa Agrária quando de nossa entrevista. Questionado sobre a contribuição da mesma para o desenvolvimento local e regional afirmou que existe uma limitação nessa contribuição devido à ausência de outras empresas no município, bem como devido à natureza do agronegócio.

Se você pegar o PIB do município do norte do Paraná e pegar o PIB de Guarapuava ou o PIB de municípios semelhantes em termos de extensão territorial e população, você vai ver que o PIB lá é muito maior. Por quê? Porque lá tem mais Agrária, tem mais empresas que geram riquezas. E aqui são poucas, a Agrária é uma delas. E a outra questão também é a natureza do negócio (KARL, 2013).

De acordo com dados da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - Ocepar³⁷, o Paraná ocupa o primeiro lugar entre os estados brasileiros na produção de frango, milho, trigo, feijão e cevada, está em segundo colocado na produção de soja e em terceiro na produção de suínos e leite. O estado possui 243 cooperativas registradas (OCEPAR), com mais de 735 mil cooperados, além de 62.300 colaboradores. Dessas 84 são do setor agropecuário. Em 2011, juntas, faturaram R\$ 32,1 bilhões de reais e em 2012 foram 19% de crescimento, com faturamento de R\$ 38,5 bilhões de reais (OCEPAR, 2013).

³⁶ Entrevista com Jorge Karl, concedida a Gilson Boschiero, na sede administrativa da Cooperativa Agrária, no distrito de Entre Rios, às 11 horas da manhã do dia 31/05/2013. Jorge Karl é cooperado desde os anos 1980 e assumiu a presidência em março de 1999, cargo que ocupa até os dias atuais.

³⁷ O Sistema Ocepar é formado por três sociedades distintas, que tem como objetivos principais o desenvolvimento e a capacitação das cooperativas paranaenses: o Sindicato e Organização das Cooperativas do estado do Paraná - Ocepar, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/PR e a Federação e Organização das Cooperativas do estado do Paraná - Fecooper. A Ocepar foi criada em 1971, e integra a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. O SESCOOP Paraná, órgão estadual do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, atua na formação profissional e na promoção social das cooperativas paranaenses, além de aumentar a agilidade e competitividade das cooperativas no mercado e contribuir para a integração de dirigentes, cooperados. Disponível em: <<http://www.agropar.coop.br/ocepar-organizacao-das-cooperativas-do-parana.html>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

A cifra recorde tem lastro no desempenho das cinco cooperativas multibilionárias do estado. Juntas, Coamo (de Campo Mourão), C. Vale (Palotina), Cocamar (Maringá), Lar (Medianeira) e Agrária (de Entre Rios, distrito de Guarapuava) movimentaram R\$ 15,9 bilhões, 41% da receita do cooperativismo estadual (OCEPAR, 2013).

Formam o quadro do cooperativismo no Paraná as cooperativas de crédito (65), saúde (35), transporte (23), infraestrutura (9), trabalho (8), educação (14), turismo e lazer (3), consumo (1) e habitacional (1). Em Guarapuava existem oito cooperativas sendo quatro voltadas para o setor agropecuário: Cooperativa Agrária Agroindustrial, Cooperativa Agropec. Mista de Guarapuava Ltda (Coamig), Cooperativa Agroindustrial Aliança de Carnes Nobres Vale do Jordão (Cooperaliança) e Cooperativa Regional de Produtores de Leite (CRPL). No setor de crédito existe uma, a Cooperativa de Crédito Terceiro Planalto (Sicredi Terceiro Planalto). No ramo educacional a Cooperativa Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Estadual Arlindo Ribeiro (Cear). No setor da saúde, a Unimed Guarapuava Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed Guarapuava) e uma Cooperativa de Transporte, a Cooperativa dos Transportes Autônomos de Guarapuava Ltda (Cotrag) (OCEPAR, 2013).

De acordo com o ranking Valor 1000, do jornal Valor Econômico, publicado no site Paraná Cooperativo em 21/08/2013, e que integra o sistema OCEPAR, as cooperativas do Paraná ascenderam no ranking das 1000 maiores e melhores do Brasil, classificadas por receita líquida e agrupadas em 25 setores. A Coamo, C. Vale, Cocamar, Lar, Agrária, Copacol, Castrolanda, Integrada, Coopavel, Frimesa, Batavo, Copagril, Coasul e Capal são as 14 cooperativas que aparecem no ranking nacional.

No Gráfico 3 observamos a classificação das 14 maiores cooperativas paranaenses, entre as 1000 maiores empresas do Brasil, nos anos 2011 e 2012.

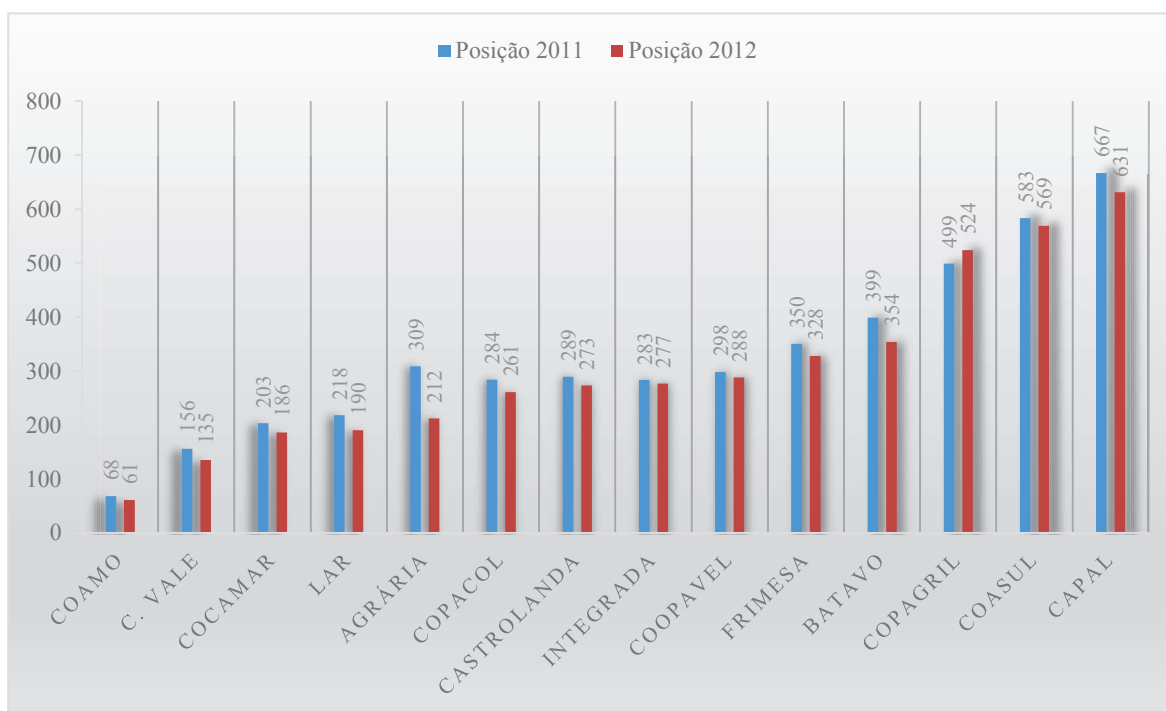


Gráfico 3 – Classificação de cooperativas paranaenses entre as 1000 maiores empresas do Brasil em 2011 e 2012.

Fonte: Paraná Cooperativo / Ocepar.

Org.: Gilson Boschiero.

Outro dado que merece destaque é que entre essas 14 cooperativas paranaenses, nove delas aparecem entre as 50 maiores empresas da região Sul do Brasil. A Cooperativa Agrária está na posição 34 e quando comparada apenas com as cooperativas do Paraná, aparece na 5ª posição. Para visualizarmos melhor a posição da Cooperativa Agrária (34ª colocada) entre as 50 maiores da região Sul do Brasil, elaboramos o Gráfico 4 abaixo.

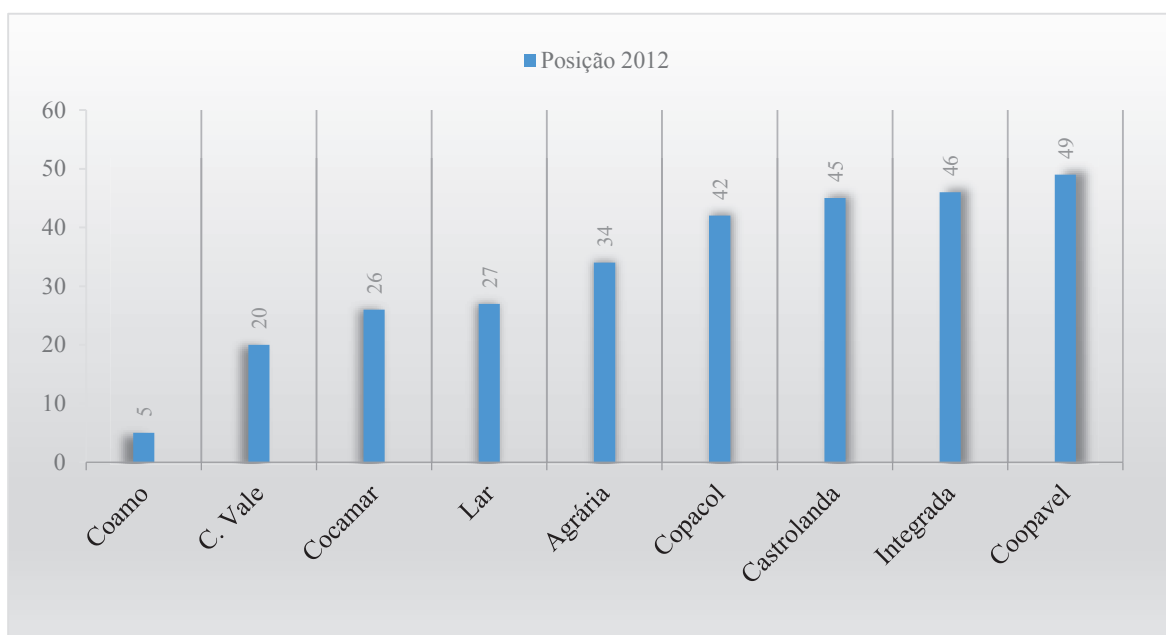


Gráfico 4 – Classificação das cooperativas paranaenses entre as 50 maiores da região Sul do Brasil em 2012.

Fonte: Paraná Cooperativo / Ocepar.

Org.: Gilson Boschiero.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB existem no Brasil 6.587 cooperativas, das quais 1.528 são do setor agropecuário. Juntas elas reúnem aproximadamente 10,4 milhões de associados, dos quais 4 milhões estão no sul do Brasil e geram 304 mil empregos diretos (OCB, 2012).

Na Tabela 4 estão os dados do IPARDES³⁸ (2012), referentes ao município de Guarapuava, com destaque para as 5 culturas agrícolas com maior área colhida em hectares no município, ou seja, soja, milho, trigo, cevada e feijão. Vale ressaltar que essas culturas são as que apresentam maior produção pelos cooperados no distrito de Entre Rios.

Produtos	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor (R\$ 1000,00)
Soja	55.380	168.845	3.049	149.875
Milho	28.800	236.160	8.200	91.075
Trigo	17.900	43.855	2.450	24.650
Cevada	14.500	49.155	3.390	22.406
Feijão	2.535	3.991	1.574	5.033

Tabela 4 – Guarapuava: Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola – 2012.

Fonte: IPARDES (2012).

Org.: Gilson Boschiero.

³⁸ O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) é anual e considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social: emprego, renda e produção agropecuária; educação e saúde.

No Gráfico 5, podemos visualizar a amplitude dessa produção agrícola no município de Guarapuava conforme dados do IPARDES (2012).

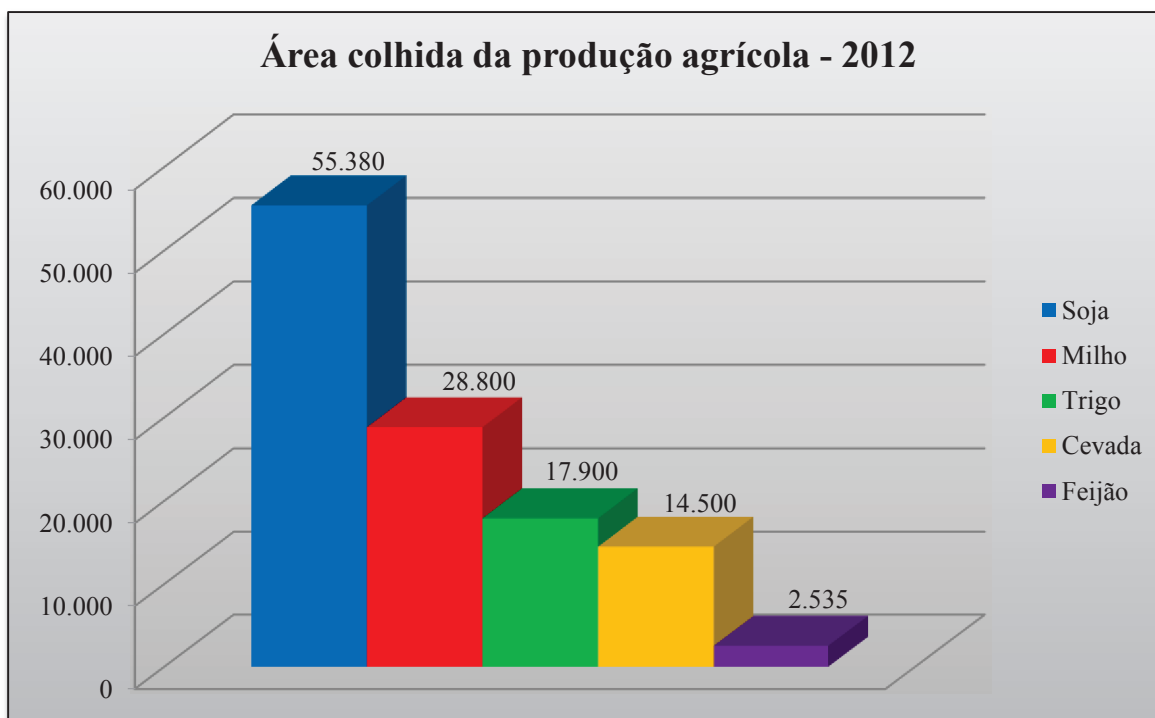


Gráfico 5 - Guarapuava: Área colhida da produção agrícola – 2012 (hectares).

Fonte: IPARDES (2012).

Org.: Gilson Boschiero.

Ao compararmos os dados de Guarapuava com os dos municípios com maior área colhida por hectare de cada cultura, concluímos conforme Gráfico 6, que a área colhida (hectares) de soja de Guarapuava (55.380) está 35,4% abaixo do maior produtor do Paraná, Cascavel (85.700). Quanto ao Milho, Guarapuava (28.800) está 57,6% abaixo de Toledo (68.000). Em relação à cultura do trigo, a diferença em relação a Tibagi (35.000) está em 48,8%. Não encontramos nenhum dado comparativo para a produção de cevada no estado em 2012, além do município de Guarapuava. Mas conforme reportagem do Globo Rural, do mês de julho de 2013, “Guarapuava é responsável por 75% da produção de cevada do Paraná”, com 14.500 hectares de área colhida em 2012. E, por fim, a área colhida referente ao feijão está 91,5% menor que o município de Prudentópolis (30.800).

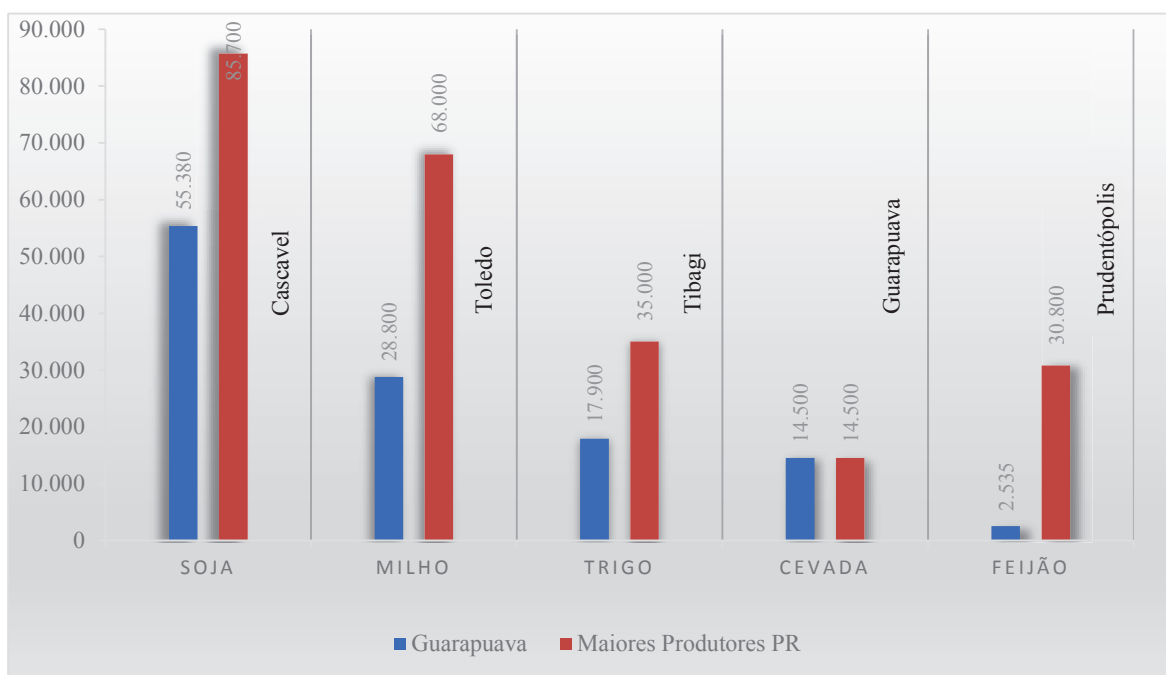


Gráfico 6 – Maiores em área colhida da produção agrícola – 2012 (hectares).

Fonte: IPARDES (2012).

Org.: Gilson Boschiero.

Segundo reportagem na Revista Exame os números da produção de Entre Rios indicam alta produtividade, superior à americana, por exemplo, em soja, milho, trigo e cevada.

No ano passado, foram produzidas 848 000 toneladas de grãos. A colônia alemã atualmente tem 12 000 habitantes e se organiza ao redor da Agrária, cooperativa fundada desde a chegada dos imigrantes. A Agrária obteve faturamento de 1,3 bilhão de reais e lucrou 39 milhões em 2011 (REVISTA EXAME, 12/12/2012, p.62).

Ainda conforme reportagem da referida Revista, o distrito de Entre Rios se destaca com a produção de cereais e a Cooperativa Agrária obteve um faturamento de 1,3 bilhão de reais em 2011. Na edição especial de 40 anos a Revista Exame apresentou dados das mil melhores e maiores empresas brasileiras, segundo diversos indicadores econômicos como faturamento, rentabilidade, lucro, capital de giro, investimento, exportações entre outros. A Cooperativa Agrária aparece com destaque em diversas áreas, como pode ser observado na Tabela 5.

Índices	No Brasil	No Sul	No Paraná	No Agronegócio
Maior	257º lugar	34º lugar	---	---
Crescimento	7º lugar	---	1º lugar	---
Agronegócio	47º lugar	12º lugar	---	---
Crescimento no Agronegócio	12º lugar	---	---	---
Comércio (por vendas)	50º lugar	---	---	---
Liquidez Corrente	---	---	3º lugar	---
Riqueza criada por empregado	---	---	4º lugar	---
Setor "Algodão e Grãos"	---	---	---	3º lugar

Tabela 5 – Guarapuava: Posição da Cooperativa Agrária entre as 1000 maiores e melhores empresas do Brasil – 2012.

Fonte: Revista Exame (Julho 2013).

Org.: Gilson Boschiero.

Os dados indicam assim, que a Cooperativa Agrária ocupa a 257ª posição entre as “maiores empresas do Brasil”. É a 34ª maior entre as “empresas da região sul do país” e, em “crescimento”, a cooperativa assume o 1º lugar no Paraná e o 7º no nível nacional.

A publicação ainda revela a posição da cooperativa pelo índice “agronegócio”, com o 12º lugar na região sul e o 47º no país. Pelo “crescimento do agronegócio”, a empresa está em 12º lugar em nível nacional, e ocupa a 50ª posição no Brasil ao tratarmos do “comércio” (por vendas). Além de ser a empresa que mais cresce no Paraná, a Cooperativa Agrária ainda acumula a 3ª posição no estado com maior “liquidez corrente”, o 4º lugar entre as empresas com maior “riqueza criada por empregado” no estado e o 3º do agronegócio com o “setor de algodão e grãos”. A publicação também traz índices econômicos da Cooperativa Agrária em 2011 e 2012, que revelam o crescimento da empresa nas vendas, nos lucros e no patrimônio de um ano para o outro, conforme Tabela 6.

Índice	2011	2012
Vendas Líquidas (USD milhões)	632,5	995,4
Crescimento das Vendas (%)	10	57,4
Lucro Líquido Legal (USD milhões)	22,7	40,5
Patrimônio Líquido Legal (USD milhões)	354,5	370,5
Rentabilidade do Patrimônio Legal (%)	6,3	10,8

Tabela 6 – Guarapuava: Índices Econômicos Cooperativa Agrária em 2011 e 2012.

Fonte: Revista Exame (Julho 2013).

Org.: Gilson Boschiero.

As vendas líquidas cresceram 10% de 2010 para 2011 e **57,4%** (grifo nosso) em 2012 se compararmos com o ano anterior (Tabela 6). De acordo com a Cooperativa Agrária³⁹, a explicação para esse crescimento está em três fatores: preços recordes de venda da soja (R\$ 90/saca de 60 kg) e do milho em 2012 e; alta produtividade na mesma safra de verão 2010/2011.

O principal fator que provocou esse crescimento nas vendas, de acordo ainda com a Cooperativa, veio com a Indústria de Óleo e Farelo de Soja, que tem a maior produção em toneladas. São quase 500.000 toneladas, entre óleo degomado, extraído da soja e que atende refinarias do Brasil na fabricação de óleo de soja doméstico, margarina, sabão e tinta e farelo de soja, que tem parte destinada ao mercado interno e também para exportação. Os lucros líquidos aumentaram 78,4% em 2012. O patrimônio da Cooperativa Agrária também aumentou cerca de 4,5% e a rentabilidade desse patrimônio subiu de 6,3% em 2011 para 10,8% em 2012 registrando, portanto, um crescimento de 71,4%, como pode ser observado no Gráfico 7.

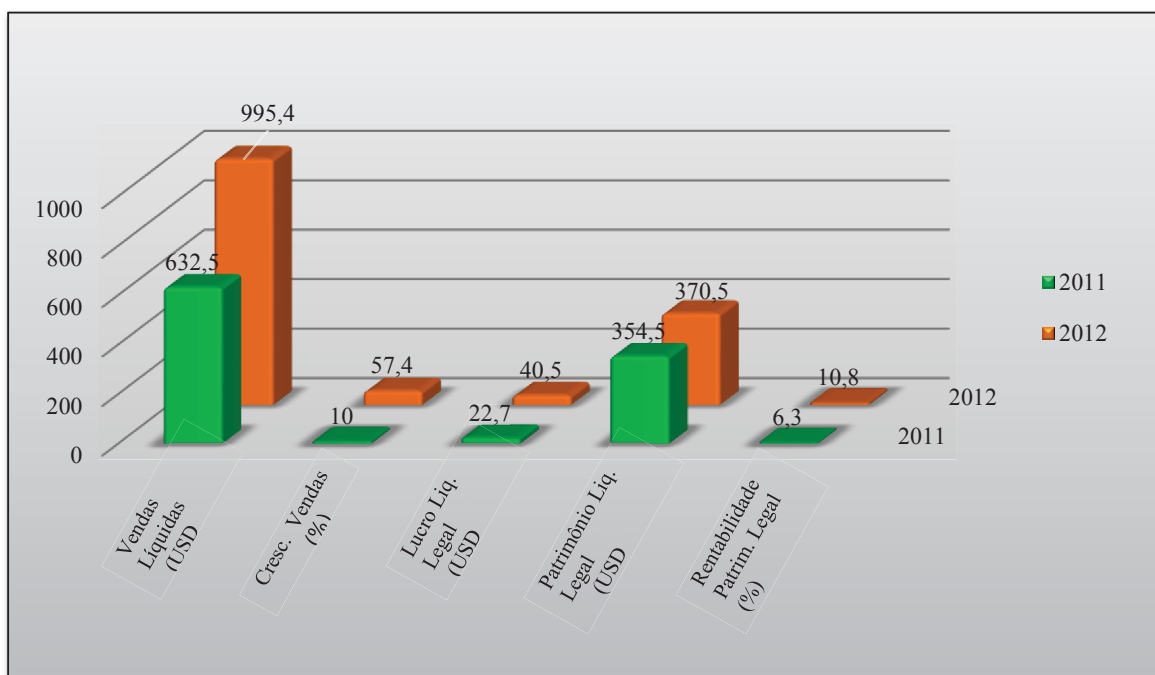


Gráfico 7 – Guarapuava: Índices Econômicos Cooperativa Agrária em 2011/2012.

Fonte: Revista Exame (Julho 2013).

Org.: Gilson Boschiero.

³⁹ Para saber mais: <http://www.agraria.com.br/extranet/arquivos/porta1_informativo/2012_12.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

Os dados indicam, portanto, uma maior concentração de renda no distrito de Entre Rios, o que pode ser explicado pela sua própria atividade econômica, resultando nos dados da análise da faixa de 10 a 20 salários mínimos, quando o distrito aparece com o maior percentual de pessoas com esse rendimento, totalizando 1,36% ou 74 pessoas, no universo de 8.770 pessoas com rendimento.

Já o distrito Sede de Guarapuava tem 402 pessoas com rendimentos nessa faixa salarial, mas num universo de 141.116 pessoas, o que equivale a 0,92%. O distrito da Palmeirinha é o que tem o menor índice (0,06%), equivalente a uma pessoa no universo de 3.607 trabalhadores. Outros indicadores sociais e econômicos revelam as características da região centro-sul do Paraná com destaque para o município de Guarapuava, que ocupa a 993ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e a 78ª posição no estado pelo ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,731.

Os mesmos números apresentam uma magnitude maior se analisarmos municípios como Cascavel e Ponta Grossa, por exemplo. Cascavel tem IDH-M de 0,782, maior que o de Guarapuava e aparece em 113ª posição no ranking nacional. No estado do Paraná o município ocupa a 4ª posição, no topo da lista em comparação a Guarapuava. Já Ponta Grossa tem IDH-M de 0,763 e está na 320ª posição entre todos os municípios brasileiros e na 13ª posição dentro do Paraná.

Ainda de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), a média estadual é de 0,749 deixando o estado em 5º lugar no ranking nacional atrás, respectivamente, do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Desse modo, podemos afirmar que Guarapuava é um município que gera uma riqueza considerável no estado, já que seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está apenas uma posição abaixo de Cascavel e oito posições acima de Ponta Grossa, dois municípios considerados pólos regionais no estado, conhecidos pela alta produção de soja e de leite, respectivamente, e que, por isso, apresentam uma organização econômica mais consolidada e diversificada e, ao mesmo tempo, oferecem uma rede mais complexa e eficiente de serviços públicos e privados.

Mesmo com os índices já citados, a economia de Guarapuava possui menor complexidade em relação a Cascavel e a Ponta Grossa, além de ter a renda muito concentrada, como evidenciam os dados analisados. Devemos considerar, ainda, que o município está em uma área de latifúndio pobre, com pouca densidade populacional, com déficit de infraestrutura, serviços, emprego, educação e com altos índices de pobreza, e

consequentemente um subdesenvolvimento socioeconômico-cultural, de acordo com as fontes analisadas.

O Gráfico 8, sobre o produto interno bruto do município de Guarapuava, do IBGE Cidades (2010), demonstra que a maior parte dos valores adicionados é representado pelos serviços, seguido da atividade industrial e, por fim, a agropecuária, o que demonstra que o setor majoritário no município é o do comércio e serviços.

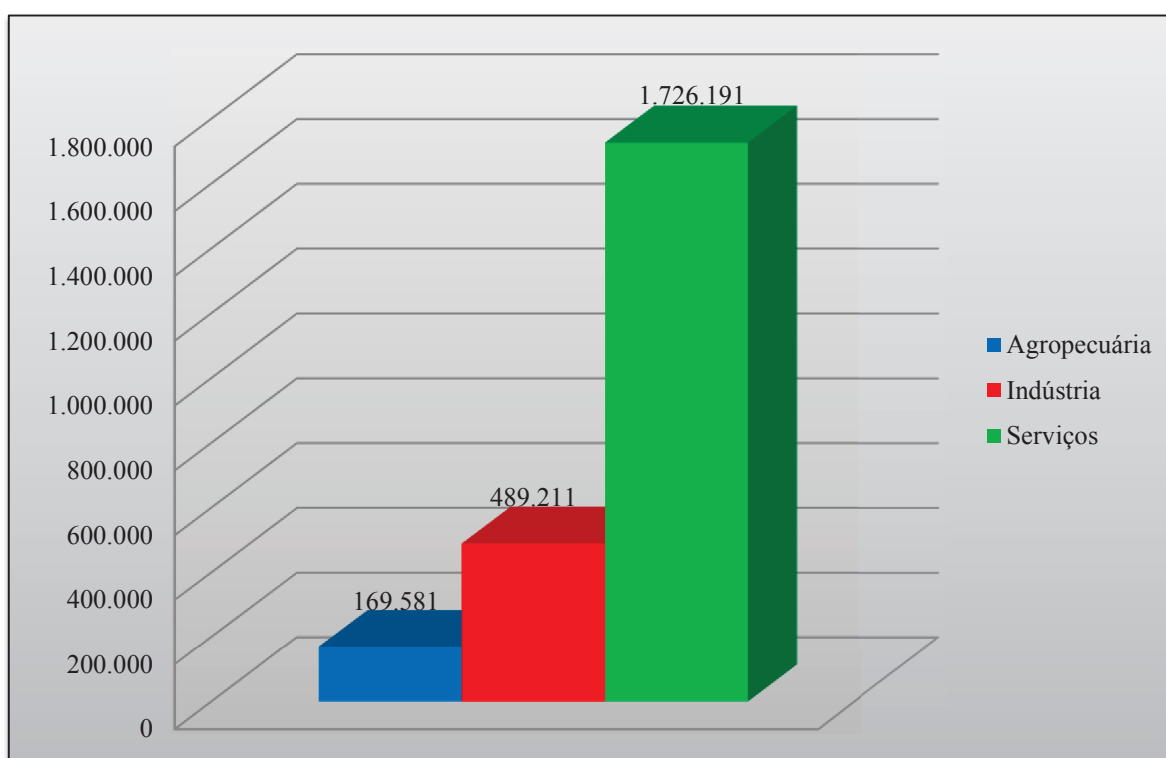


Gráfico 8 – Guarapuava: Produto Interno Bruto por setores econômicos (em milhões de reais).

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Gilson Boschiero.

Tendo por fundamento os estudos realizados para este trabalho podemos afirmar, em parte, que os números analisados no Gráfico 8 decorrem de uma política local conservadora, que não valorizou oportunidades de industrialização e formação de mão-de-obra especializada. Sem qualificação, o setor do comércio e serviços foi o ramo da economia local que absorveu esse contingente, além de outros elementos já apresentados.

Outro fator que entendemos ter fortalecido o setor do comércio e serviços em Guarapuava foi a proximidade com municípios vizinhos que apresentam infraestrutura menor e que buscam no município uma variedade maior de serviços, inclusive os públicos. Desta forma, o consumo do setor não está limitado apenas às necessidades da população de

Guarapuava, mas atende outros municípios da região centro-sul do estado, como lembra o atual prefeito Cesar Silvestri Filho⁴⁰.

Nós hoje temos no comércio a grande matriz da economia guarapuavana. Não é indústria nem o agronegócio, a matriz da economia guarapuavana é o comércio. Os empregos em Guarapuava sobrevivem em níveis aceitáveis, graças ao nosso comércio. E o comércio de Guarapuava é um comércio regional, já que nós não vendemos só para 170 mil consumidores guarapuavanos. Estamos vendendo para 500 mil consumidores. É por essa razão que o comércio de Guarapuava é muito forte. E aí eles falam "ah, o comércio não é forte porque não tem shopping", se enganam. O comércio nosso é fortíssimo, o popular, o de rua. Vende muito em Guarapuava quem vende para a população mais pobre. Consumo de baixa renda. Vende e vende muito (SILVESTRI FILHO, 2013).

Para o prefeito o comércio é forte porque existe uma grande demanda de consumidores da região e não somente do município, bem como pela oferta de produtos mais populares para consumidores de baixa renda. Neste sentido, então, perguntamos onde os moradores com maior poder aquisitivo acabam consumindo. Em outros municípios? Na capital do estado? No exterior? O discurso de Silvestri Filho nos parece reforçar a ideia que Guarapuava não possui um comércio igualmente forte voltado aos segmentos com maior poder aquisitivo.

De acordo com Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita⁴¹, em Guarapuava, é de R\$ 15.827,03, e a renda domiciliar per capita é de R\$ 750,09, ou seja, rendimento cerca de 10,5% superior que o salário mínimo nacional (R\$ 678,00) estabelecido pelo governo federal em janeiro de 2013.

No Gráfico 9 estão elencadas as 10 atividades econômicas, com base no IPARDES (2012), que absorvem a mão-de-obra da população economicamente ativa (81.398 pessoas) e ocupada (76.003 pessoas) no município, totalizando 157.401 pessoas. Aí também estão o comércio, a indústria e a agricultura, seguida da construção civil e dos serviços domésticos.

⁴⁰ Entrevista com Cesar Silvestri Filho, prefeito de Guarapuava, concedida a Gilson Boschiero, no gabinete da prefeitura, às 12h do dia 04/06/2013. Cesar Silvestri Filho iniciou sua carreira política em 2008, quando foi candidato à prefeitura de Guarapuava pela primeira vez, sendo derrotado com diferença de 2% dos votos. Em 2010 foi eleito Deputado Estadual e, em 2012, se candidatou à prefeitura novamente, sendo eleito prefeito de Guarapuava.

⁴¹ A renda domiciliar per capita equivale a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio (em reais), dividida pelo número de moradores.

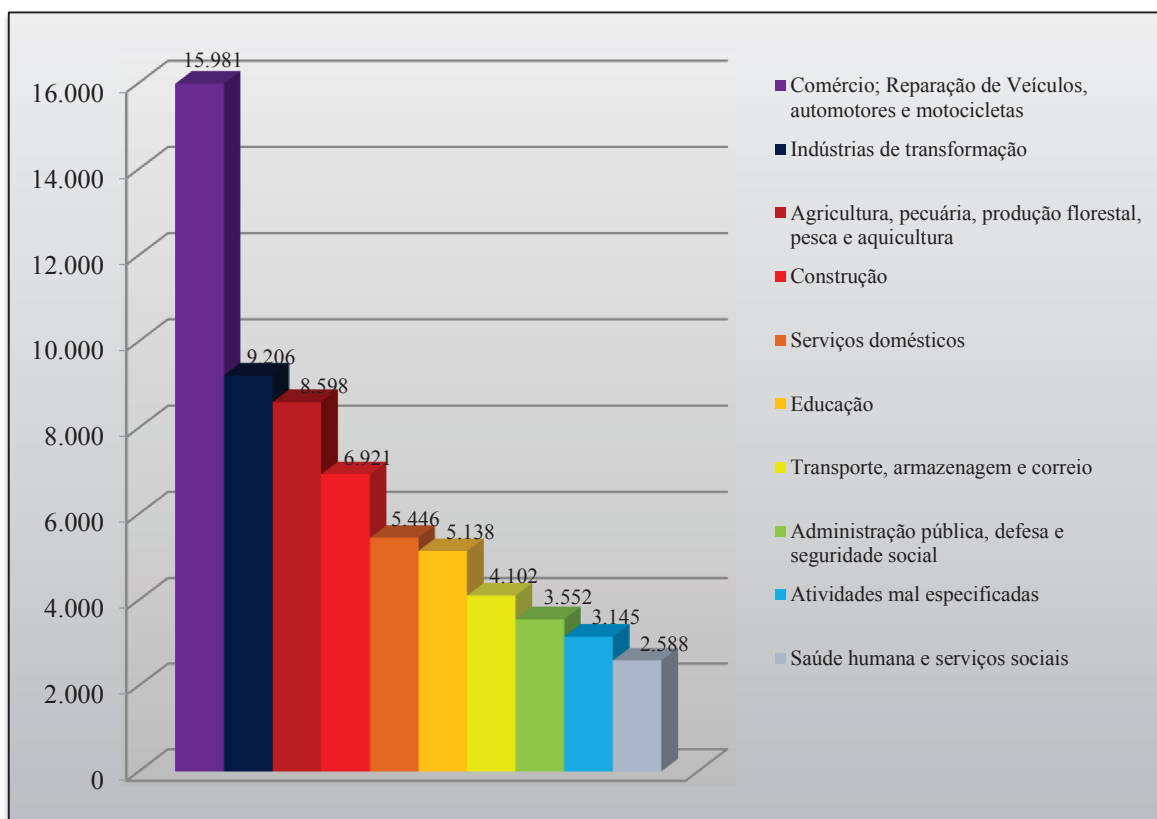


Gráfico 9 – Guarapuava: população ocupada segundo as atividades econômicas (2010).

Fonte: IPARDES (2012).

Org.: Gilson Boschiero.

Outros dados podem ajudar a aferir o grau de desenvolvimento de uma população, como o nível de instrução da mesma. Segundo dados do IBGE Cidades (2010), que levam em conta as pessoas com 10 anos, as quais, em função da idade, tem ensino fundamental incompleto, o grau de instrução dos moradores de Guarapuava revela disparidades. De um total de 140.608 pessoas com 10 anos ou mais, 74.270 pessoas (53%) não têm Instrução ou apenas têm o ensino fundamental incompleto. Dessas, 5.719 pessoas (4%) nunca frequentaram uma escola.

A parcela da população que possui o ensino fundamental completo e o médio incompleto atinge 25.716 moradores (18%). Outras 28.892 pessoas (21%) completaram o ensino médio, mas não terminaram o superior. E menos de 12 mil pessoas (11.730 / 8%) possuem superior completo. Estes dados podem ser constatado no Gráfico 10. A taxa de analfabetismo, a partir dos 15 anos, atinge 6% da população, que na sua maioria (91,4%) se concentra na área urbana com um total de 152.937 pessoas, enquanto na área rural são 8,6%.

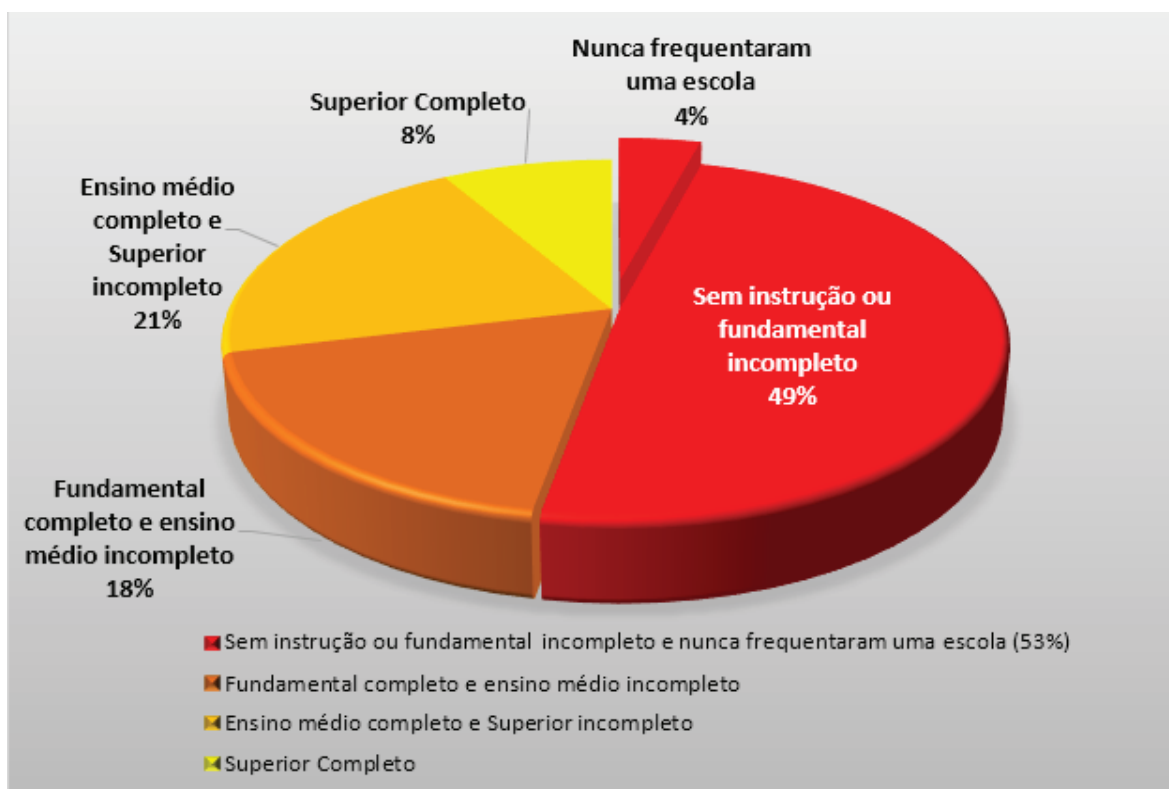


Gráfico 10 – Guarapuava: Escolaridade da população – 2010.

Fonte: IBGE (2010).

Org.: Gilson Boschiero.

O que foi observado, assim, é que a partir da conjuntura que envolve o desenvolvimento do município de Guarapuava, não podemos desconsiderar o baixo grau de escolaridade no município e também outras situações que perpassam pela história de Guarapuava, já que o desenvolvimento do município está atrelado ao tipo de controle exercido por grupos de poder, pela própria localização geográfica, assim como pela limitação econômica causada por este processo histórico.

3.2. Desenvolvimento Regional: o discurso e a realidade

De acordo com o IBGE (2010), Guarapuava é um município urbano de média dimensão, mas com nível de centralidade “forte para médio”, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011). Além disso, Guarapuava encontra-se em uma região marcada por processo de urbanização mais lento, está circundada de municípios de pequeno porte sobre os quais possui influência, mas não consegue estabelecer vinculação com municípios próximos do mesmo porte e com as mesmas características econômicas.

Apesar de absorver parte da renda dos municípios do entorno, o município não consegue estabelecer uma dinâmica de fluxos constantes “de via dupla” que promova o desenvolvimento regional. Este fato acaba por isolar o município de outras regiões, como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, por exemplo, que possuem um eixo de troca de mercadorias e serviços não apenas com a capital, mas com municípios vizinhos, formando uma rede de alta conexão e consolidação da economia regional.

Várias são as teorias que tentam explicar o desenvolvimento ou atraso econômico de uma região. Segundo Oliveira (2007), pela Teoria da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1982):

(...) as atividades que trazem muita lucratividade tendem a concentrar-se em determinadas regiões ricas, deixando a margem regiões mais pobres do país. As regiões menos favorecidas entram por sua vez em um processo acumulativo regressivo, com saída de imigrantes e diminuição da demanda interna, gerando uma redução de investimento (OLIVEIRA, 2007, p. 6).

Ou seja, a concentração de riquezas baseia-se em vantagens de competição pré-estabelecidas pelo mercado e, desta forma, uma região ou um município caracterizado por grandes diferenças de renda está em desvantagem na corrida pelo crescimento econômico, já que regiões ou municípios mais ricos tendem a impedir o desenvolvimento dos mais pobres.

Sabemos que a capacidade que uma sociedade tem de se organizar depende de níveis de formação qualificada, dos recursos tecnológicos, dos segmentos empresarial e social e da identidade política. Se a concentração de riquezas é resultado de um processo competitivo, supomos que o desenvolvimento econômico não ocorre de maneira uniforme, já que segue características regionais que apresentam potencial para investimento. Seguindo essa linha de pensamento, entendemos que a partir de vantagens e desvantagens regionais podemos diagnosticar a movimentação do capital e as políticas aplicadas que podem resultar em desenvolvimento ou estagnação de uma região (MYRDAL, 1982).

A preocupação com o desenvolvimento regional ganhou destaque após a II Guerra Mundial com várias teorias que buscavam uma explicação para a dinâmica econômica regional pela necessidade de reorganização dos países. A teoria de Perroux (1967), conhecida como teoria dos pólos de crescimento, aborda a economia regional com análises dos sistemas e regiões e formas de como centros urbanos podem atingir o desenvolvimento econômico. Para Perroux (1967), o desenvolvimento sempre é localizado e desequilibrado, dependendo da técnica no setor produtivo para ganhar veracidade.

Assim, a função de um pólo industrial, por exemplo, seria colaborar com a produção de economias externas locais com grande impacto na região, com o estabelecimento de novos arranjos produtivos, crescimento da utilização de mão-de-obra qualificada e aumento da demanda social, como moradia e infraestrutura. Este processo, no entanto e segundo o autor, seria irregular.

O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p. 164).

Sobre o desenvolvimento regional polarizado, Boudeville (1973) afirma que esses arranjos industriais que se concentram em uma determinada região produzem mudanças no modo de vida da população, atraem trabalhadores, estimulam outros setores como o de serviços, mas não produzem obrigatoriamente um desenvolvimento geral da economia na região.

O desenvolvimento de uma economia em escala regional é defendido por Marshall (1982), que afirma ser a organização industrial, a divisão do trabalho e os investimentos em infraestrutura fontes necessárias para atingir uma escala mais ampla de desenvolvimento. Marshall (1982) defende que a concentração de indústrias em uma mesma região favorece o surgimento de um mercado de trabalho especializado e incentiva a constante melhora da infraestrutura, o que pode auxiliar o processo de desenvolvimento da economia de escala.

Por outro lado a instalação de grandes unidades fabris em uma determinada região acaba gerando especulação imobiliária devido ao aumento da demanda provocado também pela promessa de dias melhores. Myrdal (1982) questiona os motivos que causam diferentes níveis de desenvolvimento entre as regiões.

Partindo desse pressuposto, Myrdal (1982) afirma que o crescimento de uma região pode causar efeitos contrários em outras, o que vai à contramão do discurso liberal que defende a liberdade econômica e tem como princípios básicos a defesa da propriedade privada, a mínima participação do Estado e o livre mercado.

Quando Myrdal (1982) discorda do modelo liberal nos coloca a possibilidade de entendermos porque ocorrem essas diferenças econômicas regionais, como as observadas no centro-sul do Paraná e também no próprio município de Guarapuava. De acordo com o autor esses diferentes níveis de crescimento e de desenvolvimento de uma economia integram um

ciclo que só pode ser neutralizado ou minimizado com ações externas, como a aplicação de políticas públicas específicas para o problema.

O prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, cumpre em 2013 o primeiro ano de mandato à frente da administração municipal, tendo como uma das principais metas reverter um processo de subdesenvolvimento econômico no município. Para equilibrar ou diminuir esses desníveis econômicos locais e regionais o mesmo adotou a prática de políticas que pudessem atrair investidores e empresas, como divulgou durante a campanha política em 2012.

Cesar Silvestri Filho parece se alinhar ao sistema de causação circular cumulativa de Myrdal (1982), que defende que este só pode ser alterado quando se inclui no processo de minimização de disparidades as ações políticas. E é o que o prefeito tem demonstrado pelo menos na mídia impressa e eletrônica (Diário de Guarapuava e site Rede Sul de Notícias), ou seja, preocupação com o subdesenvolvimento do município e políticas capazes de atrair novos investimentos.

De forma concreta, Cesar Silvestri Filho tem incentivado a instalação de redes de lojas de varejo, grupos fabris, construção civil e instalação do primeiro shopping de Guarapuava, com investimento estimado em R\$ 200 milhões, oferecendo benefícios aos investidores, como a doação de terrenos e a isenção de imposto. Tem havido, então, novas oportunidades de empregos diretos e indiretos e o aumento da demanda por bens e serviços que podem possibilitar o desenvolvimento econômico local e regional de maneira mais ampla e eficaz.

Essa postura política vai ao encontro do que Myrdal (1982) afirma para que se obtenha uma economia projetada e mais linear ou com menor sinuosidade, já que se as forças que movem e definem o mercado não forem controladas politicamente, a tendência é o fortalecimento de determinadas regiões em detrimento de outras.

Essas teorias, em tese, servem de suporte às políticas públicas e econômicas não apenas regionais, mas nacionais. Quando a presidente Dilma Rouseff cria políticas públicas para a erradicação da pobreza e da marginalização e desigualdade econômica e social no país, não há como desassociar essa deficiência das oportunidades experimentadas por alguns nos estados, regiões e municípios. É uma pirâmide que começa com as políticas públicas nacionais e que tem reflexos nos estados, e por fim nos municípios.

A Constituição Federal delinea alguns pontos sobre o desenvolvimento regional, com previsão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do país (art. 151, I), os fundos de desenvolvimento regional (art. 159),

as normas orçamentárias (art. 163), entre outros. Porém, na prática não é isso que acontece, pois independente da política nacional para o desenvolvimento regional não estão excluídas desse objetivo as políticas de menor escala, como a regional que abriga os atores sociais e, por isso, conhecem melhor a realidade para a elaboração de planos e ações de políticas públicas que atendam essa demanda.

Neste contexto, se supormos que um “grupo político conservador” se mantém por décadas no poder e comando de um município ou região, teríamos uma maior possibilidade de atraso econômico regional, ocasionado também por falta de ações políticas desses agentes sociais detentores do poder local. Boisier (1989) indica que, para compreendermos o processo de desenvolvimento regional devemos dar atenção a um conjunto de elementos que:

(...) delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico (BOISIER, 1898, p. 601).

Assim, a preocupação de Boisier (1989) não está apenas centrada em encontrar respostas para explicar como ocorre o desenvolvimento regional, mas porque ele ocorre em algumas áreas e não em outras. Acrescentamos ainda que o desenvolvimento local tem ligação direta com a participação da sociedade, que deve estar constantemente preocupada com o planejamento do município, com a ocupação do solo e com a distribuição da riqueza gerada. No entanto, o desenvolvimento regional não inclui somente a distribuição de riquezas, mas o acesso a serviços públicos de qualidade como, por exemplo, saúde, educação, transporte e lazer.

No caso dos recursos econômicos, podemos pensar em forças exógenas, já que um município está primeiramente atrelado a políticas nacional e estadual, que podem ser benéficas ou não para uma determinada região. Importa também ter um engajamento social local capaz de organizar outras ações e reagir aos desafios colocados a fim de direcionar esse desenvolvimento em prol de todos. Essa organização não parte de fora para dentro como citamos o exemplo das políticas econômicas nacionais e estaduais, mas de dentro do próprio grupo, portanto, é endógena.

Como resultado dessa ausência de força social ou de sua presença, mas sem que haja uma preocupação com o todo, pois a tendência é a de se alinhar de forma política ou ideológica com as forças exógenas, teremos uma aceleração dessas diferenças.

O desenvolvimento regional é resultado, ainda, da conciliação de políticas que impulsionam o crescimento sem perder de vista os objetivos locais e, assim, há a possibilidade de uma sociedade mais justa e melhor servida de serviços de qualidade. Essa realidade mais promissora tende a atrair interesses externos que reforçarão o desenvolvimento regional.

Na tentativa de explicar a configuração do mundo capitalista e suas consequências (desenvolvimento e subdesenvolvimento), como as indústrias que estabelecem uma divisão territorial do trabalho e os territórios econômicos que se alteram frequentemente com o processo de globalização, Theis (2009) afirma que nenhum negócio historicamente bem estabelecido está a salvo de uma transformação ou mesmo sujeito a desaparecer.

Para o autor essa “(...) nova configuração espacial representa um paradoxo: a “conformação” geográfica do capitalismo serve tanto para desenvolver o sistema quanto para questioná-lo e, quiçá, superá-lo” (THEIS, 2009, p. 245). Para explicar o fato analisa a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*⁴², que explica porque “uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política” (THEIS, 2009, p. 245).

Desta forma, Theis (2009) afirma que a desigualdade socioeconômica existente nos espaços geográficos é produzida pelo capitalismo. “Tudo o que se passa no local de trabalho e no processo de produção e consumo está, de algum modo, contido no interior do processo mais amplo de acumulação e circulação de capital” (THEIS, 2009, p. 246). O que o autor (2009) indica é que o desenvolvimento desigual tem suas raízes na divisão territorial do trabalho, que é a “concentração de unidades produtivas destes setores e gêneros em determinados lugares/regiões”.

Sobre o desenvolvimento regional, de acordo com Brandão (2004) são duas as matrizes teóricas, nas quais as definições de território também são distintas. Enquanto uma trata do espaço de maneira estática, que apenas recebe e propaga as ações sociais, a outra “vê o espaço, dinamicamente, como construção social, como produto de conflitos e disputas em torno do espaço construído pela ação das classes sociais em seu processo de reprodução histórica” (BRANDÃO, 2004, p. 63).

⁴² Para saber mais: TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Primeiro Volume)

Para Brandão (2004, p. 63) “a divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, uma vez que permeia todos os seus processos, em todas as escalas”. Brandão (2004, p. 70) entende que o desenvolvimento é resultado de “variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade”.

Os aspectos políticos e econômicos locais têm grande influência no processo de desenvolvimento regional e na formação de uma sociedade. É o caso de Guarapuava, que historicamente teve na pecuária e na agricultura a base de sua economia, “e o poder local mostra-se ainda influente e decisivo nos processos de mudanças locais. Uma sociedade que não se mostra apta a mudanças estruturais, mas sim a uma manutenção do poder criado a partir da tradição” (SENE, 2008, p. 40).

Para entendermos melhor uma das raízes dessa tradição, basta analisarmos como foi o processo de distribuição de terras⁴³, autorizado e intensificado por Dom João VI a partir de 1808, aos colonizadores interessados em receber doações. Segundo Sene (2008, p. 38-39), esse sistema “criou uma elite proprietária de terra, que fez da agricultura e da pecuária a economia básica da região – modelo que persiste até hoje”.

Por tradição, foi criada em Guarapuava uma sociedade pecuarista, uma vez que sua configuração foi herdada dos paulistas sesmeiros e posseiros que passaram a formar a sociedade guarapuavana. Outro ponto positivo que facilitava a pecuária na região foi quando, posteriormente, no século XIX, Guarapuava encontrava-se inserida na rota do gado que saía do Rio Grande do Sul para ser vendido nas feiras de Sorocaba, em São Paulo. Os tropeiros também usavam Guarapuava como ponto de parada para a engorda do gado em trânsito (SENE, 2008, p. 37)

Neste período histórico a mão-de-obra nas propriedades ainda era atribuída aos escravos, mesmo que em menor número em Guarapuava em relação a outros municípios e estados do Brasil. Segundo Franco Netto (2007, p. 36), essa foi a vocação econômica da região, que não era baseada no sistema de *plantation* – caracterizado pela monocultura, pelo escravismo e o latifúndio. Para o autor, a economia de Guarapuava estava voltada para a criação de gado, pois o município também servia de ponto de internada para engorda do gado, atividade que dispensava a mão-de-obra, escrava ou não.

⁴³ Para saber mais sobre A colonização de Guarapuava e a formação da sociedade guarapuavana, ler: SENE, R. R.: **Caso Paiol de Telha: uma história dos descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, PR. UEPG, 2008.**

Neste contexto, aquele que tivesse mais de dez escravos em uma fazenda de Guarapuava era considerada uma pessoa de posse e com poder político (FRANCO NETTO, 2007, p. 40). Era o caso de dona Balbina Francisca de Siqueira, dona da Fazenda Capão Grande, que libertou seus 13 escravos através de um testamento.

Dona Balbina Francisca de Siqueira era, assim, uma mulher com posses e poder político, pois, antes de seu falecimento, havia libertado em testamento treze negros escravizados, além dos já libertos e agregados. Sua atitude repercutiu na sociedade aristocrática guarapuavana (SENE, 2008, p. 35)

De acordo com Marcondes (1998, p. 62) o testamento declarava que os 13 escravos que dedicaram parte da vida em sua propriedade, “ficariam livres e receberiam uma grande extensão de terras, conhecida como Paiol de Telha (Capão Grande, Pinhão)”

Porém, como expõe Sene (2008, p. 50), após a posse por parte dos negros, “iniciou-se, por parte de Pedro Lustosa (**enteado de Dona Balbina** – grifo nosso), a mudança de marco das terras para diminuir a área doada por Dona Balbina aos escravizados, num lento processo de expropriação”.

Sene (2008) afirma que, em depoimento, um dos remanescentes dos negros escravizados, Domingos Gonçalves Guimarães, afirmou:

Depois disso, Oscar Pacheco e João Trinco Ribeiro chegaram a adulterar documentos, atitude flagrante quando se leva em conta que muitos dos remanescentes dos negros são analfabetos. Posteriormente (**na década de 70** – grifo nosso) passaram a sessão de posse à Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios, que fez um pedido de usucapião em seu favor, com o aval de membros do Poder Judiciário, como o advogado Amoriti Trinco Ribeiro (SENE, 2008, p. 73).

Faz-se necessário lembrar que a Cooperativa Agrária é citada acima por ter sido resultado do processo de colonização apoiado e incentivado pelos governos federal e estadual para ocupação dessas áreas.

Lacerda Werneck, então secretário da Agricultura, “fazia pressão para que os fazendeiros de outras áreas estivessem negociando suas terras na localidade de Entre Rios, com a Cooperativa Agrária, alegando que caso essas terras não fossem vendidas, as mesmas não continuariam em posse de seus proprietários” (SENE, 2008, p. 46-47). Diante da ameaça de perder as terras para o Estado, os fazendeiros as venderam.

De acordo com o Dossiê (1997)⁴⁴ elaborado por entidades como a Associação Heleodoro Paiol de Telha, Comissão Pastoral da Terra e o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, entre outros, Maria Luiza Abibe, filha de escravos, afirmou em depoimento o que ouviu de seu bisavô, duas semanas antes de sua morte, em relação a mudança de marcos que faziam divisas da fazenda de Torres com a invernada Paiol de Telhas, antiga fazenda Capão Grande.

(...) pois ali onde ele entregou não era portão, era invernada de pau-a-pique, que os marcos foram tirados, um deles era no Capão do Pereira, e outro era na Cachoeira, onde está denominado a antiga fazenda das Torres, após a Mangueira de Pedra, e o outro fica situado na reserva Monjolo Velho da reserva de cima (DOSSIÊ, 1997 *apud* SENE, 2008, p. 50).

Conforme exposto no Grupo de Trabalho Clóvis Moura⁴⁵:

Originalmente a comunidade negra habitava suas terras da Invernada do Paiol de Telha em parte da Fazenda Capão Grande área também conhecida por Fundão, deixada para os escravizados e alguns libertos por testamento da fazendeira Dona Balbina Francisca de Siqueira, em 1860⁴⁶ (Texto extraído do Site: Grupo de Trabalho Clóvis Moura).

Segundo texto publicado no site do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, “parcela importante da comunidade está acampada em barracas de lona a beira da estrada em frente as terras ancestrais”. Naquela época, o fundão da Fazenda Capão Grande pertencia ao município de Guarapuava, mas com a divisão do território municipal passou ao município de Reserva do Iguaçu.

O resto da comunidade, mais de trezentas famílias, está espalhada nas periferias das cidades de Guarapuava e de Pinhão, com parcelas significativas em situação de extrema necessidade, vivendo como catadores de papéis e/ou em outras funções semelhantes.

⁴⁴ Associação Heleodoro Paiol de Telha. **Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha**. Guarapuava, 1997.

⁴⁵ Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925, em Amarante, no Piauí. Ingressou no PCB nos anos 1940, trabalhando como jornalista na Bahia e São Paulo. Foi um dos raros intelectuais que acompanhou o PC do B na ruptura de 1962. Nos anos 1970, destacou-se pela militância junto ao movimento negro brasileiro. Clóvis Moura produziu importante obra sociológica, histórica e poética. Em 2003, publicou-se trabalho coletiva sobre o autor: ALMEIDA, L.S. de [Org.] O negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura.

⁴⁶ Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/contendo/contendo.php?contendo=38>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

A parcela de terras melhor localizada do quilombo está no assentamento efetuado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), próximo à Vila Socorro no distrito de Entre Rios, conhecida como Paiol de Telha.

Os negros são expulsos de suas terras definitivamente na década de 1970, todavia os processos de expropriação das terras herdadas iniciam-se em 1886. Somente na década de 1980 uns poucos herdeiros buscam a justiça para lutar por suas terras, passando a acreditar nessa possibilidade, a partir de 1996, com a criação da Associação Heleodoro Paiol de Telha (SENE, 2008, p. 91)

Baseado em relatos como o de Domingos Gonçalves Guimarães, “um dos mais velhos descendentes do grupo de escravizados” (SENE, 2008, p. 78), Sene (2008, p. 51) expõe que “as famílias dos negros ficaram morando no local até 1967”.

Ainda de acordo com Sene (2008), os descendentes não tinham nenhum documento que comprovasse a posse da terra e aceitaram a proposta de João Trinco Ribeiro de dividir as mesmas entre as famílias dos herdeiros, já que para eles João Trinco Ribeiro tinha conhecimento jurídico e poderia ajudar a resolver as pendências relativas a documentação.

Assim, este “forjou uma escritura de cessão de direitos hereditários, alegando ter autorização e assinatura dos negros herdeiros, e justificava que eles tinham vendido suas terras a ele e à sua esposa por um preço justo” (SENE, 2008, p. 52).

A partir de então, “João vendeu 400 alqueires para o delegado Oscar Pacheco dos Santos. Começaram a ocorrer, então, ameaças para que os negros escravizados deixassem as terras” (DOSSIÊ, 1997 *apud* SENE, 2008, p. 52). Alegando ter comprado a área, em 1972 o delegado “iniciou uma série de ações para tirar as famílias da terra, inclusive utilizando força física e tráfico de influência” (SENE, 2008, p. 52). Consta, ainda, que o direito à posse da terra foi transferido para a Cooperativa Agrária, com documentos forjados e “(...) a Cooperativa percebeu a confusão que envolvia a negociação e não efetivou o pagamento, requerendo o usucapião, em 1981” (DOSSIÊ, 1997 *apud* SENE, 2008, p. 53).

Em 1981, a Cooperativa Agrária ingressou com ação de usucapião, que foi rejeitada pelo governo do Paraná, já que as terras estavam “(...) registradas no Instituto de Terras, 54 Cartografias e Geociências (ITC) em nome de Eugênio Soares Guimarães, sob a inscrição no 2748181-6, o qual pagava impostos como proprietário” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1997) (SENE, 2008, p. 53-54).

Foram ajuizados vários processos de reintegração de posse impetrados pela cooperativa com a justificativa de que as terras tinham sido invadidas pelos negros. No mesmo ano, em 1997, a Cooperativa Agrária conseguiu uma liminar de reintegração de

posse. “Após anos de litígio, o processo foi arquivado em 2002, com garantia de posse da cooperativa Entre Rios” (SENE, 2008, p. 55).

Mas, como expõe o autor (2008), em setembro de 2006 a polêmica voltou à tona, após o reconhecimento da Comunidade Quilombola como Invernada Comunidade Paiol de Telha pela Fundação Cultural Palmares.

Dessa forma, os negros garantiriam a remarcação de suas terras, assim como o regresso da comunidade quilombola. Ficava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de então, responsável pela organização das famílias, formalizando a comunidade de descendentes de negros libertos (SENE, 2008, p.55).

Em relação ao tema, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 Afirma que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Assim, é preciso reiterar que as políticas públicas nos âmbitos dos governos federal e estadual devem ser consideradas neste processo histórico. Até a data de conclusão deste trabalho ainda acompanhamos reportagem publicada no site Brasil de Fato, no dia 20/12/2013, assinada pelo professor de Antropologia Jurídica do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e secretário-geral do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), Ricardo Prestes Pazello, que o Tribunal Regional Federal decidiu pela constitucionalidade do Decreto de titulação de 3.600 alqueires de terras do Quilombo Paiol de Telhas.

Por 12 a 3, decidiram os desembargadores que se trata de ato normativo constitucional, vitória para as 4 mil comunidades existentes no Brasil hoje, mesmo diante das dificuldades que o próprio decreto impõe para os processos de titulação e que as quase inexistentes políticas em defesa dos territórios das comunidades tradicionais indicam. Estejamos certos: os votos só representaram os anseios de todo o povo brasileiro, e não só o paranaense.

Ainda não se sabe qual será o desfecho dessa luta judicial que já se estende desde 1860. Porém, o que entendemos ser importante demonstrar, brevemente, são outras nuances que permeiam a história do município de Guarapuava, da Cooperativa Agrária e dos suábios no distrito de Entre Rios. Outro exemplo de ocupação territorial e de desenvolvimento diferenciado envolvendo o distrito de Entre Rios diz respeito à Vila dos Brasileiros, conforme a Imagem 1, que mostra na imagem de satélite, a colônia Vitória e em destaque a Vila dos Brasileiros.



Imagem 1 - Guarapuava: Imagem de satélite da colônia Vitória. Em destaque, a Vila dos Brasileiros.

Fonte: Google - Imagens ©2014.

Org.: Gilson Boschiero.

A sede da Cooperativa Agrária está localizada na colônia Vitória, que concentra os principais serviços de Entre Rios, como correios, bancos e supermercados. No contraponto está a chamada “Vila dos Brasileiros” que, segundo Lickel (2011) é:

(...) um bairro formado por moradores de origem não-suábica, que surge no distrito de Entre Rios sobretudo para suprir a mão-de-obra local. A infraestrutura e as moradias caracterizadas pela auto-construção, porém, mostram a precariedade de seus equipamentos e o déficit econômico quando comparados ao restante do distrito. A Vila dos Brasileiros, sobretudo pelo nome que lhe foi dado, revela ainda uma marcada distinção cultural entre os colonos suábios e a população de origem não-suábica (LICKEL, 2011, p. 6).

Na tentativa de impedir a formação de favelas, Kohlhepp (1991) já citava a preocupação da Cooperativa Agrária em equipar a Vila dos Brasileiros com serviços públicos como escola, igreja e centro social.

Como o fluxo de população deve continuar, mesmo sem a criação de novos empregos, é de se esperar que ocorra um adensamento da área construída e um aumento do potencial de conflitos, que — devido às enormes disparidades sociais

— poderá se transformar em um dos mais difíceis problemas a serem solucionados no futuro (KOHLHEPP, 1991, p. 137).

Vinte e três anos depois as previsões de Kohlhepp (1991) se confirmam, no que diz respeito ao adensamento da área e também ao abismo social em que estão inseridas essas duas comunidades. Em termos de infraestrutura não é preciso procurar muito para encontrar essas diferenças, a começar pelo asfaltamento nas principais vias da colônia Vitória, que na ausência do poder público, passa por manutenção custeada pela própria cooperativa. A poucos quarteirões do centro da colônia há outro território, demarcado por ruas esburacadas ou sem asfaltamento.

De acordo com Lickel (2011, p. 38), “a presença dos trabalhadores não-suábios em Entre Rios, todavia, ao mesmo tempo em que é fundamental para suprir a mão-de-obra local, com frequência é interpretada pelos demais moradores como um problema social”.

As casas têm um padrão diferenciado em relação às construções dos descendentes dos suábios, com terrenos menores e, como consequência, mais próximas umas das outras (LICKEL, 2011). São, portanto, duas realidades, duas territorialidades no mesmo território, vivendo e trabalhando, mas a partir de mundos distintos. É como se existisse um abismo social, como afirma Teixeira (2010), ao tratar desse contraste.

(...) o processo de formação de um abismo social e étnico que se deu a partir da vinda da população que veio para trabalhar na Cooperativa Agrária como assalariados, ou como assalariados em algumas propriedades de imigrantes suábios. Esse processo configurou a formação de dois territórios claramente divididos na colônia Vitória em Entre Rios (TEIXEIRA, 2010, p. 20).

Essa diferenciação também foi lembrada por Elfes (1971) ao tratar das instituições de ensino e do público delas. De acordo com o autor jovens operários brasileiros frequentavam a escola estadual, enquanto os filhos dos cooperados estudavam no colégio particular.

Desta separação surgem desavenças, que poderiam ser interpretadas como discriminação. O diretor do ginásio procura contornar a delicada situação, admitindo crianças do operariado nas escolas das cooperativas, por meio de bolsas de estudos estaduais (ELFES, 1971, P. 97).

Brandão (2011, p. 19) relembra que foi no século XX que o desenvolvimento desigual no Brasil se acentuou ainda mais, “com a concentração espacial de sua população e de sua riqueza material em uma restrita porção territorial”.

Se por desenvolvimento entendermos um processo de *exercitar opções alternativas* frente a uma temporalidade construída e não-imediata, apta a sustentar escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e embates em contexto de incontornável diferenciação de poder (de comando sobre o destino de determinada sociedade), precisamos entender que, ao contrário da preservação de privilégios que representa o processo de crescimento econômico, o desenvolvimento é tensão. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças sociais que perenizam o subdesenvolvimento (BRANDÃO, 2011, p. 34).

O dinamismo econômico do capitalismo coloca frente a frente capital e trabalho, riqueza e pobreza, inclusão e exclusão, emprego e desemprego. Para Brandão (2011, p. 34), as problemáticas sobre o desenvolvimento nacional e regional no Brasil são bem atuais e “cruciais para qualquer reflexão acerca de possíveis alternativas estratégicas futuras de desenvolvimento para o País”.

Para o autor é dever do Estado controlar as variações fiscais e econômicas, melhorar a distribuição de renda e promover o bem estar social e o desenvolvimento, em especial a partir de políticas públicas voltadas para regiões mais empobrecidas, como é o caso da mesorregião centro-sul do Paraná, caracterizadas por uma menor concentração industrial e consequente exígua oferta de trabalho.

Mas para que o desenvolvimento regional seja alcançado são necessários programas e planos com maior atenção às características e especificidades espaciais. “O planejamento regional no contexto atual parece ser considerado uma utopia”, (BRANDÃO, 2011, p. 35) já que ele sempre parte do modelo da macroeconomia nacional para ser aplicado regionalmente, sem levar em consideração as peculiaridades regionais.

Compreende-se que o processo de desenvolvimento regional/local aqui apresentado deve levar em conta diversos atores locais, instituições e *outsiders* suábios do Danúbio. Neste sentido, de acordo com Ribeiro (2008), não podemos descartar que o encontro diferenciado entre os suábios e os não-suábios fez com que culturas e modos de vida diferentes pudessem estar no mesmo território, apesar de terem objetivos específicos para planejar o desenvolvimento futuro. O modo de vida a partir de relações de poder mais específicas do grupo suábio em relação aos demais não-suábios gerou contrassensos, divisões e determinadas disputas e conflitos.

Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será — implica a

apropriação, por parte de outsiders, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (RIBEIRO, G. L., 2008, p. 122).

Ribeiro (2008) afirma que o desenvolvimento cria sujeitos ativos e passivos, onde os últimos se tornam objetos “de imperativos desenvolvimentistas” e normalmente se tornam resistentes ao processo de desenvolvimento. Já os ativos são as “pessoas locais propensas a se tornar aliadas de iniciativas de desenvolvimento porque podem identificar benefícios e interesses em comum com os outsiders” (RIBEIRO, 2008, p. 122).

Resistência ou participação são os resultados das formas em que essas variáveis (**sujeitos ativos ou passivos – *nosso grifo***) são combinadas. A autoconfiança dos atores locais e a apropriação dos desígnios de um projeto só podem prosperar quando os atores sentem que têm poder sobre seu ambiente (RIBEIRO, G. L., 2008, p. 122)

Analisando o exposto por Ribeiro (2008) pressupomos que em um local onde o processo de desenvolvimento é direcionado para atender ao interesse de poucos, os sujeitos passivos vão impor barreiras para dificultar todo o processo. É o que ocorre em uma sociedade conservadora, resistente a mudanças que possam beneficiar a coletividade como a fixada e enraizada no município de Guarapuava, a partir da colonização luso-brasileira, que somente mais tarde recebeu outras influências, como a chegada dos imigrantes suábios. Segundo Grígolo (2013)⁴⁷, “aqui em Guarapuava por ser uma terra de muitos fazendeiros, quando vinha alguém de fora que encostava, os fazendeiros tratavam de pôr os jagunços e dizer expulsa esse pessoal que vem tomar nossas terras”.

Para Silva (2007, p. 116) é preciso esclarecer que os territórios podem ser conservadores “em virtude de algo mais amplo (...), vinculado ao próprio processo de formação patrimonialista do Estado Brasileiro e das relações políticas daí decorrentes, como o clientelismo, a troca de favores, a dominação tradicional de base patrimonial e o oligarquismo”. Isso não se caracteriza necessariamente como atraso, mas refere-se aqueles que carregam valores tradicionais em termos de relações político-econômicas. Por isso, tão complexo quanto promover o desenvolvimento regional é compreender o termo desenvolvimento, já que este pode e é adjetivado de diversas formas.

⁴⁷ Trata-se do discurso de um ator social e não de um historiador, mas foi importante ouvi-lo.

Alinhado a esse mesmo pensamento, Grígolo (2013) lembra que as famílias tradicionais de Guarapuava receberam doações de terras 200 anos atrás sem conquista e, por isso, não sabem o valor do que é conseguir as coisas”.

E aquelas famílias que ganharam, que foram depois se multiplicando e tendo herdeiros foram fazendo o compartilhamento, ficaram egocêntricas sempre pensando em si mesmas. E isso dificultou muito todo o nosso desenvolvimento (GRÍGOLO, 2013).

Segundo Grígolo (2013), a concentração fundiária dificultou e atrasou o desenvolvimento de Guarapuava. Com menores condições de competir com outros municípios e, portanto, mais abertos a entrada de investimentos, Guarapuava e região ficaram em desvantagem na busca pelo crescimento econômico. Mesmo que preliminarmente, parece-nos que este seria um dos motivos que recaem sobre o empobrecimento regional. Se pela Teoria de Crescimento Endógeno o crescimento ou desenvolvimento econômico regional é visto como um produto das forças econômicas internas aos sistemas de mercado, são essas forças que comandam o processo. Assim, as regiões mais ricas, com mais atrativos na infraestrutura e consequente concentração industrial, acabam importando recursos que atendam a economia e os mercados locais.

Neste sentido, fatores como inovação tecnológica, capital humano e os arranjos institucionais, incluindo políticas públicas e a própria organização da sociedade civil, são determinantes no crescimento contínuo da renda per capita. De acordo com Amaral Filho (2001),

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

O índice de Gini⁴⁸ para a concentração de renda é um exemplo de percepção de que crescimento econômico não traz necessariamente, justiça social. Souza (2000) afirma que

⁴⁸ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil

após essa definição sobre o conceito de desenvolvimento, surgiu outra, como a chamada “satisfação de necessidades básicas”, incorporada por Walter Sthör (1981) que abordou a concepção do desenvolvimento de baixo para cima. Dessa forma, haveria um avanço nas oportunidades para indivíduos, grupos sociais e comunidades organizadas.

Mesmo assim, de acordo com Souza (2000), a teoria encontrou limites ideológicos e epistemológicos quando tratou de:

(...) clamar por ‘participação’, por ‘liberdade’ etc., no contexto do modelo civilizatório capitalista, marcado por contradições de classe, por uma fundamental assimetria a separar dominantes e dominados, equivale, no essencial, das duas uma: ou a fazer demagogia política, ou a apontar, na prática, para melhores cosméticas, sem atentar o suficiente para as barreiras existentes no bojo da sociedade instituída (SOUZA, 2000, p. 103).

Souza (2000) afirma que o conceito de autonomia tratado por Castoriadis⁴⁹ é fundamental para chegarmos a um novo consenso do que é o desenvolvimento. O centro do debate deve ser a autonomia⁵⁰, ou seja, o poder de uma coletividade em se organizar com leis próprias a partir de leis gerais. Essa capacidade seria, para Souza (2000), a base para o desenvolvimento da sociedade com mais liberdade de reflexão e ação.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade ‘sem poder’, o que aliás seria impossível (SOUZA, 2000, p. 106).

Para Ribeiro (2008) o desenvolvimento é resultado do poder formado por redes e instituições e está vinculado a expansão econômica capitalista, o que permite identificar os atores locais e os *outsiders*. Neste sentido, Ribeiro (2008) afirma que:

O desenvolvimento sempre implica transformação e tipicamente ocorre por meio de encontros entre insiders e outsiders localizados em posições de poder

aparece com Índice de 0,576, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2012.

⁴⁹ Cornelius Castoriadis foi um filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega, defensor do conceito de autonomia política. É considerado um dos maiores expoentes da filosofia francesa do século XX. Para saber mais: CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem**. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 466 p. (Coleção Rumos da Cultura Moderna, 54).

⁵⁰ Palavra de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Em Ciência Política, a autonomia de um governo ou de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central nas tomadas de decisões.

diferentes, as iniciativas de desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações em que desigualdades de poder abundam (RIBEIRO, 2008, p. 110).

No modelo de macroeconomia, os planos nacionais de desenvolvimento foram exercidos por governos brasileiros para todo o país, mas estavam distantes das menores unidades da federação: os municípios. Assim, as políticas públicas aplicadas não tinham a efetiva participação dos governos locais, onde as demandas se fazem presentes e que acontecem as lutas cotidianas, muitas que fortalecem a política partidária ou o poder de grupos dominantes e que se mantêm um cenário de participação ou de exclusão social.

Ao lembrar das visitas que faz pelo municípios da região de Guarapuava como Presidente da Central das Associações Comerciais e Industriais do Centro-Oeste do Paraná (Cacicopar), GrígoLO (2013) relembra o que tem ouvido de vários prefeitos.

Eles dizem assim: “nós, temos que viver constantemente de pires na mão pedindo por favor para o governo federal liberar recurso, senão nós não temos condições de fazer frente às necessidades sociais dos municípios”. Está muito claro que é uma estrutura nacional, é uma questão centralizada em Brasília. O governo coloca todos os recursos arrecadados em Brasília e depois faz a distribuição ao seu jeito. E então em Guarapuava não é diferente. O município sofre desse mesmo problema, só que por ter uma arrecadação própria maior, acaba sentindo menos isso (GRÍGOLO, 2013).

A Constituição de 1988 concedeu autonomia limitada aos municípios brasileiros, descentralizando o poder do Estado-nação e conferiu a estes a decisão de como fazer políticas públicas locais, a exemplo dos Planos Diretores.

Essa mesma descentralização administrativa que aproxima o governante dos cidadãos pode facilitar interesses particulares, locais ou das elites locais, já que o comando está no município. Mas até que ponto esta autonomia não está a serviço de grupos de poder político e econômico que buscam interesses mais específicos, para não dizer singulares?

Nas eleições de outubro de 2012 depois de oito anos de administração de Luiz Fernando Ribas Carli, eleito pela primeira vez em 1989-1992, elegeu-se um novo prefeito em Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, que em 2010 foi eleito Deputado Estadual, cargo que abandonou para assumir a prefeitura. Este é filho do Deputado Federal Cesar Silvestri que deixou o cargo em 2011 para assumir a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e, em 2013 assumiu a Secretaria de Estado de Governo do Paraná, cargo que ocupa atualmente.

Cezar Silvestri é filho de Moacyr Júlio Silvestri, ex-prefeito de Guarapuava (1960-1963;1969-1972)⁵¹, conforme lista de prefeitos do município (Anexo A).

O grupo de poder local é mais amplo, mas não menos familiar. O município há décadas tem como dirigentes direta ou indiretamente, grupos familiares. O grupo formado pela família Mattos Leão é outro exemplo. “As famílias tradicionais se revezam no poder e não deixam outras pessoas, outras lideranças se criarem no município”, afirma Grígo (2013), o que é um entrave para o desenvolvimento do município, uma vez que a manutenção desse poder se dá de maneira simples e acertada no próprio núcleo familiar.

Eu tenho percebido claramente que Guarapuava tem uma cultura tradicionalista muito arraigada em famílias tradicionais, e isso impede que o desenvolvimento venha através de pessoas de fora. Isso aconteceu no passado. Ultimamente com a vinda das universidades e das faculdades vieram mais pessoas de fora e isso foi aos poucos mudando (GRÍGOLO, 2013).

O ex-prefeito de Guarapuava, Luiz Fernando Ribas Carli, apostou em uma carreira promissora para o filho, Luiz Fernando Ribas Carli Filho. Para não ser cassado, o deputado estadual renunciou ao cargo, depois de se envolver em um grave acidente de trânsito em Curitiba, em maio de 2009, em que dois jovens perderam a vida. Segundo reportagem do Jornal “A Gazeta do Povo”⁵², do dia 21 de fevereiro de 2014, o teste de alcoolemia (exame de sangue) feito enquanto o ex-deputado estava no hospital, registrou 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue no corpo do ex-deputado. O então deputado, educado e formatado pelo pai para ser seu sucessor político interrompe, assim, a promissora carreira ao bater o carro a mais de 170 km/h.

Não se sabe ainda qual será o futuro político do ex-parlamentar, mas antes que ficasse sem um representante da família na vida política, o ex-prefeito agiu rápido e “criou” um novo político. Assim, o filho mais novo, que não tinha tradição política, foi lançado candidato a deputado estadual nas eleições de 2010, recebendo mais de 33 mil votos. Bernardo Ribas Carli ficou na suplência⁵³, mas mesmo assim assumiu a cadeira no Legislativo Estadual.

⁵¹ Em anexo (A) consta lista dos prefeitos de Guarapuava a partir de 1950.

⁵² Para saber mais: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1449035&tit=Carli-Filho-enfrentara-juri-popular>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

⁵³ O deputado estadual Fabio Camargo (PTB) deixou o Legislativo estadual para assumir a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas. Quem assumiu a cadeira deixada por Camargo foi o deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB). Primeiro suplente da coligação que elegeu Camargo e Bertoldi para a Assembleia, Bernardo Carli agora ocupa definitivamente a vaga de deputado. Para saber mais: <<http://www.mppr.mp.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=5070>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

Talvez o texto abaixo, extraído do site do parlamentar possa ajudar a relembrar a abordagem aqui desenvolvida.

Começou a aprender sobre política ainda pequeno, convivendo com seu pai, Fernando Ribas Carli, que cumpre seu terceiro mandato como prefeito de Guarapuava, foi deputado federal, deputado estadual e chefe da Casa Civil do Paraná. Bernardo acompanhava Fernando em alguns eventos e, em casa, ouvia sobre o ato de governar e proporcionar oportunidades melhores para milhares de pessoas através do trabalho público. Foi assim que, vislumbrando um futuro melhor para todos, lhe despertou o desejo de trabalhar pelo povo (Disponível em: <www.bernardocarli.com.br/perfil>. Acesso em: 6 fev. 2013.)

O que se percebe é que existe, nessas famílias ou grupos de poder, a intenção em dar continuidade aos trabalhos políticos do pai, do avô, etc. e, com isso, manter nas mãos do mesmo grupo o comando político e econômico do município, que também mantém uma relação estreita com grupos econômicos locais e regionais.

Depois de oito anos à frente da prefeitura de Guarapuava, Fernando Ribas Carli parece sucumbir à política de desenvolvimento municipal, uma vez que no último ano do terceiro mandato, portanto, em 2012, o município passou por uma “quase revolução”, com obras por todos os bairros, recapeamento asfáltico e anúncio de investidores externos.

O discurso era de que agora Guarapuava estava pronta e tinha infraestrutura para receber investimentos e novos empreendimentos empresariais. Vale lembrar que o ex-prefeito ficou conhecido como o prefeito das flores, uma referência às flores plantadas no canteiro central da Avenida Manoel Ribas, principal corredor de acesso à cidade a partir da BR-277.

A dificuldade de acesso ao ex-prefeito por parte dos moradores, o fez ficar conhecido pela população como um homem arrogante, centralizador e autoritário. Como jornalista, entrevistei o então prefeito reeleito, nas eleições de 2008, durante a campanha eleitoral e logo após o anúncio de sua vitória. Ao questionar um secretário municipal sobre o custo das flores plantadas e replantadas quase mensalmente nos canteiros e rotatórias, ouvi: “De onde você é? Por que você quer saber isso?”. Expliquei que as flores chamavam a atenção em comparação ao restante da cidade, pois bastava nos afastarmos das vias principais para nos depararmos com ruas sem asfalto, sem calçada, sem saneamento básico. O senhor irritou-se e começou a falar em voz alta. Naquele momento e na minha percepção também de migrante, Guarapuava parecia ter passado por uma maquiagem para chamar a atenção de quem chegasse à cidade.

Se por um lado o distrito sede parece receber a grande maioria dos investimentos advindos de recursos com o recolhimento de impostos, além de verbas estaduais e federais, por outro o distrito mais pujante economicamente do município enfrenta, na administração de Luiz Fernando Ribas Carli, o abandono por parte da administração pública municipal. Isso pode ser confirmado por um desejo aparente, por parte dos moradores, de emancipação do distrito de Entre Rios, que, por inúmeras vezes já se posicionaram insatisfeitos com as políticas públicas da prefeitura de Guarapuava (ACENDER, 2013).

Recentemente, a insatisfação dos moradores do distrito de Entre Rios com o governo local é constatada por meio da Associação Central para o Desenvolvimento de Entre Rios (Acender), fundada oficialmente em 1 de agosto de 2011, que desde então tem como bandeira o desenvolvimento do distrito. A associação que age como uma espécie de fiscal é a ferramenta concreta de reivindicação por melhorias de infraestrutura no local.

No próprio portal da Acender encontramos o discurso que resume o desejo e a insatisfação dos moradores com o poder público municipal. “É para o bem da coletividade, pois com a futura emancipação, que será difícil e talvez mais demorada do que desejamos, o novo município se tornará um dos mais desenvolvidos e prósperos do país”. Na página do portal da Acender está o seguinte texto que trata do abandono do distrito por parte das autoridades municipais.

No mês de abril de 2010, a prefeitura de Guarapuava exonerou os poucos funcionários que mantinha para cuidar do paisagismo, manutenção e limpeza das vias municipais da colônia. Há cerca de 14 anos, a prefeitura mantinha 42 funcionários para executar esses serviços. A cada ano que passava, esse número foi diminuindo até chegar a zero. Agora as cinco comunidades estão abandonadas por completo e o mato começa a crescer nos canteiros públicos. O que a prefeitura espera? Que além de pagar impostos, os moradores de Entre Rios também tenham que gastar mais dinheiro e trabalhar mais para manter as vias públicas municipais limpas e arrumadas? (**Abandono da Colônia pela Prefeitura**. Acender. Entre Rios, 04 jul. 2010. Disponível em: <<http://acender.webnode.com.pt/news/noticia-aos-visitantes/>>. Acesso em: 8 fev. 2013)

Esta deficiência das políticas públicas vivenciada pelos moradores de Entre Rios, em abril de 2010, parece persistir até os dias atuais como, esclareceu Márcio de Sequeira, ao retratar os anseios da Acender e também dos moradores do distrito.

Praticamente todas as nossas necessidades básicas estavam sendo esquecidas e o poder público municipal não atendia as necessidades básicas, desde a falta de médicos, a falta de limpeza, a conservação do patrimônio público, as ruas, praças, passando pelo asfalto mal conservado também, que é parte do patrimônio público. Então os moradores se sentiram extremamente abandonados, feridos nos seus direitos constitucionais e resolveram agir (SEQUEIRA, 2013).

De acordo com Sequeira (2013) havia uma dificuldade muito grande em dialogar com o prefeito Luiz Fernando Ribas Carli e, mesmo com inúmeras tentativas de contato para levar reivindicações e pedidos, nunca foram recebidos ou atendidos.

Nós tentamos de maneira diplomática conversar com o prefeito, não conseguimos em nenhuma ocasião, desde o início do primeiro mandato dele. Procuramos através de secretários municipais que tinham acesso a ele, pessoas de confiança dele. Entregamos documentos, listas de reivindicações. Porém, jamais recebemos uma resposta, nem sequer um não. Então ficamos cada vez mais indignados porque nem o direito de sermos ouvidos nós tínhamos. Então resolvemos começar a lutar pelos nossos direitos (SEQUEIRA, 2013).

Sequeira (2013) afirmou, ainda, que o acesso ao desenvolvimento econômico, social e cultural foi barrado por uma questão de retaliação aos bairros e distritos que não respondiam com grande volume de votos durante as eleições.

É evidente que em algumas localidades, que em algumas comunidades existia um desejo de retaliação política. Isso ficou claramente mostrado porque os bairros ou comunidades onde ele perdeu votos, onde foi superado pelo adversário, sofriam processo de abandono maior (SEQUEIRA, 2013).

Para Sequeira (2013) o abandono do poder público não foi constatado apenas no distrito de Entre Rios, mas também em todos os outros distritos do município. Isso porque, segundo ele, o interesse da administração municipal estava voltado para atender grupos políticos, econômicos ou famílias tradicionais, ficando os anseios e necessidades da coletividade em um segundo plano. Este seria, segundo o ex-presidente da Acender, um dos motivos pelos quais Guarapuava ficou estagnada.

Veja bem, na verdade Entre Rios estava muito abandonado, mas não era só Entre Rios. Por não termos um contato contínuo com a Palmeirinha, distrito do Guairacá e Guará, nós não podemos avaliar, comparar a nossa situação com a deles. Mas o fato que se revelou ao final desse mandato é que todos foram abandonados, inclusive o distrito sede. Então não era, digamos, um 'privilégio' nosso o abandono. A insatisfação de toda a população de Guarapuava foi revelada agora nessa última eleição, quando a grande força política dele não chegou a passar de 13 % dos votos (SEQUEIRA, 2013).

O ex-prefeito de Guarapuava Luiz Fernando Ribas Carli⁵⁴ defendeu-se dos questionamentos de que em seu governo faltavam investimentos e o distrito de Entre Rios ficou abandonado, fazendo uma crítica aos moradores do distrito.

Eles valorizam demais a questão deles, certo? E eles exigem demais. A ideia deles é que tudo que é arrecadado por Entre Rios vá para eles. E a visão de governo não pode ser essa. É até uma questão sociológica, já que tem que haver uma divisão de recursos (CARLI, 2013).

De acordo com a afirmação do ex-prefeito sobre o comportamento dos moradores de Entre Rios, em especial aos imigrantes e descendentes dos suábios, parece haver entre esses um sentimento de egoísmo e ao mesmo tempo de segregação em relação aos moradores do restante do município. Essa questão será abordada no capítulo 4, depois de apresentarmos o papel do agronegócio para o desenvolvimento do distrito de Entre Rios e, em tese, para Guarapuava.

3.3. O agronegócio no distrito de Entre Rios

As diferenças sociais reveladas a partir da análise de dados do IBGE (2010) e IPARDES (2012) tendem a desaparecer ao tratarmos dos índices econômicos veiculados sobre a Cooperativa Agrária, como indica a Revista Dinheiro Rural (Fevereiro/2013, p. 44), que traz "As 100 personalidades mais influentes do agronegócio", com o presidente da Cooperativa Agrária na lista.

Para a Revista (2013, p. 3) "100 nomes se destacam em um universo de quatro milhões de produtores rurais e representantes de áreas como pesquisa, governo, empresas, instituições, cooperativas, bancos e consultorias".

A reportagem informa que a Cooperativa, através da unidade Agromalte, processa 240 mil toneladas de malte, um dos principais ingredientes utilizados na fabricação de cerveja, apontando a Cooperativa Agrária como "a maior produtora nacional do cereal". Referindo-se ao presidente da Cooperativa Agrária, o periódico (2013, p. 44) informou que

⁵⁴ Entrevista com Luiz Fernando Ribas Carli, ex-prefeito de Guarapuava concedida a Gilson Boschiero, em sua empresa Carliplac, às 11h30 do dia 03/06/2013. Carli foi eleito prefeito pela primeira vez em 1988. Em 1994 foi eleito Deputado Federal. Também foi chefe da Casa Civil do Governador Jaime Lerner de 1995 até abril de 1996. Em 1998, após mandato de Deputado Federal é eleito Deputado Estadual. Em 2002 é reeleito Deputado Estadual. Em 2004 se candidata pela segunda vez à prefeitura de Guarapuava e vence. Em 2008 é reeleito prefeito pela terceira vez, mandato que terminou em 2012, quando o candidato apoiado por ele foi derrotado por Cesar Silvestri Filho.

“sua próxima tacada é expandir a área de atuação da cooperativa para outras culturas e estados. Além do malte, o etanol de cana-de-açúcar na Bahia é um dos alvos já definidos”.

De acordo com o Relatório Anual 2012 da Cooperativa Agrária, a maltaria passou por um processo de ampliação tanto na estrutura quanto na logística, com a inauguração de um Centro de Distribuição de Campinas (SP), com mil metros quadrados. Em 2009 foram produzidas 201.077 toneladas e em 2012 a produção fechou com 220.479 toneladas, um aumento que equivale a aproximadamente 9,64%, superando também a produção de 2011 que foi de 219.005 toneladas. Como já vimos no capítulo 2, para 2014 a produção deve ser ampliada novamente em mais 120 mil toneladas de malte.

A produção do malte cervejeiro da Agromalte, conforme Gráfico 11 não parou de crescer entre 2009 e 2012. A unidade industrial da Cooperativa é a segunda maior da América do Sul em produção e ocupa atualmente o 11º lugar no mundo (AGRÁRIA, 2012).

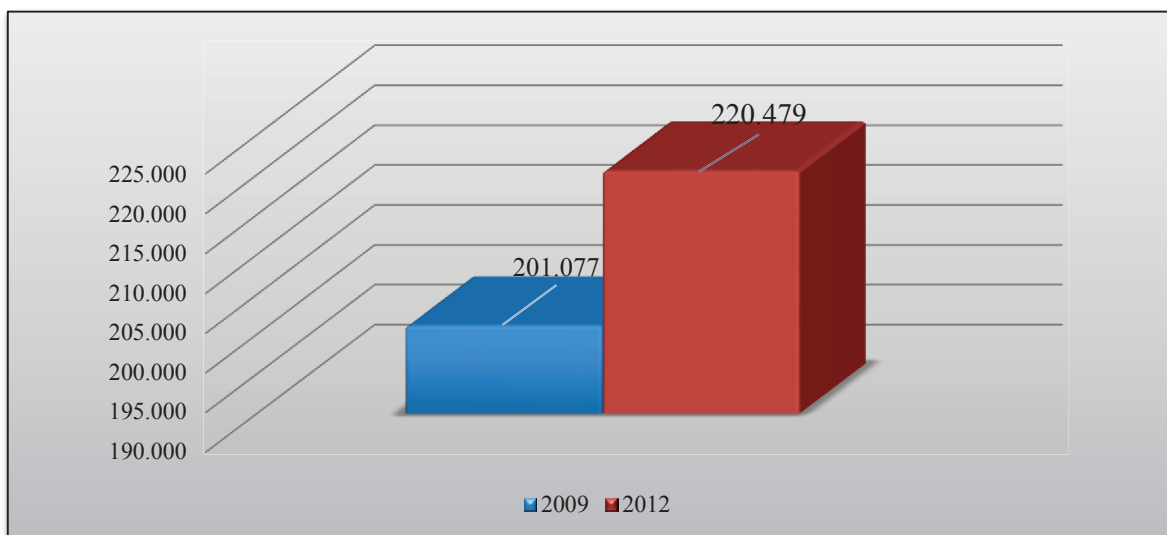


Gráfico 11 – Guarapuava: Produção de Malte entre 2009 e 2012.

Fonte: Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária.

Org.: Gilson Boschiero.

Em relação ao trigo, a moagem conforme Gráfico 12 passou de 144.906 toneladas em 2009 para 150.439 toneladas em 2012. Em 2011 o processamento na unidade atingiu 137.433 toneladas industrializadas. Além disso, segundo o Relatório Anual 2012 da Cooperativa Agrária (2012, p. 54), “foram incluídas no portfólio farinhas de aveia, centeio e cevada, bem como linhaça em grãos beneficiada”.

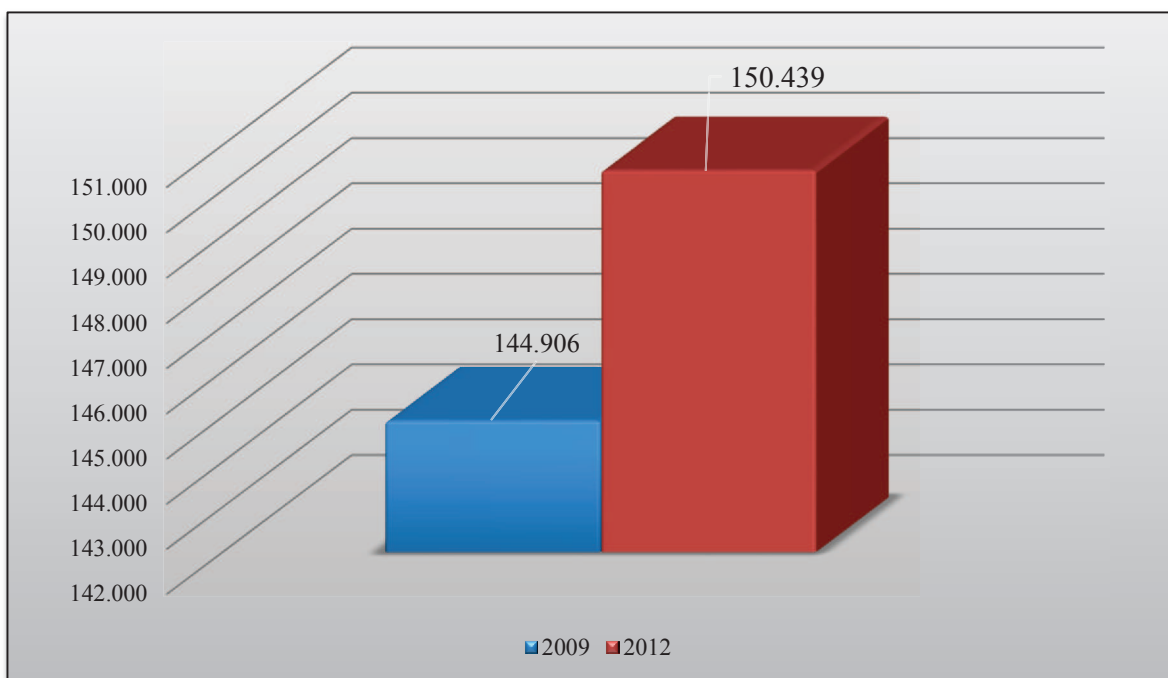


Gráfico 12 – Guarapuava: Moagem de Trigo entre 2009 e 2012.

Fonte: Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária.

Org.: Gilson Boschiero.

No setor de fabricação de ração, a Agrária deu novo salto ampliando a fábrica, automatizando os processos e instalando novos silos para armazenagem. A produção passou de 103.317 toneladas no ano de 2009 para 184.432 toneladas em 2012, com crescimento para o período de cerca de 78,51%. Em 2011 a fábrica de rações produziu 165.849 toneladas, como pode ser observado no Gráfico 13.

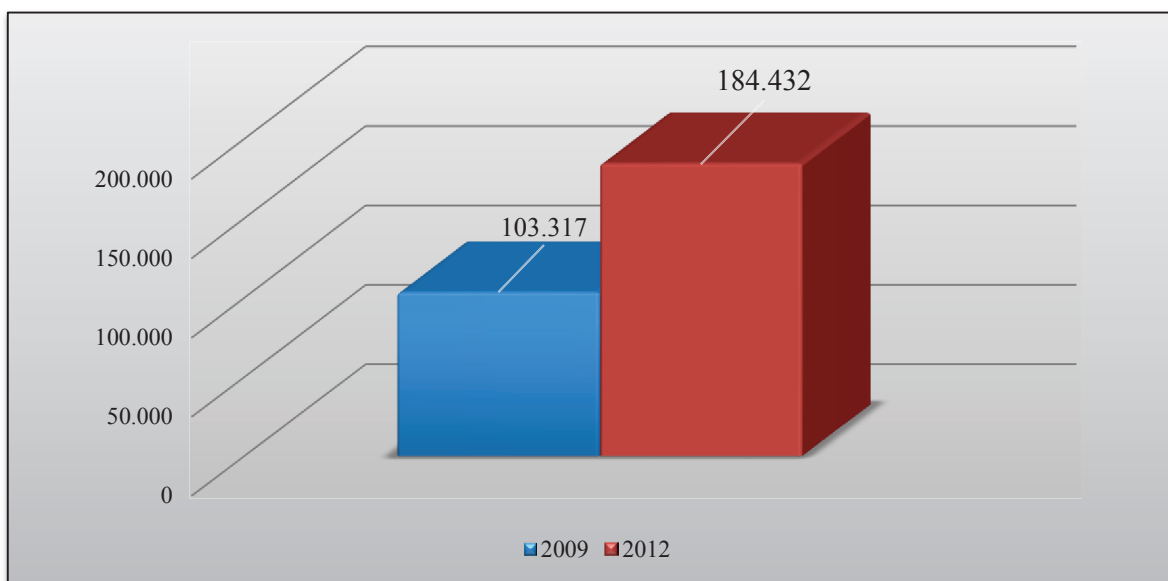


Gráfico 13 – Guarapuava: Produção da Fábrica de Ração entre 2009 e 2012.

Fonte: Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária.

Org.: Gilson Boschiero.

Como podemos perceber no Gráfico 14, para a cultura de verão o destaque é a safra da soja. Nos últimos dados publicados pela Cooperativa, a estimativa para 2013 é de 279.808 toneladas em 78.290 hectares. Em 2012 foram produzidas 253.796 toneladas de soja em 73.077 hectares.

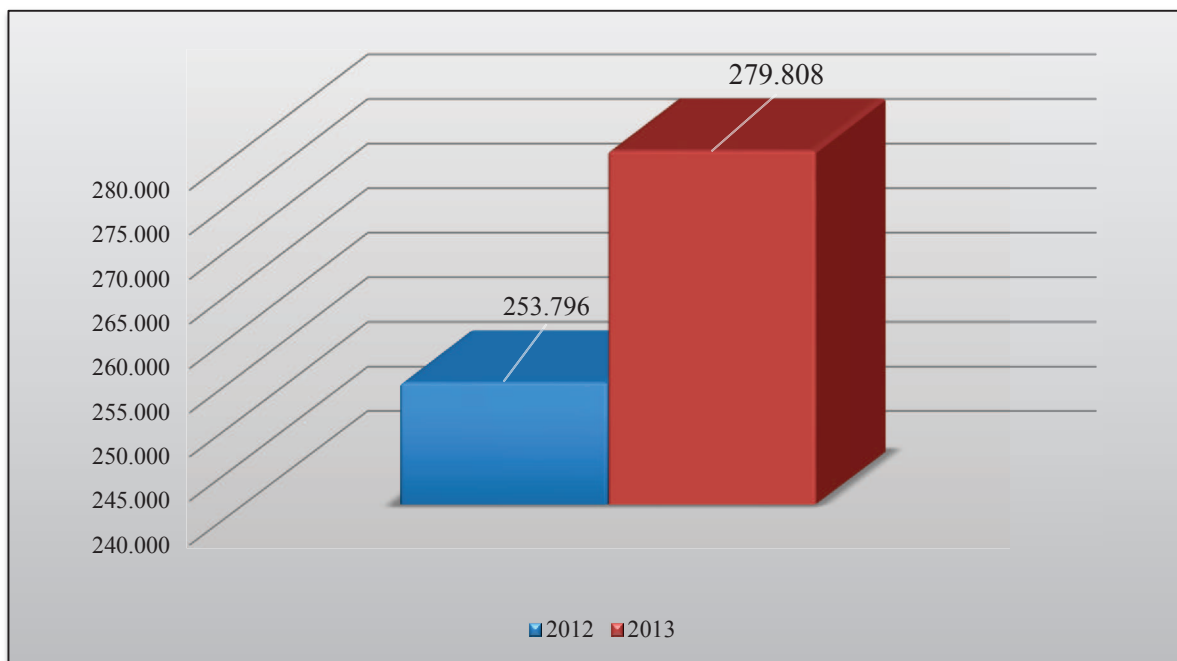


Gráfico 14 – Guarapuava: Produção de soja em 2012 e estimativa para 2013.

Fonte: Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária.

Org.: Gilson Boschiero.

A Agrária retomou em 2012 todo o processo comercial da Indústria (fábrica) de Óleo e Farelo de Soja e segundo o Relatório Anual (2012, p. 58) da Cooperativa, o setor “teve um ano histórico, com o esmagamento recorde de 493.522 toneladas de soja em grãos”. Como já mencionamos no capítulo 2, atualmente a capacidade anual é de 501 mil toneladas, e em 2013 foi registrado novo recorde de esmagamento, com mais de 510 mil toneladas. Em 2011 foram 455.000 toneladas. Nas culturas de inverno o relatório também traz o fechamento da produção da cevada em 2012, que foi de 115.192 toneladas em 34.437 hectares.

Outra novidade anunciada pela Cooperativa em 2012 foi o início da construção de uma fábrica Indústria de milho no município. “Os primeiros testes de processamento industrial estão previstos para janeiro de 2014. A capacidade de industrialização de milho será de 500 toneladas por dia”. (RELATÓRIO ANUAL, 2012, p. 61)

A estimativa da safra de milho para 2013 é de 389.763 toneladas em 11.160 hectares e 2012 encerrou com 386.909 toneladas em uma área de 10.988 hectares, conforme observado no Gráfico 15.

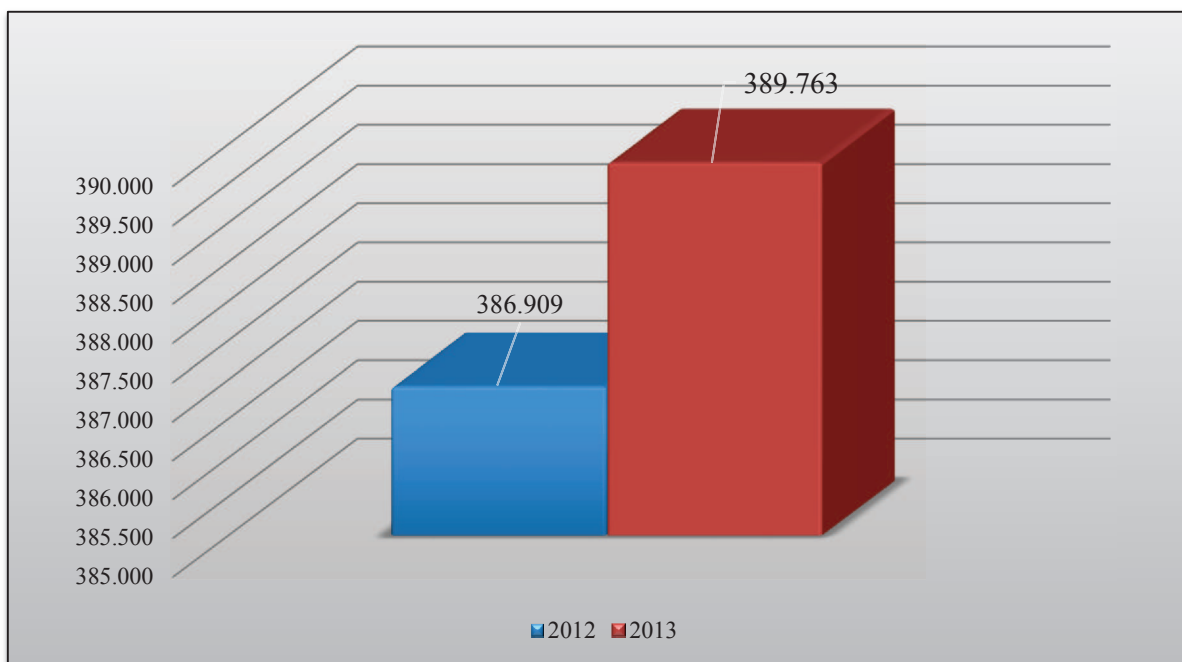


Gráfico 15 – Guarapuava: Produção de milho em 2012 e estimativa para 2013.

Fonte: Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária.

Org.: Gilson Boschiero.

O resultado da ampliação dos negócios e dos investimentos em novas fábricas e setores podem ser vistos nos indicadores financeiros da Cooperativa (RELATÓRIO ANUAL, 2012). Em 2011, o faturamento foi de R\$ 1,273 bilhão, enquanto em 2012 atingiu R\$ 2,101 bilhões, como se observa no Gráfico 16.

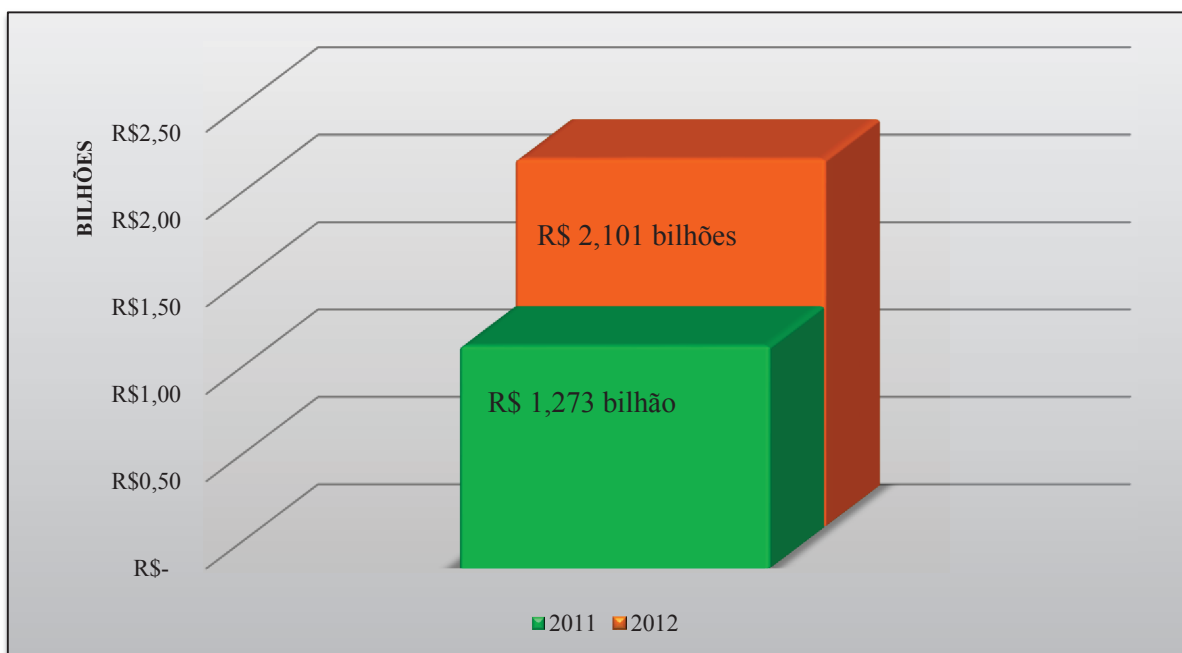


Gráfico 16 – Guarapuava: Faturamento da Cooperativa Agrária em 2011 e 2012.

Fonte: Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária.

Org.: Gilson Boschiero.

O presidente da Agrária (2013) fez uma análise da riqueza gerada pela Cooperativa a partir do questionamento sobre a contribuição da mesma para o desenvolvimento local e regional de Guarapuava.

A Agrária tem um faturamento de R\$ 2,1 bilhões. Ah, é uma montanha de dinheiro? Pois é. Mas que tipo de negócio é esse? É um negócio em cima de commodities agrícolas. A soja e o milho, a cevada e o trigo são commodities. Elas são produzidas aqui e são vendidas para o mercado nacional e para o internacional. É diferente de ter por exemplo, uma indústria de manufaturados, em que circula tudo por aqui (KARL, 2013).

Dados publicados no Relatório Anual de 2012 da Cooperativa Agrária mostram que são 582 cooperados e 1.001 colaboradores. Segundo reportagem no site Agro Amazônia, do estado de Mato Grosso, a Cooperativa Agrária é “a maior geradora de empregos do local (**Guarapuava** – grifo nosso) (...) sem contar dezenas de empregados temporários, que nas safras de milho, soja, trigo e cevada se juntam aos funcionários efetivos”. Uma forma, então, de cooperação regional seria a geração de empregos.

Os nossos grãos vão ser transformados em produtos acabados e sofrer um ‘adicional positivo’ com a transformação de produtos primários como o trigo, o centeio, a linhaça. Guarapuava ganha um investimento de dois milhões de euros para a transformação de grãos em produto acabado, afirmou Jorge Karl, presidente da Cooperativa, em entrevista ao jornal Tribuna Regional (21 a 27/10/2009, n. 29, p. 6).

Além da distribuição entre os cooperados, parte dos lucros da cooperativa é investida na própria estrutura física e cultural da Colônia de Entre Rios e de seus moradores como, por exemplo, áreas de lazer, manutenção do grupo folclórico, creches, educação básica e o Centro Cultural Mathias Leh⁵⁵.

No site⁵⁶ sobre o turismo em Entre Rios, o distrito é comparado a uma pequena cidade, com informações que indicam que o mesmo dispõe de “hospedagem, alimentação, comércio, serviços, instituições de ensino até o nível médio profissionalizante, hospital, posto de saúde, bombeiros, posto policial, creche municipal, além de outros setores importantes”. Além disso, o site traz números que demonstram a importância econômica da

⁵⁵ Informações cedidas por Wienfred Mathias Leh, agrônomo e um dos sócios da Cooperativa Agrária em entrevista concedida a Marli Friedrich em 01/09/2003. Seu pai, Mathias Leh, já falecido, foi um dos fundadores e presidente da Cooperativa por 28 anos (de 1966 a 1994).

⁵⁶ **A Colônia Entre Rios**. Disponível em: <<http://turismoentrieriosgp.webnode.com.pt/acolonia/>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

Colônia e da Cooperativa Agrária.

Alguns elementos que podem ser utilizados para medir a qualidade de vida e a pujança econômica do grupo está em suas residências conforme Fotos 2 e 3, e nas demais construções das colônias que formam o distrito de Entre Rios, principalmente às pertencentes à Colônia Vitória, sede da Cooperativa Agrária, de seus escritórios e de toda a parte administrativa da cooperativa e suas unidades fabris. O alto e diferenciado padrão arquitetônico é considerado “atração turística” do município (SILVA, 2007).



Foto 2 - Guarapuava, Entre Rios/PR. Residência com arquitetura europeia na Colônia Vitória.
Acervo: Gilson Boschiero (09/12/2012).



Foto 3 - Guarapuava, Entre Rios/PR. Residência de alto padrão na Colônia Vitória.
Acervo: Gilson Boschiero (09/12/2012).

Para não-suábios, no entanto, esse imaginário das mansões do distrito dos alemães diminuiu um pouco com o passar dos anos, em função de o distrito Sede também possuir residências de alto padrão, como as encontradas nos bairros Virmond, Sol Nascente e próximo ao Parque do Lago, entre outros. No sentido da desigualdade este distrito também possui residências mais simples como as da Vila dos Brasileiros, o que faz parte das contradições do espaço urbano. O diferencial é a história desses moradores e a concentração de elementos de poder naquele território, que segrega, mas também é segregado.

Percorrendo o distrito encontramos residências de médio e alto padrões arquitetônicos e grandes propriedades rurais, o que demonstra uma qualidade de vida muito acima da maior parte da população de Guarapuava em seu conjunto. Ao lado do coração econômico do distrito, no entanto, encontramos outra realidade social, a de famílias que foram atraídas pela oferta de emprego e renda gerados pelo empreendimento que ali se instalou desde a metade da década de 1950. É o caso da Vila dos Brasileiros (além de outras pequenas aglomerações) que, apesar de não ser aqui objeto de estudo, merece ser citada como exemplo dessas diferenças sociais existentes no mesmo território, conforme Fotos 4 e 5.



Foto 4 - Guarapuava, Entre Rios/PR. Casa na “Vila dos Brasileiros” na Colônia Vitória.
Acervo: Gilson Boschiero (09/12/2012).



Foto 5 - Guarapuava, Entre Rios/PR. Rua na Vila dos Brasileiros, na Colônia Vitória.
Acervo: Gilson Boschiero (09/12/2012).

As fotos acima demonstram o contraste em Entre Rios. De um lado, o conforto de residências de alto padrão dos suábios e, de outro, as residências sem infraestrutura de funcionários das unidades fabris da cooperativa ou de trabalhadores domésticos das casas

dos cooperados. São habitações rudimentares, quase improvisadas, em terrenos e vias sem infraestrutura de responsabilidade do poder público municipal. Vale ressaltar que esta realidade não se restringe apenas ao distrito de Entre Rios, mas pode ser facilmente localizado em outras regiões do município de Guarapuava.

Para este paradoxo referente ao desenvolvimento, vários autores, dentre eles Milani (2005, p. 1), tem uma explicação ao afirmar que “as variáveis econômicas não são suficientes para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável”. É que “o crescimento econômico não produz, necessária e diretamente, o desenvolvimento social”. O que se tem, então, é que não se pode chamar de desenvolvimento local/regional apenas o crescimento econômico sem o acompanhamento de melhorias nas condições sociais. Assim:

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005, p. 1).

A partir de Milani (2005), que afirma ser o desenvolvimento local um conjunto de ações setoriais, entre elas, as políticas, percebemos que a formação territorial está inclusa neste contexto, beneficiando ou não o desenvolvimento de um município e de uma região.

Para Silva (2007, p. 115), uma característica voltada à formação territorial local foi a concessão de grandes glebas de terras, dando origem aos latifúndios, que mais tarde restringiram o acesso à terra aos mais pobres. Nessas grandes propriedades desenvolveu-se, por muitos anos, a atividade pecuária, marca da sociedade campeira no começo do século XIX no município, e que mais uma vez limitava a participação dos desprovidos dos meios de produção. Dentro do setor industrial, a indústria madeireira era a que mais gerava emprego, mas não agregava valor, e conseqüentemente pouco gerou de emprego e renda, se comparamos a outros setores como comércio e serviços. Apesar do texto ser de 2007, a realidade investigada ainda cabe para 2013.

Na indústria, a maioria dos empregos é de mão-de-obra desqualificada e os salários baixos. Esses aspectos justificam, em parte, o fato de a região, vir alcançando, já há algum tempo, os índices da mais empobrecida do estado (SILVA, 2007, p. 116).

A concessão de grandes glebas de terras para as famílias que aqui chegaram, a atividade campeira e o extrativismo, em especial o da madeira, também estão presentes em discursos de diferentes personalidades de Guarapuava. Estes são importantes meios para

entendermos o processo econômico e as características intrínsecas ao desenvolvimento do município.

Durante entrevista concedida para esta pesquisa, o ex-prefeito de Guarapuava Luiz Fernando Ribas Carli (2013) afirmou que a concentração de terras impediu, em diversos setores, o desenvolvimento de Guarapuava. “A concentração de terras é uma coisa terrível, não só para Guarapuava como para a região. Por quê? A concentração de terras, além de concentrar o poder, o poder econômico, delimita o desenvolvimento” (CARLI, 2013). E exemplifica:

Se o cidadão tem três mil alqueires de terra e embora seja altamente produtiva, ele tem lá 10 funcionários que ganham um salário bom que tocam a fazenda. Agora e se esses três mil alqueires, por exemplo, fossem divididos em 30 áreas de cem alqueires, com 100 proprietários? Cada proprietário teria mais uma casa, mais um carro, mais geladeira, mais terreno. Seriam 30 pessoas investindo e com condições financeiras para desenvolver o negócio (CARLI, 2013).

Carli (2013) descreve o perfil dos imigrantes suábios, indicando que eram trabalhadores que conheciam uma agricultura ou forma de produção que aqui não se conhecia. “Aqui ninguém fazia agricultura mecanizada, os primeiros tratores foram eles que trouxeram. Nosso pessoal lidava com gado” (CARLI, 2013).

Neste contexto, Carli (2013) reconhece o esforço e a contribuição inicial dada pelos imigrantes, mas também observa que esses viram a oportunidade de crescer economicamente e aumentar a compra de novas propriedades, além daquela gleba de terra recebida logo na chegada. E isso, segundo Carli (2013), influencia o desenvolvimento do município, já que essa mudança voltou a provocar o surgimento de latifúndios, agora concentrados nas mãos desses imigrantes europeus e seus cooperados.

Na verdade eles desvirtuaram a filosofia da Cooperativa. Quando vieram para cá, eles tinham uma pequena área de terra para cada um. (...) Aí surgiu a oportunidade e o cara começou a vender a terra barata e eles foram comprando. E de novo concentrou. Isso ainda proporcionou que não cooperados e nem descendentes, comessem a comprar. Então você vai ver que a agricultura está concentrada na mão de grandes. São poucos os agricultores, vamos dizer, agricultores (CARLI, 2013).

Sobre o desenvolvimento em Guarapuava e em outros municípios do Paraná, Silvestri Filho (2013) faz uma análise do ponto de vista do ciclo econômico. Silvestri Filho (2013) relembrou que Guarapuava já viveu um ciclo de grande pujança econômica e de

desenvolvimento com o ciclo madeireiro entre 1950 e 1970, mas que há cerca de duas ou três décadas a economia entrou em um processo de estagnação.

O atual prefeito defende a tese de que a economia é regulada por muitos aspectos, alguns internos e outros externos que formam a conjuntura histórica, como a oportunidade econômica e a migração. Assim afirma que diferente de outros municípios mais jovens de porte semelhante do Paraná, Guarapuava manteve por décadas uma economia baseada no extrativismo, o que, segundo ele, dificultou a modernização que ainda tinha/tem em sua sociedade fortes traços conservadores.

O que Guarapuava mudou de lá para cá é que nós perdemos força com o extrativismo. O extrativismo deixou de ser atrativo do ponto de vista econômico. Os municípios que já tinham crescido nasceram sobre o outro contexto econômico, tiveram muito mais facilidade de se modernizar e se adequar à realidade do mercado do que nós. Nós viemos descendendo de uma tradição, de latifúndios muito grandes, ainda acostumados com o dinheiro de certa forma fácil e da venda de área. Então a família que tinha muita área vai vendendo, vai arrendando. É aquela coisa: o que eu tenho para mim está bom. O que não foi levado em conta é que Guarapuava é um município polo, que recebeu uma migração da região e imigrantes muito pobres (SILVESTRI FILHO, 2013).

De acordo com Silvestri Filho (2013) os processos migratórios são fatores que influenciaram a economia de Guarapuava, já que o município presenciou ciclos com a imigração portuguesa, ucraniana, polonesa, japonesa, italiana e, por último, os suábios do Danúbio. A migração regional também ganha destaque em sua fala como um fator que dificultou o desenvolvimento no município, posto este não ter condições de responder economicamente aos anseios desses migrantes vindos de municípios vizinhos em busca de melhores condições de vida.

A gente recebeu uma migração de pessoas que já viviam em situações paupérrimas nos municípios e vieram para cá na esperança de ter alguma coisa melhor. Guarapuava, por não ter sido modernizada, não absorveu essa demanda. Ao contrário desses municípios que surgiram já com o ímpeto desbravador (SILVESTRI FILHO, 2013).

Por outro lado, percebemos que o elemento conservador dos grupos de poder, no município, historicamente esforça-se para dificultar a entrada de empresas de outras regiões e estados. A Lei Complementar nº 022/2008⁵⁷ (Anexo B), de autoria do executivo municipal,

⁵⁷ Boletim Oficial do Município. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/wp-content/uploads/573.pdf>>. Acesso em: 22 out 2013. Uma cópia deste boletim encontra-se nos anexos (B) deste trabalho.

dispunha sobre a construção e/ou instalação de novas lojas de varejo de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados) em Guarapuava.

Pela lei, que entrou em vigor no dia 18 de abril de 2008, não poderiam ser construídas e/ou instaladas em estruturas físicas já existentes novas lojas de varejo de gêneros alimentícios, supermercados e hipermercados com área superior a 2.500 metros quadrados na zona central estendida do município. Pouco mais de um ano após a lei 022/2008 entrar em vigor, a lei complementar 026/2009⁵⁸ (Anexo C), de autoria dos vereadores Nélio Gomes da Costa, Gilson Pedro Amaral e João Carlos Gonçalves, revogou em 23 de abril de 2009, a lei 022/2008, que durante o período de vigência gerou polêmica no município.

A intenção, ao que tudo indicava, era restringir a instalação de novos investidores e empresas desse ramo, favorecendo, desta forma, a rede Superpão, a maior do ramo e que ainda detém o monopólio desse setor no município. Fica claro, em nosso entendimento, que esse esforço reforça a existência de grupos de poder que ainda se utilizam de favores prestados com a administração do município para conseguir demonstrar poder de ação e de decisão sem se preocupar com outros fatores. Essa resistência tem como objetivo final a manutenção do poder e da sociedade conservadora.

Silvestri Filho (2013) afirma que “acertos” como este são antigos, ao concordar que sempre houve resistência por parte das famílias tradicionais e dos donos de latifúndios em aceitar o que vem de fora, como os imigrantes que traziam um modelo de organização baseada no associativismo e no cooperativismo.

De acordo com Silvestri Filho (2013) esse conservadorismo impôs uma barreira cultural, diferentemente do que ocorreu com municípios como Londrina e Cascavel, onde se concentraram dezenas de cooperativas e onde a fase de migração apresentou características diferentes.

É um povo que saiu do estado de desconforto. Estavam dispostos a arriscar tudo numa vida nova, num local novo, então havia um ímpeto de vencer, de desbravar, de empreender. É aquela coisa: eu já não tenho nada mesmo, se eu perder vou perder o que? É diferente da cultura que predomina, e é até hoje muito forte em Guarapuava, que são os descendentes, grandes herdeiros que eram beneficiados lá atrás nas sesmarias que foram recebendo patrimônios muito grandes. O risco era de perder tudo aquilo, o patrimônio da família. Então ao se perguntar: “vamos

⁵⁸ Boletim Oficial do Município. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/wp-content/uploads/Boletim-Oficial-do-Munic%C3%ADpio-2009-N%C2%B0621.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013. Uma cópia deste boletim encontra-se nos anexos (C) deste trabalho.

construir uma indústria”? O que se ouvia era: “Ah, não, vai que eu quebro, perco tudo o que a minha família me deixou (SILVESTRI FILHO, 2013).

Atentando a esta análise, Silvestri Filho (2013) afirma que Guarapuava ainda vive e sofre com essa barreira cultural, principalmente em relação ao empreendedorismo, mas que isso está mudando. Coloca como razões para tal (além de outros) o fato de o patrimônio herdado pelos filhos desses latifundiários estar sendo dividido e tornando-se insuficiente para manter o mesmo padrão de vida de outrora dessas famílias. É uma necessidade, portanto, ter que empreender mais e arriscar mais. E isso, segundo Silvestri Filho (2013), também é visto até mesmo entre os descendentes dos suábios.

A comunidade de Entre Rios tá vivendo um ciclo hoje de expansão novamente, estão buscando alternativas de área em outros locais, no norte do estado e até no nordeste do país. Estão procurando diversificar a renda nas suas propriedades e passando a ser mais empreendedores, a fazer cultura de risco que dá maior rentabilidade em menos área, já numa necessidade econômica de manter o padrão de vida, com a limitação da área (SILVESTRI FILHO, 2013).

O Presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Luiz Werneck Botelho⁵⁹, sobre esse tema defende outra tese, a de que para consolidar o desenvolvimento é preciso dispor de infraestrutura para facilitar a logística de transporte e escoamento de produtos e mercadorias, principalmente na área rural. Segundo ele é o que Guarapuava mais carece para se desenvolver em diversos setores, pois gerando renda geram-se também benefícios sociais.

O IDH da nossa região é extremamente baixo, mas principalmente onde tem pouca estrada, pouco tráfego, não só tráfego de pessoas, tráfego de automóveis, caminhões. Precisa escoar a produção da pequena indústria, uma fábrica de cadeira, grãos, milho, soja, sair com gado. (...) Se você não fixar o olho no campo, principalmente dando condições aos agricultores de terem um mínimo de rentabilidade, educação, saúde e de estradas para retirarem os seus produtos, o pessoal vem para cidade, infla as periferias com baixa renda, marginalização e com gente de baixa capacidade (BOTELHO, 2013).

Desta forma, a análise de dados do IBGE (2010) e do IPARDES (2012), referente às diferenças de escolaridade entre os moradores do município, a renda per capita desigual entre as famílias nos distritos e a própria organização econômica do município, juntamente

⁵⁹ Entrevista com Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, concedida a Gilson Boschiero, na sede do sindicato às 11h00 do dia 29/05/2013. Botelho é neto de Lacerda Werneck, que foi Secretário de Agricultura do Paraná no governo de Bento Munhoz da Rocha.

com a análise das entrevistas realizadas revela as consequências de um processo histórico, em que as relações conservadoras da sociedade campeira foram mantidas por muitos anos, não se abrindo este à novas oportunidades.

Neste capítulo, então, foi possível apresentar o cruzamento de dados e informações a partir dos índices econômicos e sociais (IDH) e da distribuição de renda no município de Guarapuava e em todos os seus distritos. Esses dados foram comparados com discursos de entrevistas e com informações repassadas pela Cooperativa Agrária. Também abordamos a posição da Cooperativa Agrária no agronegócio e a sua contribuição no processo de desenvolvimento regional.

No próximo capítulo apresentamos outros discursos decorrentes de entrevistas com pessoas ligadas à administração de Guarapuava, à cooperativa e ainda com descendentes dos suábios. A partir delas fizemos uma comparação com o discurso exposto em reportagens jornalísticas sobre a Cooperativa Agrária, o agronegócio e o desenvolvimento local e regional.

Também apresentamos resultados de uma entrevista com o prefeito de Rastatt, cidade coirmã de Guarapuava na Alemanha, que descontrói o discurso da atual administração municipal, tendo como fonte o jornal Diário de Guarapuava e o site Rede Sul de Notícias, revelando que o discurso de cooperação difundido se restringe apenas às questões culturais e não a incentivos econômicos, necessários para o desenvolvimento local e por consequência regional.

CAPÍTULO 4

OS SUÁBIOS DO DANÚBIO: SEGREGAÇÃO E COOPERAÇÃO - PERCEPÇÕES ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE

Neste capítulo apresentamos uma discussão a respeito das conexões presentes em um território, como o poder, seja ele econômico, político ou cultural, a segregação e/ou a cooperação de um grupo para o desenvolvimento de uma região e análise do discurso a partir de alguns recortes temáticos envolvendo o objeto desta pesquisa.

Para isso utilizamos reportagens veiculadas pelo Jornal Diário de Guarapuava e, pela inexistência de outro periódico jornalístico diário impresso, pelo site Rede Sul de Notícias, que traz informações locais e regionais. Estamos atentos, no entanto, ao fato de que a imprensa expressa características e interesses de um grupo social ou de vários deles, sendo um instrumento de poder.

Desta forma, o discurso apregoadado nessas reportagens e nas entrevistas realizadas expressam relações de poder em maior ou em menor expressividade, mas ambos fundamentando-se no convencimento, como já abordamos no capítulo 1. Este capítulo, assim, tem por objetivo trazer outra visão sobre o discurso histórico que envolve os suábios do Danúbio e a realidade percebida em Guarapuava.

4.1. Suábios do Danúbio: discurso, tradição e conservadorismo na relação com o desenvolvimento local e regional

O discurso pode ser definido a partir de várias matizes, existindo para cada discurso implícito uma concepção de língua e também de sujeito. De acordo com Saussure (1991), o significado de um discurso estaria fundamentado na afirmação que tem como regra aquilo que está oculto. Para Pêcheux (1997) o discurso é uma forma de materialização ideológica, onde o sujeito abriga essa ideologia, sendo a língua um processo presente em todas as esferas sociais. Já para Maingueneau (1993) o discurso não opera sobre a realidade, mas sobre outros discursos e, por isso, o sujeito é diferenciado pelos discursos, e a língua faz parte de um processo semântico e histórico em que o tempo e o espaço integram o discurso.

Para Charaudeau (2006) o tempo está presente na forma como é organizado o discurso, que ele denomina de narrativo, em função da sequência de fatos, em relação ao tempo decorrido. O objeto de estudo de qualquer análise do discurso não trata apenas da língua, mas do que existe discretamente oculto na fala, como as relações de poder, ideologias, defesas de identidades sociais e todos os tipos de manifestações humanas. Os discursos são escritos ou propagados e sempre apresentam uma carga de valores que expressa as diferentes manifestações humanas, como a tradição e o conservadorismo da sociedade campeira.

Para Charaudeau (2008) o discurso político é caracterizado por utilizar recursos para influenciar o receptor e desta forma contribuir com o fortalecimento do poder.

(...) os políticos, nesse mundo moderno da encenação e do espetáculo, se quiserem exercer alguma influência sobre os cidadãos, devem aprender as novas regras de insinceridade e do mentir verdadeiro legítimos, aceitar esse paradoxo moderno segundo o qual se dá uma grande importância ao parecer justamente numa época em que a cidadania é mais esclarecida (CHARAUDEAU, 2008, p. 305-306).

Para Grígolo (2013) essa cultura de resistência eliminou, naquele momento, a possibilidade de desenvolvimento econômico em Guarapuava, atitude que ao mesmo tempo incentivou que o crescimento fosse experimentado por municípios onde havia o cooperativismo. O conservadorismo está presente até os dias atuais, mas em menor escala devido a vinda de empresários e profissionais de fora. “Agora está mudando graças a Deus nós temos aí, diariamente empresários de fora, pessoas intelectuais de fora, juízes, promotores, médicos vindo para Guarapuava” (GRÍGOLO, 2013).

Ao afirmar que o perfil do município está mudando e deixando de ser conservador, percebemos que o discurso de Grígolo (2013) valoriza a vinda de migrantes ou imigrantes que possam contribuir com o município, como uma forma de diminuir essa resistência ainda presente no que restou das famílias tradicionais, que viram aos poucos suas terras serem repartidas entre filhos e netos.

Quando perguntamos ao presidente da Cooperativa Agrária, Jorge Karl (2013), se houve resistência por parte dos fazendeiros de Guarapuava para receber e aceitar os imigrantes, ele não só nega como ainda afirma que o processo de colonização dos suábios do Danúbio foi um ótimo negócio para os fazendeiros do município que acabaram comprando terras muito mais férteis no norte do estado.

Não havia, porque a oferta de terras era grande. No começo o projeto de

colonização da Agrária aqui foi bem vindo, bem aceito inclusive por parte dos fazendeiros. E foi um ótimo negócio para eles. Vendendo aqui eles poderiam comprar terras no norte ou noroeste do Paraná, que eram mais próprias para a pecuária do que aqui (KARL, 2013).

Karl (2013) expressa nesse discurso uma vantagem econômica na troca feita pelos fazendeiros, uma vez que os campos de Guarapuava não eram cultivados, que tinham terras com baixa qualidade para o desenvolvimento da agricultura e que, por isso, só foram utilizados para a pecuária e, mesmo assim, em pequena escala.

Por outro lado, ao indicar limitações do solo para o desenvolvimento da agricultura, Karl (2013) reforça uma ideia de que os imigrantes suábios souberam reverter esse quadro com a modernização da agricultura. Não podemos esquecer que na década de 1930 já havia a mecanização de lavouras no Rio Grande do Sul e o Brasil já fabricava tratores, colheitadeiras e maquinários agrícolas, e que em meados da década de 1950 foi inaugurada a primeira indústria automobilística no Brasil, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, estado de São Paulo. Havia, ainda, um incentivo por parte do governo federal para o desenvolvimento desse setor.

Esse esforço seguido de sucesso citado por Karl (2013) está presente nos discursos que ganham a mídia. Em reportagem publicada no dia 5 de maio de 2011, pelo site Rede Sul de Notícias, com o título: “Agrária comemora 60 anos de conquistas nesta quinta-feira”, percebemos a sustentação desse discurso, conforme informações da própria assessoria de comunicação da Cooperativa Agrária, no trecho a seguir:

Esta quinta-feira (5) marca os 60 anos de criação da Cooperativa Agrária, localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava. Relembrar a história da cooperativa é traçar um percurso escrito com trabalho, suor e sucesso. Criado para atender a 500 famílias de imigrantes suábios do Danúbio (vindos do sudeste da Europa), sob uma nova perspectiva de vida, o projeto se revelou como uma transformação: o distrito de Entre Rios ganhou cinco comunidades com forte presença suábica e a agricultura da região se destacou por tecnificação e altas produtividades, como destaca a assessoria de comunicação da entidade (REDE SUL DE NOTÍCIAS, 05/05/2011).

O conservadorismo característico das famílias tradicionais também é abordado pelo ex-prefeito de Guarapuava Luiz Fernando Ribas Carli, mas de uma maneira lúdica e aparentemente inocente, ao negar que não existia resistência por parte dos moradores de Guarapuava com relação aos imigrantes. “Não, não havia. O guarapuavano demonstra resistência, mas ele bate palma para o cara que chega de fora, sabe? Você viu quem chegou?”

Esse cara. O cara chegava na época com um carro bonito, era o cara. É aquela coisa de interior, entende?” (CARLI, 2013)

Carli (2013) acredita que as famílias tradicionais de Guarapuava aos poucos deixaram de existir e o pouco que restou está cada dia mais pobre. Para ele, essa tradição não influenciou no desenvolvimento do município, mas a cultura portuguesa, da posse da terra, provocou a acomodação desses descendentes que, ao verem os latifúndios serem divididos com o passar das gerações, não tiveram a iniciativa de avançar em outras atividades.

No momento em que a atual administração municipal discute a diversificação da atividade econômica como uma maneira de alavancar o desenvolvimento local e regional, nos deparamos com depoimentos que reforçam que a falta de empreendedorismo dessas famílias conservadoras provocou o atraso econômico e social do município e ainda influencia a economia local, como o do vice-presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Anton Gora⁶⁰, que trabalhou na Cooperativa Agrária por 35 anos e também é descendente suábio. De acordo com Gora (2013) o conservadorismo ainda existe e é danoso para o município.

Eles não tinham sede de inovação, de progresso. Uma vaca por alqueire estava bom, não precisava melhorar isso. E naquele tempo isso funcionava (...) e isso foi passando de pai para filho e acabou assim, se perpetuando nas famílias tradicionais de Guarapuava (GORA, 2013).

Elke Leh Basso⁶¹ (2013), filha de Mathias Leh, critica essa postura conservadora dos guarapuavanos, que “não conseguiam abrir as fronteiras para novas culturas ou novos investimentos”. Para a entrevistada o distrito avançou mais do que a cidade e afirma que “Entre Rios conseguiu crescer sem Guarapuava porque foram atrás”.

Nesta frase podemos perceber que Basso diferencia os moradores nascidos no município de Guarapuava dos descendentes suábios que foram, segundo ela, mais empreendedores e lutaram em causa própria. O discurso de Basso (2013) deixa evidente que se Entre Rios tivesse o mesmo modo de vida e administração que a vivenciada pelos moradores do município em seu conjunto as etapas para o desenvolvimento não teriam dado

⁶⁰ Entrevista com Anton Gora, concedida a Gilson Boschiero, na sede do Sindicato Rural de Guarapuava, às 12h do dia 29/05/2013. Gora é descendente dos suábios, engenheiro agrônomo e vice-presidente do Sindicato Rural de Guarapuava.

⁶¹ Entrevista com Elke Leh Basso, concedida a Gilson Boschiero, no Memorial Mathias e Elizabeth Leh, no distrito de Entre Rios, às 10h do dia 28/05/2013. Basso é filha de Mathias Leh que foi presidente da Cooperativa Agrária por 28 anos.

resultado. Ainda mais enfática é Karin Katharina Leh⁶² (2013) ao afirmar que esse conservadorismo é cultural porque veio lá do século XX. Leh (2013) faz uma comparação entre as culturas e se coloca numa posição externa, como se não pertencesse ao município. “Deus me perdoe, mas é cultural isso. Lá dentro de Guarapuava isso é cultural. Nós aqui temos muitas coisas culturais na nossa comunidade, mas Guarapuava tem essa cultura fechada, acho que muito mais impregnada que os próprios alemães aqui”.

Na mesma linha de pensamento de Leh (2013), Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente do Sindicato Rural de Guarapuava afirma que os guarapuavanos eram empresários menos arrojados, com aversão maior ao risco, a perder a sua madeireira, a perder os seus campos herdados. Para ele esta é uma postura bem diferente daquela dos imigrantes encontrados em algumas localidades do estado e que vieram com novas ideias e propostas para o município e a região. “Estão pagando para ver. Eles querem ser arrojados para conquistar esse mercado” (BOTELHO, 2013).

Grígolo (2013) relembra que com esse medo de perder e dividir as propriedades “as pessoas não permitiam que viessem investimentos para essa região. E aí o resultado que nós estamos vivendo hoje”.

Cesar Silvestri Filho tem buscado incentivar a agregação de valores à produção primária de alguns setores do município, como o madeireiro a partir da indústria moveleira, como mostra a reportagem do site Rede Sul de Notícias, no dia 19/06/2013, sob o título: “Instalação de indústria começa a consolidar Guarapuava como polo moveleiro”. A reportagem anuncia a inclusão da Irmol – Indústrias Reunidas de Móveis Ltda no Programa Paraná Competitivo e a instalação da fábrica em Guarapuava.

O prefeito afirma na reportagem que “Guarapuava vive uma nova fase do setor moveleiro em função dessa nova indústria. Estamos agregando valor à indústria madeireira a partir da transformação e da verticalização da matéria-prima produzida no município e já despertou o interesse de outros empresários”.

Com investimento de R\$ 25 milhões, a Irmol que está sendo instalada em um dos barracões da Repinho, tem previsão para entrar em funcionamento em agosto de 2013, com geração de 100 empregos diretos numa primeira etapa. Até o final de 2015, a empresa operará com capacidade máxima, gerando 800 postos de trabalho. A reportagem ainda traz uma afirmação do prefeito que demonstra preocupação com a valorização dos produtos

⁶² Entrevista com Karin Katharina Leh, concedida a Gilson Boschiero, no Memorial Mathias e Elizabeth Leh, no distrito de Entre Rios, às 10h do dia 28/05/2013. Leh é filha de Mathias Leh que foi presidente da Cooperativa Agrária por 28 anos.

locais. “Será a primeira indústria de móveis do Paraná a ter a matéria-prima na mesma cidade onde os móveis serão fabricados”.

A edição eletrônica do Jornal Diário de Guarapuava (19/06/2013) também trouxe reportagem sobre o tema. “Irmol sela unidade em Guarapuava com adesão ao Paraná Competitivo”. O que se pode perceber é que a vinculação à instalação da empresa no título da matéria tem enfoque diferenciado do publicado pelo site Rede Sul de Notícias, o qual afirma que a partir da instalação dessa indústria o município de Guarapuava se consolidaria como pólo moveleiro.

Apesar do fator positivo que pretende ser a instalação da indústria, não se pode deixar de lado a influência que os grupos vinculados ao setor madeireiro têm no município. Neste sentido, a indústria que receberá a unidade moveleira é de um dos maiores empresários locais do setor (Repinho) que vai fornecer matéria-prima (MDF) para a fábrica Irmol. O que nos parece é que apesar de contribuir economicamente com geração de postos de trabalho, essa decisão também fortalece e perpetua o poder dessa mesma elite madeireira. O que se espera, em termos gerais, é que essa atividade se reverta em desenvolvimento para o município e também para a região.

Silvestri Filho (2013) reforça o fato de que Guarapuava ainda vive uma barreira cultural muito grande em relação ao empreendedorismo, mas que a economia é marcada por períodos de desenvolvimento e estagnação e que neste momento o município está vivendo um ciclo ascendente.

A minha geração é a geração que eu acredito que vai dar a virada econômica de Guarapuava. A minha e as próximas, porque para os filhos da minha geração, o patrimônio dos pais já não é suficiente para manter o padrão de vida deles. E isso está exigindo que se passe a empreender mais, a arriscar mais. Até mesmo os descendentes alemães, que vieram sem nada, constituíram um patrimônio muito grande uma geração atrás. Hoje os filhos deles já estão preocupados. Para uma família com dois, três filhos, a terra que eles têm aqui em Guarapuava já não é suficiente (SILVESTRI FILHO, 2013).

Deste modo, Silvestri Filho (2013) afirma que está tentando quebrar essa tradição de economia fechada, oferecendo incentivos para a Irmol.

A prefeitura se dispôs a dar uma série de incentivos para ela mais do que daria para qualquer outra empresa. E não é pelo número de empregos diretos que ela vai gerar, mas é porque esta é a primeira grande empresa moveleira que está vindo para Guarapuava, e vai vender para o Brasil inteiro. Não vamos mais fazer só a chapa de madeira, eu quero fazer um produto na prateleira da loja. É isso que a gente precisa (SILVESTRI FILHO, 2013).

A decisão de incentivar novos investimentos no município movimentou com algumas lideranças empresariais conservadoras que, segundo Silvestri Filho (2013), reagiram de forma desaprovadora.

Nós estamos dispostos a dar incentivos para Irmol e a ciumeira? "Ah, porque eu montei tudo sozinho, sem incentivo". É verdade, é verdade. Reconheço. Só que eu preciso firmar esse polo moveleiro aqui. Então eu to incentivando mesmo, ajudando mais do que eu ajudaria em outra circunstância (SILVESTRI FILHO, 2013).

Mesmo reconhecendo que esse lado conservador e tradicional ainda se faz presente na sociedade de Guarapuava, Silvestri Filho (2013) não nega a própria história e a formação política. Reconhece que é fruto e um representante dessa cultura e que está propondo uma ruptura neste processo.

Eu também tenho um DNA conservador na minha essência e eu não nego isso. Porque eu acho que isso faz parte da autocritica do processo de superação nesse processo. Eu sou um legítimo representante dessa cultura conservadora e a minha missão nesse momento histórico, mesmo com essa raiz, é promover essa reversão (SILVESTRI FILHO, 2013).

Essa reversão cultural, de acordo com Silvestri Filho (2013), se atinge com a abertura de novos investidores, mas também com uma sociedade “mais responsável pelos rumos da cidade. Eu sinto que é uma delegação muito grande aqui, em outros municípios a gente vê a sociedade mais ativa na cobrança e mais proativa na solução”.

A partir desta contextualização do que representa o conservadorismo na sociedade de Guarapuava e que, segundo muitos dos entrevistados, dificultou/dificulta e atrasou/atrasa a construção do desenvolvimento local/regional buscamos, na sequência, abordar como estes aspectos podem ter influenciado e ainda influenciam na questão cultural ou da identidade suábica no município.

4.2. Grupos de poder: o fortalecimento dos suábios do Danúbio a partir da tradição e da identidade

A cultura trazida pelos suábios do Danúbio desde a chegada até os dias atuais é uma marca que esses imigrantes se esforçam para manter, como a língua, os costumes, a religião e o jeito de se organizar enquanto um grupo social. A tradição cultural também pode assumir um diferencial e se caracterizar como uma forma de poder.

A edição eletrônica do Jornal Diário de Guarapuava (10/10/2012) trouxe uma reportagem sobre a Festa da Cevada, com o título: “Celebração ecumênica abre Festa da Cevada 2012”. O texto informava que a festa, com cinco dias de programação, incluía noite cultural, uma peixada, um baile suábico e um almoço típico. Um trecho do texto informa: “A partir de quinta-feira, apresentações que retratam tradição e cultura suábicas permeiam a Festa da Cevada, com envolvimento de 135 pessoas da Fundação Cultural Suábico-Brasileira (FCSB)”. Já o site Rede Sul de Notícias do dia 12/10/2012 tratou do tema com o título: “Peixada movimentada a programação da Festa da Cevada neste sábado”. A reportagem apresenta a festa com vários adjetivos: tradicional, famosa e grande, e traz no texto uma dimensão do que é o evento.

A tradicional Festa da Cevada que acontece anualmente em Entre Rios, continua nesta sexta-feira (12) com a famosa Peixada e Baile Suábico. O evento está programado para acontecer às 20h no Salão de Festas do Setor Industrial na Colônia Vitória. Milhares de pessoas devem participar do baile, que acontece também neste sábado (13). Segundo os organizadores do baile, tudo já está preparado para o grande baile desta noite. Estimativas garantem que devem ser servidos cerca de 5.000 peixes e mais de 4.000 litros de chope, nos dois dias de baile. No domingo, também no salão de festas do setor industrial, será servido almoço com gulasch e stroganoff, oferecido pela Comunidade Luterana da Colônia Cachoeira. Antes e depois, grupos da Fundação Cultural animam o público, no encerramento das festividades (REDE SUL DE NOTÍCIAS, 12/10/2012).

Pelo exposto podemos perceber que existe uma preocupação em reafirmar que a programação da festa reforça a identidade suábica, ao informar que a “tradição e a cultura suábicas” estarão presentes todos os dias na Festa da Cevada, que é uma comemoração anual pela safra obtida com o cereal. A cobertura pela imprensa também ajuda na manutenção desse símbolo cultural ao noticiar as festividades mensurando a quantidade de pessoas esperadas para o baile e a quantidade de peixes e de chopp que devem ser servidos. No próprio site da Cooperativa Agrária encontramos a seguinte informação:

A Agrária é uma organização que possui e valoriza a preservação de sua identidade: a cultura dos suábicos do Danúbio (imigrantes de origem alemã). Desde nosso surgimento, temos incentivado nossos cooperados (pioneiros suábicos e descendentes) a manter vivos suas tradições e seu idioma (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2013).

Um pouco diferente desse discurso presente no site da cooperativa é o que verificamos durante entrevista com as duas filhas de Mathias Leh. Segundo Basso (2013):

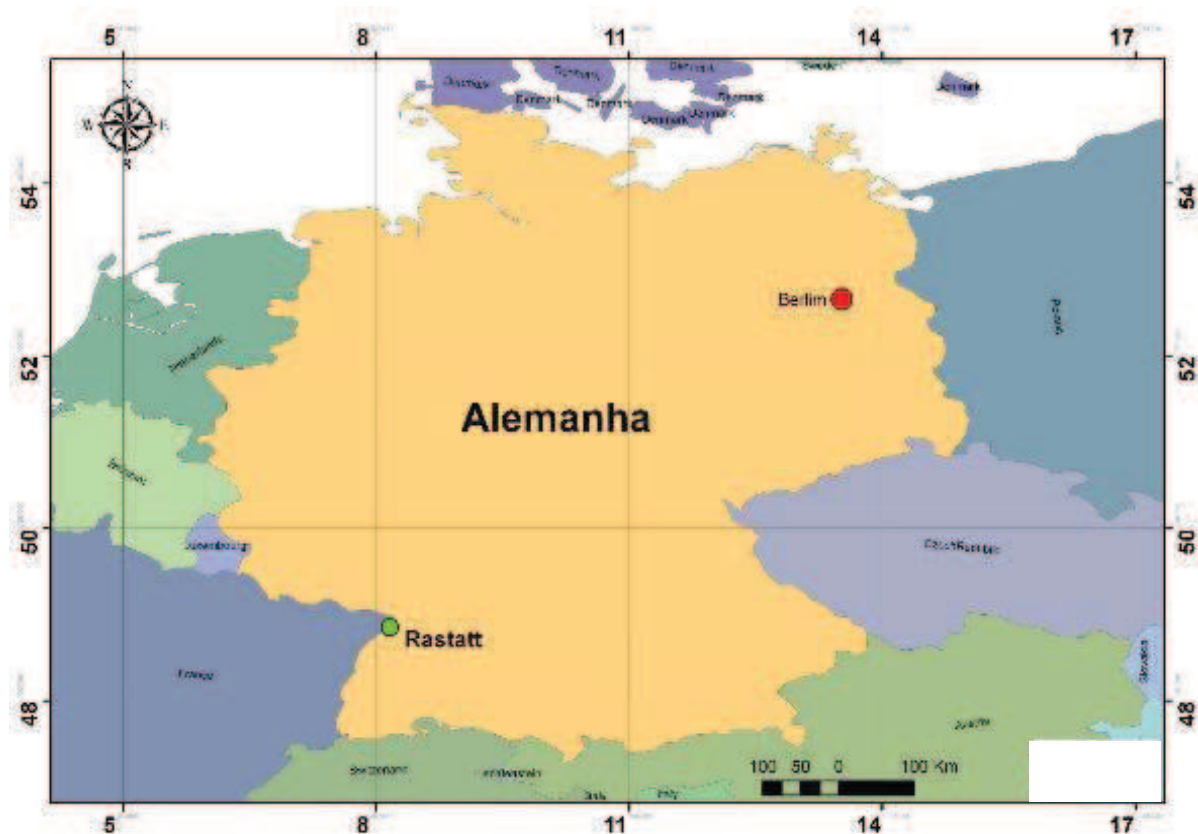
O que se mantém pós-Mathias Leh até hoje é mais por responsabilidade de um grupo de pessoas que trabalha no centro cultural, que se empenha muito, mas que não teve muito apoio da cooperativa. Foi pedido para que eles se mantivessem sozinhos. E é difícil. O que seu Mathias fazia que hoje não é feito e que poderia ser feito ainda, é que ele ia para Alemanha, Áustria ou para a Suíça e pedia ajuda. E sempre ajudaram, com professores de música, com padres em alemão, com professores que trabalhavam com o centro de juventude. (...) A cooperativa dava a casa e o carro, mas o salário quem pagava era a Alemanha. E era muito importante isso para comunidade.

Perguntado sobre a mudança de comportamento da direção da Cooperativa Agrária em relação a manutenção da cultura dos suábios no distrito de Entre Rios, o presidente da Agrária (KARL, 2013) respondeu que os tempos são outros e não é possível querer administrar alguma coisa hoje pensando no cenário de 1970. “Aí é querer dirigir pelo retrovisor. Com certeza Mathias deixou bons exemplos aqui do que é um cooperativismo que pode dar certo”. Desta forma, segundo Karl (2013) a cultura e a língua são mantidas, mas de um modo diferente do que já foi no passado, agora com um enfoque voltado para a realidade econômica, já que a Cooperativa Agrária possui vários negócios com empresas da Alemanha.

E isso, graças a uma origem, ao intercâmbio, a língua e tudo isso. Mas hoje são negócios. Temos vários parceiros comerciais na Alemanha, porque a Agrária lhes é interessante. Não é nenhum favor. Lá atrás nos anos do Seu Mathias existiu uma ajuda. Mas isso aqui existe ou isso aqui está de pé porque os cooperados da Agrária produziram e trabalharam (KARL, 2013).

Podemos perceber no discurso de Karl (2013) que o intercâmbio que existente tem mais fins econômicos e não apenas ou unicamente culturais. É como se a manutenção dessa identidade fosse uma consequência da própria natureza dos negócios com a Alemanha, o que é viabilizado em função da origem desses imigrantes. Outro fato que nos chamou a atenção foi a autonomia em que é colocada a Cooperativa Agrária perante à Alemanha. Karl (2013) afirma que em outras épocas até houve ajuda por parte dos alemães, mas que hoje não existe nenhum favor e os negócios são fechados porque a “Agrária lhes é interessante”.

O exemplo mais recente de cooperação com este país foi a assinatura de um acordo de bilateral entre Guarapuava e Rastatt, cidade alemã que há 25 anos se tornou coirmã, com a Lei Municipal 14 de 1988. Rastatt está localizada no Sul da Alemanha, no estado de Baden-Württemberg (Mapa 8) e tem aproximadamente 48 mil habitantes, dos quais 36 mil estão na sede principal (Rastatt) e os outros mais de 12 mil habitantes em mais cinco distritos menores ao redor que compõem Rastatt.



Mapa 8 – Rastatt na Alemanha e a capital Berlim.

Elaborado: GeoMap.

Org.: Gilson Boschiero.

O prefeito de Rastatt, Hans Jürgen Pütsch⁶³ que esteve pela primeira vez no Brasil em outubro de 2013, participou das comemorações da Festa da Cevada no distrito de Entre Rios. O mesmo nos concedeu uma entrevista exclusiva para a pesquisa e foi traduzida por Norbert Geier, diretor secretário da Cooperativa Agrária, conforme Foto 6.

⁶³ Entrevista com Hans Jürgen Pütsch, prefeito há 6 anos de Rastatt (1º mandato) concedida a Gilson Boschiero, no distrito de Entre Rios às 12h00 do dia 13/10/2013, durante encerramento da Festa da Cevada.



Foto 6 - Entrevista com Hans Jürgen Pütsch, prefeito de Rastatt, cidade coirmã de Guarapuava na Alemanha, com tradução de Norbert Geier – Diretor secretário da Cooperativa Agrária. Guarapuava, distrito de Entre Rios.

Acervo: Gilson Boschiero (13/10/2013).

Pütsch (2013) fez um resumo das atividades da cidade alemã coirmã de Guarapuava e, segundo ele, o objetivo dessa assinatura bilateral é o de “aproximar dois povos que tinham muitas afinidades”.

Tal afirmação tem um motivo histórico. Como já abordado neste trabalho, muitos imigrantes que vieram para Guarapuava não se adaptaram ao clima e às condições de trabalho, incluindo a divisão das glebas de terra durante a fase de colonização. Ex-moradores de Entre Rios retornaram para a Alemanha “e a maioria deles se fixou na cidade de Rastatt” (PÜTSCH, 2013)⁶⁴.

Ao longo desses anos todos, já houve diversos intercâmbios, principalmente no aspecto cultural, onde diversos grupos de Entre Rios já foram para lá e já vieram inúmeros grupos de Rastatt para cá também. E isso também aproximou as cidades (PÜTSCH, 2013).

Podemos observar no próprio discurso de Pütsch (2013) que a parceria entre Rastatt e Guarapuava aproximou os dois municípios no aspecto cultural, o que segundo ele, “tende a trazer resultados muito importantes como já está trazendo”. Pütsch (2013) explicou que

⁶⁴ O historiador Marcos Nestor Stein afirma, no entanto, que ex-moradores do distrito de Entre Rios nunca retornaram para a Alemanha.

Rastatt é uma cidade economicamente importante por sediar grandes empresas como a Mercedes-Benz e a Siemens, por exemplo, e por isso oferece muitas oportunidades de emprego, aproximadamente 22 mil postos diretos de trabalho. “É uma cidade que tem diversas escolas, e também um pólo educacional”.

Durante os dias em que passou em Guarapuava e no distrito de Entre Rios, um fato chamou a atenção de Pütsch (2013): o interesse da população local em querer saber como é a organização da comunidade na Alemanha e também como funciona o sistema político em Rastatt. “Eleição de vereador, de prefeito, os representantes das pequenas localidades. Nesse sentido pode haver uma intensificação de contatos e ambos os lados podem ganhar com isso” (PÜTSCH, 2013).

Pütsch (2013) afirmou estar impressionado com Entre Rios, “com a potência econômica que é a Cooperativa Agrária” e com o engajamento social da comunidade envolvida em prestar serviços voluntários para diversas entidades que trabalham com crianças, jovens e idosos, como é o caso da própria Festa da Cevada. Ele também lembrou que no mundo globalizado, conhecer outras realidades, em que se doa um pouco daquilo que se pode e que se aprendeu para que outros possam ter uma existência melhor faz muita diferença para os dois lados.

Vivemos num sistema que aparentemente, mesmo não havendo um ganho direto pelo relacionamento entre as pessoas, sempre é possível gerar algum fato positivo, nem que esse fato não apareça como um resultado econômico direto (PÜTSCH, 2013).

Perguntado sobre a cooperação econômica entre os dois municípios e a vinda de empresas para Guarapuava, Pütsch (2013) disse que o foco da assinatura feita há 25 anos e que transformou as duas cidades em coirmãs é a troca cultural, não havendo nenhum intercâmbio econômico, empresarial ou científico, já que isso foge ao seu controle e depende de decisões empresariais e não de um prefeito.

Em reportagem postada no portal de imprensa da Cooperativa Agrária, no entanto, o discurso é outro. No dia 10/10/2013 o portal publicou uma reportagem com o título: “Delegação de Rastatt visita coirmã e participa da Festa da Cevada 2013” e informa que uma delegação com 30 pessoas, chefiada pelo prefeito de Rastatt, Hans Jürgen Pütsch, terá um dia de muitas visitas pelo município.

O texto informa ainda que o acordo firmado em 1988 tem por objetivo “estreitar o relacionamento entre ambas as cidades, assim como entre Rastatt e o distrito de Entre Rios,

no sentido de fomentar o intercâmbio cultural, econômico e científico”. A presença de Pütsch e toda a delegação seria uma forma de retribuir a visita de Jorge Karl, presidente da Cooperativa Agrária e do prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, que estiverem em Rastatt em julho de 2013.

Outra reportagem sobre o tema foi publicada pelo Diário de Guarapuava no dia 11/10/2013 com o título: “Intercâmbio busca compreensão entre os povos, diz prefeito de Rastatt” e com subtítulo: “Para Hans Pütsch, as recentes visitas entre Guarapuava e a cidade alemã de Rastatt significam um novo momento, em que o intercâmbio deixa de ser apenas cultural, e se torna também econômico”. Foi exatamente esse enfoque que o prefeito alemão negou durante a nossa entrevista. A reportagem ainda cita que a comitiva alemã (Foto 7) foi recepcionada por Nivaldo Passos Krüger, prefeito de Guarapuava na época (1988) em que as duas cidades se declararam coirmãs.



Foto 7 - Comitiva alemã é recepcionada pelo prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, pelo presidente da Cooperativa Agrária Jorge Karl e pelo ex-prefeito de Guarapuava (1988), Nivaldo Passos Krüger.

Fonte: Diário de Guarapuava (11/10/2013).

Durante a cerimônia de recepção, o presidente da Cooperativa Agrária Jorge Karl explicou que “é um costume europeu que algumas cidades adotem outras como coirmãs –

por afinidade cultural ou econômica – e que isso significa, na prática, um estreitamento de longo prazo nas relações políticas e culturais”⁶⁵.

A reportagem do Diário de Guarapuava apresenta transcrição literal de Pütsch (2013) sobre a troca de visitas em que o intercâmbio deixa de ser apenas cultural e passa a ser também político e de negócios. “Eu creio que eventualmente temos de deixar as nossas empresas conversarem, de forma que os contatos e as relações da Alemanha e do estado de Baden-Württemberg com o Brasil possam ser reforçados ainda mais” (PÜTSCH, 2013).

Outra reportagem foi a publicada pelo site Rede Sul de Notícias e Diário de Guarapuava no dia 09/10/2013 com o título: “Prefeito alemão está em Guarapuava para ratificar intercâmbio comercial”. No dia 10/10/2013 o mesmo site publicou nova reportagem, desta vez com o título: “Cesar Filho destaca interesse de empresa europeia em Guarapuava”.

Novamente o destaque é dado para o setor econômico como demonstra este trecho da reportagem: “O prefeito da cidade alemã de Rastatt, Hans Jürgen Pütsch vem a Guarapuava para reforçar a intenção de manter intercâmbio comercial, tecnológico e cultural com o município”. O texto informa, ainda, que o prefeito Cesar Silvestri Filho afirmou que existe a possibilidade de uma empresa europeia de comercialização de grãos e de industrialização agropecuária se instalar no município. O interesse, segundo a reportagem, teria surgido após a visita da delegação guarapuavana a Rastatt, em julho de 2013, como destaca o site.

Nós tivemos uma reunião na cidade de Hamburgo, com uma das maiores empresas de comercialização de grãos e industrialização agropecuária da Europa, que sinalizou a intenção de instalar uma empresa no município em parceria com a Cooperativa Agrária (REDE SUL DE NOTÍCIAS, 10/10/2013).

De acordo com o prefeito, a decisão dependeria de negociações entre a empresa alemã e a Cooperativa Agrária. Percebemos, portanto, como afirmou Pütsch (2013) a este pesquisador que não existe nenhuma interferência do município alemão nesta decisão. A vinda desta empresa, como afirma o prefeito de Guarapuava na reportagem, não depende do prefeito de Rastatt, mas de entendimentos entre a própria empresa e a Cooperativa Agrária.

Podemos observar, nas reportagens acima citadas, que existe clara intenção de reforçar que esse intercâmbio entre as duas cidades tem fins econômicos e comerciais, mas

⁶⁵ A reportagem ainda informa que Rastatt, por exemplo, possui outras cidades irmãs na França, nos Estados Unidos, na Itália, na Inglaterra e na República Tcheca.

o que se percebe é que esta pode ser uma consequência da aproximação de duas cidades, como poderia acontecer com outras.

Assim, não é esse intercâmbio que pode garantir a vinda de empresas europeias para Guarapuava, mas os interesses econômicos dos dois lados: empresa alemã e Cooperativa Agrária, o que fica explícito quando Cesar Silvestri Filho afirma sem citar que essa oportunidade foi consequência desse intercâmbio. E se o prefeito tivesse visitado outro país, outra cidade e houvesse esse interesse comercial? Qual seria a justificativa?

Mais uma vez temos a confirmação, como lembrou Pütsch (2013), ao dizer que esse intercâmbio tem fins meramente culturais, que decisões empresariais estão à margem de sua função como prefeito de Rastatt. Por sua vez, a reportagem termina citando o presidente da Cooperativa Agrária. “Jorge Karl também esteve presente no evento e disse que as tratativas ainda estão na fase inicial”, o que reforça o poder de decisão entre cooperativa e empresa alemã.

Percebemos que existe um esforço constante pela manutenção da história e da identidade cultural acerca dos suábios do Danúbio em Guarapuava, conferindo-lhes um *status* social diferenciado. A história, no entanto, também percorre outros caminhos que não só os oficiais divulgados pela Cooperativa Agrária e por representantes políticos e está presente entre as famílias dos descendentes.

Isso tudo porque o povo é unido e luta para conseguir manter essas tradições. Somos a única comunidade no mundo que ainda consegue manter essas culturas num lugar fechado. Apesar de Entre Rios estar se abrindo, continua fechado, e mantém a cultura exatamente como era 62 anos atrás na Iugoslávia (BASSO, 2013).

Basso (2013) valoriza a manutenção da cultura dos suábios ao mesmo tempo em que confirma que Entre Rios é um lugar fechado, que possui uma distância geográfica do distrito sede e que parece resistir a uma abertura que possa enfraquecer a própria cultura suábia. Pelo discurso de Basso (2013) existe segregação, como se Entre Rios ficasse de fora do município de Guarapuava, o que pode ter sido benéfico em alguns aspectos e nem tanto em outros.

A contribuição de Basso (2013), como já mencionado, está no Memorial Mathias Leh e Elizabeth Leh, criado na própria casa, com centenas de fotos e livros, reportagens, condecorações recebidas pelo pai por autoridades brasileiras e estrangeiras, objetos pessoais como óculos, máquinas fotográficas, peças decorativas e até instrumentos musicais que pertenceram a Mathias Leh, e que não só tratam da vida dele, mas principalmente a trajetória

de trabalho na Cooperativa Agrária. A decisão de montar o memorial na casa onde ela mora e que também foi a residência do pai aconteceu, segundo ela, depois que a Cooperativa Agrária demonstrou desinteresse em receber esse material como um acervo histórico.

Antes dessa ideia de montar o memorial, a gente até pediu se o museu da cooperativa não queria expor o trabalho do Mathias, porque tem muitas coisas aqui que foi esforço e mérito dele, trabalhando em prol da comunidade. E eles não se interessaram. E a gente acabou montando esse memorial para de alguma forma reunir num lugar só, o trabalho dele pela comunidade. São objetos pessoais, mas também tem muito do trabalho que ele fez pela comunidade (BASSO, 2013).

Sobre o acervo histórico, o jornal Diário de Guarapuava do dia 04/01/2013 trouxe uma reportagem com o seguinte título: “Em um ano, museu histórico⁶⁶ de Entre Rios recebe 10 mil visitantes”. O museu foi inaugurado nas comemorações dos 60 anos de Entre Rios. E o texto afirma:

Construído pela Cooperativa Agrária e dirigido pela Fundação Cultural Suábio-Brasileira, com o intuito de preservar a memória da colonização de Entre Rios, bem como a cultura e tradições suábias (...) conta e retrata a saga dos suábios do Danúbio, bem como os primeiros anos do distrito de Entre Rios (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 04/01/2013).

O que chama a atenção no enxerto acima é o termo ‘saga’, já que a vinda dos suábios não se trata de uma lenda antiga baseada em feitos heroicos, mas em uma realidade de imigrantes apátridas que desembarcaram por aqui por necessidade e sobrevivência. Assim como foi publicada a reportagem, os imigrantes ganham um *status* de heróis, de poder, ao mesmo tempo em que reafirma as dificuldades por eles enfrentadas e exalta as vitórias conquistadas como sendo resultado de muita luta e trabalho.

Outro fator cultural que expressa poder é a língua mantida pelos pioneiros e descendentes. Sobre a língua, Leh (2013) afirmou: “Nós falamos entre nós o alemão, mas com os nossos funcionários, nossa redondeza, vamos dizer, a gente assumiu. Nós somos brasileiras, só continuamos sendo diferentes por causa dessa tradição”. A fala, carregada de ideologia, demonstra que Leh (2013), como filha de um imigrante suábio, confirma ser brasileira, mas reafirma ser diferente. E essa diferença estaria presente ainda pela cultura, o

⁶⁶ Em seu segundo ano de funcionamento, a nova versão do Museu Histórico de Entre Rios continua com funcionamento em horário normal, de segunda a sexta-feira entre as 8h e 12h e das 13h às 17h. No primeiro sábado do mês, dia 4, as visitas podem ser feitas das 10h às 12h e das 13h às 16h. O ingresso custa R\$ 5. Cooperados e colaboradores da Agrária têm entrada gratuita. **Fundação Cultural Suábio Brasileira**. Disponível em: <<http://www.suabios.com.br/?p=10502>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

que, aliás, é verdadeiro, mas não pode ser segregador. O site Rede Sul de Notícias do dia 12/07/2012 trouxe uma reportagem com o título: “Teatro vai relembrar a imigração alemã no Brasil”.

A reportagem cita a apresentação de uma peça no Centro Cultural Mathias Leh em comemoração ao Dia da Imigração Alemã no Brasil. Além do próprio título da encenação, que reforça a cultura desses imigrantes e mantém esse grupo unido e mais forte, a publicação traz no decorrer um pouco da história desses imigrantes. Mais uma vez pode ser observada a linearidade de um discurso histórico que não muda, que se repete e que exalta as qualidades de um “povo diferente”, o que reforça ainda mais o poder/segregação do grupo. “Essas famílias, além do espírito cooperativista, trouxeram em suas bagagens, toda sua tradição, cultura e língua herdada de seus antepassados”.

Apesar dessa constatação que valoriza a cultura do diferente e que a coloca como singular ao grupo, Silvestri Filho (2013) faz uma análise positiva e de contribuição dos suábios do Danúbio em Guarapuava, lembrando que os imigrantes têm teatro, museu, grupo folclórico de danças e as festas tradicionais, o que ajudou a enriquecer a cultura do município.

Eu posso dizer que hoje em Guarapuava eu tenho uma festa tradicional no período de maio, que é a festa da Árvore de Maio. É deles, faz parte do calendário cultural do município. Então eles enriquecem a nossa cultura, preservando a própria cultura deles (SILVESTRI FILHO, 2013).

No dia 11/10/2011, no site Rede Sul de Notícias, outra reportagem nos chama a atenção com o título: “Projeto de Cesar Filho presta homenagem aos imigrantes suábios”. A reportagem trata de um projeto de autoria do então deputado estadual Cesar Silvestri Filho, que inseriu no calendário turístico oficial do estado, a partir de 2012, o período de 4 a 8 de janeiro como “a data comemorativa pela chegada dos suábios ao Paraná”. Segundo Cesar Silvestri Filho nesta reportagem:

Eles formaram uma importante comunidade aqui no Paraná e hoje são responsáveis por uma das mais lucrativas cooperativas do país, a Cooperativa Agrária. Além de valorizarem nosso estado, eles ajudaram a movimentar a economia local, gerando emprego e renda para pessoas de fora da comunidade.

Em relação ao fato de que os suábios dinamizaram a economia local, geraram empregos e renda para pessoas de fora da comunidade, veremos ainda neste capítulo que existem contribuições, mas que elas são limitadas. O que aflora neste momento é o fato de

existir uma pauta de supervalorização desses imigrantes por parte de algumas representações políticas, como verificado ao longo desse texto, o que também reforça a identidade, a cultura e, por consequência, confere-lhes poder.

Botelho (2013) afirma que a diferença cultural entre imigrantes e guarapuavanos tem diminuído com o passar dos anos, principalmente devido às novas gerações e aos vínculos matrimoniais para além do grupo. São filhos de pioneiros, nascidos no Brasil e que proporcionaram, de acordo com Botelho (2013), uma mescla cultural importante. Além disso, também os investimentos realizados por eles em novas tecnologias têm sido importantes condutores de aquisições também por outros agricultores fora do distrito. “E isso está abrindo a comunidade de Entre Rios (...). É uma simbiose com a nossa sociedade aqui da região de Guarapuava”.

Tanto que hoje muitos filhos de agricultores que sempre moraram em Entre Rios, estão morando em Guarapuava. Têm brasileiros que não têm nenhuma relação com a colônia e estão morando em Entre Rios. Então eu acho que essa mescla está sendo benéfica (BOTELHO, 2013).

Gora (2013) relembra que se essa cultura ainda existe e é salutar devido ao trabalho de Mathias Leh, que tinha uma visão de mundo e de futuro como poucos, sem o qual o sucesso da Cooperativa Agrária e do distrito de Entre Rios não teriam sido os mesmos.

Eu acho que se não fosse ele, a colônia também existiria, mas com muito menos pessoas. O grupo seria muito menor e muitas pessoas teriam ido embora. E a cultura também teria sido perdida, mas ele foi uma pessoa excepcional, e sabia como ninguém aliar o exemplo, a história, a política e a visão de futuro (GORA, 2013).

Pelos depoimentos podemos perceber que a manutenção dessa cultura teve apoio especial de Mathias Leh, que desde a fundação do distrito e da Cooperativa Agrária incentivou as atividades culturais, as festas comemorativas, fundou o museu que conta a história desses imigrantes e da comunidade. Assim, enquanto o conservadorismo político-econômico dificultou o desenvolvimento de Guarapuava, a manutenção da cultura dos suábios fortaleceu o grupo conferindo-lhes poder (em suas diversas nuances) e reconhecimento social. Na sequência apresentamos alguns elementos do processo de segregação vivido e narrado por guarapuavanos e por suábios neste período de 62 anos de história no Brasil.

4.3. Suábios do Danúbio: consolidação e segregação de um grupo hegemônico

Começamos pelo dicionário Aurélio que define a palavra *segregar*, do latim *segregare*, como afastar, apartar, isolar, separar. Essa separação pode ser imposta por uma pessoa ou grupo social e pode ter o objetivo de isolar, de afastar e de evitar um contato social mais próximo. Assim, o segregado é isolado, afastado e colocado à margem de uma comunidade estabelecida. Wanderley (2001) faz uma reflexão acerca do conceito de exclusão e de suas causas, que podem ser explicadas por modelos e pelas estruturas econômicas que elevam as desigualdades na qualidade de vida da população.

Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural (WANDERLEY, 2001, p. 17 e 18).

O que a autora explica é que a segregação não precisa ser necessariamente material, mas que pode ser subjetiva, a partir de crenças e costumes vividos diariamente por uma pessoa ou grupo social. Ainda de acordo com Wanderley (2001) uma análise sobre exclusão deve incluir o espaço e o tempo em que essa rejeição acontece e cita Castel et al (2010).

O autor parte de um significado de não pertencimento, de uma ruptura do vínculo social e defende o uso da noção de exclusão com mais rigor, já que parte do que é classificado como exclusão é uma resposta às transformações ocorridas no mundo do trabalho, com seus aspectos negativos.

Pode-se, assim, falar com mais propriedade de noções como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos de exclusão daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea, na sua globalidade (WANDERLEY, 2001, p. 22).

Sawaia (2001) aborda a exclusão social sob a perspectiva ético-psicossociológica e integrante do processo histórico que inclui todas as esferas da vida social, do indivíduo, seus sentimentos e suas ações.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação, é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 2001, p. 8).

Ao tratar do conceito de exclusão, Sawaia (2001) afirma que existe uma ambiguidade nesta definição comumente tratada apenas com análises abalizadas na desigualdade social com abordagens focadas no econômico e no social. Desta forma, a pobreza seria o resultado da exclusão econômica, e a discriminação uma consequência da exclusão social, onde tudo isso ficaria reduzido à injustiça social.

Para Sawaia (2001, p. 7) devemos analisar o conceito e “captar o enigma da coesão, social sob a lógica da exclusão na versão, subjetiva, física e mental”. Não se trata só de um processo de exclusão, mas da dialética exclusão/inclusão que traz discussões sobre a ética e a subjetividade nas análises sociológicas da desigualdade. E essa subjetividade varia, podendo um indivíduo ou grupo sentir-se incluído, adaptado ou sentir-se discriminado.

Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferentes de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência (SAWAIA, 2001, p. 9).

A partir dessa análise, a exclusão seria um processo complexo que não deixa de lado das discussões as dimensões material, política, as relações humanas e a subjetividade. Derivada da exclusão certamente existam diversas formas de segregar ou de segregação, podendo ser no âmbito social, econômico, político, territorial, cultural ou religioso.

Sawaia (1995, p. 21) afirma que o conceito de segregação acaba encobrindo “a teia de relações e significações que dão vida aos espaços e, conseqüentemente, à ambiguidade que os caracteriza”. Pelo exposto, o conceito de segregação é mais complexo por ir além da superficialidade geográfica que impõe limites a um lugar, tornando-o aparentemente isolado ou excluído. “A cidade compreende os espaços de intimidade cotidiana, onde se dão as relações mais personalizadas e onde se partilham carências – lugares onde a exposição do eu se dá sem perda do sentido” (SAWAIA, 1995, p. 22).

De acordo com a autora há um processo real de segregação quando os indivíduos de uma vila, um bairro ou de uma cidade têm a potência de ação reduzida. Políticas públicas que combateriam a segregação, como é o caso da defesa do direito à igualdade e diversidade, para Sawaia (1995) escondem ingredientes que fortalecem ainda mais o processo de segregação, homogeneizando e escravizando o morador.

A primeira, porque reduz as necessidades do sujeito àquelas exclusivas do morador e apregoa o contato, mesmo que artificial, entre diferentes, de modo a minimizar as desigualdades, impedindo assim a criação de pontos de encontro entre pares, “do estar com” e de espaço de identificação em curso. A segunda,

porque, obsecada pela diferença, transforma a identidade individual e espacial em fanatismo e racismo e elege a intimidade como locus da liberdade, em contraposição à impessoalidade, vista como relação perigosa (SAWAIA, 1995, p. 24).

Não se trata de excluir na totalidade a segregação, visto que segundo Sawaia (1995) jamais um indivíduo ou comunidade atingem a participação plena. O debate que se faz como ferramenta de combate a segregação é a capacidade dos indivíduos de enfrentar os processos de exclusão que não param de surgir.

Neste processo há segregados e segregadores que se utilizam de uma posição de prestígio e de poder para, através de um modelo social pré-definido, estabelecer diferenças. Neste modelo quem não participa está automaticamente à margem, portanto, segregado, como exemplifica Grígolo (2013) ao criticar a concentração fundiária do município e a especulação imobiliária na cidade de Guarapuava.

Como afirmado anteriormente, existem diversos tipos de segregação. Ao citar o comportamento dos suábios em relação aos moradores nativos de Guarapuava, Gora (2013) afirma que houve um isolamento por parte dos imigrantes e que vários fatores contribuíram para isso, a começar pela dificuldade de comunicação.

O primeiro fator foi à língua. Então o pessoal quando vinha para cá, não falava a língua. Por isso, foi difícil de se entrosar. O segundo fator foi a cultura. Os hábitos alimentares, as festas e a visão eram totalmente diferentes. Houve esse isolamento, mas foi um isolamento involuntário (GORA, 2013).

Apesar de confirmar essa segregação inicial Gora (2013), acredita haver já um caminho para uma integração mais profícua, o que pode ser percebido na união civil, cada vez mais comum, entre suábios e guarapuavanos. “Eu também sou casado com uma brasileira (...). Existe assim certa reserva ainda de pessoas que talvez não evoluíram tanto culturalmente (...) mas eu acho que na próxima geração essa integração já vai ser total, completa”.

Carli (2013) também defende a tese de assimilação das culturas, mas reconhece e ainda identifica fortes traços de segregação por parte dos suábios o que, para o ex-prefeito, não seria por acaso. “Está miscigenando um pouco mais, mas eles seguram muito sabe? É da cultura deles fazer os casamentos entre eles mesmos”. Não podemos esquecer que essa é uma cultura adotada por famílias ricas, em Guarapuava e fora dela também. Na análise feita por Carli (2013) que também faz parte da elite de Guarapuava, este afastamento encontra

explicações na própria cultura dos imigrantes. “Eles procuram esse distanciamento e não é por acaso. Na verdade eles se consideram diferentes” (CARLI, 2013).

Defendendo este posicionamento, Carli (2013) critica essa segregação afirmando que é uma postura unilateral, ou seja, que existe apenas por parte dos suábios. “Por parte dos guarapuavanos não existe nada disso, eles mesmos é que nos segregam. Eles têm a escola deles (...) eles ensinam primeiro os filhos na escola de alemão para depois ensinar português”.

Do distrito de Entre Rios vem outro discurso. Leh (2013) diz que “a nossa forma de viver é que é diferente, vamos dizer, mais reservada”. Basso (2013) afirma que diferenças e rivalidades existem em qualquer lugar e que Guarapuava e o distrito de Entre Rios não fogem à regra. Apesar de se definir como diferente dos guarapuavanos, Basso (2013) acredita que esse isolamento existe a partir dos moradores do distrito sede e não de Entre Rios.

Eu acho que Guarapuava tem mais dificuldade de aceitar o povo de Entre Rios do que o povo de Entre Rios o guarapuavano em si. Não sei por que isso, mas se contarmos quantas pessoas de Guarapuava trabalham em Entre Rios, acho que tem muito mais de Guarapuava que vem para cá, do que daqui que vai para lá (BASSO, 2013).

Ainda de acordo com Basso (2013), “o povo de Guarapuava é bem aceito aqui. Têm famílias que vieram de Guarapuava morar aqui porque aqui se sentiram bem”. A descendente dos suábios e moradora do distrito de Entre Rios fala dos moradores do distrito sede como se pertencessem a outro território, que não o de Guarapuava. Esse ‘aqui’ é o município de Guarapuava, nos levou a uma reflexão de que esse discurso contém uma carga cultural forte ainda nos dias atuais e revela diferentes territorialidades num mesmo espaço geográfico.

Também nos chamou a atenção o fato de Basso (2013) afirmar que moradores de Guarapuava vieram morar aqui. Sabemos que muitos desses moradores moram com suas famílias no distrito de Entre Rios para ficarem mais próximos do local de trabalho, já que são funcionários da Cooperativa Agrária. Ao mesmo tempo em que Basso (2013) afirma fazer parte de um povo diferente pela cultura, reafirma ser brasileira e diz que a comunidade de Entre Rios ‘tenta’ se adequar ao país.

Nós falamos alemão, mas nós somos brasileiros. Nós temos o sotaque diferente, mas a gente é nascido aqui, fomos alfabetizados em português, fizemos faculdade, somos brasileiros iguais como você. (...) Mas no fundo, no fundo, a gente tem uma coisa diferente que é nossa cultura, que a gente mantém e luta para manter (BASSO, 2013).

Carli (2013) nos aponta que durante sua administração como prefeito de Guarapuava, ao fazer o asfaltamento da Vila Esperança, também conhecida como Vila dos Brasileiros, passou por um processo de cobrança pelos descendentes suábios, moradores do distrito, do por que do investimento.

Comprei o ódio de diversas pessoas (...) eles queriam mais ruas asfaltadas e eu achei que primeiro tinha que atender aquela vila que estava jogada lá atrás. E eu asfaltei toda. E essas pessoas falaram: 'Pô, porque você está fazendo para eles? É para nós'. Eles não têm esta visão que o Mathias tinha. Ele sempre dizia: 'Vamos atender aquele povo, sabe? E este pessoal não entende (CARLI, 2013).

Mesmo reticente num primeiro momento, Leh (2013) nos contou uma experiência vivida por ela e por outros descendentes de suábios que moram no distrito de Entre Rios quando decidem comprar no comércio do distrito sede de Guarapuava.

Você entra numa loja, tanto faz se é de roupa, calçado ou de móveis. O preço é diferenciado, é maior para o alemão da colônia do que para o guarapuavano. É complicado falar disso, mas isso realmente se pratica. Tanto que hoje nós mudamos um pouco nosso consumo. Não desmerecendo as lojas em Guarapuava, mas eu prefiro comprar em Curitiba. Lá eu sou eu, não importa minha identidade (LEH, 2013).

Sem entrarmos na questão ética e moral de tal afirmação, o preço diferenciado de um mesmo produto quando os compradores são moradores do distrito de Entre Rios parece ser uma exploração contra os imigrantes por terem maior poder aquisitivo que a maioria da população do município. Um fato interessante lembrado por Basso (2013) foi o que aconteceu com um casal de amigos de Guarapuava que se mudou para Entre Rios e passou pela mesma situação no comércio central.

Ela disse que ficou indignada, porque uma vez falou que era da colônia. Mas ela é de Guarapuava, só veio morar aqui. E o preço era outro, bem maior para ela também. Ela mesmo falou: 'É impressionante. Eu já tinha ouvido falar disso, mas não acreditava, senti na pele' (BASSO, 2013).

Com base nessas entrevistas e depoimentos, verificou-se que fatores como a língua e a própria cultura mais reservada dos suábios, como bem afirmou alguns descendentes, promoveram essa segregação (além de outros elementos), no momento em que dificultaram a comunicação entre os dois grupos sociais. Também observamos uma postura que é mantida

desde a colonização no município, qual seja, a de que são diferentes dos guarapuavanos, mas são brasileiros.

O que os faz diferentes, de acordo com os entrevistados suábios, é o jeito de ser. Os descendentes afirmam não promover nenhum tipo de segregação, mas indicam que esta divisão existe por parte dos não descendentes nascidos no município. O que se pode concluir, a partir daí, é que existe, em um mesmo território, diferentes territorialidades e formas de vivências e de experiências que tornam as pessoas diferentes, nem melhores nem piores, simplesmente diferentes, como é o caso dos moradores do distrito de Entre Rios. O que não se pode reforçar é a diferença como elemento de exclusão ou de segregação, como em alguns momentos parece ser o caso dos atores sociais aqui envolvidos.

4.4. Suábios do Danúbio: Cooperação econômica de quem e para quem?

Não é possível fazer uma simulação para sabermos como seria o município de Guarapuava sem a presença dos suábios do Danúbio e por consequência, sem a Cooperativa Agrária. Mas pelos dados coletados e informações das entrevistas realizadas, podemos afirmar que a presença desses imigrantes ajudou no desenvolvimento da agricultura no município, na arrecadação de impostos, bem como na geração de empregos, sendo estas as três principais contribuições, em termos de cooperação, que podemos elencar.

Silvestri Filho (2013) estima que essa arrecadação esteja em torno de 20%. “É difícil falar isso em números absolutos porque é um cálculo complexo? Porque a composição é muito complexa, mas isso é tão grande a ponto de dizer assim, se hoje eles tiverem uma gripe, Guarapuava tem pneumonia”.

O maior retorno de impostos para o município está na Cooperativa Agrária. E agora na área industrial tem os repiques, que são aquelas pessoas que prestam serviços para a cooperativa (...) se não fosse a Cooperativa Agrária, não teríamos também esse reflexo do poderio da agricultura nas culturas de inverno, como a cevada e o trigo (GRÍGOLO, 2013).

De acordo com Silvestri Filho (2013) o crescimento econômico de Guarapuava também tem reflexos sociais negativos se compararmos o município com a realidade dos municípios vizinhos. “Temos uma migração pobre, desqualificada, que vem para cá e tem dificuldade de seguir no mercado de trabalho, muitos vêm analfabetos”. É preciso esclarecer aqui que o papel de administrar os municípios é uma responsabilidade de seus governantes.

Assim fica um questionamento: Qual a contribuição que eles trouxeram para a economia de Guarapuava, incluindo a melhoria das condições de vida dos moradores?

Nos capítulos anteriores, demonstramos que o município possui uma baixa renda per capita. Karl (2013) acredita não dá para afirmar que sem esses imigrantes Guarapuava não teria nenhum desenvolvimento. Ele defende até que Guarapuava poderia ter o mesmo nível de desenvolvimento, mas com uma ressalva, este viria mais tarde. “A Agrária também gera muitos empregos. Nós temos 1200 funcionários hoje na Agrária, mas a natureza do nosso negócio ainda emprega menos do que um frigorífico ou uma montadora”.

Essa colaboração setorial é constatada por Botelho (2013) que lembra que a vinda dos suábios para Guarapuava colaborou para o desenvolvimento do setor produtivo rural a médio prazo, já que trouxeram tecnologia, novas ideias e maquinários. “Aqui na região era simplesmente área de retirada de madeira, de serraria e gado em cima de campo ou em mata. (...) essa tecnologia também foi transferida para os brasileiros que estavam aqui na região, principalmente nesse setor da agricultura”.

Eu acredito que Guarapuava seria pior, eles têm uma contribuição importante para nós. Eu valorizo muito a presença deles aqui, e tenho uma relação muito estreita com a Cooperativa. Admiro muito (SILVESTRI FILHO, 2013).

Mesmo assim, para Silvestri Filho (2013), essa contribuição ainda é concentrada e pouco pulverizada no município pois, nos últimos anos da década de 1990, a Cooperativa Agrária enfrentou um período de grande crise econômica chegando quase a insolvência, e a cooperativa se fechou. “Agora estão vivendo um período de expansão novamente, mas volto a dizer, é ainda muito voltado para eles e para os cooperados de certa forma”. E quando perguntado objetivamente se a riqueza gerada em Entre Rios ficava um pouco lá, ele respondeu: “Lá e entre os cooperados, tá? É importante dizer isso, tanto é verdade que você tem um dos povos mais pobres de Guarapuava do lado da fábrica que é a Vila dos Brasileiros”.

O site Rede Sul de Notícias, do dia 27/03/2013 traz uma reportagem com o título: “Agrária é premiada por produtividade da década”. A premiação é do Rally da Safra 2013, na categoria Alta Produtividade. "Este prêmio só é possível graças aos nossos cooperados, que são o começo e o final de todo esse processo, e ao empenho dos nossos **colaboradores para o crescimento contínuo da Agrária**” (grifo nosso), destacou o diretor presidente, Jorge Karl. O jornal Diário de Guarapuava também trouxe reportagem sobre o tema, com a mesma frase em destaque acima. O texto com a fala do Presidente da Cooperativa Agrária

se alinha com a afirmação de Silvestri Filho (2013) de que toda a riqueza gerada em Entre Rios fica com a cooperativa e os cooperados. E essa nos parece ser a preocupação central do negócio.

Além do exemplo de Silvestri Filho (2013), que lembrou a pobreza enfrentada por moradores da Vila dos Brasileiros, há outro comparativo que pode confirmar que essa riqueza não chega aos moradores do município de forma razoavelmente uniforme.

Outra reportagem, agora do Jornal Diário de Guarapuava, do dia 19/06/2013 tem o título: “Palmeirinha pede mais atenção ao distrito”. A reportagem cita que comerciantes e líderes comunitários insatisfeitos com a falta de atenção do poder público estão buscando se organizar para “atrair mais investimentos públicos e privados à localidade (...) moradores dizem ser prematuro o movimento de emancipação, mas não descartam a possibilidade”. Uma das ações em andamento no distrito é a criação de uma associação comercial, o que fortaleceria o setor. A insatisfação é tamanha que se cogita até emancipar o distrito que passaria a ser um município com economia e recursos próprios.

Essa reportagem, portanto, traz mais um indício para a hipótese central desta pesquisa, que é saber qual é a contribuição dos suábios do Danúbio para o município de Guarapuava. Esse sentimento de emancipação também existe no distrito de Entre Rios, segundo Leh (2013), ao citar as poucas oportunidades de trabalho ofertadas.

Hoje ou você trabalha na cooperativa ou trabalha nas fazendas. Porque se fosse um município próspero (...) abririam mais lojas, mais comércio, teríamos mais opções de emprego. Estamos muito bitolados ao que a cooperativa faz. Se ela contrata pessoas, tudo bem. E se ela demite, essas pessoas têm que procurar outro canto, porque aqui em Entre Rios não tem outra opção. É muito restrito (LEH, 2013).

O discurso de Leh (2013) segue aquele já citado sobre a limitação da cooperação do agronegócio para o desenvolvimento local e regional e ainda revela uma restrição de oportunidade de trabalho até mesmo dentro do distrito. A diversificação da economia no município, como sabido, está abalizada no comércio e na prestação de serviços e no agronegócio e tem pouca representatividade industrial.

Gora (2013) afirma que além de trazerem experiência e tecnologia para desenvolver uma agricultura competitiva, a grande contribuição econômica dos suábios para Guarapuava foi possibilitar o surgimento de uma classe média muito forte, a partir do momento em que a mão-de-obra utilizada na extração da madeira perdeu a função, sendo esta capacitada e reempregada pela cooperativa.

A contribuição financeira foi através do uso da mão-de-obra, da implantação de tecnologia e também através da evolução cultural. Acho que se não tivesse havido uma evolução cultural, nada disso teria acontecido (...) Eu acho que a tecnologia que os suábios trouxeram começou a servir de exemplo para o produtor nativo. Essa foi a grande contribuição: o exemplo (GORA, 2013).

Ao concordar com a concentração da riqueza gerada em Entre Rios, Gora (2013) faz um alerta para que o município possa atrair mais investimentos e indústrias, através de uma melhoria na infraestrutura e na educação.

O problema é educação. Acho que o pequeno proprietário pode gerar tanta riqueza quanto o grande produtor. Existem tantas atividades intensivas que poderiam ser implantadas, e não são porque não existe a educação, nem a cultura (GORA, 2013).

Botelho (2013) defende que a agroindustrialização ajuda a dividir melhor a cadeia produtiva e agrega mais valor ao produto final, além de contribuir para aumentar o IDH baixo na região, com a contratação de mão-de-obra. “Então essa questão de agroindústria quer que seja por pessoas, empresários da nossa região, pela própria Cooperativa Agrária ou empresas externas, precisa ser trabalhada”.

Ainda de acordo com Botelho (2013), a viabilização desse setor precisa de empresários e dos poderes públicos municipal e estadual, preocupados em traçar um planejamento de médio e longo prazos, bem como a logística para escoar a safra e os produtos. "Nós precisamos de estradas, precisamos de rodovia e precisamos aprender e descobrir como vender os nossos produtos, principalmente pela BR 277".

Alinhado a este mesmo pensamento, Gora (2013) afirma que hoje o produtor perde e o consumidor também. “Paga mais caro por isso porque não existe uma logística! A produção sai da porteira da fazenda com um preço e chega às vezes com um preço duplicado para o consumidor em função da logística”.

Gora (2013) explica também que o município de Guarapuava é o maior produtor de milho do Paraná e um grande produtor de soja, mas que isso em nada adianta se não houver o desenvolvimento da agroindústria para transformar essa produção em mercadorias. E isso também depende de investimentos e de formação de mão-de-obra especializada, o que de acordo com ele não existe em Guarapuava. “Nenhuma empresa quer vir para cá, pode ser Sadia, Seara ou cooperativas (...) elas não vem para cá porque não acham essa mão-de-obra para justamente produzir, transformar esse grão”.

Sobre o processo de agroindustrialização, Silvestri Filho (2013) afirma que a Cooperativa Agrária ficou estagnada nos últimos anos, sem fomentar novas outras iniciativas, e não investiu neste segmento como, por exemplo, a Cooperativa Coamo que tem produtos de mesa, de prateleira de supermercado ou as cooperativas do oeste do estado que trabalham com integração do frango. “Eles poderiam ter feito mais? Talvez (...) o produto de peso que eles têm hoje é só farinha. Mas mesmo assim, eles são fundamentais hoje no contexto de industrialização do município” (SILVESTRI FILHO, 2013).

A partir das entrevistas o que se percebe é que essa expansão e diversificação no agronegócio está em fase de intensificação no distrito de Entre Rios. Exemplo externo do fato são duas reportagens publicadas pelo site Rede Sul de Notícias. No dia 19/10/2011, o site publicou uma reportagem com o título: “Agrária é a primeira cooperativa do interior contemplada pelo PR Competitivo”. A reportagem informa que um investimento da própria cooperativa e do governo do Paraná de R\$ 124 milhões vai viabilizar a implantação de uma indústria para processar a produção de milho em Guarapuava, já que o município, como afirmou Gora (2013) é o maior produtor de milho do Paraná e que precisa da agroindústria para transformar esses grãos em mercadorias. A nova fábrica oferecerá ao mercado “produtos como *grits* e *flakes* (para indústria alimentícia), germe e película (para rações animais), além de fubá e creme de milho”.

A outra reportagem, do dia 03/08/2012, tem como título: “Com investimentos, produção de malte da Agrária aumenta em 30%”. O texto informa que a Cooperativa Agrária iria investir R\$ 210 milhões na construção de uma nova maltaria no distrito de Entre Rios, e que isso resultaria em um aumento de 30% na produção e ainda geraria cerca de mil empregos diretos e indiretos. O investimento foi viabilizado com recursos públicos através do Programa Paraná Competitivo, com recursos do BRDE, BNDES e da própria Cooperativa Agrária.

A expectativa da diretoria da cooperativa Agrária é que o novo investimento gere anualmente R\$ 12 milhões de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os cofres estaduais e R\$ 25 milhões em outros impostos federais. A obra será concluída no final de 2014 (REDE SUL DE NOTÍCIAS, 03/08/2012).

A dependência econômica de Guarapuava em relação ao distrito de Entre Rios aparece com Basso (2013), que afirma categoricamente que Entre Rios viveria sem Guarapuava, mas que Guarapuava teria muita dificuldade financeira se Entre Rios não existisse. “Se esse dinheiro que a gente manda para Guarapuava ficasse aqui em Entre Rios?

Só para nós? Não ia ser investido lá, óbvio. Ia ser investido tudo aqui. Óbvio que Entre Rios ia crescer bem mais”. A afirmação de Basso (2013) dá a entender que Entre Rios seria uma espécie de mantenedora do município de Guarapuava, sem o qual tudo seria diferente. Devemos aqui reconhecer que a prosperidade desses imigrantes foi alavancada por muitos incentivos governamentais, mas também pelo esforço e trabalho com a terra, mas que o que “enviam” a Guarapuava são os impostos e pagamentos pela força de trabalho em Entre Rios realizada.

Para Silvestri Filho (2013), essa concentração de renda no distrito de Entre Rios é uma consequência negativa da presença dos imigrantes suábios que prosperaram e acumularam patrimônios milionários, levando uma vida simples e gastando pouco dinheiro.

Isso permitiu que eles fizessem um processo de expansão e é da cultura deles, de estima e de autoproteção. Vai protegendo a família e expandindo o patrimônio. Então eles concentraram muita terra aqui na região. E esse é um dado de certa forma negativo para a nossa economia porque houve uma concentração de renda muito grande, mas de um público que gasta pouco. E o dinheiro não circula tanto na cidade (SILVESTRI FILHO, 2013).

Fica claro, portanto, que a instalação e consolidação dos suábios do Danúbio contribuíram para o desenvolvimento de Guarapuava, seja com a cultura, com a técnica agrícola aqui aplicada no cultivo de cereais, seja na economia, com a geração de riquezas, mesmo que esta, como verificado nas entrevistas, não tenha sido homogênea no município. Devemos destacar que ao mesmo lado do discurso de “salvadores da Pátria” localmente, também há um reforço constante pela cooperação entre Brasil e Alemanha, com intercâmbios de profissionais e de tecnologia. É este tema que abordamos a seguir.

4.5. Desenvolvimento local e o fortalecimento da economia regional

Depois do período que caracterizou a sociedade campeira (1800-1940), dedicado à pecuária extensiva, à agricultura de subsistência e à extração da erva-mate, atividade última que perdeu importância econômica para a exploração madeireira no município que durou cerca de três décadas, Guarapuava buscava formas de retomar o caminho para o desenvolvimento, e para isso, lançou-se a uma nova forma de utilização do solo e a substituição, em parte, da atividade pecuária pela agrícola (SILVA, 2007), bem como e daí decorrente, a mudança da propriedade da terra.

Os anos 1950 constituem o marco, de acordo com os dados e os estudos compilados por Abreu (1986, p. 3), da “mudança da estrutura agrária, levando-se em consideração a posse e o uso da terra nos séculos XIX e XX”, do município de Guarapuava. A partir de então, este passou por grandes transformações quanto ao uso do solo, com o latifúndio pecuarista cedendo lugar a pequenas e médias propriedades agrícolas. Assim, a propriedade da terra deixou de ser restrita apenas a sociedade campeira (SILVA, 2007).

Grígolo (2013) faz uma contextualização do que representam os grupos políticos e o poder desses na questão do desenvolvimento de Guarapuava e da região centro-sul, ao lembrar que muitos fazendeiros eram contrários a uma ação desenvolvimentista (tinham medo de perder as suas terras) por parte do governo do estado. A exceção era Entre Rios que, naquela época, teve fazendas desapropriadas para a instalação dos suábios. “Hoje nós teríamos uma cidade, uma região populosa, várias cidades bem desenvolvidas e uma região rica, o que não aconteceu por falta de sensibilidade, por egocentrismo dos proprietários das grandes áreas de terra nessa região”.

É muito provável que este comportamento presente no século passado tenha deixado marcas na sociedade local. Carli (2013) afirma que não existe uma manutenção de grupos políticos e econômicos em Guarapuava, mas que verdadeiramente o que existe é a omissão do povo guarapuavano, que não participa.

Estou te contando a história da minha cidade (...). O pessoal não quer participar, não quer botar a cara para bater, porque se for político você leva porrada, tá certo? É mais fácil a pessoa ser acomodada pela própria cultura. (...) Então esse negócio de mandar é muito relativo. São rótulos que querem colocar nas pessoas, entendeu? Se eu mandasse, eu teria ganhado a eleição com o Fábio, tá certo? (CARLI, 2013).

O discurso de Carli (2013) responsabiliza os guarapuavanos de não participarem da vida política do município, mas pode esconder o contrário, o fato, por exemplo, dos moradores do município não conseguirem fazer a mudança das famílias que se alternam no poder. Neste sentido, é óbvio que existem aqueles, mesmo que não vinculadas diretamente a estes grupos, que desejam sua permanência, basta verificar os resultados das eleições municipais nos últimos 12 ou 16 anos.

Sobre a manutenção do poder Silvestri Filho (2013) lembra que as pessoas normalmente fazem referência da história política de sua família, sempre atrelando à carreira do avô Moacir Júlio Silvestri, ex-prefeito de Guarapuava na época em que foram instalados os suábios no distrito. "Ah, é família de político, mas na verdade a história começou bem

antes. É verdade, no entanto, que a vinda dos suábios coincidiu também com o início da carreira política do meu avô”.

Gora (2013) defende um poder público que tenha um projeto de longo prazo. “Isso não existe, o poder público até hoje trabalhou de hoje para amanhã visando mais a reeleição, a permanência no poder, mas nada assim de um projeto concreto para desenvolver a região”. E quando as lideranças locais ficam competindo na disputa pelo poder, a situação fica ainda pior. “Esse é um dos grandes problemas que nós vivemos hoje no município porque as nossas lideranças aqui nunca afinaram, nunca tiveram do mesmo lado, sempre quando um está mandando o outro está atrapalhando”. Esse modelo político é criticado por Karl (2013) que afirma ainda que o que ocorre em Guarapuava acontece em praticamente todo o Brasil.

Os governos todos, os órgãos públicos todos são extremamente esbanjadores, gastam mal o dinheiro. Não produzem e são muito ineficientes. Não têm foco administrativo. Um empreguismo enorme, muita gente encostada na estabilidade do emprego. Vira um cabide e não se produz nada. (...) é um dinheiro enorme jogado fora, que vai pro ralo (...) A Agrária por muitos anos fez e ainda faz o papel de órgão público, na manutenção de praças, estradas e jardins (KARL, 2013).

Apesar de classificar o sistema político brasileiro como arcaico, caro e ineficiente, Karl (2013) amplia a discussão sobre o desenvolvimento do município, defendendo também que só a questão política não pode ser decisiva ou definitiva para traçar um perfil de atraso ou estagnação da economia de Guarapuava. Explica que a questão de maior relevância é o perfil econômico e geográfico da região centro-sul do Paraná.

O desenvolvimento demorou mais, e tem outra coisa: a baixa densidade demográfica também vem muito disso. Guarapuava hoje virou um polo regional, mas se você fizer uma enquete, para ver desses guarapuavanos que vivem hoje na cidade, quantos nasceram aqui, vai tomar um susto. Muita gente veio de fora, veio de Pitanga, veio de Pinhão (KARL, 2013).

Os imigrantes suábios pouco se envolveram ou se envolvem com a política partidária. E esse aparente afastamento tem uma explicação, como afirma Karl (2013): “A Agrária nunca se envolveu muito na questão política até porque por questões da lei do cooperativismo e do estatuto da Agrária temos que permanecer neutros politicamente”.

Mathias Leh sempre manteve um bom relacionamento com autoridades políticas, como nos contou sua filha. Afirma Basso (2013) que apesar disso, nunca quis assumir nenhum cargo eletivo. “Uma vez eu perguntei para ele: pai, porque que você não se envolve com a política? E ele disse: - Não, o que eu preciso eu consigo, é só bater na porta certa”.

De acordo com Basso (2013), Mathias Leh fazia a política do ‘toma lá dá cá’. “Era assim que ele trabalhava. Pelo menos é essa impressão que nós como filhos tínhamos. Ele sempre tinha uma coisa para oferecer para ganhar outra coisa”. De acordo com Carli (2013), “infelizmente em política tem o poder que tem a caneta, concorda comigo? Então você tem que saber se relacionar com político, entende?”

Apesar de nunca ter assumido um cargo político, como afirmou sua filha, Mathias Leh era um homem com habilidade política para conseguir o que desejava. Gora (2013) relembra dos anos em que trabalhou junto com ele. “Ele era um político extremamente habilidoso, mas nunca quis ser político, ele achava que a missão era de dirigir a cooperativa”. Um exemplo dessa habilidade nas relações com os políticos foi lembrada pelo próprio ex-prefeito de Guarapuava, Luiz Fernando Ribas Carli.

O Mathias pediu e eu desapropriei o terreno, comprei uma briga enorme com um alemão de lá, que não era cooperado, e que não gostava deles. Tem o mesmo sobrenome meu sem ser meu parente. É o Hermann Karly que é com K e com Y no fim. Ele não queria que eu desapropriasse e eu desapropriei a frente para fazer a indústria a pedido do Mathias (CARLI, 2013).

Carli (2013) descreve que conversando com Mathias Leh tentou incluí-los na política local. Carlos Leh, na época diretor da cooperativa, foi o vice-prefeito do candidato a prefeito que Carli (2013) iria apoiar, César Franco (1993-1996), mas Mathias Leh teria dito que não. “Era uma maneira de incluí-los, mas quero dizer para você: eles não querem isso (...). Pela própria cultura eles têm receio”.

Mesmo sem terem optado pela política partidária, Gora (2013) afirma que a Agromalte não era viável tecnicamente, nem financeiramente, mas nasceu porque foi viabilizada politicamente. “Naquele tempo era o presidente Ernesto Geisel que criou um plano de autossuficiência de malte para o Brasil e dentro desse plano então se viabilizou politicamente a cevada e o malte.” O que Gora (2013) tenta explicar, ao que nos parece, é que todo cidadão precisa participar da política porque é politicamente que as coisas se viabilizam.

A política, neste sentido, é sinônimo de poder. Ter bom relacionamento e cordialidade com representantes políticos pode facilitar o que se pretende conseguir. É o que comprova Basso (2013) ao lembrar do pai durante visitas de autoridades a Entre Rios.

Cada político que vinha e não só os políticos, mas toda a visita que vinha aqui, era uma festa que ele fazia. Se apresentavam a banda, os grupos folclóricos. Ele fazia churrasco, almoço e de alguma forma, tentava impressionar esses políticos para

que vissem que estava sendo feita alguma coisa por aqui. (...) e assim ele conseguia as coisas (BASSO, 2013).

Leh (2013) chama essa habilidade do pai de “jogo de cintura” já que esse era um comportamento com deputados, governadores, com metas e linhas de visão contrárias a dele:

Tanto que em épocas de eleições ele não dizia você tem que votar para fulano, para ciclano, mas ele falava para os cooperados que o deputado tal fez isso pela colônia; que o deputado Y fez isso. Esses são bons candidatos para nós, porque eles trabalham conosco. Agora não adianta a gente colocar alguém lá dentro que vai trabalhar contra nós (LEH, 2013).

Percebemos que existem diferentes colocações a respeito dos grupos de poder e da participação política da Cooperativa Agrária. Há quem diga que não existe nenhuma influência dos grupos políticos e econômicos, mas uma apatia dos moradores na participação da vida pública. Isso poderia ser cultural, mas, por outro lado, temos discursos políticos, de políticos e descendentes dos suábios reproduzindo diálogos e pensamentos com riquíssimo discurso político, da troca de favores, do ‘toma lá dá cá’.

Existe também o discurso de que sem política nada acontece, sugerindo que as tomadas de decisão se dão nas relações políticas, de amizade e de cordialidade entre as partes. O que nos parece ser importante destacar é que o homem por essência é um ser político, age conforme uma escolha que tem por trás uma ideologia, um interesse individual ou coletivo, mas que não deixa de ser um ato político.

É inegável que haja cooperação dos suábios do Danúbio com o município de Guarapuava. Diretamente a empresa que representa esses imigrantes é a Cooperativa Agrária, que contribui diretamente com 1200 postos de trabalho, participa de cerca de 20% da arrecadação e repasse de impostos e tributos para o município contribuindo, de fato, com a economia local.

Por outro lado, além da vivência e dos dados estatísticos, temos também discursos que comprovam que essa contribuição não foi suficiente para o desenvolvimento do município e da região como um todo (veremos este aspecto a seguir). Fatores como o conservadorismo político-econômico, setorização do agronegócio, ausência de um número maior de indústrias, concentração de terras, cultura e infraestrutura ainda dificultam o desenvolvimento pleno local e regional.

Este discurso é comprovado pela percepção dos próprios descendentes dos suábios que reconhecem a ajuda da cooperativa na economia guarapuavana, mas também criticam o atraso ainda vivido nos dias atuais, causado por uma postura que comandou o município no

passado. Leh (2013) questiona: “Como que é para ele crescer se nós podemos contar nas mãos quantas fábricas nós temos? (...) Aqui nós fechamos as portas para a não instalação da indústria, para o povo ficar manipulado pela governança”.

Silvestri Filho (2013) defende a ideia de que não se pode tirar a responsabilidade dos políticos que já estiveram no comando do município, com ausência de políticas desenvolvimentistas, que fizeram com que Guarapuava não aparecesse como prioridade de investimento. Ao mesmo tempo afirma que esse atraso econômico e “a responsabilidade pelos rumos do município” também não devem ser imputados apenas ao prefeito.

Silvestri Filho (2013) compartilha essa culpa com a própria sociedade, que segundo ele é muito mais forte do que um administrador. “O ímpeto empreendedor de uma comunidade não tem prefeito que segure. Ele pode até atrapalhar, mas ele não segura porque a dinâmica da economia é muito mais forte.” Botelho (2013) concorda com essa deficiência a partir de uma análise do IDH da região, e aponta outro fator para o diminuto desenvolvimento regional.

O IDH na nossa região é um dos mais baixos do estado. Guarapuava está um pouco melhor, mas ao nosso redor é extremamente baixo. E um dos principais fatores disso, se a gente olhar no mapa do Paraná, é que essa é uma das regiões com menos estradas e menos acesso. Desenvolvimento passa por logística, passa por estrada, passa por ferrovia (BOTELHO, 2013).

Botelho (2013) critica todas as esferas do poder, sejam elas públicas ou privadas por não saberem aproveitar o fato de a BR 277 passar em frente a Guarapuava, sendo subaproveitada, apesar de ter um importante fluxo de mercadorias e de pessoas.

É um problema municipal, regional e também um problema de visão dos empresários. Se você pega grandes cidades ou cidades que são muito mais novas, como Cascavel e Pato Branco, você percebe parte do comércio está na BR aproveitando o fluxo, a visão, a passagem (...) para a revenda de máquinas agrícolas, de peças (BOTELHO, 2013).

Grígolo (2013) alerta não só para o desenvolvimento tardio em Guarapuava, mas também para a pobreza encontrada nos municípios vizinhos. “Cidadania é o que está faltando para essa população da região (...) se formos olhar fora do entorno de Guarapuava a gente percebe que tem regiões que falta tudo, tem região que falta um pouco e tem região que não tem nada”.

Assim como Botelho (2013), Grígolo (2013) defende que a falta de atenção com a infraestrutura regional é outro problema enfrentado pelos municípios do em torno de

Guarapuava, que possuem estradas sem pavimentação e que limitam a circulação de mercadorias e das riquezas produzidas, que dificultam e às vezes até impedem o direito constitucional de ir e vir de todo cidadão.

Eu não tenho conhecimento de que em outra região do estado nós temos municípios como o caso de Reserva do Iguazu com Condói que não têm asfalto, é estrada de terra. Inácio Martins com Guarapuava é estrada de terra, Irati com São Matheus do Sul, é estrada de terra (...) têm governos que ficam clamando que o Paraná é o segundo estado do Brasil mais desenvolvido. Para. É só morar aqui para ver a desgraça (GRÍGOLO, 2013).

Carli (2013), por sua vez, defende um projeto de desenvolvimento da região centro-sul do Paraná que inclua a participação direta do governo estadual.

Eu continuo defendendo, um projeto específico para a nossa região de desenvolvimento com a mão forte do governo do estado que tem os recursos. Não adianta dizer que o município vai fazer, porque o município não tem os recursos e também a ajuda do governo federal, para que nós possamos desenvolver toda a região com a infraestrutura (CARLI, 2013).

A reportagem do jornal Diário de Guarapuava do dia 30/04/2013, com o título “Economia no frete pode chegar a 30% com pavimentação da PR 459” retrata bem essa situação. O asfaltamento do trecho de 26 quilômetros da PR 459, entre Reserva do Iguazu e Pinhão, com obras que tinham previsão de início em 2013 (não iniciadas), com recursos do governo do Paraná, deve acelerar a logística regional. Mas devido a problemas com licitação que havia sido feita oito anos atrás e devido a demora para concessão de licença ambiental, as obras ainda não começaram.

A reportagem afirma que o maior benefício será para os agricultores da região que poderão reduzir o custo de produção e de transporte, já que a rodovia é um importante corredor de escoamento da produção agrícola por estar em uma região que concentra muitas fazendas. Outro fator que chama a atenção na reportagem é que esta estrada “dá acesso a unidades de armazenamento das Cooperativas Coamo e Agrária”.

Esse é um exemplo de que uma melhor infraestrutura pode facilitar a circulação de produtos e mercadorias e reduzir os custos. Mas a pergunta que fazemos é: se essas unidades de armazenamento das cooperativas citadas acima não estivessem lá essa rodovia seria pavimentada? Qual interesse falou mais alto, dos empresários ou dos moradores que utilizam a estrada entre um município e outro? Independente da resposta, empresários e moradores aguardam esta obra de infraestrutura com expectativas positivas, pois a mesma deve refletir em benefícios sociais e econômicos e, conseqüentemente, em desenvolvimento.

Silvestri Filho (2013) fala em investimento estratégico ao comentar uma inversão de prioridade do seu antecessor, o prefeito Luiz Fernando Ribas Carli.

O Fernando fez asfalto na vila mais pobre. Obviamente que isso dá um retorno eleitoral para ele muito grande. Claro que asfalto na vila é importante, não estou negando isso, e vou continuar fazendo porque é qualidade de vida, melhora a saúde das pessoas. Mas, e do ponto de vista estratégico? É contraditório eu ter uma empresa que perde contrato porque o produto dela chega empoeirado e o fornecedor não aceita porque não tem pavimento na porta da fábrica. Às vezes atrasa a entrega do produto porque o caminhão encalha na porta da fábrica (...) Isso nos faltou. Guarapuava pecou em não ter uma visão, um ímpeto de querer ser grande (SILVESTRI FILHO, 2013).

O desenvolvimento regional, reforça-se, só existe efetivamente como resultados de processos econômicos e de políticas públicas que permitam que, por exemplo, moradores de pequenos municípios conquistem mais qualidade de vida, melhores condições de trabalho e renda, de moradia e educação e, conseqüentemente, mais poder de consumo de produtos e serviços oferecidos em outras cidades, como Guarapuava.

Silvestri Filho (2013) afirmou que sua grande contribuição hoje para região é ser um líder que represente também os interesses dos municípios vizinhos. “Quando eu peço por Guarapuava, eu peço por Guarapuava e região. Eu falo de infraestrutura. Então, quando eu vou ao governador pedir para que tenha uma readequação na rodovia 466 (...) Eu estou fortalecendo a região”. Mas quando o desenvolvimento não chega aos municípios do entorno de Guarapuava, Carli (2013) afirma que todos perdem.

A região de Guarapuava, tem muitos municípios com o pior IDH do estado. Uma pobreza danada, porque viviam do extrativismo. Faltou empreendedorismo para que houvesse uma dinamização dessa economia (...) eu penso e sempre pensei que o desenvolvimento não pode ser só para Guarapuava. Se você desenvolve só Guarapuava, você atrai para cá as porcarias como criminalidade e pacientes de outros municípios para o nosso sistema de saúde (CARLI, 2013).

Certo de que Guarapuava vive um novo ciclo de crescimento da economia e que o município e toda a região precisam de um *upgrade* para alcançar o desenvolvimento, Silvestri Filho (2013) conta que tem tentando fechar parceria para fixação de uma grande empresa de leite para Guarapuava.

Eu falei: eu tenho condições políticas de te ajudar, para você ter incentivos do estado para se instalar aqui mais do que outros prefeitos, eu garanto isso para vocês. Eu falei: eu cubro qualquer proposta, me traga a proposta que você tiver, de qualquer município que eu cubro. Guarapuava vai te dar o que os outros não dão. Eu preciso de você aqui (SILVESTRI FILHO, 2013).

Essa disponibilidade em atender a possíveis pedidos dos empresários, de acordo com Silvestri Filho (2013), tem um motivo maior que é trazer para o município uma indústria do ramo de leite e derivados e, ao mesmo tempo, incentivar a cadeia do leite com os municípios no entorno. “O leite não precisa ser produzido aqui em Guarapuava, eu quero que seja industrializado aqui em Guarapuava. Mas a produção pode estar em toda a região”.

Para desenvolver o projeto, Silvestri Filho (2013) conta que o plano é organizar a cadeia produtiva com todos os prefeitos dos municípios da região, promovendo a qualificação desses produtores com o processo de industrialização em Guarapuava. O benefício imediato seria um aumento no preço pago ao produtor, que deixaria de oferecer o produto para usinas do norte do estado que, por uma questão de transporte descontam a logística.

Eu cheguei a falar para eles, "se o senhor quiser se instalar em outro município da região eu apoio, como Guarapuava apoia". Não precisa ser Guarapuava ou nada. Quer ir para Pitanga, beleza. Mas venha para a região, porque daí eu vou me beneficiar de outra forma: vou produzir para lá, mas eu também vou garantir renda para o meu produtor (...) Estamos num processo de negociação (SILVESTRI FILHO, 2013).

O discurso parece contraditório ao analisarmos que faltam empresas de grande porte em Guarapuava, e a industrialização do leite em outro município, não contribuiria de forma satisfatória para o desenvolvimento local. Para Silvestri Filho (2013) a concentração fundiária é outro entrave para o desenvolvimento local e regional que precisa ser vencido. Em Guarapuava são cerca de três mil pequenos produtores “paupérrimos, que vivem em estado de miséria”.

Porque que o sudoeste é mais desenvolvido do que nós? É porque eles têm grandes indústrias? Não. É porque eles têm uma distribuição fundiária melhor e têm uma classe média rural. E isso se reverte na cidade, porque a renda do campo se consome na cidade (SILVESTRI FILHO, 2013).

Neste ponto, Carli (2013) concorda com Silvestri Filho (2013) ao afirmar que a concentração fundiária é um entrave ao desenvolvimento do município. Carli (2013), no entanto, faz uma crítica aos imigrantes suábios. “Na verdade eles desvirtuaram a filosofia do cooperativismo porque quando vieram para cá eles vieram com uma pequena área de terra para cada um”. Karl (2013) explica que a questão fundiária está ligada a lei da oferta e da procura. “Se tiver êxito na minha atividade econômica eu vou partir para a expansão em

qualquer ramo”, explica ele dando um exemplo prático de investimento que corresponde a lei de mercado.

Vamos pegar um exemplo. Eu vou para uma cidade no litoral do Brasil e lá abro um negócio que prospera. Eu vou comprar mais um imóvel e meu negócio continua prosperando. Vou comprar outro imóvel e mais outro, e eu vou criar uma imobiliária ou uma incorporadora ou uma construtora do ramo imobiliário (KARL, 2013).

Karl (2013) afirma que a lógica é a mesma na agricultura com os produtores rurais que deram certo e “foram partindo para expansão e assim como foram partindo para expansão foram comprando terras”. No nosso entendimento, fica claro que os prejuízos econômicos e sociais consequentes da concentração fundiária não são uma preocupação dos empresários e investidores.

A Cooperativa Agrária está presente em 18 municípios do centro-sul do Paraná e, segundo Karl (2013) influencia a economia desses e de Guarapuava, com geração de emprego e boa remuneração dos trabalhadores, o que proporciona um aquecimento no mercado varejista. “Mas é difícil medir e essa conta é difícil de fazer porque se você pegar na geração direta, às vezes você vai se perder, mas tem a geração indireta”, afirma Karl (2013) em relação ao percentual de cooperação e influência da Cooperativa Agrária na vida econômica de Guarapuava e região.

Apesar de não ter uma relação tão direta, o discurso que amplifica a cooperação econômica e cultural por parte dos suábios para o desenvolvimento do município de Guarapuava tenta, ao mesmo tempo, eliminar ou minimizar os efeitos de um processo de segregação que envolveu imigrantes e moradores de Guarapuava desde a chegada desses europeus ao município. Antes mesmo de chegarem, as autoridades locais, estaduais e nacionais já alimentavam uma diferença entre os de fora e os daqui, contribuindo para o fortalecimento de um *status* que valoriza o que é importado, sentimento compartilhado e ainda muito comum na cultura brasileira.

Apesar da necessidade que o Brasil tinha de alavancar a sua economia e se fortalecer no mercado internacional, aumentando as exportações e diminuindo as importações no setor do agronegócio, é inegável que o governo brasileiro foi generoso com esta e outras levas de imigrantes.

Para Kohlhepp (1991), o desenvolvimento do distrito de Entre Rios, na década de 1950, aconteceu ao mesmo tempo em que ocorriam grandes ocupações de terra no Paraná, em especial ao norte do estado que “ia de encontro ao auge do "boom" do café, que também

atingira Rolândia, uma colônia alemã mais antiga, composta de refugiados religiosos, políticos e raciais, perseguidos pelo regime nazista” (KOHLHEPP, 1991, p. 113).

Essa mudança no uso do solo veio acompanhada de alterações na posse da terra, como explica Gomes (2009):

(...) principalmente, por novos contingentes populacionais, imigrantes europeus germânicos (suábios), descendentes de italianos, poloneses e alemães, provenientes de outras regiões do Paraná ou do Rio Grande do Sul (GOMES, 2009, p.158-159).

A autora (2009, p. 158-159) afirma, ainda, que entre 1950 e 1980, período em que o Brasil definitivamente se inseriu no sistema capitalista mundial, “foi intensa a entrada desses grupos sociais, atraídos pelo preço da terra e pela política agrícola do estado do Paraná”. A concentração de imigrantes europeus na região Sul do Brasil foi um fator determinante para o surgimento das cooperativas, que eram uma forma de organização do trabalho dos imigrantes que receberam ajuda do governo brasileiro para se estabelecerem.

Grígolo (2013) faz uma análise desse comportamento social que facilitou a instalação de cooperativas em algumas regiões do Paraná e encontrou resistência em outras. Em Guarapuava, por exemplo, conta que há 70, 80 anos, quando imigrantes de outros estados chegavam para se instalar, encontravam resistência por parte da sociedade que rejeitava as pessoas de fora da cidade e do estado. Um comportamento diferente do que ele cita que aconteceu no sudoeste, no norte do Paraná, em Londrina e em Maringá.

Com pouca estrutura, eles chamavam outros parceiros que viessem das suas terras natais, para ajudar no desenvolvimento. E formavam aí as cooperativas, os núcleos de famílias para comprar trator e caminhão compartilhados. Usavam até a mesma área de terra para se desenvolver. E criou-se, então, a cultura cooperativista e a contribuição entre as pessoas (GRÍGOLO, 2013).

Percebemos que essa cultura de resistência influenciou o processo de reutilização dos solos em Guarapuava e, segundo Grígolo (2013), acabou por dificultar que o cooperativismo se fixasse e se fortalecesse como em outras regiões do estado. O que se observa é que o discurso proferido e difundido por um grupo de poder, que está ou que representa o poder traz uma carga de interesses que não representa os anseios da sociedade, mas, em especial, deles próprios. Para atingir seus objetivos, a partir daí, utilizam de ferramentas de convencimento que acaba mascarando as reais intenções aspiradas.

Verifica-se, de qualquer forma, que é inegável que haja contribuição pelos suábios do Danúbio impetrada em termos locais e regionais, cooperando com a dinâmica econômica

e com o desenvolvimento social e econômico.

Em termos gerais, a imagem de que os suábios de Entre Rios representam um exemplo para a região centro-sul do Paraná, bem como para todo o estado, fundamenta-se em dois aspectos: o sucesso econômico advindo da produção agrícola, em especial de grãos (e a agregadora desse processo, a Cooperativa Agrária), e o esforço dos imigrantes com um passado de dificuldades e, conseqüentemente, a superação das mesmas, o que demonstraria a tendência em cooperar, de forma mais expressiva, com a sociedade local e regional.

Este capítulo então chega ao fim, mas não coloca um ponto final nas discussões que envolvem o desenvolvimento local/regional de Guarapuava, tendo como atores principais a Cooperativa Agrária e os grupos de poder estabelecidos no município. Como pudemos perceber, a problemática que envolve o anacronismo econômico e social no município em relação a outros mais jovens na escala paranaense encontra explicações em dados governamentais, em discursos de autoridades e na história política, econômica e territorial do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido com base na literatura específica (referências bibliográficas), na análise de reportagens e no conteúdo das entrevistas coletadas, chegamos a algumas considerações sobre a temática proposta e desenvolvida.

A primeira delas é que as abordagens feitas sobre território, territorialidade e poder deram subsídios essenciais para entendermos melhor a trajetória desse grupo de imigrantes, os suábios do Danúbio, que vieram com suas famílias para trabalhar e transformar a terra encontrada na nova pátria. O território que viria a ser ocupado trouxe desafios para os suábios, já que este era até então resultado das relações sociais produzidas por uma sociedade campeira e conservadora que, a partir de então passou a vivenciar um campo de forças imposto pelo modo de produção e ocupação do solo, a transformação do território.

Uma transformação que em alguns momentos não foi tão tranquila, já que a relação dos suábios com os moradores não-suábios foi marcada por discursos de superioridade e exclusão. As diferenças de cultura, modo de vida, idioma e as tradições trazidas com eles da Europa também foram características importantes na redefinição do território ou no surgimento de uma nova territorialidade.

Neste novo contexto social que se formou, os grupos de poder político e econômico defenderam interesses próprios, o que percebemos nas entrevistas produzidas. Aliás, o discurso político foi uma ferramenta importante na manutenção do poder e na distorção da realidade nas últimas décadas no município de Guarapuava. Quando falamos em relações de poder partimos do pressuposto de que existe a negação entre dois ou mais grupos sociais. Essa relação já delimita a existência de dois ou mais territórios, cada um com suas identidades e ideologias.

O poder expresso nas políticas públicas ou ações governamentais regem a vida na sociedade, e dele muitas vezes se tem apenas benefícios individuais ou de classes. As necessidades de um município, de um estado ou de um país são atendidas por ações políticas como, por exemplo, os incentivos fiscais disponibilizados pelos governos estadual e federal para a ocupação dos campos na região de Guarapuava. Não foi por acaso que a política governamental favoreceu a instalação desse grupo de imigrantes no município. Conhecidos como bons agricultores na Europa, com o novo modo de ocupação do solo, as autoridades da época garantiram a implantação de técnicas agrícolas, o desenvolvimento de culturas de cereais e, com isso, melhoraram a produção de grãos para o mercado interno brasileiro, que naquele momento era suprido em grande parte por exportações.

Era um discurso ainda amplamente divulgado o que afirmava que a vinda desses agricultores suábios iria promover o desenvolvimento do município e da região centro-sul. Após seis décadas de colonização suábica em Guarapuava percebemos que esse desenvolvimento não ocorreu de maneira uniforme (o que, na prática, dificilmente ocorreria em qualquer sociedade) no município nem na região centro-sul do Paraná.

Também concluímos que isso não se deveu ao fracasso ou insucesso da colonização, tendo em vista os números cada vez mais crescentes de faturamento e de produção agrícola da Cooperativa Agrária, fundada pelos suábios. Como afirmado por alguns entrevistados, a riqueza produzida pela cooperativa em Entre Rios permanece no distrito entre os cooperados e seus descendentes e, a priori, não promove diretamente o desenvolvimento regional.

O conservadorismo das famílias guarapuavanas, por outro lado, manteve por muito tempo uma cultura de aversão ao empreendedorismo e às iniciativas cooperativistas, postura que limitou a economia do município ao agronegócio e a Cooperativa Agrária, deixando de lado outros setores da economia.

É possível afirmar, ainda, que a Cooperativa Agrária tem uma notável função econômica para o município, com a geração de postos de trabalho e arrecadação de impostos. Mas a partir da análise de dados socioeconômicos do município também verificamos baixa renda *per capita*, baixo índice de desenvolvimento humano e escolaridade entre os moradores de seus distritos, dentre outros. Apesar de apresentar índices mais relevantes, nem mesmo o distrito de Entre Rios apresentou homogeneidade na oferta de serviços públicos e privados, na infraestrutura, assim como nas residências vistas na Colônia Vitória, onde encontramos casas de alto padrão e moradias precárias, estas concentradas na Vila dos Brasileiros, como resultado de um processo de segregação que existe no modo de vida dos moradores e até no nome da vila.

Nas entrevistas feitas com autoridades observamos discursos que nos ajudaram a responder questionamentos feitos desde o início desta pesquisa, como forma de compreender como os suábios do Danúbio se constituem grupo de poder político-econômico, qual a contribuição desses para o desenvolvimento de Guarapuava e da região, se existe auto-segregação (ou se são segregados) e, ainda, se a concentração fundiária ou a “posse da terra” teve alguma influência no desenvolvimento do município e na consolidação do grupo estudado. Sobre a segregação constatamos estar presente nas práticas e nos discursos de ambos os grupos, tanto suábios quanto guarapuavanos.

Outro elemento importante diz respeito a cooperação desses imigrantes para o desenvolvimento local e regional. Não há como afirmar que não houve uma contribuição, mas economicamente essa cooperação é limitada pela própria segmentação da cooperativa que é o agronegócio.

A divisão heterogênea das glebas de terra no início da colonização concedeu a algumas famílias, propriedades maiores e com topografia privilegiada. Nos dias atuais, vemos a consolidação de novos latifúndios e cada vez mais, a concentração da renda gerada nas mãos de poucos, gerada pelo agronegócio destinado especialmente ao mercado externo (*commodities*) e com isso contribuindo parcialmente para o desenvolvimento local e regional.

Desta forma, a contribuição vem com a oferta de postos de trabalho e na arrecadação de impostos. Já a concentração fundiária teve reflexos relevantes no processo de desenvolvimento econômico do município e da região, não favorecendo a diversificação da economia e a atração de novos investimentos em setores diferenciados.

Como resultado não houve expansão do agronegócio, além do setor primário, que poderia transformar os produtos colhidos em produtos de varejo, como verificamos em municípios mais desenvolvidos do estado, onde as cooperativas plantam, colhem e transformam o produto primário em mercadorias, com agregação de valor.

A ausência ou o lento desenvolvimento econômico e social foi fruto de uma política que esteve, muitas vezes, voltada ao favorecimento de famílias, empresários e determinados seguimentos e grupos de poder. Existe, assim, uma distorção da realidade narrada por alguns dos entrevistados e por parte da imprensa local e, ao mesmo tempo, um reforço da identidade que se quer manter em Entre Rios.

A contribuição na esfera administrativa municipal, por sua vez, não é necessariamente utilizada nas demandas mais urgentes do município, uma vez que a decisão para aplicação desses recursos depende de vontade política e de uma ação dos poderes executivo e legislativo do município.

Verificou-se, ainda, que houve uma contribuição cultural, o que é constatado e reforçado pelos discursos proferidos pela imprensa local. Existe uma atenção especial dos imigrantes na divulgação de suas festas e tradições e esse discurso encontrou a ajuda de autoridades políticas em diversos aspectos, como a inclusão no calendário estadual, das comemorações da chegada desses imigrantes a Guarapuava.

A conclusão que se chega, mesmo que pontual, posto cada pesquisa buscar cumprir aquilo que inicialmente se propõe, é a de que houve uma contribuição econômica para o

município advinda da instalação do grupo, mas ainda setorizada e não homogênea, o que pode ser observado pelos índices sociais e econômicos apresentados.

Por fim, queremos reiterar que a colonização suábica no distrito de Entre Rios contribuiu com a implantação de novas técnicas agrícolas aplicadas na ocupação produtiva dos campos limpos. Também proporcionou a criação da Cooperativa Agrária, que gera empregos e referência nacional no desenvolvimento científico e tecnológico de sementes. Porém, o assentamento desses imigrantes ao longo de seis décadas acabou dando origem a outro território, a colônia dos alemães, resultado de um processo de segregação espacial e cultural que valorizou, em primeiro lugar, a tradição e cultura germânica.

Fica, assim, a certeza de que este trabalho não vai colocar um ponto final nas discussões a respeito dos suábios e do enquanto indutores de segregação socioeconômica e cultural e de cooperação para o desenvolvimento de Guarapuava e região, mas o que se espera é que sirva de reflexão para futuros trabalhos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABECK, Helmuth. **Colaboração Germânica no Paraná nos últimos 50 anos (1920-1979)**. Curitiba: CRM, 1964.

ABREU, Alcioly T. G. de. **A posse e o uso da terra. Modernização Agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ABREU, Alzira A. Acontecimento e Mídia. **Colóquio História e Imprensa**, 1998, Rio de Janeiro. História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, v. 1, p. 59-65.

ALVIM, Z. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *In: Planejamento e Políticas Públicas* (IPEA), v. 23, 2001, p. 261-286.

ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENKO, Georges. A ciência regional: 40 anos de investigação. *In: A ciência Regional*. Oeiras: Ed. Celta, 1999.

BERTONHA, João Fábio. **Rússia - Ascensão e Queda de Um Império - Uma História Geopolítica e Militar da Rússia, dos Czares ao Século XXI**. Curitiba. Juruá, 2009.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. *In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BOUDEVILLE, J. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, 2004, n. 107, p. 57-76, jul./dez.

CAMARGO, Luiz H. R. de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. *In: ALMEIDA, Flávio G. de; SOARES, Luiz A. A. (Orgs.). Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 21-60.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Org). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2010.

CARVALHO, Marcos B. de. **Da Antropogeografia do Final do Século XIX aos Desafios Transdisciplinares do Final do Século XX: O Debate Sobre as Abordagens Integradas da Natureza e da cultura nas Ciências Sociais**. 1998. 350p. Tese (Doutorado em Antropologia)

- Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**: Os domínios do homem. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Rumos da Cultura Moderna, 54).

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson F. da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia** – Ano 1, Nº 2, 1999. Universidade de Paris-Sorbonne. Artigo originalmente publicado na Revista Géographies et Cultures n. 20, 1996, Paris: L'Harmattan. Tradução e revisão: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert.

CORRÊA, Roberto L. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, Roberto. L.; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSTA, Pierre A. **A Cidade do Petróleo**. Uma Geo-História do Refino do Petróleo no Brasil. Ed. Unicentro. Guarapuava/PR, 2012.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**: a cidade como lugar da imigração. Campinas: Papirus, 1995.

DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1971.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRARA, Lucrécia D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.

FIGHERA, Delfina T. Estado e território: suas relações e a globalização. *In*: SANTOS, Milton. *et al.* (Orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec. 2002

FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2005.

GOMES, Marquiana F. V. B. Tese de Doutorado. **Trajetória Socioambiental de Guarapuava: Leituras da Paisagem**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente/SP, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói. EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Etc, espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Ago., 2007, nº 2 (4), vol. 1.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização - Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? *In*: SANTOS, Milton. *et al.* (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec. 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio Y Política**. Serie Universitária. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LICKEL, A. **A Vila dos Brasileiros no contexto das colônias suábias em Entre Rios, no município de Guarapuava - PR**. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2011.

MAACK, Reinhard. Breves Notícias Sobre a Geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina. *Brazilian Archives of Biology and Technology*. Jubilee Volume (1946-2001), p. 169-288, December, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Unicamp, 1993.

MARCONDES, Gracita G. **1924 – Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: Unicentro, 1998.

MARTINS, Luciana de Lima. **Friedrich Ratzel através de um prisma**. 1993. 128p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.

MARTINS, Sebastião M. **Pioneiros do vale de Entre Rios 1818 – 1951**. Guarapuava: Esquema – Edições, 1992.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José, Costa Rica. 2005.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia**: Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1995.

MORAES, Antônio C. R. (Org.). **Ratzel** – Coleção Grandes Cientistas Sociais. Nº 59, São Paulo: Ed. Ática S/A, 1990.

MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). Uma definição de estrangeiro. *In*: SIMMEL, Georg. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ed. Ática S/A, 1983.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1982.

NUNES, Flaviana G. O Econômico na Geografia: uma reflexão a partir da produção geográfica da USP. **Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise, América do Norte**, Curitiba: Ed. UFPR, 2005, n. 10, p. 83-92.

OLIVEIRA, Anderson. L. de. Políticas públicas, urbanização e desenvolvimento regional endógeno – caso do Paraná. **V Encontro de Economia Paranaense – ECOPAR**. Curitiba: Políticas Públicas, 2007.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: Uma crítica da afirmação do óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Porto: Herder, 1967.

PINTO, Geraldo A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POULANTZAS, Nicos. As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. *In*: POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo L. Poder, Redes e Ideologia. **Revista Novos Estudos 80**. CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, março, 2008, p. 109-125.

SACK, Robert David. **Human territoriality: it's teory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton. et al. (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo Ed. Hucitec, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização** – Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Record. Cap. I - A questão: o uso do território, 2001.
- SAQUET, Marcos A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da imaterialidade. **Geosul**. Florianópolis, v. 22, n. 43, pp. 55-76, jan./jun. 2007.
- SAQUET, Marcos A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. *In*: SPOSITO, Eliseu S.; RIBAS, Alexandre D.; SAQUET, Marcos A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Paraná: Unioeste, 2004, p. 139-140.
- SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das Territorialidades e Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2011.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.2, n.1, p. 9-26, set.-dez., 2009.
- SAWAIA, Bader B. O Calor do Lugar: segregação e identidade. *In*: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 9, n. 2. São Paulo: SEADE, abril/junho 1995.
- SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SCHIFFER, Sueli T. R. A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas. *In*: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002.
- SENE, R. R. **Caso Paiol de Telha: uma história dos descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava, PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas); Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa, 2008.
- SILVA, Joseli M. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa – UEPG, Ponta Grossa (1), 9-42, 1997.
- SILVA, Márcia da. **Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.
- SOJA, Edward W. A constituição da sociedade e a reconstituição da teoria social. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná. E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. A. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. *In*: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Paraná: Unioeste, 2004.

STEIN, Marcos N. **O Oitavo Dia: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios - PR (Segunda metade do século XX)**. Guarapuava/Paraná: Unicentro, 2011.

SZILVASSY, Arpad. **Aspectos Gerais da Colonização Comunitária Européia no Paraná**. São Paulo, 1965. (Mimeo).

TEIXEIRA, Juliana Carolina. **Memórias Suábicas: o processo de colonização em Entre Rios-PR**. Revista Percurso - NEMO. Maringá, 2010, v. 2, n. 1, p. 3-24.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, Bader B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

WERNECK, Lacerda. **Um pouco de história**. *In*: ELFES, Albert. ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba, 1971.

WILK, Inge Annemari, REMLINGER, Madalena Jung. **A História dos Suábios do Danúbio e o Desenvolvimento de Entre Rios nos seus 35 Anos**. (Monografia) Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, 1986.

FONTES

A Colônia Entre Rios. Disponível em: <<http://turismoentreriosgp.webnode.com.pt/a-colonia/>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

Abandono da Colônia pela Prefeitura. Acender. Entre Rios, 04 jul. 2010. Disponível em: <<http://acender.webnode.com.pt/news/noticia-aos-visitantes/>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

Agrária comemora 60 anos de conquistas nesta quinta-feira. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 05 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=35030>>. Acesso em 20 jun. 2013. Acesso em: 16 jun. 2013.

Agrária é a primeira cooperativa do interior contemplada pelo PR Competitivo. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 19 out. 2011. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=38545>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Agrária é premiada por "Produtividade da Década". Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=50828>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Agrária recebe prêmio de Produtividade da Década. Diário de Guarapuava. Guarapuava, 23 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.diariodeguarapuava.com.br/noticias/agropecuaria/13,20208,23,03,agraria-recebe-premio-de-produtividade-da-decada.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Associação Amigos da Vila Suévia, Itu/SP. Disponível em: <<http://www.soavisu.com.br/sobre-a-suabia>>. Acesso em: 16 out 2013.

ASSOCIAÇÃO HELEODORO PAIOL DE TELHA, Dossiê Acampamento da Associação Heleodoro Paiol de Telha, Guarapuava, 1997.

As 1000 maiores empresas do Brasil. **Revista Exame** – Melhores e Maiores Empresas do Brasil em 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/ficha/cooperativa-agraria/2012>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

Atlas Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/jaragua-do-sul_sc>. Acesso em: 31 out. 2013.

Atlas Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/jaragua-do-sul_sc>. Acesso em: 31 out. 2013.

Atlas Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 31 out. 2013.

Atlas Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guarapuava_pr>. Acesso em: 31 out. 2013.

Atlas do Desenvolvimento Humano. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/o_atlas_>. Acesso em: 31 out. 2013.

BALHANA, Altiva Pilatti. IpardeS – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Política Migratória do Paraná. **Revista Paraná Desenvol.** Curitiba, nº 87, jan./abr., 1996, p.39-50. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/viewFile/339/292>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BARBOSA, Francielly G. Tese de Mestrado defendida em 2010 pela UTFPR: **Para além da escola: identidade menonita e práticas socioeducativas** (Curitiba, 1934-1948). Disponível em: <http://www.ppgge.ufpr.br/teses/M10_barbosa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Boletim Oficial do Município. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/wp-content/uploads/573.pdf>>. Acesso em: 22 out 2013. Uma cópia deste boletim encontra-se nos anexos (B) deste trabalho.

Boletim Oficial do Município. Disponível em: <<http://www.guarapuava.pr.gov.br/wp-content/uploads/Boletim-Oficial-do-Munic%C3%ADpio2009%C2%B0621.pdf>>. Acesso em: 22 out 2013. Uma cópia deste boletim encontra-se nos anexos (C) deste trabalho.

BRANDÃO, Carlos Antonio. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.17-37, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/download/263/667>>. Acesso em: 19 nov. de 2013.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 107, p. 57-76, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da Unicamp, 2007. História Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/sesmaria/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

BRAVIN, N. Dissertação de Mestrado “**Arranjo Espacial das Indústrias de Guarapuava – PR: Análise a partir dos Distritos Industriais**”. 2011. Disponível em: <http://tede.unicentro.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=110>. Acesso em: 28 out. 2013.

Celebração ecumênica abre Festa da Cevada 2012. Diário de Guarapuava. Guarapuava, 10 out. 2012. Disponível em: <<http://www.diariodeguarapuava.com.br/noticias/guarapuava/11,5419,10,10,celebracao-ecumenica-abre-festa-da-cevada-2012.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Centro Cultural Brasil-Turquia. Disponível em: <<http://www.brasilturquia.com.br/historia-da-turquia-ate-1923-242.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Cooperativa Agrária. Perfil 2014 enviado por e-mail pela Assessoria de Imprensa da cooperativa para este pesquisador no dia 16 jan. 2014.

Cooperativas do PR I: **Cooperativismo é destaque na imprensa**. Sistema Ocepar. Curitiba, 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/93512-cooperativas-do-pr-i-cooperativismo-e-destaque-na-imprensa>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

Diáspora: Dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

Em um ano, Museu Histórico de Entre Rios recebe 10 mil visitantes. Diário de Guarapuava. Guarapuava, 04 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.diariodeguarapuava.com.br/noticias/cultura/22,13076,04,01,em-um-ano-museu-historico-de-entre-rios-recebe-10-mil-visitantes.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

ESSERT, Harald. **Economia no frete pode chegar a 30% com pavimentação da PR 459.** Guarapuava, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.diariodeguarapuava.com.br/noticias/agropecuaria/13,23591,30,04,economia-no-frete-pode-chegar-a-30-com-pavimentacao-da-pr-459.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

ESSERT, Harald. **Irmol sela unidade em Guarapuava com adesão ao Paraná Competitivo.** Diário de Guarapuava. Guarapuava, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://diariodeguarapuava.com.br/noticias/guarapuava/11,28651,19,06,irmol-sela-unidade-em-guarapuava-com-adesao-ao-parana-competitivo.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FRIEDRICH, Marli. **Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária.** Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, 2005.

Fundação Cultural Suábio-Brasileira. Guarapuava/Paraná. Disponível em: <<http://www.sua-bios.com.br>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

G1 - Portal de notícias da Rede Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/a-gronegocios/noticia/2013/07/tempo-umido-atrasa-o-plantio-da-cevada-no-parana.html>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

GÄRTNER, Monique. História, memória e identidade: considerações acerca da ocupação da região de Entre Rios feita pelos suábios do Danúbio no Paraná (1951-1971). In: **Congresso Internacional de História.** Maringá/PR. Agosto/2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/70.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2013.

Geografia do Paraná. Paraná Blog. Paraná, 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.parana.blog.br/geografia-do-parana/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

Gincana abre SIPAT 2013 no próximo dia 23. Agraria. Guarapuava, 03 jul. 2013. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/portal/imprensa_noticias.php> Acesso em: 5 fev. 2013.

Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modulesconteudo/conteudo.php?conteudo=38>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

História. Portal da Prefeitura de Guarapuava. Disponível em: <<http://www.guarapupuava.pr.gov.br/turista/historia>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

História dos suábios na Europa. Entre Rios, a "Terra da Cevada e do Malte". Disponível em: <<http://turismoentrieriosgp.webnode.com.pt/historia-regional/historia-local/historia-dos-suabios-na-europa/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

IKEDA, Patrícia. No Paraná, mais produtivos que os americanos. **Revista Exame**. Periódico quinzenal da Editora Abril sobre negócios, finanças, gestão, marketing, tecnologia, meio ambiente e economia. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1031/noticias/mais-produtivos-que-os-americanos>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

Informativo Agrária. Cooperativa Agrária. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/extranet/arquivos/portal_informativo/2012_12.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

Instalação de indústria começa a consolidar Guarapuava como polo moveleiro. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=53860>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.IPARDES.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2013. Jornal Tribuna Regional (21 a 27/10/2009, n. 29, p. 6).

KOHLHEPP, Gerd. **Espaço e etnia**. Estud. av. São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000100008&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 14 mai. 2013.

LEVY, M.S.F. 1974 - O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 8 (supl.). Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná. Disponível em: <<http://www.agropar.coop.br/ocepar-organizacao-das-cooperativas-do-parana.html>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

ONDEI, Vera; CILO, Hugo. **Os 100 nomes mais influentes do Agronegócio**. Disponível em: <<http://revistadinheirorural.terra.com.br/secao/especial/os-100-nomes-mais-influentes-do-agronegocio>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

O Quilombo Paiol de Telha e a emancipação do Paraná. Site Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26954>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

Peixada movimentada a programação da Festa da Cevada neste sábado. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=46082>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Perfil. Disponível em: <<http://www.bernardocarli.com.br/perfil>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

PETTINGER, Klaus. **Cultura, caminhos do ontem e do amanhã**. Agrária. Guarapuava/PR. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/portal/cultura_inicial.php>. Acesso em: 26 jun. 2013.

PETTINGER, Klaus. **“Dinheiro Rural”**: presidente da Agrária entre os 100 mais influentes do agronegócio. Guarapuava, 8 fev. 2013. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/portal/imprensa_noticias_mostra.php?idmateria=2693&tipo>. Acesso em: 5 fev. 2013.

Pousada Vollweiter. Disponível em: <<http://turismoentreriosgp.webnode.com.pt/historia-regional/historia-local/historia-dos-suabios-na-europa/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

Projeto de Cesar Filho presta homenagem aos imigrantes suábios. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 11 out. 2011. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=38362>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Rede Sul de Notícias. Com investimentos, produção de malte da Agrária aumenta em 30%. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 03 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=44315>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Rede Sul de Notícias. Disponível em: <<http://redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=58827>>. Acesso em: 30 out. 2013.

Relatório Anual 2012 – Cooperativa Agrária

RIBAS, Cilton. **Caracterização da fertilidade atual dos solos da região de Guarapuava/PR.** Universidade do Centro-Oeste, 2010. Dissertação de Mestrado em Agronomia. Disponível em: <http://unicentroagronomia.com/des_tino_arquivo/1_dissert._final_cilton_ribas.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2013.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. CEBRAP – centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Revista Novos Estudos. Março 2008, pp. 109-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a08n80.pdf>>. Acesso em: 19 nov. de 2013.

RUDEK, Mariana. **Palmeirinha pede mais atenção ao distrito.** Diário de Guarapuava. Guarapuava, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://diariodeguarapuava.com.br/noticias/guarapuava/11,28527,19,06,palmeirinha-pede-mais-atencao-ao-distrito.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SAFRAS. **Agronegócio: Cooperativa Agrária chega aos 60 com R\$ 1 bi de faturamento.** Agro Amazônia. Cuiabá. Disponível em: <<http://www.agroamazonia.com.br/TNX/conteudo.php?sid=44&cid=7007>>. Acesso em: 30 out. 2012.

SEQUEIRA, Marcio de. **Movimento pela emancipação de Entre Rios.** Disponível em: <<http://acender.webnode.com.pt/movimento%20para%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%20de%20entre%20rios/>>. Acesso em: 8 fev. 2013.

Significado de “segregar”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/segregar%20_1042678.html>. Acesso em: 26 jun. 2013.

Sistema Ocepar. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.com.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/96105-valor-000-cooperativas-do-parana-sobem-posicoes-no-ranking-das-maiores>>. Acesso em: 6 out. 2013.

Sobre a Suábia. SOAVISU - Associação Amigos da Vila Suévia. Disponível em: <<http://www.soavisu.com.br/sobre-a-suabia>>. Acesso em: 16 out 2013.

SOCHACZEWSKI, Monique. O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: contrastes e conexões (1850-1919). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Agosto/2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10366>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

STEIN, Marcos Nestor. **Imigração, dissensos e adaptações**: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/297.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2013.

Teatro vai relembrar a imigração alemã no Brasil. Rede Sul de Notícias. Guarapuava, 12 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=43783>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

TEIXEIRA, J. C. **Memórias suábicas**: o processo de colonização em Entre Rios-PR. Revista Percurso (Online), v. 2, p. 3-24, 2010.

Turismo Entre Rios. Disponível em: <<http://turismoentreriosgp.webnode.com.pt/historia-regional/historia-local/historia-dos-suabios-na-europa/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

VILLACA, Flávio. **São Paulo: segregação urbana e desigualdade**. São Paulo, v. 25, n. 71, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2013.

ENTREVISTAS

BASSO, Elke L. Entre Rios/Guarapuava, Memorial Mathias e Elizabeth Leh, 25 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

BOTELHO, Rodolpho L. W. Guarapuava, Sindicato Rural de Guarapuava, 29 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

CARLI, Fernando R. Guarapuava, Empresa Carliplac, 03 jun. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

GORA, Anton. Guarapuava, Sindicato Rural de Guarapuava, 29 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

GRÍGOLO, Valdir. Guarapuava, Loja Gente Bonita, 21 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

KARL, Jorge. Entre Rios/Guarapuava, Cooperativa Agrária, 31 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

LEH, Karin K. Entre Rios/Guarapuava, Memorial Mathias e Elizabeth Leh, 25 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

SEQUEIRA, Marcio de. Guarapuava, Residência, 17 mai. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

SILVESTRI FILHO, Cesar. Guarapuava, Prefeitura de Guarapuava, 04 jun. 2013. Entrevista a Gilson Boschiero.

ANEXOS

ANEXO A

Lista dos prefeitos de Guarapuava a partir de 1950

Prefeitos de Guarapuava a partir de 1950 até os dias atuais

Juvenal de Assis Machado: 1948-1951

José de Mattos Leão: 1952-1955

Joaquim Prestes: 1956-1959

Moacyr Júlio Silvestri: 1960-1963

Nivaldo Passos Krüger: 1964-1968

Moacyr Júlio Silvestri: 1969-1972

Nivaldo Passos Krüger: 1973-1976

Cândido Pacheco Bastos: 1977-1982

Nivaldo Passos Krüger: 1983-1988

Luiz Fernando Ribas Carli: 1989-1992

César Roberto Franco: 1993-1996

Vitor Hugo Ribeiro Burko: 1997-2000

Vitor Hugo Ribeiro Burko: 2001-2004

Luiz Fernando Ribas Carli: 2005-2008

Luiz Fernando Ribas Carli: 2009-2012

Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho: 2013-2016

ANEXO B

**Lei 022/2008 e Boletim Oficial do Município de
Guarapuava com a publicação da lei**



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

Estado do Paraná

LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2008

SÚMULA: Dispõe sobre a construção e/ou instalação de novas lojas de varejo de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados) em Guarapuava.

A Câmara Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Na área central do Município de Guarapuava não poderão ser construídas e/ou instaladas em estruturas físicas já existentes, novas lojas de varejo de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados), com área superior a 2.500m².

§ 1º - Para os fins exclusivos desta lei, compreende-se como área central do Município de Guarapuava o perímetro urbano delimitado no anexo 01, bem como no mapa ilustrativo constante do anexo 02, desta Lei Complementar.

§ 2º - Estão excluídas das disposições do "caput" deste artigo toda a área remanescente que pertença ao perímetro urbano do distrito sede do Município de Guarapuava, desde que o projeto de instalação da loja esteja de acordo com as disposições do mapa de zoneamento, Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Guarapuava.

§ 3º - Para efeito do "caput" deste artigo, a edificação ou simplesmente instalação de novas lojas de que trata esta lei, deverão destinar áreas específicas para sanitários e vestiários de funcionários, sanitários públicos e depósito de carga e descarga coberto.

EMENDA

Art. 2º - *Excetuam-se também do disposto no "caput" do Art. 1º, os empreendimentos que, na data da entrada em vigor desta Lei Complementar, estiverem com projeto urbanístico de construção e/ou instalação, em execução, devidamente aprovados pelas Secretarias Municipais de Habitação e Urbanismo, Indústria e Comércio e Meio Ambiente.*

Parágrafo Único - *A partir da vigência desta Lei Complementar, fica expressamente vedado iniciar a execução de Projetos que estejam em desacordo com o "caput" do Art. 1º, ainda que já aprovados pelas Secretarias Municipais competentes.*

Art. 3º - Os empreendimentos já instalados na zona de restrição estabelecida por esta lei e que possuírem área maior que 2.500m², não poderão realizar qualquer modificação ou benfeitoria que vise aumentar sua estrutura.

WANDERLENE DE SOUZA
Rua Brigadeiro Rondon, 2177
CEP 84110-210 - Guarapuava - Paraná
Telefone (41) 3221-3105

LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2008

SÚMULA: Dispõe sobre a construção e/ou instalação de novas lojas de varejo de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados) em Guarapuava.

A Câmara Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Na área central do Município de Guarapuava não poderão ser construídas e/ou instaladas em estruturas físicas já existentes, novas lojas de varejo de gêneros alimentícios (supermercados e hipermercados), em área superior a 2.500m².

§ 1º - Para os fins exclusivos desta Lei, compreende-se como área central do Município de Guarapuava o perímetro urbano delimitado no anexo 1, bem como no mapa ilustrativo anexo 02, desta Lei complementar.

§ 2º - Estão excluídas das disposições do "caput" deste artigo todas as áreas remanescentes que pertençam ao perímetro urbano do distrito sede do Município de Guarapuava, desde que o objeto de instalação da loja esteja de acordo com as disposições do mapa de ocupamento, Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Guarapuava.

§ 3º - Para efeito do "caput" deste artigo, a edificação ou simplesmente instalação de novas lojas de que trata esta lei, deverão destinar áreas específicas para sanitários e vestiários funcionários, sanitários públicos e pólo de carga e descarga coberto.

EMENDA

Art. 2º - Executam-se também do posto no "caput" do Art. 1º, os empreendimentos que, na data da entrada em vigor desta Lei complementar, estiverem com projeto sanitário de construção e/ou instalação, em execução, devidamente aprovados pelas Secretarias Municipais de Habitação e Urbanismo, Indústria e Comércio e Meio Ambiente.

Parágrafo Único - A partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, fica expressamente vedado iniciar a construção de Projetos que estejam em acordo com o "caput" do Art. 1º, de que já aprovados pelas Secretarias Municipais competentes.

Art. 3º - Os empreendimentos já realizados na zona de restrição

possuem área maior que 2.500m², não poderão realizar qualquer modificação ou benfeitoria que vise aumentar sua estrutura.

Art. 4º - Os empreendimentos já instalados na zona de restrição estabelecida por esta lei e possuem área menor que 2.500m², poderão realizar o aumento de sua área até o limite estabelecido no Art. 1º, desta lei complementar, sem prejuízo da observância das demais normas e obrigações estabelecidas na legislação municipal.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 18 de abril de 2008.

(a) LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI
Prefeito Municipal

(a) ANA PAULA SILVA POLLI
Secretária Municipal de

PORTARIA Nº 075/2008

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 146 da Lei Complementar Municipal nº 01/91,

RESOLVE

Autorizar a disposição funcional do servidor **ARIEL DE OLIVEIRA LIMA**, Motorista de Veículos Leves, matrícula nº 11.402/2, portador do RG nº 1.277.469 SESP/PR, para prestar serviços junto a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, Ofício de Guarapuava/PR, no período de 14/04/2008 a 31/12/2008, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 09 de abril de 2008.

(a) LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI
Prefeito Municipal

(a) ANA PAULA SILVA POLLI
Secretária Municipal de
Administração

PORTARIA Nº 082/2008

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora **DEISE MARIA DE OLIVEIRA VERAS**, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Saúde, no período de 14/04/2008 a 28/04/2008, tendo em vista o afastamento do servidor Saulo Ricardo Lopes, em virtude da Licença para Tratamento de Saúde, prevista nos termos do Art. 120 da Lei Complementar Municipal nº 01/91.

Parágrafo Único - A designação acima não incidirá acréscimo na remuneração da servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 14 de abril de 2008.

(a) LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI
Prefeito Municipal

(a) ANA PAULA SILVA POLLI
Secretária Municipal de
Administração
PORTARIA Nº 083/2008

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 146 da Lei Complementar Municipal nº 01/91,

RESOLVE

Autorizar a disposição funcional das servidoras: **BETTINA HEERDT**, Educadora Ambiental, matrícula nº 13.326/4 e **IEDA MATILDE GUIMARÃES DE ALMEIDA**, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 13.750/2, para prestarem serviços junto a CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, no período de 01/04/2008 a 31/12/2008, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 17 de abril de 2008.

(a) LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI
Prefeito Municipal

(a) ANA PAULA SILVA POLLI
Secretária Municipal de

ANEXO C

**Lei Complementar 0026/ 2008 e Boletim Oficial do
Município de Guarapuava com a revogação da lei
022/2008**



Câmara Municipal de Guarapuava
ESTADO DO PARANÁ



LEI COMPLEMENTAR N. 026/2009.

Súmula:- *Revoga a Lei Complementar n. 022/2008.*

Autoria:- *Vereadores Nélio Gomes da Costa, Gilson Pedro Amaral e João Carlos Gonçalves.*

O Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná faço saber que a Câmara Municipal aprovou e em cumprimento ao que dispõe o Artigo 51 - § 8º da Lei Orgânica do Município, **PROMULGO** a seguinte Lei:-

Art. 1º – Fica **revogada a Lei Complementar 022/2008**, a qual dispõe sobre a construção e/ou instalação de novas Lojas de Varejo de Gêneros Alimentícios (Supermercados e Hipermercados) em Guarapuava.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, em 23 de abril de 2009.

Admir Strechar
Presidente



BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO

Guarapuava, 25 de abril a 01 de maio de 2009



Atos Administrativos do Município de Guarapuava/PR

Lei Municipal Nº 354/93

Ano XV

Nº 621

LEI COMPLEMENTAR N. 026/2009.

Súmula: - Revoga a Lei Complementar n. 022/2008.

Autoria: - Vereadores Nélio Gomes da Costa, Gilson Pedro Amaral e João Carlos Gonçalves.

O Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná faço saber que a Câmara Municipal aprovou e em cumprimento ao que dispõe o Artigo 51 - § 8º da Lei Orgânica do Município, **PROMULGO** a seguinte Lei:-

Art. 1º Fica **revogada a Lei Complementar 022/2008**, a qual dispõe sobre a construção e/ou instalação de novas Lojas de Varejo de Gêneros Alimentícios (Supermercados e Hipermercados) em Guarapuava.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, em 23 de abril de 2009.

(a) **Admir Strechar**
Presidente

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guarapuava, em 23 de março de 2009.

(a) **ADMIR STRECHAR**
Presidente

(a) **JOÃO CARLOS GONÇALVES**
1º Vice-Presidente

(a) **EVA SCHRAN DE LIMA**
2º Vice-Presidente

(a) **GILSON PEDRO AMARAL**
1º Secretário

(a) **THIAGO CORDOVA SILVA**
2º Secretário

(a) **SADI FEDERLE**
3º Secretário

DECRETO Nº 1827/2009

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Senhora **PAULA CRISTIANE SALDAN**, para exercer o Cargo de **Assessor Técnico I**, a partir de 01 de abril de 2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01.04.2009, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 23 de abril de 2009.

(a) **LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI**
Prefeito Municipal

(a) **ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA**
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 1828/2009

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a Servidora **CLARA DO CARMO NASCIMENTO SCHADECK**, do Cargo de **Assessor de Gabinete do Prefeito**, a partir de 01 de abril de 2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 23 de abril de 2009.

(a) **LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI**
Prefeito Municipal

(a) **ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA**
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 1829/2009

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Senhora **CLARA DO CARMO NASCIMENTO SCHADECK**, para exercer o Cargo de **Assessor Especial de Gabinete**, a partir de 02 de abril de 2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02.04.2009, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 23 de abril de 2009.

(a) **LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI**
Prefeito Municipal

(a) **ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA**
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 1830/2009

O Prefeito do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor **FÁBIO PEREIRA DE CRISTO**, para exercer o Cargo de **Assessor Técnico I**, a partir de 01 de abril de 2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01.04.2009, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 27 de abril de 2009.

(a) **LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI**
Prefeito Municipal

(a) **ANA PAULA SILVA POLLI FERREIRA**
Secretária Municipal de Administração

ANEXO D
Roteiro de perguntas

Roteiro de perguntas utilizado em todas as entrevistas, com exceção de Jorge Karl e filhas de Mathias Leh

- 1) Iniciamos, pedindo ao Sr. que relate a sua trajetória de vida como político.
- 2) Sobre a política local: Como o Sr. explicaria a conjuntura política nos últimos 50 anos em Guarapuava? Existe uma manutenção do poder? De quem? (Grupos, famílias, pessoas)
- 3) Como essa tradição influencia a vida econômica e o desenvolvimento do município?
- 4) A Cooperativa agrária completou 62 anos de criação, que coincide com a instalação também do distrito de Entre Rios. Qual tem sido o papel dessa empresa no que diz respeito ao desenvolvimento do município/região Centro-Sul?
- 5) O Sr. Acredita que a renda lá gerada é compartilhada de maneira uniforme de alguma forma pelos moradores de Guarapuava?
- 6) Qual é o percentual de participação da Cooperativa na arrecadação do município?
- 7) A administração municipal e a diretoria da cooperativa possuem linhas de pensamento estratégicos e alinhadas para o desenvolvimento local? Quais são? Ou não precisam ter?
- 8) Na sua opinião, que políticas públicas devem ser aplicadas para promover o desenvolvimento econômico, social do município?
- 9) Quais são os principais problemas que o município ainda enfrenta e que barram o seu desenvolvimento?

Roteiro de perguntas utilizado nas entrevistas com Jorge Karl e filhas de Mathias Leh

- 1) Iniciamos, pedindo ao Sr. que relate a sua trajetória como presidente da Cooperativa Agrária.
- 2) Sobre a política local: Como o Sr. (a) explicaria a conjuntura política nos últimos 50 anos em Guarapuava? Existe uma manutenção do poder? De quem? (Grupos, famílias, pessoas)
- 3) Na sua opinião quais são os grupos políticos com maior expressividade em Guarapuava?
- 4) A Cooperativa agrária completou 62 anos de criação, que coincide com a instalação também do distrito de Entre Rios. Qual tem sido o papel dessa empresa no que diz respeito ao desenvolvimento do município?
- 5) O Sr. está na presidência desde 1999. Nesses 14 anos a cooperativa passou por vários momentos importantes. O senhor poderia relatá-los?
- 6) Mathias Leh ficou à frente da cooperativa por 28 anos. Uma longa administração. Quais foram os legados deixados por ele? São seguidos até hoje?
- 7) A cooperativa gera renda e empregos. Qual a participação das empresas na arrecadação municipal?
- 8) O Sr. (a) acredita que essa riqueza é compartilhada com os guarapuavanos? De que forma?
- 9) Qual a contrapartida do município em relação a essa participação econômica?
- 10) A atual administração municipal e a anterior também e a diretoria da cooperativa possuem linhas de pensamento estratégicos e alinhadas para o desenvolvimento local? Quais são?
- 11) Como o Sr. (a) entende que seria Guarapuava sem a Cooperativa Agrária?

12) Na sua opinião, que políticas públicas devem ser aplicadas para promover o desenvolvimento econômico, social do município?

13) Na sua opinião, quais são os principais problemas que o município ainda enfrenta e que barram o seu desenvolvimento?

14) Sobre a manutenção da identidade e cultura dos suábios, o que tem sido feito, já que essa era uma das bandeiras do ex-presidente Mathias Leh?

15) Sobre a questão fundiária, existe uma concentração em Guarapuava? É prejudicial para o desenvolvimento do município?